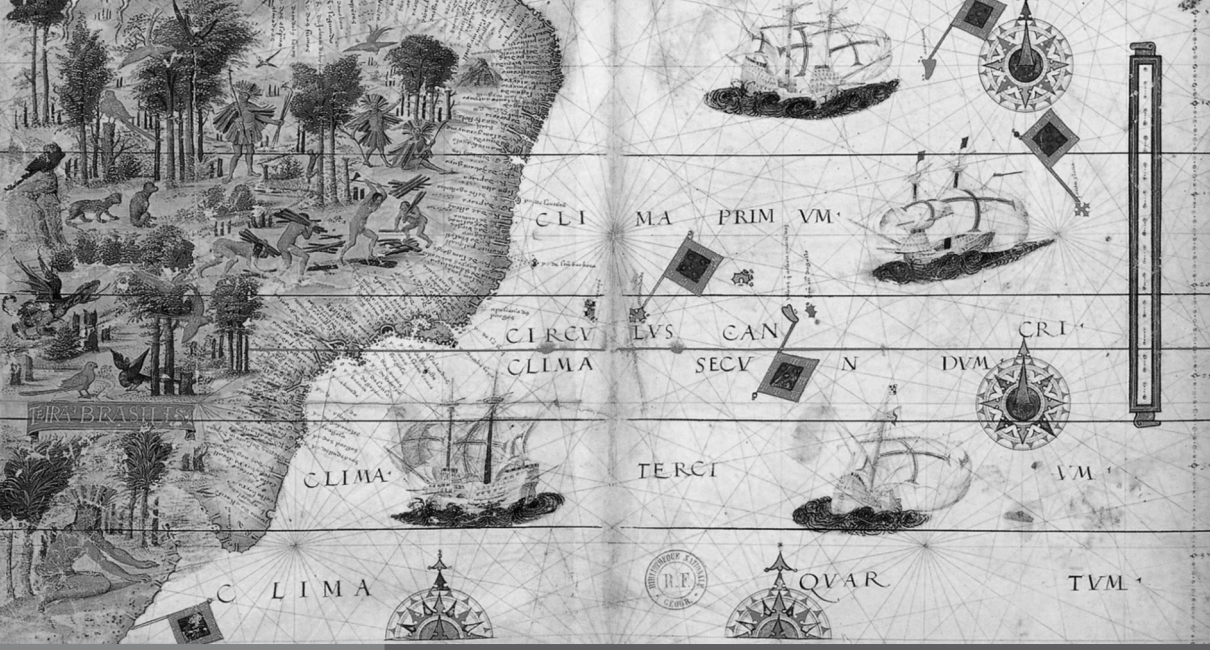
COLEÇÃO ACADÊMICA

EDGAR AVILA GANDRA
FRANCISCO DAS NEVES ALVES
MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA (organizadores)

IDENTIDADES E FRONTEIRAS

perspectivas históricas

CASALETRAS



COLEÇÃO ACADÊMICA

EDGAR AVILA GANDRA
FRANCISCO DAS NEVES ALVES
MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA (organizadores)

IDENTIDADES E FRONTEIRAS

perspectivas históricas

CASALETRAS
Porto Alegre
2019

Copyright ©2019 os organizadores

Direitos desta edição reservados aos organizadores, cedidos somente para a presente edição à Editora Casaletras.

Todos os direitos reservados e protegidos pela lei nº 9.610 de 19/02/1998. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora ou do(s) autor(es), poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Projeto gráfico, diagramação e capa:
Casaletras

Imagem da capa:
Reprodução de parte do mapa *Terra Brasilis*, uma das cartas do *Atlas Português* de 1519. Livre distribuição: Wikimedia Commons.

Editor:
Marcelo França de Oliveira

Conselho Editorial

Prof. Dr. Amurabi Oliveira (UFSC)
Prof. Dr. Elio Flores (UFPB)
Prof. Dr. Fábio Augusto Steyer (UEPG)
Prof. Dr. Francisco das Neves Alves (FURG)
Profª Drª Maria Eunice Moreira (PUCRS)
Prof. Dr. Moacyr Flores (IHGRGS)
Prof. Dr. Luiz Henrique Torres (FURG)

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Id26 Identidades e fronteiras: persperctivas históricas / Edgar Avila Gandra, Francisco das Neves Alves, Marcelo França de Oliveira (Orgs.). [recurso eletrônico] Porto Alegre: Casaletras, 2019.

320p.
Bibliografia
ISBN 978-85-9491-056-1

1. História do Brasil - 2. Identidades - 3. Fronteiras - I. Gandra, Edgar Avila - II. Alves, Francisco das Neves - III. Oliveira, Marcelo França de - IV. Título

CDD:981

Editora Casaletras
R. Gen. Lima e Silva, 881/304 - Cidade Baixa
Porto Alegre - RS - Brasil - CEP 90050-103
+55 51 3013-1407 - contato@casaletras.com
www.casaletras.com

APRESENTAÇÃO

O livro que você tem em mãos é fruto de um projeto antigo, de pensar as questões identiárias e de fronteira em um espaço social, cultural, econômico e político tão diverso como é o Rio Grande do Sul, de maneira abrangente. Em um estado fronteiriço por excelência, as marcas deste contato com o "outro" - o além-fronteiras, o estrangeiro, e até nossos irmãos e irmãs - fornece um manancial muito rico para ser explorado em suas mais diversas possibilidades, sobretudo as identitárias. Assim, convidamos pesquisadores de diferentes áreas e ramos dentro das ciências humanas e sociais para pensarem essas construções de fronteiras e identidades, não apenas em seus aspectos físicos/geográficos, mas como zonas de limite, seja contato, barreira, ponte, negação ou interação, e apresentarem seus estudos para formarmos esse mosaico que se segue.

Para fins de organização temática, dividimos este livro em duas partes: a primeira, denominada "fronteiras e identidades no espaço platino e sul-rio-grandense", constitui-se de capítulos de pesquisadores convidados, com produção relevante em suas áreas, e que dialogam com a temática proposta. Na segunda parte, "identidades e fronteiras: as múltiplas faces" apresentamos uma síntese de discussões de doutorandos do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Pelotas, no Rio Grande do Sul, gestados durante a disciplina "Fronteiras e identidades" ao longo de 2019, que também é a área de concentração do Programa (e objeto deste livro), ou seja, em total sintonia com nosso objetivo. As duas partes, sem distinção, enriquecem a proposta da presente obra e abordam os conceitos de identidades e fronteiras.

Abrindo a primeira parte, Amurabi Oliveira apresenta, em seu capítulo intitulado *"O Rio Grande do Sul nos 'Livros que Inventaram o Brasil'"* uma leitura sociológica de como o Rio Grande do Sul, e em especial a questão da fronteira, aparecem no chamado "pensamento social brasileiro" (PSB). Apura seu olhar no cânone dos "Livros que inventaram o Brasil": Casa-Grande e Senzala (1933) de Gilberto Freyre (1900-1987), Raízes do Brasil

(1936) de Sergio Buarque de Holanda (1902-1982) e Formação do Brasil Contemporâneo (1942) de Caio Prado Junior (1907-1990).

Francisco das Neves Alves, em seu *"A fronteiriça província sulina e a guerra: o conflito da Tríplice Aliança sob o prisma caricatural"* mostra como a imprensa caricata retratou - e se posicionou - frente aos episódios da Guerra do Paraguai, enfocando o jornal "A Sentinela do Sul", de Porto Alegre. No período, destaca Alves, há uma efervescência entre os desenhistas no sentido de captar o momento, registrando o tempo vivido, revelando vários detalhes das vivências em sociedade. As caricaturas ofereceram uma contribuição fundamental ao debate político, incentivando o envolvimento das pessoas nos assuntos, até então, considerados de Estado.

Jussemar Weiss Gonçalves, em *"Modernização e violência no Pampa Oriental",* busca salientar as formas, através das quais, as relações entre propriedade e trabalho passaram durante os séculos XIX e XX. Trata-se de uma pesquisa voltada ao entendimento das transformações das práticas do trabalho do gaúcho, *gaucho,* na medida em que a absolutização da propriedade agrária se consolidava nesta região. Este artigo revela como os processos de modernização das relações produtivas na pecuária, transformou os trabalhadores em habitantes das periferias perdendo espaços de trabalho. Estas transformações são atestadas pela produção de regramentos, códigos, posturas e instrucción que visavam alterar as práticas cotidianas dos gaúchos, *gauchos,* nesta sociedade.

Encerrando a primeira parte, Luiz Henrique Torres, no capítulo *"A construção de uma fronteira lusitana: a Colônia do Sacramento e a Barra do Rio Grande",* trata da expansão luso-brasileira a partir da ocupação da Barra do Rio Grande, em 1737. Em suas palavras, os alicerces de uma identidade lusitana no Prata estavam lançadas e um longo processo diplomático, militar e colonizatório era colocado em marcha, em uma zona de disputas que demarcariam por um longo período a fronteira e o espaço platino e sul-rio-grandense.

Na segunda parte, Amanda Nunes Moreira apresenta, em seu capítulo *"O livro didático e a construção da identidade do sujeito feminimo na História - uma análise da Primeira e Segunda Guerra Mundial",* a construção da identidade feminina na história através da sua representação nos livros didáticos, durante o período entreguerras. Pesquisas históricas mostram que a mulher participou, ativamente, no contexto de ambas as guerras, mas em inúmeros livros didáticos esse sujeito continua inexistente. Para apresentar a participação das mulheres

na história, é necessário desconstruir o que já existe. A escola é o local para a (re)construção dessa nova identidade, desse novo "olhar" histórico. Buscar a participação da mulher, nesses fatos tão relevantes para a construção da história em sua integralidade, bem como de sua identidade, é o que esse projeto pretende realizar. Instigar os/as alunos/as a perceberem essas ausências e analisar o que nos apresentam os livros, é de suma importância para construir a dinâmica que envolve o processo de ensino/aprendizagem, com o auxílio da pesquisa. Dessa forma será possível corroborar a relevância da participação da mulher nos fatos históricos, e a construção do senso crítico de análise da consciência histórica dos/as nossos/as discentes.

No capítulo *"O cancelamento da* Queermuseu *entre identidade, memória e conflito social (Porto Alegre/RS, 2017),* Daniel Barbier e Fábio Vergara destacam que a emergência e o desenvolvimento de categorias de análise focalizadas nas minorias sociais e no respeito à diversidade cultural dos povos têm provocado uma abertura de horizontes à História, que aos poucos foi se apercebendo da trajetória do sujeito comum como elemento importante para a compreensão da história global. Como desdobramento, novas perguntas, novas reflexões e novos olhares sobre as fontes foram sendo provocados. Assim, o presente trabalho, ao apresentar uma proposta de análise histórica sobre o cancelamento da Queermuseu, fenômeno ocorrido na cidade de Porto Alegre/RS, em 2017, tangencia essa nova dinâmica, provocando discussões no campo da História do Tempo Presente, como também no campo de estudos sobre memória e da identidade, enquanto observa as minorias sexuais e de gênero como categoria de análise.

Em *"Bandidos na imprensa: o caso de uma quadrilha de salteadores na fronteira meridional do Brasil (1880 – 1892)"* Dário Milech Neto analisa a atuação de uma quadrilha de salteadores na fronteira sul do Brasil no final do século XIX. Esse bando, que tinha como líder Juvêncio Rodrigues Pereira, praticou seus crimes por mais de dez anos preocupando as autoridades policiais e moradores locais, sobretudo nos atuais municípios de Jaguarão, Arroio Grande, Herval, Pinheiro Machado, Bagé, Cerrito, Canguçu e Pelotas, no Rio Grande do Sul. Para isso, usei como fonte principal a imprensa da época, ou seja, jornais que publicaram matérias sobre o bando e, maiormente, sobre seu chefe.

Elisiane Medeiros Chaves, no capítulo *"Comportamentos e identidades generificadas e suas relações com a violência contra a mulher"*, destaca que, Historicamente, mulheres sempre foram vítimas de diversos tipos de

violências por parte dos homens. Esses comportamentos já foram considerados normais na maioria das sociedades. Com o passar do tempo, aconteceram transformações na vida das mulheres e atualmente elas ampliaram suas esferas de atuação e a violência contra elas não é mais admitida. Entretanto, ela ainda acontece, e de forma expressiva e alarmante. É possível pensar que muitos homens aprenderam normas sociais antigas, no sentido de que podiam controlar as mulheres, e ainda pretendem vivenciar essas atitudes nos dias de hoje, pois se identificam com as mesmas. Até mesmo o Estado que deveria amparar as mulheres, promover o fim da violência contra elas e a equidade de gênero, acaba com seu descaso e falta de eficácia na execução de políticas públicas, contribuindo para a manutenção dos privilégios masculinos.

No capítulo *"Caminhos e descaminhos do ser e/ou pertencer: identidades e fronteiras do desejo por pessoas de mesmo sexo/gênero"* Leonardo da Silva Martinelli aborda como relações sexuais e afetivas entre pessoas de mesmo sexo são constatadas em diferentes grupos sociais, espaços geográficos e temporalidades sinalizando sua presença desde o surgimento da humanidade; no entanto, a percepção sobre elas variou em sua historicidade, bem como os entendimentos e representações a respeito dos sujeitos que as manifestavam, com o foco de sua análise destacando alguns elementos que os significaram e ressignificaram ao longo do tempo, construindo e reconstruindo saberes, ampliando a dimensão fluida das fronteiras simbólicas de gênero, da sexualidade, dos prazeres, levando ao questionamento e/ou reelaboração dos verbetes e entendimentos sobre essas vivências.

Em *"A construção identitária externa sobre o Brasil e seus habitantes nos relatos de Hans Staden",* Marcelo França de Oliveira propõe novos olhares sobre a formação da identidade de um povo, além dos tradicionais processos constituintes internos. Em seu estudo, e partindo dos registros do viajante alemão, o autor se debruça sobre os tipos de identidades construídas externamente, e como tais construções podem impactar a própria formação identitária, e as relações entre representação e diferença que um povo tem (ou desenvolve) a respeito de si.

O capítulo *"Você é mulher o suficiente para sobreviver?": a desconstrução da identidade feminina em* Bitch Planet *de Kelly Sue Deconnick e Valentine de Landro",* de Márcia Tavares Chico, analisa o primeiro volume da série *Bitch Planet* (2015) escrita por Kelly Sue DeConnick e desenhada por Valentine de Landro. Procura-se ver como o feminino é representado e como a identidade normativa e performativa é desconstruída na narrativa. O quadrinho narra

a história de mulheres que são enviadas para um planeta prisão, conhecido vulgarmente como "Bitch Planet", por não se encaixarem nos padrões sociais do que vem a ser o feminino. Para sua análise, utilizou-se noções próprias dos quadrinhos, assim como noções de gênero e identidade.

Em *"Imagens de outros, imagens de si: identidades visuais fotográficas de Alice Brill",* Maria Clara Lysakowski Hallal apresenta a trajetória da fotógrafa - judia e alemã - que veio com sua família para o Brasil fugida do nazismo. Com formação profissional adquirida em vários momentos: no Brasil, nos Estados Unidos e de volta ao solo brasileiro. Alice Brill fez parte de um conjunto de fotógrafas de uma geração importante para a História da Fotografia, composto por, especialmente, fotógrafas judias que vieram da Europa fugidas da ascensão do nazismo, algumas já especializadas no ramo fotográfico, outras aperfeiçoaram-se no país e, em um momento decisivo de urbanização e avanço das técnicas de produção e dos próprios meios de comunicação, um lugar, ainda que em menor número, também sendo apropriado pela presença feminina.

"Vida Longa ao Rei Cavaleiro!: Reflexões Iniciais sobre o Culto à Figura de Ricardo Coração I e a Ricardomania na Inglaterra Oitocentista" de Mauricio da Cunha Albuquerque, apresenta o rei Ricardo I como um daqueles personagens que deixam os historiadores inquietos. A realidade do sujeito histórico se confunde com os relatos dos cronistas da época que, mais preocupados em atender aos interesses políticos da dinastia Plantageneta do que em considerar as opiniões dos grupos rivais, insistiam em representa-lo como o monarca ideal, omitindo ou dando pouca visibilidade as suas falhas, defeitos e fracassos. Para uns, Ricardo foi um grande líder militar, amante da música, da poesia e dos grandes feitos; um monarca familiarizado aos ideais de cavalaria, que buscava a proeza acima de tudo; audacioso, intrépido, defensor do cristianismo, da Igreja, enfim, um personagem romanesco. Para outros, um soberano ostentoso e prepotente, colérico, impulsivo, extravagante, péssimo administrador; negligente com os assuntos públicos, com as finanças do reino e especialmente com o território britânico.

O capítulo *"Quem são essas Mulheres? Identidade, gênero e representatividade: Um ensaio sobre as senadoras brasileiras (mandato 2019-2027) e os trunfos de legitimidade acionados nas classes dirigentes",* de Milena Rosa Araújo Ogawa, discute as atribuições de ordem social e política, no concernente aos recursos para obtenção dos possíveis acionamentos dos trunfos de legitimidade das senadoras brasileiras, no mandato 2019-2027, partindo dos estudos de

crítica feminista de Danusa Marques (2018), Donna Haraway (1995), Janine Mello (2018), Marta Farah (2018), Rosangela Schulz (2015) e da perspectiva das classes dirigentes de Cristina Altmann (2019), Monique Saint-Martin (2008) e Pierre Bourdieu (1989). Na pesquisa, utilizo as fontes do portal institucional do Senado e desenvolvo a argumentação em 4 etapas: introdução da problemática do ensaio e a campanha eleitoral de 2018 no âmbito senatorial; proposta de estudo de gênero na política a partir do estudo das classes dirigentes e da identidade; análise sobre alguns trunfos de legitimidade que as senadoras possivelmente acionaram na última eleição e apresentação de análise crítica sobre gênero e política.

No capítulo *"Ilda Lopes X Ilda Carvalho: a construção identitária de uma operária fabril (1944-1948)",* Taiane Mendes Taborda destrincha o processo que a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense ingressou na Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Pelotas para instaurar um inquérito que visava a apuração de falta grave, com intuito de rescindir o contrato de trabalho da operária Ilda Lopes, trabalhadora que gozava de estabilidade. A partir da forma indiciária, analisa .o conceito de identidade junto a outros dois dissídios que circundaram uma mulher comum, anônima, tecelã da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, no interior do estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 1944 e 1948. O recorte temporal envolve a datação dos três processos judiciais encontrados sobre a operária no Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas – Prof. Beatriz Ana Loner (NDH-UFPel), cujo foco são os mundos dos trabalhadores, tendo em vista os seus três acervos principais: o da Delegacia Regional do Trabalho; os documentos relativos à Laneira Brasileira S/A, importante empresa do comércio de lãs da cidade que teve falência em 2003; e o acervo de processos trabalhistas de Pelotas e região com mais de 100 mil processos que abarcam os anos de 1941 até 1995.

Encerrando o livro, Thiago Cedrez da Silva, Elvis Silveira Simões e Edgar Ávila Gandra, no capítulo *"Reflexões sobre Fronteiras e Identidades nas relações de trabalho entre os Estivadores, Portuários e Arrumadores no porto de Rio Grande/RS",* os autores têm como objetivo compreender as relações de fronteira e identidade nas relações de trabalho entre os estivadores, portuários de capatazia e arrumadores no porto de Rio Grande/RS. Para realizarmos essa análise, sua pesquisa utilizou-se de fontes jornalísticas e bibliográficas sobre o tema, assim como de relatos orais de trabalhadores que vivenciaram o período histórico em análise.

Os organizadores

Sumário

PARTE 1:
FRONTEIRAS E IDENTIDADES NO ESPAÇO PLATINO E SUL-RIO-GRANDENSE

O RIO GRANDE DO SUL NOS "LIVROS QUE INVENTARAM O BRASIL" 17
Amurabi Oliveira

A FRONTEIRIÇA PROVÍNCIA SULINA E A GUERRA: O CONFLITO DA TRÍPLICE ALIANÇA SOB O PRISMA CARICATURAL 31
Francisco das Neves Alves

MODERNIZAÇÃO E VIOLÊNCIA NO PAMPA ORIENTAL 57
Jussemar Weiss Gonçalves

A CONSTRUÇÃO DE UMA FRONTEIRA LUSITANA: A COLÔNIA DO SACRAMENTO E A BARRA DO RIO GRANDE 67
Luiz Henrique Torres

PARTE 2:
IDENTIDADES E FRONTEIRAS: AS MÚLTIPLAS FACES

O LIVRO DIDÁTICO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO SUJEITO FEMININO NA HISTÓRIA – UMA ANÁLISE DA PRIMEIRA E SEGUNDA GUERRA MUNDIAL 83
Amanda Nunes Moreira

O CANCELAMENTO DA QUEERMUSEU ENTRE IDENTIDADE, MEMÓRIA E CONFLITO SOCIAL (PORTO ALEGRE/RS, 2017) 101
Daniel Barbier
Fábio Vergara Cerqueira

BANDIDOS NA IMPRENSA: O CASO DE UMA QUADRILHA DE SALTEADORES NA FRONTEIRA MERIDIONAL DO BRASIL (1880 – 1892) 121
Dário Milech Neto

COMPORTAMENTOS E IDENTIDADES GENERIFICADAS E SUAS RELAÇÕES COM A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER 141
Elisiane Medeiros Chaves

CAMINHOS E DESCAMINHOS DO SER E/OU PERTENCER: IDENTIDADES E FRONTEIRAS DO DESEJO POR PESSOAS DE MESMO SEXO/GÊNERO 159
Leonardo da Silva Martinelli

A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA EXTERNA SOBRE O BRASIL E SEUS HABITANTES NOS RELATOS DE HANS STADEN 179
Marcelo França de Oliveira

"VOCÊ É MULHER O SUFICIENTE PARA SOBREVIVER?": A DESCONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA EM *BITCH PLANET* DE KELLY SUE DECONNICK E VALENTINE DE LANDRO 199
Márcia Tavares Chico

IMAGENS DE OUTROS, IMAGENS DE SI: IDENTIDADES VISUAIS FOTOGRÁFICAS DE ALICE BRILL 215
Maria Clara Lysakowski Hallal

VIDA LONGA AO REI CAVALEIRO!: REFLEXÕES INICIAIS SOBRE O CULTO À FIGURA DE RICARDO CORAÇÃO I E A RICARDOMANIA NA INGLATERRA OITOCENTISTA 235
Mauricio da Cunha Albuquerque

QUEM SÃO ESSAS MULHERES? IDENTIDADE, GÊNERO E REPRESENTATIVIDADE: UM ENSAIO SOBRE AS SENADORAS BRASILEIRAS (MANDATO 2019-2027) E OS TRUNFOS DE LEGITIMIDADE ACIONADOS NAS CLASSES DIRIGENTES* 253
Milena Rosa Araújo Ogawa

ILDA LOPES X ILDA CARVALHO: A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE UMA OPERÁRIA FABRIL (1944-1948) 267
Taiane Mendes Taborda

REFLEXÕES SOBRE FRONTEIRAS E IDENTIDADES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO ENTRE OS ESTIVADORES, PORTUÁRIOS E ARRUMADORES NO PORTO DE RIO GRANDE/RS.. 291
Thiago Cedrez da Silva
Elvis Silveira Simões
Edgar Ávila Gandra

AUTORES E AUTORAS..... 313

PARTE 1

FRONTEIRAS E IDENTIDADES NO ESPAÇO PLATINO E SUL-RIO-GRANDENSE

O RIO GRANDE DO SUL NOS "LIVROS QUE INVENTARAM O BRASIL"

Amurabi Oliveira*

INTRODUÇÃO

Aquilo que convencionamos denominar de "Pensamento Social Brasileiro" (PSB) certamente constitui mais um exercício de atribuição que de inferência, uma vez que não é possível afirmar que haja uma unidade analítica interpretativa dos "intérpretes do Brasil" (Botelho, 2010). Ademais, ainda que possamos afirmar que parte expressiva da produção que situamos nessa rubrica tenha sido forjada em período relativamente próximo, inegavelmente encontramos uma expressiva dispersão cronológica ao tentarmos delimitar quem são esses tais intérpretes.

Certamente Euclides da Cunha (1866-1909), com a publicação de *Os Sertões* (1902), elabora uma força interpretativa considerável sobre a realidade brasileira, captando o dualismo de nossa sociedade e as contradições existentes (Queiroz, 1969), em muito antecipando as questões postas por Jacques Lambert (1901-1991) em *Os dois Brasis* (1969). Sua escrita, comprometida sobretudo com o desvelamento dos traços da cultura moderna, elabora uma narrativa que se distancia de uma visão romântica e conservadora sobre o passado, ao negar a possibilidade de construção da nação com as práticas rústicas dos vaqueiros do sertão (Villas Bôas, 2006).

Por outro lado, Darcy Ribeiro (1922-1997), mais de 90 anos depois, em *O Povo Brasileiro* (1995), elabora outro exercício interpretativo hercúleo sobre

* Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador do CNPq.

o Brasil, ou melhor, sobre os Brasis. Ele busca nesse trabalho esmiuçar a diversidade de tipos existentes nesse "moinho de gastar gente" (Ribeiro, 1995). Embora reconheça a grandiosidade da obra daqueles que o precederam, ela busca avançar no debate falando daqueles Brasis que foram "esquecidos".

O que quero enfatizar aqui, é que o PSB é profundamente diverso e plural, estendendo-se por uma larga faixa cronológica e temática de autores, e que, portanto, realizar um recorte é sempre um exercício árduo.

Interessa-me nesse presente trabalho compreender como a questão da fronteira – especialmente o alargamento da fronteira realizada pelos portugueses no período colonial – é posta no PSB. Assumo aqui um recorte ainda mais preciso, pensando a fronteira dentro dos "Livros que inventaram o Brasil": *Casa-Grande e Senzala* (1933) de Gilberto Freyre (1900-1987), *Raízes do Brasil* (1936) de Sergio Buarque de Holanda (1902-1982) e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) de Caio Prado Junior (1907-1990).

O ENSAÍSMO E AS TENTATIVAS DE INTERPRETAÇÕES DO BRASIL

Apesar da tentativa de realização de um corte cronológico entre a produção acadêmica nas ciências sociais antes e depois de 1930, como se com o advento dos cursos de graduação na área tivesse havido um verdadeiro divisor de águas (Fernandes, 1977; Liedke Filho, 2005), tem havido um intenso processo de revisita daquilo que se convencionou denominar de "ensaísmo" no PSB, apontando-se para "(...) a não existência de rupturas essenciais (ou de natureza?) entre os denominados ensaios de interpretação do Brasil e os estudos científicos sobre a sociedade, produtos da reflexão que se dará na universidade" (Botelho; Bastos, 2010: 478).

No presente artigo tendo a seguir essa esteira de pensamento, e reconheço o ensaísmo como uma força interpretativa relevante no desenvolvimento científico das ciências humanas e sociais, e também refuto que tais trabalhos pertenceriam a uma fase "pré-científica" do campo acadêmico brasileiro. Em meio a um conjunto intenso de transformações sociais – nas quais ganham destaque o advento da República, a abolição da escravidão, o início da nova República e posteriormente do Estado Novo; isso apenas para destacar algumas das mais relevantes num intervalo de aproximadamente meio século – um conjunto significativo de autores se propôs à realização de um esforço substantivo na tentativa de compreender o que é o Brasil. De acordo com

Bastos (2006), o ensaísmo dos anos de 1920 possuía duas temáticas centrais: a questão da cultura e a busca da identidade nacional. E ainda segundo Bastos, os autores desse período procuravam "inventar a cultura" para legitimar a "invenção" da identidade nacional.

Notadamente em período mais recente há um reconhecimento interessante sobre o lugar do PSB no campo das ciências sociais. De acordo com Maia (2011, p. 72-73):

> (…) sustento que o processo de descentramento teórico que vem ocorrendo ao longo das últimas décadas na sociologia fornece aos estudos de pensamento social brasileiro um instigante enquadramento analítico. Esse descentramento refere-se ao conjunto de textos e trabalhos que questionam o fundamento eurocêntrico da sociologia e afirmam a necessidade de se levar em conta lugares de discurso intelectual tidos como alternativos e/ou "periféricos". Esse debate contribuiu para dois procedimentos que encontram ressonância com o que é feito atualmente no campo do pensamento brasileiro: a) a crítica de conceitos sociológicos a partir de outros lugares de discurso; e b) a refutação ou retificação de teorias de médio alcance, levando-se em conta a falsa universalidade das mesmas.

Seguindo essa linha argumentativa, podemos inferir que o ensaísmo do PSB elaborou uma interpretação teórica original sobre a sociedade e a cultura brasileiras. Sua revisita representa, portanto, o reconhecimento que há uma produção teórica relevante no Sul Global que tem algo a nos dizer, cuja elaboração fora forjada a partir da experiência colonial (Connell, 2012).

Cabe-nos, evidentemente, uma revisita crítica a esses trabalhos, que os considere em seus contextos históricos, ao mesmo tempo em aponte para os limites interpretativos que possuem.

OS LIVROS QUE INVENTARAM O BRASIL

No campo das ciências sociais esse esforço interpretativo teórico ganhou um especial contorno no período compreendido entre as décadas de 1920 e 1940, quando foram publicadas algumas das mais renomadas obras do PSB. *Casa-Grande & Senzala, Raízes do Brasil* e *Formação do Brasil Contemporâneo* compõem o que Cardoso (1993) denominou de "livros que inventaram o Brasil". Ainda segundo o autor:

> Trata-se de autores com contribuições muito díspares, muito diferentes umas das outras. Embora seus livros principais tenham sido escritos proximamente uns dos outros, especialmente o do Sérgio Buarque e o do Gilberto Freyre — Casa grande e senzala é de 1933 e Raízes do Brasil é de 1936 e, portanto, estavam reagindo ao mesmo clima

> intelectual e político —, eles analisam o país de ângulos bastante diferentes. Não obstante surgem numa mesma leva de pensamento e foram motivados pela mesma matriz que originou esse esforço para repensar o Brasil.
> Nas interpretações sobre o Brasil dos anos 30, havia um forte prodomínio de idéias antiliberais. Os grandes autores eram Oliveira Viana e Alberto Torres, e, depois, Azevedo Amaral. Em Azevedo Amaral, a defesa do Estado autoritário é aberta; Oliveira Viana mal a esconde; e Alberto Torres não ficou imune à febre autoritária. Já os dois livros de Sérgio e de Gilberto Freyre — depois eu vou ao Caio — têm uma visão bem diferente. A visão de Gilberto Freyre foi revolucionária, embora mais tarde, na minha geração, custasse a crer que Gilberto Freyre tivesse tido um papel revolucionário. (Cardoso, 1993, p. 22-23).

Essa breve contextualização nos possibilita perceber a relevância que tais obras possuíram em seu tempo, e o porquê de continuarem a ser trabalhos que revisitamos para compreender a sociedade brasileira. Em que pese suas diferenças constitutivas, pode-se sumarizar que havia algo em comum entre elas, pois nos três casos há uma percepção de que o passado possui um peso sobre o presente. O que se altera em cada caso é a interpretação do passado, e qual o peso que ele teria sobre o presente.

Ainda sobre a relevância desses trabalhos, pode-se afirmar que o prefácio feito por Antônio Cândido (1918-2017) para quinta edição de Raízes do Brasil (2006 [1936]), publicada em 1969, é que, de certo modo, cristalizou uma visão acerca de autores fundamentais para essa área de conhecimento. Em suas palavras:

> Os homens que estão hoje um pouco para cá ou um pouco para lá dos cinquenta anos aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil sobretudo em termos de passado e a partir de três livros: *Casa-grande e senzala,* de Gilberto Freyre, publicado quando estávamos no ginásio; *Raízes do Brasil,* de Sergio Buarque de Holanda, publicado quando estávamos no curso complementar; *Formação do Brasil Contemporâneo,* de Caio Prado Júnior, publicado quando estávamos na escola superior. São estes os livros que podemos considerar chaves, os que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo. (Cândido, 2006: 9).

E mais adiante ele continua:

> Para nós, os três autores citados foram trazendo elementos de uma visão do Brasil que parecia adequar-se ao nosso ponto de vista. Traziam a denúncia do preconceito de raça, a valorização do elemento de cor, a crítica dos fundamentos "patriarcais" e agrários, o discernimento das condições econômicas,

> a desmistificação da retórica liberal. Mas talvez significassem outra coisa para os jovens da direita, que em geral, se bem me lembro, tendiam a rejeitá-los, olhá-los com desconfiança ou, na medida do possível, ajustar ao menos o primeiro aos seus desígnios. (Cândido, 2006:11).

Talvez a leitura de Cândido dê uma falsa impressão de unidade a esses autores, que claramente estavam sob distintas influências teóricas. Se no trabalho de Freyre havia uma clara reivindicação da tradição culturalista americana – ainda que isso possa ser problematizado, especialmente no que tange a sua relação com a obra de Franz Boas (Motta, Fernandes, 2013) –; por outro lado Holanda claramente inaugura um processo interpretativo da sociedade brasileira tendo por base a obra de Weber; e, por fim, Prado Junior realiza um exercício bastante original de interpretação marxista da formação sócio-histórica do Brasil em diálogo com as gerações de pensadores brasileiros que o antecederam.

Algo que chama a atenção nesse conjunto de autores é a relevância que é dada à ideia de formação, que aparece no título da obra de Prado Junior, assim como no subtítulo da de Freyre, que era "formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal". Neste movimento, a volta às raízes portuguesas/ibéricas mostra-se como um exercício relevante para a construção de suas obras.

Dada a centralidade que esse processo assume na obra desses autores, o recorte temporal que é privilegiado refere-se ao período colonial, de tal modo que o Nordeste torna-se o principal palco das análises empreitadas, e de forma mais residual as regiões Sudeste e Sul. Ainda que possamos reconhecer que a divisão regional que temos hoje é uma invenção relativamente recente (Albuquerque Junior, 2011) – para que não soe como anacronismo o que está sendo dito aqui – acredito que é relevante apontar para esta questão, para pensarmos também que elaboração realizada por esses autores, ainda que num movimento elaborado *a posteriori*, havia um esforço de elaborar uma concepção de nação que englobassem as diferentes regiões do país.

Notadamente, esse esforço de forjar a nação implicaria em resultados diferentes. Freyre acaba por ser um dos principais defensores da ideia de singularidade brasileira em termos de identidade nacional. Prado Junior em parte compartilha essa perspectiva, ao reconhecer que o processo de colonização acabou por permitir que se esboçasse no Brasil uma nacionalidade diferente do seu modelo europeu, porém isso não significaria autonomia e dinâmica própria para nossa sociedade. Já Holanda não coloca a questão da identidade

nacional no centro de sua análise em *Raízes do Brasil*, preocupando-se mais em reconstruir a identidade brasileira "tradicional" compreendida como um dos "polos de tensão social e política do presente, como o arcaico que tende a ser superado pela sociedade brasileira em 'revolução'" (Sallum Jr., 1999, p. 238).

É no bojo dessas questões que estes autores tentaram situar as diferentes regiões do país na ideia do "nacional". Isso não quer dizer que essa postura tenha sido a única dentro do PSB, como bem ressalta Botelho (2010, p.55):

> Assim, por exemplo, na década de 1920, em contraste com o que viria a predominar na década seguinte, a preocupação com a questão da identidade coletiva partia da constatação da diversidade e das especificidades de cada uma das regiões brasileiras e da impossibilidade de pensar a sociedade em termos homogêneos. Como aparece em *Populações meridionais do Brasil* em contraste, por exemplo, com *Casa-grande & senzala.*

O ponto, ao menos no meu trabalho nesse momento, é de que forma o Rio Grande do Sul aparece nessa tríade de livros, de como que ele viria a ser incorporado dentro de um projeto de nação que é forjado pelos autores que são o foco desse artigo. Este esforço também fora realizado pelos intelectuais gaúchos do mesmo período. Segundo Oliven (1992) isso era transparecido inclusive pela difusão entre tais intelectuais por meio da ideia de que as guerras travadas pelos gaúchos possuiriam um caráter "não-separatista", ainda segundo o autor:

> Mais que uma omissão escandalosa em relação ao que estava ocorrendo, o que se nota nos escritos desses intelectuais, quando eles insistem no não-separatismo da Revolução Farroupilha e nas diferenças essenciais entre o gaúcho brasileiro e o plantino, é uma tentativa de afirmar a *brasilidade* do Rio Grande do Sul e seus habitantes. Embora atualmente isso possa parecer supérfluo, convém lembrar que boa parte deles estava escrevendo antes ou logo depois de 1930 quando ainda não havia se consolidado a integração econômica e política do país. A Revolução de 1930, na medida em que significou um processo crescente de centralização econômica e política, acentuou a ideia de unidade nacional e atribuiu ao Estado essa tarefa. É preciso, portanto, não só afirmar a brasilidade do gaúcho, mas enfatizar seus traços positivos, mesmo que para isso seja necessário maquilar a realidade, passando por cima dos elementos que poderiam eventualmente ser considerados "bárbaros". Esses deveriam ser "exportados" para o outro lado da fronteira: o Prata. (Oliven, 1992, p. 58).

Compreende-se com isso que havia uma clara afinidade entre o movimento que estava sendo realizado no nível nacional, com aquilo que estava sendo feito no nível local. Não se pode ignorar, obviamente, que havia circula-

ção e trocas intelectuais entre os diferentes polos de produção do conhecimento no Brasil, de modo que Porto Alegre inseria-se nesse circuito de maneira incisiva, o que tinha impactos diretos sobre a elaboração do "nacional" nesse conjunto de autores.

O RIO GRANDE DO SUL E O BRASIL

Seria partir de um lugar-comum indicar que o Rio Grande do Sul é amiúde percebido como uma configuração idiossincrática no Brasil, ainda que se deva reconhecer que "(…) a figura do gaúcho, tal como a conhecemos, sofreu um longo processo de elaboração cultural até ter o atual significado gentílico de habitante do estado." (Oliven, 1992, p. 50). Retomando o argumento desenvolvido por Oliveira Vianna (1973 [1920]), o gaúcho reuniria características singulares em relação a outras populações no Brasil, o que seria fruto da geografia e da experiência de guerra. Todavia, como já fora apontado, as gerações seguintes estavam mais preocupadas em encontrar certa "unidade nacional", e inserir as diversas unidades regionais dentro de um todo, e isso teve implicações sobre a recepção de tais obras no próprio Rio Grande do Sul.

Para Nedel (2007), a obra de Freyre no Rio Grande do Sul foi incorporada e utilizada recursivamente, de modo que se possibilitasse que a formação regional "desviante" fosse incorporada nos quadros de uma cultura brasileira elaborada segundo a linha de representação plural. Tal questão remete ao debate que estava posto ao fundo em relação à dualidade unidade/diversidade regional, que se cristalizava na divisão Norte/Sul (Sorá, 1998).

Talvez o caso de Freyre seja bastante particular em relação a Holanda e Prado Junior, uma vez que ele buscou produzir uma rede de relações com os intelectuais gaúchos, produzindo um "eixo intelectual" entre Recife e Porto Alegre (Oliveira, 2019). Este movimento se deveu, justamente, por compreender que Pernambuco e o Rio Grande do Sul partilhavam de um sentimento de província, no qual se articulavam as dimensões entre o regional e o nacional.

Uma das críticas mais recorrentes realizadas ao livro *Casa-Grande & Senzala* é que ele assumiria a parte pelo todo, generalizando o Nordeste pelo Brasil. Todavia, Freyre é enfático em afirmar que o livro trata de uma análise mais ampla sobre as características gerais da constituição da sociedade brasileira, fundada no latifúndio, monocultura e no regime patriarcal escravocrata. Em suas palavras:

> Não nos esqueçamos, a propósito de áreas e subáreas, de que a influência do patriarcado monocultor e escravocrata que teve seus centros mais intensos e de vida mais constante e longa em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro foi, no Norte, até a subárea amazônica, no Sul, até o Rio Grande do Sul e, no Centro, até Mato Grosso. Constituiu assim aquele sistema - talvez o de maior influência na fixação de característicos nacionais e gerais no Brasil - um sistema ou complexo trans-regional e não apenas regional, como supõem alguns pesquisadores de história ou de sociologia da gente brasileira. Formou uma constelação de áreas ou subáreas ou uma espécie de supra-área de cultura, original em sua configuração e extensão, e não apenas correspondente à área ou região geográfica a que é geralmente associada: o Nordeste ou o Norte agrário do Brasil (Freyre, 2005, p. 145).

Para fins de reforçar ainda mais seu argumento, Freyre faz referência aos seguintes autores e obras que convergiriam com suas ideias: Tales de Azevedo (1904-1995), no livro *Gaúchos - notas de antropologia social* (1943), Dante Laytano (1908-2000), no texto "O português dos Açores na consolidação moral do domínio lusitano no extremo Sul do Brasil" (1940/1941), Athos Damasceno Ferreira (1902-1975), em *Imagens sentimentais da cidade* (1940), e Ernani Correia (1900-1982), no artigo "A arquitetura do Rio Grande do Sul" (1944).

Fugiria do foco e do escopo desse artigo, porém é relevante indicar que no prefácio da segunda edição da obra *Sobrados e Mucambos* (2006 [1936]), datado de 1948, Freyre tenta responder às críticas recebidas indicando que haveria apenas variação em termos de conteúdo etnográfico, mas a "substância" do patriarcado se manteria de norte a sul do país, como força fundante da sociedade nacional.

Normalmente o Rio Grande do Sul aparece nessa obra de forma aligeirada, quando o autor quer convencer o leitor sobre determinadas características sociais, culturais ou raciais que seriam recorrentes a todo o país. Havia uma preocupação em Freyre em reforçar a ideia de que ele, ao falar da região, também estava falando da nação, de modo que a citação, ainda que incidental, de diversas regiões como que conectadas por determinados fios condutores poderia dar fôlego a sua argumentação.

Apesar de Holanda orientar sua escrita de outra forma, preocupando-se nem tanto com uma análise recortada cronologicamente, busca captar o *ethos* nacional, o que é desenhado a partir da "herança ibérica" que teria constituído a "cultura da personalidade", cujas implicações sociopolíticas são amplamente conhecidas em sua obra, sintetizadas na máxima de que no Brasil a democracia nunca passou de um mal-entendido (Holanda, 2006). Essa análise que Holanda realiza é fortemente influenciada por suas leituras de autores alemães (Waizbort, 2011), e em certa medida demarca uma ruptura interpretativa

com relação a Freyre. Não à toa, apesar de o sociólogo pernambucano assinar o prefácio da primeira edição de *Raízes do Brasil*, ele foi retirado da segunda edição.

As menções ao Rio Grande do Sul continuam rarefeitas nessa obra, indicando-se apenas alguns exemplos pontuais, como na seguinte passagem:

> Que assim sucedesse com relação aos portugueses não é de admirar, sabendo-se que, ainda em nossos dias, os mesmos métodos predatórios e dissipadores se acham em uso entre colonos de pura estirpe germânica, e isso, não só no meio tropical que constituem as baixadas espírito-santenses, mas também em regiões de clima relativamente temperado como as do Rio Grande do Sul. (Holanda, 2006, p. 51).

Em que pese a economia dessa referência, podemos inferir determinadas questões daí. Holanda estava essencialmente preocupado em captar o *ethos* nacional, ainda que não operasse com uma ideia de identidade fixa, e isso implicava também numa recusa das explicações que remetiam aos determinismos biológicos ou geográficos. Essa breve passagem cumpre esse papel, e mais uma vez insere o Rio Grande do Sul no projeto de nação, ao apontar que traços comuns que persistiriam no resto do Brasil, apesar da singularidade geográfica e de composição étnica.

Diferentemente de Freyre, que optou por dialogar principalmente com escritores gaúchos ao fazer referências ao Rio Grande do Sul, Holanda chega a este estado principalmente por meio de análises de estrangeiros. São citados em *Raízes do Brasil* as seguintes obras que se referiam ao estado: *Der deutsche Bauer in Rio Grande do Sul* (1937), de Hans Porzelt, e *Voyage au Rio Grande do Sul* (1887), de Auguste de Saint-Hilaire. Claro que a escolha pelas análises de estrangeiros possibilitava outras aproximações intelectuais, movidas, sobretudo, pelo estranhamento que esse olhar possuía, que desnaturalizava as práticas culturais que eram corriqueiras para os intelectuais brasileiros. Ao citar Saint-Hilaire ele nos indica a seguinte situação descrita pelo observador francês:

> (...) conta-nos como lhe doía a pouca atenção dos fiéis durante os serviços religiosos. "Ninguém se compenetra do espírito das solenidades", observa. "Os homens mais distintos delas participam apenas por hábito, e o povo comparece como se fosse a um folguedo. No ofício de Endoenças, a maioria dos presentes recebeu a comunhão da mão do bispo. Olhavam à direita e à esquerda, conversavam antes desse momento solene e recomeçavam a conversar logo depois." As ruas, acrescenta pouco adiante, "viviam apinhadas de gente, que corria de igreja a igreja, mas somente para vê-las, sem o menor sinal de fervor".

Esta questão é chave central para a crítica que Holanda desenvolve e sua defesa democrática, que se reverbera também na sua leitura de "o homem cordial". Como bem aponta Cardoso (1993, p. 29):

> O ritual, que pode parecer alguma coisa de impositivo e, portanto, negativo, é também condição da vida democrática. O não ter regra, aparentemente, é o estar à vontade que igualiza; mas na verdade não é bem assim, é propiciar que as pessoas que são formalmente iguais deixem de sê-lo, porque sendo uns "mais iguais que os outros", são tão superiores que podem ser condescendentes, "democratas", como uma concessão pessoal e não em função do direito do outro.
> Confundimos muito no Brasil essa situação, que é de manipulação pela ausência de regras gerais e conhecidas, com "informalidade democrática". Tem-se a impressão que convém quebrar todas as regras para haver democracia. Quando se quebram todas as regras, entretanto, não há possibilidade da generalização de situações de igualdade, não há possibilidade efetiva de se criar uma situação de democracia.

Desse modo, ainda que ligeiras, as impressões deixadas pelos observadores estrangeiros possuíam um peso importante na interpretação do Brasil, e isso incluía aqueles que viajaram até o Rio Grande do Sul, que apesar das singularidades étnicas e climáticas era um estado essencialmente brasileiro na leitura de Holanda.

Apesar de Prado Junior também estar preocupado essencialmente com o período colonial, o subtítulo de *Formação do Brasil Contemporâneo* é "Colônia", ele é mais generoso nas referências ao Rio Grande do Sul que seus contemporâneos aqui analisados. Obviamente o fato desta ser a única das três obras publicadas após o advento do Estado Novo ajuda a compreender essa presença. Ele foi extremamente cuidadoso na descrição do povoamento e da geografia da região Sul, indicando que, apesar da parca ocupação até final do século XVIII, esse cenário iria modificando-se aos poucos com a vinda da navegação a vapor. Também enfatiza o papel do gado no povoamento e das zonas de comunicação criadas entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Também mais que Freyre ou Holanda, Prado Junior é quem dá maior ênfase às particularidades que envolveram a imigração para aquela região, que implicou num desenvolvimento particular em termos de estrutura fundiária e de arranjos familiares. Do mesmo modo, ele apesar de reconhecer a mestiçagem como uma característica fortemente presente na sociedade brasileira, partindo do trabalho de Freyre para tanto, aponta para aspectos singulares na região Sul:

> Para o sul da colônia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a situação é inteiramente diversa do resto. A mestiçagem passa para o segundo plano, e a maioria da população é constituída de brancos puros. Deve-se isto ao fato já assinalado acima da forma pela qual se processou o povoamento da região. Ele tem por base a imigração de açorianos e em grupos familiares bem constituídos que asseguram a permanência de uma pureza de sangue que as condições de outras capitanias tornam precária. Doutro lado, o baixo nível econômico destas capitanias meridionais até a data que nos ocupa impediu o afluxo numeroso de negros. O índio também não é abundante, nem no litoral, nem no interior, onde, embora presente, permaneceu afastado do convívio da civilização e entranhado nas matas de oeste, em que resiste tenazmente ao avanço da colonização. No Rio Grande, o contingente indígena, reduzido e catequizado pelos jesuítas nas suas famosas reduções dos Sete Povos, permanecerá num estado de semicivilização e pureza racial, sob a direção dos padres, até 1767, quando estes são expulsos dos domínios espanhóis. (Prado Junior, 2011, p. 120).

Com essa passagem, podemos perceber que, diferentemente do que fora retratado em *Casa-Grande & Senzala* e *Raízes do Brasil*, no livro *Formação do Brasil Contemporâneo* havia uma preocupação contínua de demarcar as particularidades que estavam postas nas províncias meridionais. Sem embargo, esse reconhecimento da singularidade étnica e de colonização do Brasil meridional não fazia com que tais províncias escapassem de um espectro mais amplo que se encontrava no "sentido da colonização" perseguido por Prado Júnior. Em outros termos: em que pesem os aspectos *sui generis* apontados por Prado Junior, tanto Rio Grande do Sul quanto Santa Catarina (normalmente referenciados juntos) integram o Brasil. Nessa direção, Prado Júnior coaduna com a ideia de que a existência de uma diversidade cultural e social não implicaria necessariamente num questionamento sobre a unidade nacional.

Tal como Holanda, Prado Júnior dialogou antes com a produção estrangeira sobre o Rio Grande do Sul que com os intelectuais locais, citando também o trabalho de Saint-Hilaire, além de *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul* (1927) de Nicolau Drey, e *História popular do Rio Grande do Sul* (1935) de Alcides Lima. Todavia, seu diálogo também se dava articulado com os dados sobre essa região, obtidos em arquivos e em fontes secundárias.

Formação do Brasil Contemporâneo é citado nas edições posteriores tanto de *Casa-Grande & Senzala* quanto de *Raízes do Brasil,* o que demonstra seu fôlego e impactos mesmo sobre os trabalhos que o precederam. Certamente o distanciamento temporal possibilitou que tivesse acesso a uma base de dados mais ampla que possibilitou uma análise mais cuidadosa sobre o sul do Brasil, mas que ao mesmo tempo, apesar de avançar na discussão, acaba

por voltar a conclusões semelhantes de seus contemporâneos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício aqui realizado, longe de buscar esgotar a discussão, almeja estimular a elaboração de novas análises no campo de pesquisas do PSB, enfatizando principalmente aspectos considerados "residuais" nos cânones dessa seara.

Apesar do Rio Grande do Sul aparecer de forma mais pontual nos "livros que inventaram o Brasil", o que se deve principalmente à ênfase que eles dão ao período colonial, no qual ganham maior visibilidade principalmente o nordeste, e posteriormente Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, isso não significou que Freyre, Holanda e Prado Júnior ignoraram sua relevância na formação nacional.

Freyre, como é sabido, defendeu enfaticamente a ideia de miscigenação racial como um amalgamento das relações sociais no Brasil, e em certa medida essa ideia não fora completamente refutada por Holanda, que afirma a "a relativa inconsistência dos preconceitos de raça e de cor" (Holanda, 1995, p. 184) no Brasil; tampouco por Prado Júnior, que percebia a miscigenação racial como uma característica da formação social brasileira. Essa questão certamente era um complicador para que fosse pensada a inserção do Rio Grande do Sul na formação cultural e social brasileira, dada a centralidade do debate racial para a elaboração das interpretações do Brasil.

Pode-se afirmar que os três autores reconhecem as particularidades que envolvem a formação gaúcha em relação ao resto do Brasil, entretanto, os três reafirmam a incorporação desse estado à representação de Brasil que eles elaboram. De forma muito sintética, poderíamos dizer que esse movimento é realizado por Freyre a partir do conceito de patriarcado, por Holanda a partir da ideia de cultura da personalidade, e para Prado Júnior a partir do sentido da colonização.

No final das contas, o Rio Grande do Sul, devido a suas características idiossincráticas, mais afirmaria que negaria as interpretações sobre o Brasil, na medida em que partilharia dos principais elementos que delineariam a nação, apesar das particularidades sociais, culturais e étnicas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e outras artes.* São Paulo: Cortez, 2011.

BASTOS, Elide Rugai. *As Criaturas de Prometeu:* Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira. São Paulo: Global, 2006.

BOTELHO, André. Passado e futuro das interpretações do país. *Tempo Social,* v. 22, n. 1, p. 47-66, 2010.

BOTELHO, André; BASTOS, Élide Rugai. Pensamento Social Brasileiro. In: MARTINS, Carlos Benedito; MARTINS, Heloisa Helena. (Org.). *Horizontes das Ciências Sociais:* sociologia. São Paulo, ANPOCS, 2010, pp. 475-496.

CÂNDIDO, Antônio. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sergio Buarque. *Raízes do Brasil.* São Paulo, Companhia das Letras, 2006, pp. 9-21.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional:* o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. Livros que Inventaram o Brasil. *Novos Estudos,* s/v, n. 37 p. 21-35, 1993.

CHAGURI, Mariana Miggiolaro. O Norte e o Sul: região e regionalismo em meados do século XX. *Sociologia & Antropologia,* v. 4, n. 1, p. 185-206, 2014.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* v. 27, n. 80, p. 9-20, 2012.

FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil:* contribuições para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis, Vozes, 1977, 256 p.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos:* decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2006.

_____ . *Casa Grande & Senzala:* formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2005.

HOLANDA, Sergio Buarque. *Raízes do Brasil.* São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

LIEDKE FILHO, Enno. A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. *Sociologias,* v. 7, n. 14, p. 376-437, 2005.

MOTTA, Roberto; FERNANDES, Marcionilia. Gilberto Freyre, um enigma genealógico. In:_____; _____ (Ogs.) *Gilberto Freyre:* região, tradição, trópico e outras aproximações. Rio de Janeiro, Instituto Miguel de Cervantes, 2013, pp. 11-36.

NEDEL, Letícia. A recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul. *Mana,* v. 13, n. 1, p. 85-118, 2007.

VILLAS BOAS, Glaúcia. *Mudança Provocada:* passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo:* colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco. *Populações meridionais do Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

OLIVEIRA, Amurabi. Gilberto Freyre e o Brasil Meridional. *Estado e Sociedade*, v. 34, n. 1, p. 241-259, 2019.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo:* a diversidade cultural no Brasil-nação. Petrópolis: Vozes, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *Brésil, XIXe siècle:* les précurseurs des sciences sociales: culture, science etc développement. Paris: Privat, 1979.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SALLUM JR., Brasílio. Sergio Buarque de Holanda: Raízes do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil:* um banquete no trópico. São Paulo, Senac, vol. 1, 1999, p. 235-256.

SORÁ, Gustavo. A construção sociológica de uma posição regionalista: reflexões sobre a edição e recepção de Casa-grande & senzala de Gilberto Freyre. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* v. 13, n. 36, p. 1-22, 1998.

WAIZBORT, Leopoldo. O mal-entendido da democracia: Sergio Buarque de Hollanda, *Raizes do Brasil*, 1936. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* v. 26, n.76, pp.39-62, 2011.

A FRONTEIRIÇA PROVÍNCIA SULINA E A GUERRA: O CONFLITO DA TRÍPLICE ALIANÇA SOB O PRISMA CARICATURAL

Francisco das Neves Alves*

A posição fronteiriça do Rio Grande do Sul representou um elemento constitutivo fundamental que marcou sua história a partir de múltiplas ações bélicas. Corroboram com tal perspectiva os tantos conflitos entre portugueses e espanhóis, à época das disputas territoriais do período colonial; a constante passagem de forças militares pelas fronteiras nos diversos focos revolucionários em terras sulinas, uruguaias e argentinas, já com a edificação dos Estados nacionais; e os vários confrontos que caracterizaram o enfrentamento do Império brasileiro com seus vizinhos platinos. A participação dos sul-rio-grandenses em tais embates foi notória, ficando secularmente demarcada a formação gaúcha pelo contato direto com a guerra. Tal realidade seria retratada pelos registros informativos/opinativos emitidos a partir da imprensa jornalística, desde as suas origens em terras rio-grandenses-do-sul, nas primeiras décadas do século XIX.

Jornais noticiosos, políticos, literários, caricatos e de tantos outros gêneros refletiram em suas páginas tal teor guerreiro da construção sul-rio-grandense. As folhas ilustradas e humorísticas que se desenvolveram no Rio Grande do Sul a partir da segunda metade dos Oitocentos não deixariam de trazer

* Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018) e à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de cento e cinquenta livros.

esses reflexos ao público leitor. A incorporação da imagem ao jornalismo constituiu um considerável fator de aceitação desses periódicos, os quais poderiam atingir até as populações pouco letradas e mesmo os analfabetos (MELO, 1985, p. 120-121). Nesse sentido, rápidos traços sobre o papel, muitas vezes, contribuíram para expressar uma opinião de forma mais objetiva do que através de um longo texto (BAHIA, 1960, p. 39).

Por meio de imagens carregadas de ironia, associadas e/ou complementadas por escritos da mesma natureza, as publicações caricatas tiveram na prática de um humor direto e incisivo (FERREIRA, 1944, p. 18), um dos elementos essenciais que marcou o seu norte editorial. Assim, com a imprensa caricata, o desenho de humor envolveu mais o seu consumidor, apresentando um conteúdo próprio, natural e original (BAHIA, 1990, p. 129). Como a imagem traz consigo um registro abrangente, baseado em um dos sentidos que caracterizam a condição humana (KNAUSS, 2006, p. 99), tal gênero jornalístico teve a propriedade de apresentar uma versão caricatural da realidade retratada.

Na época em pauta há uma efervescência entre os desenhistas e os litógrafos no sentido de captar o momento, registrando o tempo vivido (PINTO, 1997, p. 21), revelando vários detalhes das vivências em sociedade. As caricaturas ofereceram uma contribuição fundamental ao debate político, incentivando o envolvimento das pessoas nos assuntos de Estado (BURKE, 2017, p. 121). De acordo com tal perspectiva, o mais grave conflito bélico no qual esteve envolvido o Brasil no século XIX, a Guerra do Paraguai, foi coberto jornalisticamente pela imprensa da fronteiriça província sulina, com especial atenção para *A Sentinela do Sul*, primeiro representante do periodismo caricato no contexto rio-grandense, constituindo o estudo de tal abordagem o objeto desta pesquisa.

A Sentinela do Sul foi a folha pioneira dentre as publicações caricatas gaúchas. Tal semanário foi editado na capital da província, entre julho de 1867 e, provavelmente, a virada entre 1868 e 1869. Júlio Timóteo de Araújo e Manoel Felisberto Pereira da Silva eram seus proprietários, a sua impressão era feita na Litografia Imperial de Emílio Wiedemann, enquanto as ilustrações ficavam a cargo de Inácio Weingärtner, que atuava como gravador naquela empresa. *A Sentinela* apresentava-se como jornal ilustrado, crítico e joco-sério e, com humor, lembrava que seria publicada diariamente, com exceção dos dias de semana, custando, primeiramente, 9$000 por semestre, 16$000 por ano e $440 réis, o número avulso, passando, mais tarde, a 12$000 e 14$000 anuais, respectivamente para os assinantes da capital e de fora dela. Em meio

aos modelos normalmente mais críticos e ácidos das folhas caricatas, manteve sua construção discursiva e suas manifestações pictóricas em padrões razoavelmente mais amenos e moderados (FERREIRA, 1962, p. 13-27).

A publicação estabeleceu padrões de significativa qualidade gráfica para os modelos da época, graças ao bom trabalho como gravador, retratista e calunguista promovido pelo seu ilustrador. Além disso, caracterizou-se por um caráter por vezes ameno do espírito crítico, rechaçando as penas mais desabusadas e contundentes, de modo que o jornal, ainda que se rotulasse de crítico e jocoso, era sério também. O "Redator" da folha, muitas e muitas vezes representado nas páginas do semanário, com sua cartola e quase sempre acompanhado de seu auxiliar, um jovem negro, o "Piá", na maioria das suas aparições, assumia os ares aconselhados pela decência, não dando granja ao moleque, a quem apenas permitia perguntas discretas. Séria e/ou humorística, *A Sentinela do Sul* abriria espaço para um gênero que ganharia repercussão no Rio Grande do Sul do século XIX, mas, mantendo o caráter muitas vezes pouco longevo deste tipo de publicação, já passava por dificuldades em agosto de 1868, vindo a desaparecer em janeiro do ano seguinte (FERREIRA, 1962 p. 17, 19 e 26-27).

A qualidade gráfica do periódico poderia ser observada desde o seu próprio cabeçalho, uma composição equilibrada e inteligente, levada a termo com segurança técnica e bom gosto real. A gravura do frontispício mostrava ao fundo uma vista panorâmica da cidade de Porto Alegre, destacando-se, no primeiro plano, à direita, a figura de um índio – símbolo americano e brasileiro – e, à esquerda, em referência à Guerra do Paraguai, um acampamento militar, a cuja frente aparecia um gaúcho a cavalo, em trajes típicos, os quais se tornariam tradicionais. Completava a alegoria, além de outros elementos decorativos, uma cartela, ao centro, em que aparecia o lema "a sorte favorece os audazes", escrito em latim e, ao alto, em letras de caprichoso corte, o título da publicação (FERREIRA, 1962, p. 17). O conjunto era composto ainda por dois querubins que, em suas trombetas, traziam os dísticos: "*Sentinela do Sul* – jornal ilustrado".

Em sua apresentação (A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 7 jul. 1867. A. 1. N. 1. p. 2), o semanário, com ironia, lembrava que todos os jornais e todas as publicações periódicas tinham o costume de apresentarem ao público – definido como uma entidade que engolia as *araras* da imprensa e pagava as suas assinaturas – um programa, no qual minuciosamente detalhavam tudo quanto pretendiam, ou, na maioria das vezes, não pretendiam fazer naquela espinhosa carreira e no desempenho daquela árdua e honrosa missão, que seria um sacerdócio e conduziria a um martírio. Nesse sentido, a folha caricata dizia que não pecaria pela omissão de tal dever, e mesmo que não fosse dada a frases altissonantes, não iria deixar de seguir a regra geral. Usando um termo considerado obrigatório em matéria de programa, a folha afirmava que entrava na arena, armada de pena e de crayon, disposta a sustentar a luta contra o indiferentismo do público e a falta de assinaturas, os dois principais inimigos que quase sempre perseguiam as empresas da sua ordem. O hebdomadário declarava estar disposto a maçar os seus leitores com oito páginas mistas de textos e gravuras, nas quais abrangeria, tanto quanto possível, as ocorrências da semana.

Buscando isentar-se da prática da pasquinagem, o periódico destacava que, apesar da crítica ser o seu elemento principal, a mesma seria manejada com discernimento, nunca passando das raias da justiça e da honestidade, só ferindo a partir da razão e nos limites da decência, de modo que não viria a empregar a arma do ridículo contra o que fosse nobre, belo e grande. Já no seu programa, o semanário mostrava suas intenções de ter a Guerra do Paraguai como um de seus motes editoriais, enfatizando que as honras, as glórias e as

alegrias da pátria achariam eco fiel na *Sentinela do Sul*, que se esforçaria para dar aos seus leitores não só os retratos e as biografias dos pró-homens da época e da situação guerreira, mas também vistas do teatro da guerra. Dizia ainda que a caricatura não poderia faltar, pois ela seria o sal ático da publicação, que em tom joco-sério diria muitas verdades, permanecendo fiel ao antigo princípio "*ridendo castigare mores*". Dessa maneira, a folha adotava um espírito moralizador da sociedade, muitas vezes assumido pelos caricatos, garantindo que se esforçaria com desenhos e palavras para castigar o crime, a hipocrisia, a ignorância e a vilania no que tinha de mais caro, ou seja, o seu amor próprio.

O periódico expunha também que acreditava no favor público, que o acompanharia na senda que se propunha a percorrer, tomando por norte a razão, a justiça e o patriotismo. Previa ainda que a sua execução artística seria sempre digna de entrar em comparação com a das edições ilustradas da corte, bem como a sua publicação e expedição seriam feitas com regularidade. Como a primeira folha ilustrada que saía na província do Rio Grande, esperava contar com a proteção do público. Já em sua segunda edição (A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 14 jul. 1867. A. 1. N. 2. p. 2), o hebdomadário destacava as repercussões que tivera sua distribuição junto ao público porto-alegrense, traduzida por meio da conversa entre seus dois personagens centrais, os quais comentavam que o acolhimento fora ótimo, havendo barulho pela cidade diante da novel publicação. Na mesma oportunidade, o pioneiro caricato esclarecia que não queria saber de negócios de partido, os quais não davam camisa para ninguém, ainda mais que a meta de seus proprietários seria a de ganhar dinheiro e não fazer vida política (ALVES, 2006, p. 49-88; ALVES, 2007, p. 245-254; e ALVES, 2016, p. 9-72).

A mais marcante presença nas páginas da *Sentinela* era a do Redator e o Piá, que representavam a organização redacional da folha. O Redator simbolizava o articulador dos textos e o Piá era uma espécie de repórter, que saía às ruas para coletar as notícias e repassar as novidades ao companheiro de redação. Entre ambos havia uma relação que ia além daquelas de natureza empregador/empregado, lembrando mais a perspectiva do escravismo, tanto que o Piá chamava o Redator de "amo" e este, por várias vezes, ameaçava o outro com punições e castigos, inclusive físicos. Em termos simbólicos, havia também um outro tipo de interação ente eles, pois o Redator traria a versão mais reflexiva e, de certo modo, comedida e séria; ao passo que o Piá, carregava consigo a maior carga de jocosidade. Desse modo, um poderia aparecer como o alter ego em relação ao outro.

O Redator

O Piá

À época da Guerra do Paraguai, houve, em linhas gerais, uma ativa participação da imprensa brasileira em prol da causa nacional no conflito bélico. O jornalismo caricato iria participar de tal esforço de guerra, de modo que o engajamento conferiu à caricatura um relevante papel, uma vez que exibiu as condenadas formas do adversário e, com isso, apresentou-se como privilegiada base da legitimação pretendida pelo Império na sua ação armada contra o governo paraguaio (SILVEIRA, 1996, p. 169). O mesmo ocorreu com *A Sentinela*, de modo que a Guerra da Tríplice Aliança tornou-se um dos temas mais recorrentes nas páginas do semanário porto-alegrense, o qual chegou mesmo a publicar por diversas vezes um aviso solicitando a todas as pessoas que possuíssem retratos de oficiais e praças, que viessem se distinguindo na Guerra contra o Paraguai, acompanhados de notas biográficas, os emprestassem à redação, de modo a serem estampados em suas colunas. O mesmo pedido era feito às famílias dos oficiais que tivessem morrido no teatro da guerra (A SENTINELA DO SUL, 9 fev. 1868. A. 2. N. 32. p. 7).

No ano inicial da circulação da *Sentinela*, a Guerra do Paraguai constituiria o tema mais difundido nas suas páginas, trazendo aos leitores textos e imagens acerca do cenário bélico, com registros iconográficos e textuais sobre do panorama da guerra e de seus principais participantes. De acordo com o caráter de mobilização patriótica que dominava a imprensa brasileira de então, o hebdomadário se dispunha a uma figurativa participação na guerra, engajando-se com a causa nacional. Ao mesmo tempo, a folha enaltecia a parti-

cipação dos sul-rio-grandenses no conflito, denunciando um alheamento das demais regiões do país. O semanário também manifestava as desconfianças em relação aos aliados do Brasil na Tríplice Aliança. Tal periódico movia ainda ferrenha campanha de oposição ao inimigo, personalizado essencialmente na figura do líder paraguaio, Solano Lopes.

Nesse contexto, a Guerra da Tríplice Aliança constituiria o assunto mais frequente da *Sentinela do Sul*, sempre atenta aos acontecimentos bélicos. Durante o primeiro ano de existência da folha caricata, foram pouquíssimas as edições que não fizeram referências diretas à guerra, chegando a mais de noventa por cento a proporção de números que continham matérias específicas sobre o confronto. Além disto, ao longo dos cinquenta e dois números editados nos primeiros doze meses do periódico, quase sempre, em pelo menos uma de suas oito páginas havia uma referência ao conflito. Estas constatações podem ser observadas a partir dos seguintes levantamentos (ALVES, 2016, p. 13-15), expressos de modo gráfico:

Gráfico 1 – Proporção de edições em que aparecem ("c/ref.") e não aparecem ("s/ref.") matérias referentes à Guerra do Paraguai, levando em conta um ano de publicação da *Sentinela do Sul* (em %)

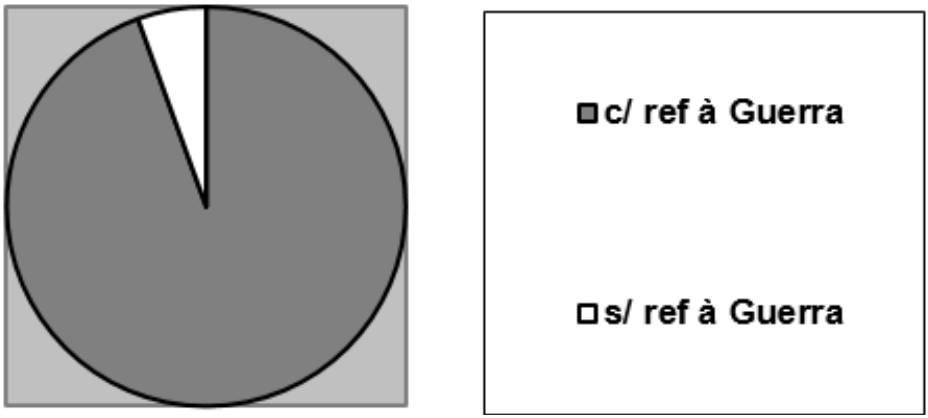
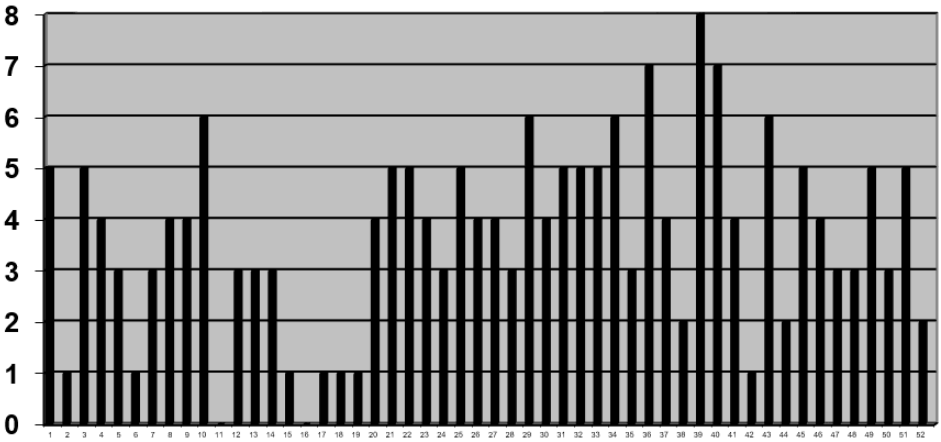
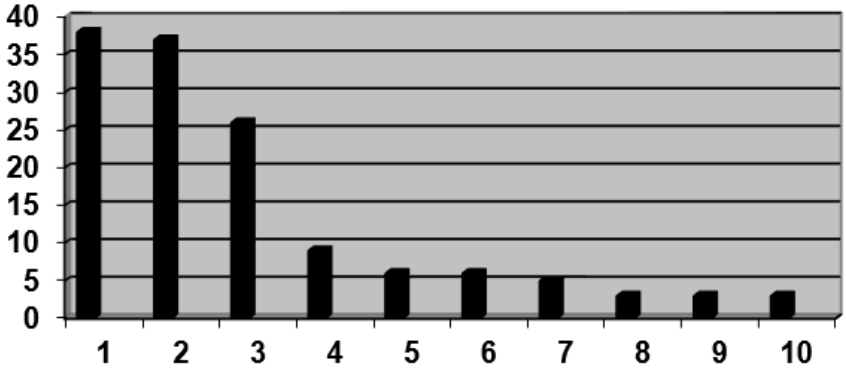


Gráfico 2 – Quantidade de páginas em que aparecem matérias referentes à Guerra do Paraguai por número (de 1 a 52), levando em conta um ano de publicação da *Sentinela do Sul* (em números absolutos)



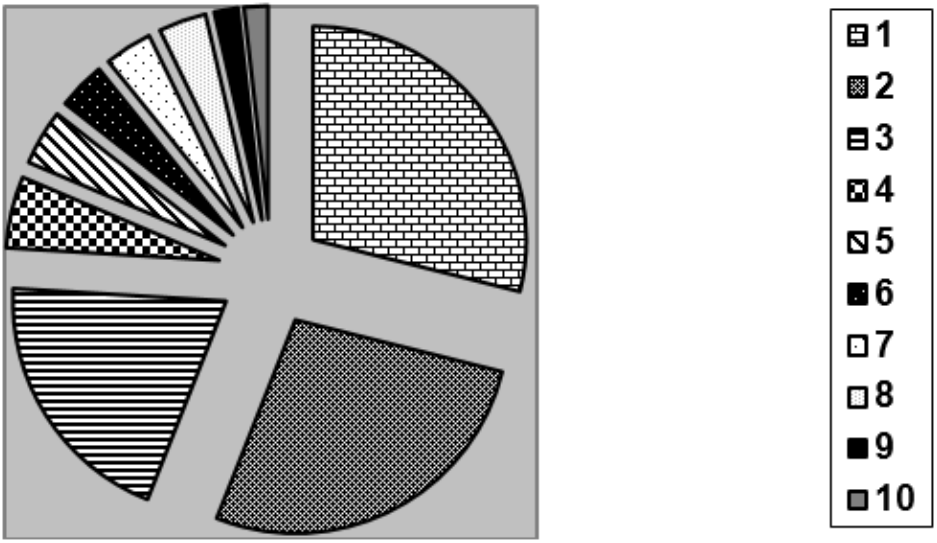
Foram várias as formas pelas quais a Guerra do Paraguai foi apresentada nas páginas da *Sentinela do Sul*. Além da própria marca registrada da folha, quer seja, a caricatura, as maiores inserções ocorreram no sentido de destacar os atores no teatro da guerra, quer seja, os militares, o que ocorreu através da publicação de considerável quantidade de retratos e biografias desses indivíduos. Avisos, reproduções de fotografias, explicação de gravuras, narração de episódios de guerra, desenhos com cenas bélicas e com mapas e plantas, além de críticas, poesias e alegorias foram outras modalidades de referência à Guerra da Tríplice Aliança na *Sentinela*. A distribuição dessas matérias e as preponderâncias no que tange à sua publicação podem ser observadas por meio dos seguintes gráficos.

Gráfico 3 – Número de edições em que aparecem os principais tipos de matéria referentes à Guerra do Paraguai, levando em conta as ocorrências em um ano de publicação da *Sentinela* (em números absolutos)



onde:
1 = retratos 2 = biografias 3 = caricaturas 4 = aviso 5= cenas de batalha 6 = explicação de gravuras 7 = narração de episódios de guerra 8 = reprodução de fotografias 9 = mapas/plantas 10 = outros

Gráfico 4 – Proporção em que aparecem os principais tipos de matéria referentes à Guerra do Paraguai, levando em conta um ano de publicação da *Sentinela* (em %)



onde:
1 = retratos 2 = biografias 3 = caricaturas 4 = aviso 5 = reprodução de fotografias 6 = explicação de gravuras 7 = narração de episódios de guerra 8 = cenas de batalha 9 = mapas/plantas 10 = outros

A Guerra da Tríplice Aliança constituiu uma temática que despertou amplo interesse no seio da população sul-rio-grandense. A ativa participação de grande contingente de gaúchos no cenário de guerra e o temor por uma possível repetição da invasão do território rio-grandense eram alguns dos fatores que justificavam tal sede por informações oriundas dos campos de batalha. *A Sentinela do Sul*, como representante da pequena imprensa, também prestou sua colaboração na execução do papel jornalístico, trazendo informes a respeito do teatro bélico. As manifestações do semanário gaúcho foram carregadas de patriotismo, enaltecendo a ação brasileira e desconstruindo a imagem do inimigo, representado por Solano Lopes, repetindo um comportamento bastante comum à praticamente o conjunto da imprensa brasileira da época. Mas, ao voltar-se aos leitores da província sul-rio-grandense, *A Sentinela* apresentou peculiaridades em suas matérias, mormente no que tange a denúncias quanto às discrepâncias no tratamento dado aos gaúchos e a suspeitas quanto aos aliados do Império na composição da Tríplice Aliança.

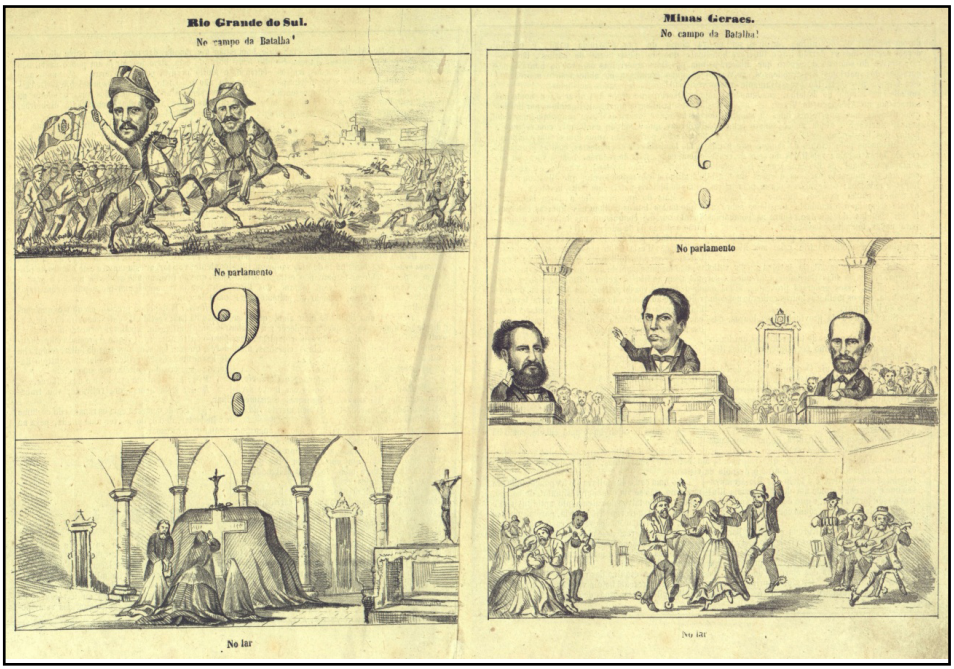
A SENTINELA DO SUL E OS "SACRIFÍCIOS" DOS SUL-RIO-GRANDENSES NA GUERRA

O hebdomadário porto-alegrense não poupou esforços para enaltecer a ação dos militares na Guerra do Paraguai, estabelecendo um ambiente textual e imagético no qual eles eram heroicizados, qualificados como invencíveis e temidos ao extremo pelo inimigo. Dentre os militares exaltados pelo periódico, com a exibição de retratos, de dados biográficos e de narrativas a respeito de sua ação guerreira, os nascidos na fronteira sulina tiveram destaque especial. Ao mesmo tempo, a folha apresentava uma versão pela qual o Rio Grande do Sul vinha empreendendo um esforço de guerra maior do que aquele de outras províncias, sendo estabelecidos vários paralelos que intentavam demonstrar os "privilégios" de outras localidades, em comparação com os "sacrifícios" dos sul-rio-grandenses.

De acordo com *A Sentinela do Sul*, um "sombrio desespero" dilacerava "os corações dos patriotas rio-grandenses", ao observarem a província sulina, "tão excessivamente representada no campo de batalha", mas "condenada ao ostracismo no areópago do Brasil". Explicava que "as glórias conquistadas nas guerreiras lides à sombra do pendão auriverde" encontravam "sonoro eco nos peitos dos rio-grandenses". Garantia ainda que, mesmo "dizimados pelo tributo de sangue" que pagavam "em larga escala" e "repelidos do seio da re-

presentação nacional", os rio-grandenses não esqueceriam "um só momento os seus deveres de brasileiros e cidadãos", permanecendo "resignados" ao sofrerem "pela pátria" e ao exultarem "com a pátria, quando vitorioso e ovante" tremulava "o estandarte brasileiro sobre as hostes abatidas dos inimigos" e "sobre as bombardas paraguaias, tomadas à baioneta". Para a publicação, tal sentimento não poderia ser outro, uma vez que, "em todas essas glórias, a melhor parte" cabia aos rio-grandenses (A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 7 jul. 1867. A. 1. N. 1. p. 6).

Nesse caso esteve também um conjunto de gravuras que comparava a participação gaúcha com a mineira na guerra, enfatizando o papel dos rio-grandenses-do-sul. No desenho, os sulinos apareciam peleando no campo de batalha e, por isso, ausentes no parlamento, enquanto que, nos lares, havia o pranto pela morte dos soldados. Por outro lado, em Minas Gerais, a ausência dos mineiros era exatamente no teatro do enfrentamento bélico, aparecendo os políticos a discutirem no parlamento e as pessoas a festejar no seu ambiente doméstico, refletindo a visão do jornal a respeito dos tratamentos diferenciados dados às províncias, em denunciável prejuízo do Rio Grande do Sul (A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 7 jul. 1867. A. 1. N. 1. p. 4-5).



A comparação tomava ares jocosos em um "Colóquio entre o Redator e o Piá", no qual, em meio ao diálogo, comentava-se sobre a abertura de uma sociedade de danças em Porto Alegre, voltada ao divertimento da mocidade. Do ambiente bélico predominante poderiam advir estranhezas quanto ao significado de tal entidade voltada ao entretenimento, quando a maior preocupação era a guerra. Nessa linha, o Piá relatava que, quando estava sendo instalada a tal sociedade, um "gaiato" teria dito: "Isto aqui parece Minas, e não Rio Grande!" (A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 21 jul. 1867. A. 1. N. 3. p. 3). Em sentido próximo, o jornal chegou a publicar um "enigma pitoresco", cujo significado era "Se Lopez dominasse Minas, o exército brasileiro somava 150.000 homens" (A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 1º set. 1867. A. 1. N. 9. p. 2-3) Já em uma ilustração, o semanário referia-se aos malefícios que a guerra estaria trazendo à província sulina, ao desfalcá-la de largos contingentes de trabalhadores, deslocados para o cenário bélico. Nesse sentido, o periódico fazia um contraponto em relação ao movimento portuário na capital gaúcha para com as necessidades de guerra, estando o Rio Grande do Sul a receber a "importação" de colonos estrangeiros e exportando soldados para o cenário da guerra (A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 4 ago. 1867. A. 1. N. 5. p. 5).

Em outra conversa entre os dois protagonistas da folha, tal conteúdo voltava a ser expresso. O Piá constatava que era "sempre verdade que o governo" fazia "muito pouco caso do Rio Grande", ao passo que o Redator complementava tal ideia, afirmando que os governantes faziam sim "pouco caso em tudo quanto" se chamava "*favorecer*", entretanto, sabia "*exigir*" com eficiência. Segundo este, quando fossem necessários "soldados, ouro e produtos, os se-

nhores da governança" logo se lembravam da província sulina, mas, quando era "para conceder-lhe as mesmas regalias", as quais as outras gozavam, "ninguém" se recordava "da existência do Rio Grande". Com tal constatação, o Piá considerava que aquilo seria "uma grave injustiça", vindo a concordar com o Redator no que tange a não haver "o que fazer" diante te tal situação (A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 8 set. 1867. A. 1. N. 10. p. 2-3).

As denúncias quanto às diferenciações no tratamento dado pelo governo central às províncias se faziam presentes no destaque dado ao embarque de um contingente que marchava para a fronteira, descrito como "uma cena pungente", na qual todos aqueles homens, ouvindo "a voz da pátria" que necessitava "do concurso dos seus filhos", partiam "resignados e prontos para defenderem as fronteiras", como "bravos", que deixavam suas famílias a que serviam de arrimo. A folha exclamava que o "dever de brasileiro e de rio-grandense" os chamava, e "ante a voz da pátria, tudo o mais deveria" calar-se. Entretanto, com ironia, dizia que a pátria só falava para o Sul, ao passo que, em Minas e em São Paulo, parecia muda. Diante de tal consideração, o hebdomadário constatava que a pátria não era muda, ela gemia e pedia socorro, mas os homens de Minas, do Norte e de São Paulo eram surdos, ou se faziam de surdos pelo menos, porque assim lhes convinha. Apesar de tais inconvenientes, o jornal, por meio do Piá, manifestava exultação por ser rio-grandense, pois, "ser filho do Rio Grande", significaria "ser filho de heróis". O semanário destacava que deveria ser honrado o patriotismo demonstrado pelos gaúchos, esperando que os governantes fossem gratos a eles, tratando-os depois da guerra com mais franqueza e menos injustiça do que até então vinha fazendo. O agravamento do quadro de necessidades da província, tendo em vista a guerra, era igualmente ressaltado pelo hebdomadário, enfatizando a miséria e a fome, uma vez que o enfrentamento bélico privara "centenares de famílias dos seus sustentáculos naturais", reduzindo sensivelmente a produção provincial, subtraindo-lhe "milhares de braços à indústria e à lavoura" (A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 13 out. 1867. A. 1. N. 15. p. 9-10).

No seio de outra manifestação entusiástica pelas ações militares brasileiras no front, o Redator não deixava de lembrar que Porto Alegre cumprira "o seu dever", como a capital da província que vinha "cingindo a coroa do martírio, enquanto outras usufruíam das delícias de Cápua", e, portanto, levantara-se "como um só homem para vitoriar um triunfo tão esplêndido, não só por ele ser o prelúdio da próxima conclusão da guerra", constituindo tal fato "uma esperança" dos males que afligiam os rio-grandenses virem a minorar.

Uma outra ilustração trazia mais uma vez o teor comparativo entre o esforço gaúcho e o das demais regiões. Sob a epígrafe "índoles provinciais", o paralelo dava-se entre duas damas, uma que representava a província rio-grandense e a outra a mineira. Enquanto a primeira entregava ao seu súdito um espada e uma lança, simbolizando o esforço de guerra, a outra repassava ao seu um doce, sintetizando o apontado descompromisso para com o enfrentamento bélico (A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 8 mar. 1868. A. 2. N. 36. p. 1 e 4).

Em outro "Colóquio entre o Redator e o Piá", *A Sentinela do Sul* era ainda mais enfática ao denunciar possíveis perseguições sofridas por militares gaúchos, como outra forma de diferenciação entre os sulinos e os oriundos de outras províncias (A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 22 mar. 1868. A. 2. N. 38. p. 3 e 6):

> *Red.* – E por falar em surpresa, ocorre-me a ideia de ter lido um fato que bastante entristeceu-me, refiro-me ao fuzilamento de um alferes, natural desta província.
> *Piá* – Exatamente, o conselho de guerra assim o determinou.
> *Red.* – Eis aí um *bode expiatório*. Depois de tantas surpresas, sem que até hoje conste haver um só conselho de guerra, que julgasse os surpreendidos, surge inesperadamente esta lamentável notícia, que vai encher de luto a família do malogrado alferes. Não nego o direito do conselho impor tão rigorosa pena, nem desconheço a severidade das leis militares; porém o que estranho é que tão fatal exemplo fosse dado ao modesto

> alferes rio-grandense, quando outras patentes mais superiores, que também deixaram surpreenderem-se, gozem as delícias do céu. (...)
> Mas não, essa como outras surpresas não foram dignas, ao que parece, de serem ventiladas; a que foi horrenda, assaz criminosa, merecedora das iras do conselho, foi a de que foi vítima o infeliz alferes. Porque isto? Porque os rio-grandenses hão de ser só os que devem ser castigados, quando a impunidade cobre os outros. Que crime comete o infeliz Rio Grande?
> Seria o de mandar seus filhos reforçar os exércitos para a campanha oriental, enquanto a tropa de linha gozava dos prazeres da Corte e das grandes capitais das outras províncias? (...)
> Seria por ter, sem se queixar, se sujeitado ao pouco patriotismo e à perseguição do governo geral, ao arrancar-lhe trinta mil homens da sua lavoura e da sua indústria, deixando, no entanto, a mimosa Minas em paz?
> Seria por ter sua valente cavalaria dado tantas glórias ao país, e sucumbido aos milhares de bravos ante as fortificações paraguaias, ao deitar seu pé em terra para escalá-las à lança e à espada, como aconteceu no ataque comandado pelo primeiro estratégico contra o *Estabelecimento*?
> Seria por ter, quase indiferente, recebido e conservado contra si a lei marcial, contra a sua própria determinação, visto a província não achar-se invadida, nem ter de combater nenhuma luta intestina?
> Seria por sofrer resignadíssimo o maior insulto que se pode fazer a uma província contra a sua honra e seus direitos, colocando-a fora da comunhão brasileira, trancando-lhe as portas do parlamento para que sua voz não fosse ouvida e seus direitos atendidos?
> Seria, finalmente, por ter se sujeitado ao pagamento dos novos impostos, sem ser ouvido, por intermédio de seus representantes, contra a liberal disposição do pacto fundamental?
> *Piá* – Eis um segredo que só a sonâmbula *Ulisses* nos podia revelar.
> *Red*. – Porém, isto é uma desgraça, é mesmo uma perseguição; e para coroar a obra, o infeliz alferes rio-grandense representa agora o papel do *bode expiatório*.
> Piá – Mas se as leis militares são tão rigorosas...
> *Red*. – Já o confessei: não contesto o direito do conselho; o que me surpreende é esse terrível exemplo estar reservado para o modesto alferes, quando outros, de patente mais superior, têm cometido idêntico crime, e quem sabe se com circunstâncias mais agravantes, sem todavia constar que fossem sentenciados a serem fuzilados, nem que respondessem a conselho de guerra. (...) Disto e de tantas outras perseguições é que me queixo, de nada mais.
> *Piá* – O meu amo tem razão, porém contra a força não há resistência.

Os termos de comparação entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com o fito de promover a denúncia, mais uma vez eram executados pela folha por meio de ilustração que manifestava estranhamento pelo fato daquela ganhar, por razões eleitorais, condecorações, ao passo que este recebia apenas armas para continuar seus sacrifícios na guerra. A caricatura era complementada por mais um "Colóquio entre o Redator e o Piá" que descrevia a concessão de honrarias aos mineiros. Diante de tal ato, o Redator registrava que ocorrera algum engano, devendo o governo, ao invés de enviar armas ao Rio Grande,

"restituir o gozo dos direitos constitucionais" na província sulina, com o reestabelecimento das eleições; "conceder uma etapa diária às famílias desvalidas dos soldados rio-grandenses em campanha"; instituir "provisoriamente uma tarifa especial para as alfândegas" gaúchas, de modo a "proteger a produção e a exportação da província", que tantos soldados fornecia; isentar o Rio Grande, "que tantos sacrifícios" fazia, "do pagamento do imposto pessoal"; criar "uma distinção honorífica especial para a valente cavalaria rio-grandense", que tomara "trincheiras inimigas com a lança em punho"; e mesmo enviar uma "fornada grossa de graças e mercês para as pessoas" que na "província prestaram relevantes serviços em relação à guerra", o que não ocorrera em relação à Minas Gerais (A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 17 maio 1868. A. 2. N. 46. p. 1 e 7).

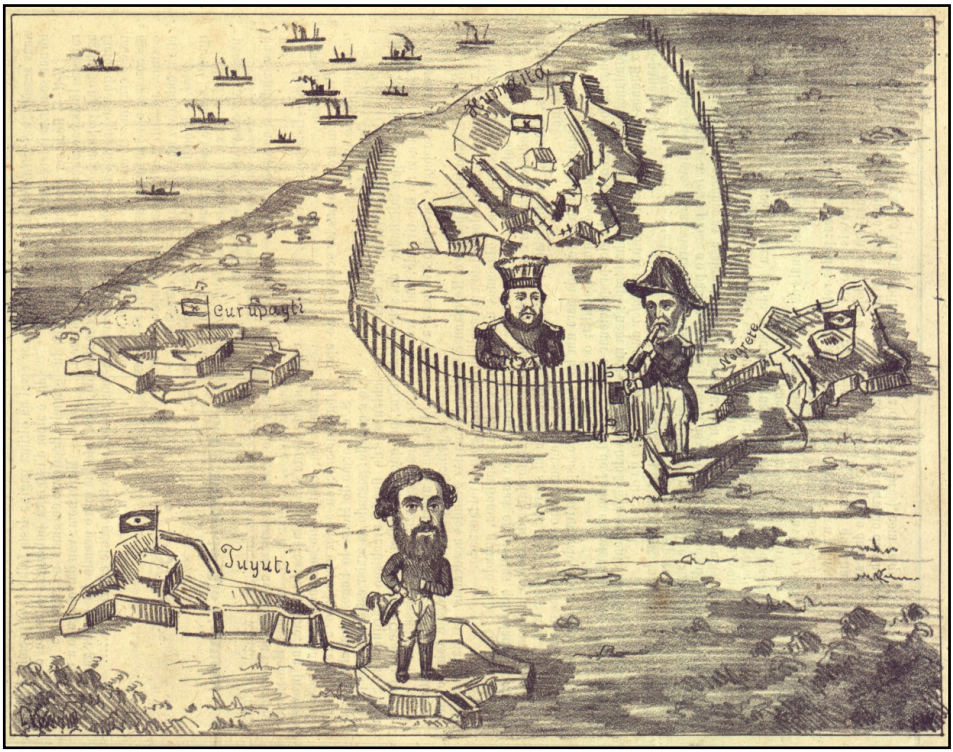
A SENTINELA DO SUL E A DESCONFIANÇA QUANTO AOS ALIADOS PLATINOS

A ampla cobertura dos acontecimentos referentes à Guerra do Paraguai foi uma constante na *Sentinela do Sul*, com o acompanhamento o mais direto possível que as condições tecnológicas de comunicação então permitiam. Nas páginas do periódico ficava marcado o desejo do encerramento do conflito na maior brevidade possível, de modo que cada vitória era comemorada como

mais um passo em direção à solução final, a qual acabava por não se confirmar. Esse interesse tão vivo e o fervor patriótico que marcava significativa parte da imprensa brasileira de então era acompanhado pela *Sentinela*, entretanto sua abordagem encontrava um diferencial bastante considerável, representado por uma manifesta desconfiança para com os companheiros da Tríplice Aliança.

Tal perspectiva aparecia em mais uma edição do "Colóquio entre o Redator e o Piá", no qual ficava bem demarcada a visão do jornal quanto aos atores envolvidos no cenário bélico. Nesse contexto, o Piá, sempre à cata de notícias, dizia que os informes acerca da guerra não deixavam "de ter sua gravidade", esclarecendo que o exército brasileiro estaria pronto "para o que der e vier", de modo que não se poderia "fazer esperar muito a decisão final" daquele "pleito internacional" travado "entre as quatro potências sul-americanas". Perante tais afirmações, o Redator se contrapunha, explicando que o "gosto literário" do parceiro levava-o "a tornear frases altissonantes", mas que ele não deveria esquecer "que as tais republiquetas" não mereciam "a qualificação de potências", pois tratavam-se de "*potenciazinhas*", as quais não poderiam "competir com o Brasil", que seria "a única e verdadeira potência da América do Sul" (A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 28 jul. 1867. A. 1. N. 4. p. 3).

Um dos alvos da folha caricata porto-alegrense era o comandante militar argentino, chegando o jornal a afirmar que tudo quanto até então havia sido feito no teatro da guerra, fora realizado por generais brasileiros, ao passo que Mitre ia passear em Buenos Aires e cuidar de seus negócios que não iriam muito bem, quando sua presença era mais reclamada. Essa suposta inação dos militares argentinos era denunciada também pelo jornal através de caricatura, como uma mostrando o comandante brasileiro Caxias aguardando ansiosamente a presença de Mitre que permanecia impassível, trazendo vantagens para Lopez que conseguia manter a tranquilidade atrás de suas linhas fortificadas (A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 25 ago. 1867. A. 1. N. 8. p. 2 e 4).



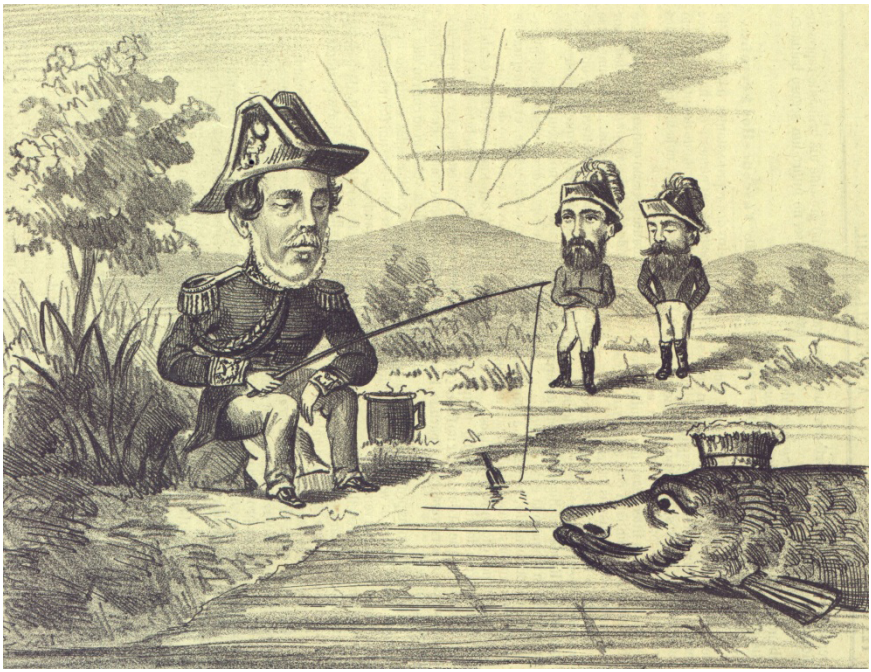
Outro líder militar argentino que causava desconfiança era Urquiza, cujas ações, segundo a folha, começavam a tornarem-se inoportunas, com a compra "de armamento moderno, revistas e reuniões políticas e militares". Para o periódico, tal atitude era singular já que Urquiza não passava de um "empregado do governo" e "súdito argentino", de modo que deveria "obedecer a Mitre, mas, sem dar-lhe a menor satisfação", comprava armamento, reunia gente e preparava-se "com todo o descanso para a revolução" que proximamente iria encabeçar, de acordo com todos os indícios. Nessa linha, o semanário censurava o governo argentino por não ter "força nem energia bastante para impedir a compra de armas" feita pelo seu súdito "com a maior ostentação" (A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 25 ago. 1867. A. 1. N. 8. p. 2).

Mantendo o tom de suspeita, *A Sentinela* dizia que na Argentina as coisas não estavam em ordem, manifestando muito receio que, acabada a questão com o Paraguai, viessem a ocorrer dúvidas em relação aqueles "leais aliados", mormente se Urquiza conseguisse "assenhorar-se do domínio da república". Afora isso, o hebdomadário argumentava que, se as operações no Paraguai tornassem "outra vez a um estado de longa inação", surgiria o receio de que

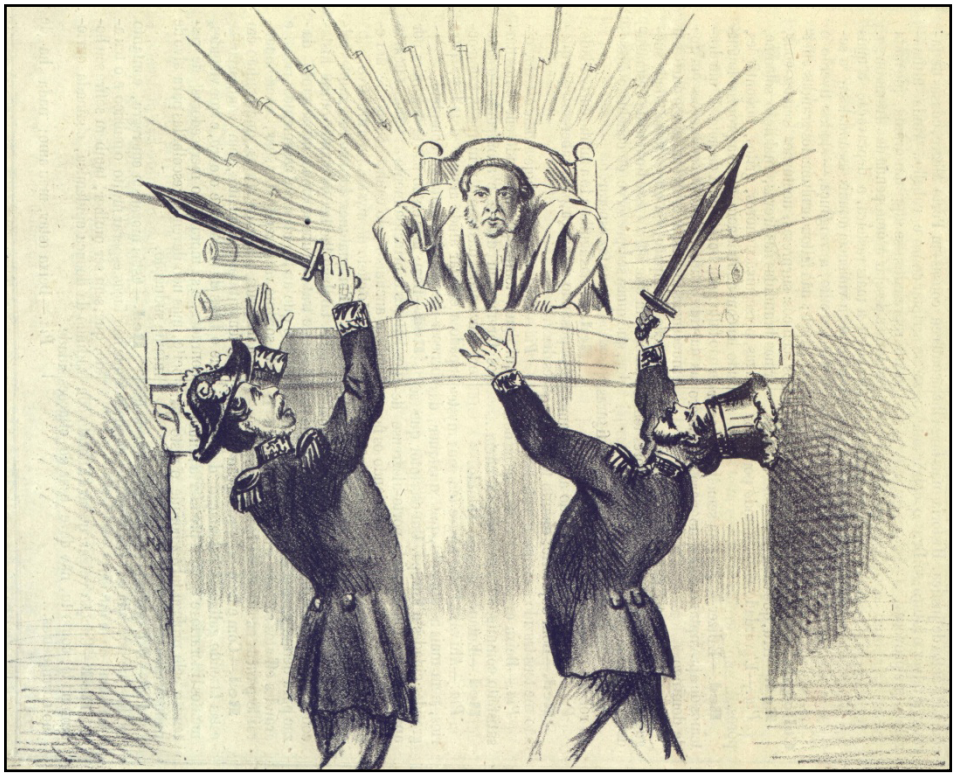
Urquiza levantasse "o grito da rebelião, antes de concluída a guerra" contra Lopez. Dessa maneira, a folha concluía que "o estado de coisas no Rio da Prata", não teria "nada de agradável para o Brasil", o qual poderia ter de fazer "enormes sacríficos para assegurar à América do Sul o estado de ordem e progresso" que anelava, e para o qual seriam "eternos obstáculos" aquelas "republiquetas hispano-americanas", nas quais só reinava "desordem e eterna luta de partidos" (A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 25 ago. 1867. A. 1. N. 8. p. 2).

Nas páginas da *Sentinela* foi publicado também um "Colóquio entre dois políticos", no qual eles conversavam sobre o cenário de guerra, conjeturando que a continuidade da mesma deveria trazer um "transtorno dos diabos para o Brasil" e, muito disso, advinha da "travessura de rapazes castelhanos". Faziam referência aos "grandes sacrifícios pecuniários do Império", como algo favorável à Argentina no período posterior à guerra, apontando que os "nossos amigos argentinos" estariam ajeitando a situação "a seu bel prazer". A ação do militar argentino Urquiza em torno da mobilização militar era mais uma vez ressaltada, como uma possível intenção de tomar o poder. Segundo tal diálogo, Urquiza estava "se arranjando para melhor poder representar o seu acostumado papel predileto de negro traidor", caindo em cima do Brasil, "depois de acabada a guerra com o Paraguai", isso se não o fizesse ainda antes (A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 29 set. 1867. A. 1. N. 13. p. 6-7).

Em caricatura intitulada "A pesca milagrosa", a folha mostrava que só um general brasileiro se esforçava para aprisionar Lopez, ou, simbolicamente, pescar o escorregadio e fugidiço peixe que representava o presidente paraguaio. Enquanto isso, ao largo, os comandantes aliados permaneciam impassíveis, sem esboçar reação diante da ação brasileira (A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 13 out. 1867. A. 1. N. 15. p. 5).



As incertezas em relação ao lado adotado na guerra pelo líder militar argentino Urquiza eram também manifestas no jornal por meio de desenho, o qual lembrava uma cena romana em que os comandantes brasileiro e paraguaio digladiavam-se entre si em busca do apoio daquele. A legenda era sucinta: "Ave Urquiza, *morituri te salutant*". A caricatura era complementada pela explicação de que, na gravura, Urquiza, representava "o papel dos imperadores romanos", que presenciavam, "para o seu recreio as sangrentas lutas do circo", e que os atletas tinham de saudá-lo com a expressão "aqueles que vão aniquilar-se te saúdam". A partir de tal explanação, o semanário concluía que de fato aquele líder militar estaria "contemplando a luta, gostando dela e fazendo os seus planos para o futuro", pois seria o único que tiraria "real proveito de toda" aquela "triste guerra, que diariamente" impunha "novos sacrifícios aos beligerantes, e, sobretudo, ao Brasil" (A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 1º dez. 1867. A. 1. N. 22. p. 5 e 7).



Em um novo diálogo entre o Redator e o Piá, este se referia à liberdade de ação de Solano Lopez, tendo em vista que a aliança dava-lhe "tempo para tudo", destacando que, cada vez mais se desfazia a ideia de uma guerra marcada pela brevidade. Diante disso, o Redator concordava, afirmando que "desgraçadamente assim" vinha sendo, e "o pobre Brasil" era quem estava "pagando as favas" (A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 19 jan. 1868. A. 2. N. 29. p. 6). Em outra edição, uma matéria destinava-se a apreciar a ação do líder argentino Bartolomeu Mitre, o qual era definido, no campo político, como "um homem superior, de incontestável talento e estimável pela elevação do seu caráter". Tal avaliação, entretanto, mudava radicalmente quando se direcionava à sua ação militar. Segundo o jornal, na Guerra do Paraguai, "a aliança com Buenos Aires era uma necessidade", mas o comando geral entregue a Mitre foi considerado como "não necessário e não proveitoso", explicando que o mesmo condenara o exército imperial "à inação". Para a folha todos deveriam ser gratos pela sua retirada do teatro de guerra, pois Mitre não fora "estratégico nem chefe militar de real mérito", como comprovara "seu coman-

do no Paraguai". O periódico ainda explicitava que, "felizmente", já pertencia "essa época à história, que algum dia" proferiria "a sua sentença imparcial", uma vez que Mitre, "como estadista e como político", valia "muito mais do que como general" (A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 22 mar. 1868. A. 2. N. 38. p. 2).

As desconfianças em relação à Argentina eram também manifestas por meio de caricatura, na qual militares e políticos argentinos decidiam sua participação na guerra através da jogatina, demonstrando que suas ações eram limitadas pelos seus interesses pessoais. A legenda era direta, dizendo que aqueles senhores deveriam fazer os seus jogos (A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 26 abr. 1868. A. 2. N. 43. p. 1).

Mais explícita ainda foi a caricatura publicada pela *Sentinela* que mostrava o Brasil, representado pelo índio, que aparecia de braços dados com dois indivíduos vestidos à gaúcha, simbolizando uruguaios e argentinos, cujas feições eram pouco confiáveis. O caráter instável e transitório da aliança era bem definido através da legenda: "O Brasil, a República Oriental e a Confederação Argentina, são amigos... no Paraguai" (A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 3 maio 1868. A. 2. N. 44. p. 1).

Os riscos da continuidade do conflito foram mais uma vez tema da *Sentinela do Sul*, fazendo o Redator preces para que isso não se confirmasse, destacando em grifo, que "a *lealdade* dos nossos aliados nos ameaça com graves perigos, se durar a guerra ainda muitos meses". Segundo ele, só ganhavam com tal prorrogação os "especuladores", tendo o Império "de aguentar com o peso e a desgraça da guerra". Ressaltava ainda que os negociantes brasileiros não eram os piores, pois "os especuladores argentinos e correntinos", além dos lucros convencionais, comiam "por dois carrinhos, fornecendo aos nossos e aos inimigos" (A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 10 maio 1868. A. 2. N. 45. p. 7).

###############

Assim, no contexto sul-rio-grandense, *A Sentinela do Sul*, reproduzindo uma ação recorrente à imprensa brasileira, buscou cativar seus leitores quanto à justeza das causas nacionais na guerra e atingir peremptoriamente o adversário do Império – Solano Lopez. Através de suas páginas, o Rio Grande do Sul teria condições de "assistir" a várias cenas da Guerra da Tríplice Aliança. Ao trazer várias matérias informativas bem como manifestações crítico-opinativas, o hebdomadário porto-alegrense encontrava um público leitor ávido

por notícias do teatro de operações. Ao contrário dos jornais diários, que apresentavam longos textos sobre o conflito, a folha caricata publicava escritos em geral mais curtos e leves e, mais do que isso, trazia consigo a imagem, que, se não dava cores às narrações, ao menos permitia maior e mais direta visibilidade às mesmas. Dessa maneira, a folha doava o seu quinhão no constante esforço de guerra que marcou o cotidiano do jornalismo brasileiro à época do conflito contra o Paraguai (ALVES, 2016, p. 71).

Por meio das caricaturas cheias de representações e simbolismo, ou ainda pelos diálogos expressos nos "Colóquio entre o Redator e o Piá", e em outras matérias e seções, que traziam uma linguagem mais popular e reproduziam até mesmo o modo de falar mais cotidiano, o hebdomadário gaúcho manteve o sentido nacional de entusiasmo patriótico, mas não deixou de lado a perspectiva calcada no regional, de modo que apresentou uma guerra de forma ilustrada e sob o olhar dos rio-grandenses-do-sul (ALVES, 2016, p. 71-72). Nesse sentido, a posição fronteiriça sulina deixou claras suas marcas no posicionamento da *Sentinela do Sul*, traduzida na insatisfação sul-rio-grandense, por considerar o seu esforço de guerra de maior intensidade e sacrifício, comparativamente às demais regiões brasileiras, bem como na aberta desconfiança em relação aos aliados argentinos e uruguaios, vizinhos lindeiros muito bem conhecidos pelos constantes contatos com a vida gaúcha. Como porta-voz dos interesses rio-grandenses e conhecedor de causa da conjuntura platina, o hebdomadário lançou seu olhar fronteiro sobre o grave conflito travado na América do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Francisco das Neves. *Imprensa, caricatura e historiografia no Rio Grande do Sul: ensaios históricos*. Rio Grande: FURG, 2006.

_____. Imprensa caricata rio-grandense-do-sul e Guerra do Paraguai: imagem, informação e conflito discursivo. In: ALVES, Francisco das Neves (org.). *Imprensa, história, literatura e informação – Anais do II Congresso Internacional de Estudos Históricos*. Rio Grande: FURG, 2007. p. 245-254.

_____. A Guerra do Paraguai e a imprensa caricata. In: ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique. *A Guerra do Paraguai e a imprensa rio-grandense-do-sul: ensaios históricos*. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 2016. p. 9-72.

BAHIA, Juarez. *Três fases da imprensa brasileira*. Santos: Presença, 1960.

_____. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1990.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

FERREIRA, Athos Damasceno. *Jornais críticos e humorísticos de Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1944.

_____. *Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. *Art*Cultura, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun. 2006.

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

PINTO, Virgílio B. Noya. História e imagem, metamorfoses. *Comunicação & Educação*, São Paulo, (10): 15 a 23, set/dez. 1997.

SILVEIRA, Mauro César. *A batalha de papel: a Guerra do Paraguai através da caricatura*. Porto Alegre: L&PM, 1996.

MODERNIZAÇÃO E VIOLÊNCIA NO PAMPA ORIENTAL

Jussemar Weiss Gonçalves*

No espaço deste artigo trataremos das mudanças sugeridas pelo conjunto de regras que compõe dois documentos que marcam na Republica Oriental del Uruguay um tipo de ordem agrária que vinha se impondo como dominante, com diferenças, desde o processo colonial, isto e, a grande propriedade agrária voltada para a produção pecuária. Trata-se do CODIGO RURAL DE 1876[2], e a reforma realizada neste mesmo Código em 1879.[3] Estes códigos se estabelecem em um momento de transformação da ordem estatal na região, em especial na Republica Oriental, mudanças que revelam as tentativas de centralizar as ações políticas, a partir de um aparata Estatal forte e organizado, capaz de terminar de uma vez com a fragmentação do território do Uruguai através em função de sua divisão em caudilhos que se assenhoravam de partes do território.

Enquanto que na Argentina, e no Império do Brasil, a centralização da política como uma forma de ação autoritária que buscava identificar os problemas regionais a partir de cooptação das elites locais que mediante recebimento de favores trabalhava a favor desse processo de unidade estatal, no espaço da Republica oriental, as lutas internas e a ausência de um pacto que levasse a

* Professor do curso de História do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, UFRG-FURG. jussweiss@hotmail.com

2 Código Rural de la República Oriental del Uruguay. Montevideo, Tipografia a vapor del Democrácia, 1876

3 Código Rural de la República Oriental del Uruguay. Montevideo, Imprenta a vapor de la tribuna,1879

um consenso em relação à formação de uma unidade nacional, propiciou a criação de uma instabilidade crônica no território e que estava associada a um tipo especifico de organização da pecuária, isto é a Estância.

O século XIX mostra uma intervenção da esfera estatal sobre relações que eram vistas como particulares, ou seja, as elites através do aparato de Estado buscavam organizar e centralizar as políticas no interior de um espaço legal e político unificado. Este movimento, necessariamente, passa por um processo de alteração legal, ou de criação de uma legislação ou regras para estabelecer práticas válidas e aceitas juridicamente por todos no território do Estado-Nação.

Neste contexto a prática de legislar assume um papel fundamental, não apenas, na Banda Oriental, Uruguai, mas em toda a região Platina, de produção marcadamente ligada a pecuária[1]. Esta prática é a ponta de iceberg cujas bases são as tentativas que faz a elite uruguaia de organizar um Estado que fosse capaz de responder a necessidade de uma nova fase do capitalismo na América, que exigia um nível de competividade que não poderia mais ficar à mercê dos interesses individuais e de uma estrutura político-jurídicos até, então, sustentada em autoridades militares, e que deveria assentar-se em um sistema legitimo e pacificado. Embora as disposições da constituição de 1830 fossem marcadas por defender a unidade do Estado, e atribuir poder a centralização da vida política, não havia até então, aplicação real. A regionalização do país era uma pratica enquanto que a unidade jurídica na passava da vontade das elites.

Estes códigos são também produtos de visões particulares em um contexto de mudanças profundas no mundo da pecuária na região da pampa, isto é, a construção de uma modernização, como forma de romper a paralisia no qual se encontrava o país em decorrência da crise europeia de 1873. Estes conjuntos de regras aparecem em um momento em que os setores dominantes perceberam que o fortalecimento da autoridade do Estado era o preço a pagar para o desenvolvimento da economia.

1 Podemos dizer que as iniciativas de regramento do trabalho na pecuária partem da iniciativa privada na primeira metade do século XIX, como podemos notar no livro de autoria de Juan Manoel de Rosas **Instrucciones a los Mayordomos de Estancia**, **1825.** Este livro inaugura uma prática de organizar prescrições sobre o trabalho na estância. Outro escritor que ao final do século XIX também escreve sobre o mesmo tema é Jose Hernandez, o celebre autor de Martin Fierro. Em seu livro cujo título, **Instruccion del Estanciero, 1881,** busca apresentar em detalhes a "ciência da administração de uma propriedade rural. Também na região sul do Rio Grande do Sul, Brasil, essa prática é incorporada pelas elites locais na busca de tornar a produção mais lucrativa em um novo período de acumulação. Essas regras chamadas de 'Posturas Rurais'". Sobre este tema: Leipnitz, Guiter Tlaija. **Vida independente, ainda que modesta: Trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil.** São Leopoldo, Oikos, 2018.

O código Rural cuja vigência antecedeu a chegada ao poder de La Torre[2], foi efetivamente aplicado por ele, e as reformas que se realizaram em 1879 são decorrência das necessidades de seu governo na gerencia das questões da vinculadas a modernização do campo. Para que as novas economias ingressassem na dinâmica do novo capitalismo, no interior de cada país periférico, deveriam produzir mudanças que adequassem ao mundo moderno.

Este processo de adaptação e colocação do país nas exigências do capitalismo mundial, chama-se de modernização. No período estudado o Uruguai passa por este processo e as medidas que veremos são ações que visam situar a banda oriental no quadro das exigências da internacionalização das economias nacionais.

LA TORRE E A UNIFICAÇÃO ESTATAL.

A partir de uma base militar organizada e armada que desequilibrou os enfrentamentos com os caudilhos do interior, La Torre impõe com sucesso um processo de centralização a partir da utilização de instrumentos modernos de comunicação, tais como o telegrafo, que espalha pelo interior, tornando efetivo o controle e o exercício da autoridade sobre o todo o pais. Também estende a rede de trens, embora de forma lenta, estatiza os correios e moderniza o serviço de justiça, como também torna seus membros, mas capazes pela substituição dos magistrados departamentais por juízes letrados. Não apenas o código Rural se torna elemento importante na realização de sua política modernizadora, mas também cria novos códigos que visam dar ao Estado meio de ação como o código de Procedimentos Civis, o Código de Instruccion Criminal. O que ele buscava era a paz interna, mas, sobretudo na campanha, a afirmação da propriedade privada.

Em meio a um território em constante disputa politicas por caudilhos territoriais a ação do ditador Latorre visava construir as bases de um país pacificado e ordenado no qual os constantes levantes, os roubos de gado, a presença de matreiros, não estivessem mais presentes.

Para isto nota-se que o código Rural será a pedra de toque na ação de transformação da realidade do campo da Republica oriental, já que, neste momento era preciso deixar claro e definido o direito de propriedade privada. O processo de racionalização da produção no setor da pecuária exigia a

2 Com a grave crise do governo de Pedro Varela que desemboca no golpe de 1875 e que instaurou o poder ditatorial com nome de Governador Provisório. Este Governador foi Lorenzo de Latorre, ministro da guerra de Varela.

afirmação do direito de propriedade privada. Desde a constituição de 1830 já era definida como sagrada e inviolável, apesar que o código civil a partir de um conceito do direito civil francês precisava que o domínio, que se chamava propriedade, é o direito de gozar e dispor de uma coisa arbitrariamente, não sendo contra lei ou contra o direito alheio.

O que se nota é a criação de uma tradição jurídica que facilita uma relação na qual o direito à propriedade privada é penetrado por uma forma tradicional, prática, que permitia a existência de lindeiros que gozavam do direito de usufruir partes do campo. Esta prática leva a existência de uma relação conflituosa entre os proprietários e o lindeiros, cujo resultado era um direito de propriedade pouco efetivo. As guerras civis, as donações, tudo depunha contra o direito de propriedade.

Os que possuíam a terra não se preocupavam em estabilizar seus direitos sobre a terra. Com Latorre este processo quase livre tornou-se impossível, já que, era preciso legitimar, isto é, converter esta posse em propriedade privada. Era um processo de legalização que visava terminar com a existência da propriedade de fato e fazê-la de direito. O que acontece é a transformação jurídica na ocupação do campo Oriental, pois os ocupantes nem sempre conseguiram transformar sua posse em propriedade, fazendo com que o setor mais rico e preparado do meio rural tomasse conta dessas posses, além do mais o processo de racionalização das exportações da pecuária exigia mais investimentos e por isto, também, era preciso definir a propriedade privada. O que se nota é uma substituição das normas consuetudinárias em sociedade governadas pelo costume que impregnava as relações sociais, costume expressado em códigos culturais compartido que sustentava o direito vigente, sobretudo em sociedades agrarias, por uma ação oficial que impõe uma lógica jurídica que não reconhece este direito.

Para tornar prática essa destruição de um acordo tradicional, o governo leva a efeito três medidas: o cercamento dos campos, a efetivação do código rural e a implementação de uma polícia rural.

CERCAMENTO DOS CAMPOS

Quanto ao cercamento que havia começado em 1872, este adquiriu uma importância a partir de 1876 a partir dos incentivos que o Estado oferece a este processo: liberação de imposto aduaneiro. Este incentivo permite a entrada de arames e poste de nhandubay em grande quantidade. O cercamento

buscava concretizar de uma forma total e sem dúvidas a propriedade privada, pois delimitava com exatidão e a protegia; permitia uma exploração mais cientifica do gado, já que o rebanho podia ser separado em potreiros. Este cercamento permitia também que os proprietários impedissem a penetração em seus campos dos gados dos lindeiros, ou dos que tento gado não tinha campo próprio para sustentá-los. No código de 1876 não previa a obrigatoriedade do cercamento, a reforma de 1879 introduziu um ardil "MEDIANERIA FORZOSA": o estancieiro que cercava o campo tinha o direito de exigir a metade do preço da cerca de seus lindeiros. A aplicação desta lei sobre a divisão das despesas com o cercamento levou a muitos proprietários a pedir empréstimos, e por fim perderam sua propriedade. A concentração da propriedade da terra foi uma consequência visível da implementação dos cercamentos. Também a "ley de Contribuicion Directa" tachava rigorosamente os campos que não eram cercados. A prática do cercamento dos campos revelou-se como uma vitória da classe rural, já que, este aniquilava os criadores que não tinham campo próprio, ou pouco campo para criar, isto é, grande parte dos habitantes da campanha tinham muitos animais em relação ao campo que possuíam. Assim eles, com a autorização dos vizinhos com mais terras que eles, largaram nestas terras seus animais.

O crescimento da desocupação acarretou um alto preço social, resultado dos cercamentos dos campos. O processo de cercar os campos permitiu maior produtividade da mão de obra, e, em conseqüência, como não houve a instalação de novas formas de ocupação, restou ao antigo gaucho o desemprego. O que ocasionou esse processo de cercamento revela uma mudança paradigmática na ordem social. A estância embora fosse uma forma de ordem produtiva, era também uma ordenação da sociedade, que reunia no mesmo estabelecimento um grupo grande de pessoas. As famílias dos proprietários, as dos empregados, agregados que passavam toda uma existência no mesmo lugar protegidos pela força dos proprietários que mantinha para a satisfação de seus interesses, mas que inegavelmente acabava por, também, desenvolver uma relação de reciprocidade, certamente desigual, mas protetora.

Nessa nova conjuntura, os cercamentos, representam o fim da estância como local de reunião de um número grande de gaúchos, agregados que viviam e trabalhavam em uma relação marcada pelo patriarcalismo. Nesta época na campanha começava a imperar uma lógica da produção, na qual quem não produz, torna-se obsoleto e deve ser descartado. Assim o alambrado que

cercava os campos colocava fora do trabalho uma população que até então compunha o universo cultural e identitário do pampa.

O CÓDIGO RURAL

No meio rural dos anos 1870 nota-se a presença de uma classe de estancieiros que surgem em decorrência da imigração: ingleses, franceses ligados a introdução dos ovinos. Esta nova elite se reuniu ao redor da Associação rural a partir de 1871 e através da revista de La Associação, de artigos em jornais, conferencias que visavam popularizar uma visão da pecuária ligada à modernidade. O novo conceito de Estância, como empresa havia sido introduzido por estes estancieiros que buscavam sensibilizar o novo governo para seus interesses. A partir da Associação Rural que marcava uma política agraria Latorre conseguiu, à medida que se comprometia com esta elite um apoio quase que total, tornando a associação, praticamente em um órgão que pensava a política rural de seu governo.

Este setor ligado a Associação Rural diferente de grupos de estancieiros considerados tradicionalistas com forte presença de proprietários brasileiros, pois estavam apegados a um tipo de exploração tradicional da pecuária com baixíssimo custo, construiu um código rural que buscava absolutizar a propriedade da terra, terminar com os direitos tradicionais e assegurar a ordem e o disciplinamento da força de trabalho. Para a realização desta política o código se tornou a espinha dorsal que visava colocar a pecuária do Uruguai em um nível de exportação coadunado com a necessidade da época.

Redigido pela Associação rural, foi aprovado sem discussão, entrou em vigência a partir de 1876, mas foi Latorre que tomou para si a política agrária que se expressava no código. No essencial o código procurava assegurar a propriedade sobre a terra, sobre o gado, a partir da obrigatoriedade de marcas, sinais, guias de compra e venda de gado, prescrevia castigo para o abigeato, como também assegurava a ordem: legislando sobre a polícia, tanto pública como particular; o funcionamento de pulperias e da mão-de obra.

O código inaugura uma preocupação de tornar o mais legal possível o acesso à terra na medida em que cria os Registros que servem para afiançar e dar segurança à propriedade. Surgem assim os Registros departamentais e seccionais, oficina geral de Marcas e sinais de gado. E preciso notar que os registros departamentais permitiram a muitos estancieiros garantir seu direito de propriedade sobre campos que estavam em litígio.

Modificado em 1879 para melhor enfrentar a realidade pampiana, sofreu alterações que ratificam as intenções de assegurar a propriedade da terra. Uma dessas mudanças foi a "MEDIANERIA FORZOSA" já tratada acima, e a outra foi estabelecimento de pena de prisão para todos os responsáveis pelo abigeato, eliminando-se a possibilidade de mediante pagamento de multa, ficar livre. O que se buscava com o código era alterar a realidade consuetudinária na pampa oriental, isto é, impor uma ordem legal-formal que rompesse com o que tinha sido até em então as relações sociais de propriedade.

A POLÍCIA RURAL

A polícia rural é na verdade um tema que surge na pampa oriental, como forma de combate ao contrabando. Já durante o período colonial o surgimento dos "Blandengues", mostra que a presença de uma força policial nos campos era um desejo que acompanhava a ocupação e a definição da propriedade na região. O período das independências trouxe novamente esta questão e na proposta de Artigas para a ordenação dos campos aparece à necessidade da criação de uma polícia rural. Esses corpos de polícia seguiam o princípio da autoridade vigente, ou seja, um chefe local, proprietário assumia o encargo de armar e reunir homens para combater o crime no campo, em especial o abigeato e o contrabando.

No período estudado o que está em jogo é o disciplinamento dos habitantes da pampa oriental, isto e, fazê-los entender pela força a presença de uma autoridade que exerceria o controle da violência em nome da paz nos campos, como, também, a proteção do direito de propriedade. Este último ponto, é sem dúvida o mais importante, já que, em momento de alterações de estruturas socioculturais a resistência, e a violência se fazem presentes e exigem uma resposta incisiva. Esta polícia levou ao campo não a paz, mas a violência organizada dos grupos que lideravam essa modernização na pecuária, isto é, uma aliança entre grandes comerciantes de Montevidéu e o grupo da Associação Rural e, embora Latorre tenha desejado frear a violência dos estancieiros o uso da força privada foi permitido, com o objetivo de proteger o direito de propriedade.

A NOVA REALIDADE DA PECUÁRIA

O Uruguai sofre um impacto modernizador. Um culto a civilidade, a democracia, uma educação organizada pelo estado. Estimulo os trabalhos manuais, criação de indústrias que levam a situar a capital como sendo na época um centro de grande efervescência cultural.

Mas esta realidade não transcendia ao espaço urbano da capital e de algumas cidades maiores no interior do Uruguai. Na pampa se mantinha a grande brecha entre uma minoria proprietárias de grandes extensões de terras e o restante da população.

O cercamento avançou consideravelmente, mas de maneira pouco homogênea, e foram os estancieiros progressistas ligados a Associação Rurais economicamente mais fortes que rapidamente cercaram seus campos, e como a "medianeria forzosa" introduzida na reforma do código em 1879 os cercamentos cresceram nos campos orientais.

A política do Governo de Latorre a partir da Associação rural levou ao aprofundamento da presença da grande propriedade, pois a proteção a ela era feita de forma indiscriminada, além do mais os proprietários de grandes extensões tinha menos custos em comparação com o pequeno ou médio. O cercamento aniquilou aqueles que tinham mais gado do que campo e que usavam os campos lindeiros para pastorear seu gado neles. Esta pratica tradicional foi destruída pelo código Rural, que transformou os cercamentos dos campos em uma bandeira do progresso

Como o cercamento dos campos no século XIX e XX a crescente tecnificação da estância, ocasionava a criação de uma população sem empregos e, que viviam as expensas dos proprietários. Os homens encontravam seus empregos nas atividades pastoris. Eram peões, posteros, caseros, tropero esquilador, alambrador. Mas também esses trabalhos passam por um processo de disciplinamento ligados aos objetivos da Nova Estância Os que não conseguiam algum tipo de ocupação nas estâncias ficavam a mercê de um comercio irregular de mercadorias na fronteiras, o changador.

Nesta sociedade dominada pela figura do proprietário que concentrava poder político e militar, os espaços da justiça e da injustiça, do legal e do ilegal era medido pelos interesses desses senhores que articulados regionalmente exerciam influência na capital do pais. Assim as profundas diferenças sociais que marcaram a sociedade rural dessa época, conjuntamente com uma atmosfera de violência que dominava o interior do pais durante as primeiras

décadas do século, permitiram a permanência de práticas caudilhescas quase que endêmicas na pampa oriental

Além da experiência das últimas guerras civis do século XIX que espalhou pelo interior um lastro de violências que envolveram grande parte da população pobre campeira e que deixou um sentimento de ressentimento nas regiões onde as guerras aconteceram. O enfrentamento armado, prática comum neste território, como forma de resolver contentas de qualquer natureza, a manutenção de uma liderança rural caudilhista que se mantinha ativa mediante poder militar e econômico.

Na verdade esses líderes tornaram-se nesta época verdadeiros senhores de vastas regiões do Uruguai, como pode citar Aparício Saravia, seu sobrinho Nepoceno. Para esta elite não havia nem lei ou justiça que não fosse determinada por eles em seus territórios.

As características da polícia, criadas no período de La Torre no momento em o Estado buscava terminar com os poderes desses senhores regionais, não favoreciam qualquer relação de justiça, já que estas forças armadas eram comandadas por partidários do governo central, as vezes contrários, outras vezes favoráveis aos caudilhos agiam de forma violenta com a população.

Esta destruição de uma conduta tradicional entre lindeiros levou a um esvaziamento do campo, pois estes rebanhos, de homens sem campo, foram vendidos e seus donos procuram as periferias das cidades, surgindo assim os rancheiro, los pueblos de La ratas. A redução dos trabalhos ligados a uma forma tradicional de realização prática foram reduzidos em função da lucratividade da empresa agropastoril. Dominados por rebanhos mas sem os gauchos o pampa tornou-se um espaço mais lucrativo.

As destruições de formas tradicionais de convívio levaram a criação de um contingente de pessoas que tiveram suas relações de proteção destruídas pela absolutização da propriedade e que não foram acolhidas por outras estruturas protetivas, o que ocasionou um processo de marginalização e violência no campo.

DOCUMENTOS:

Código Rural de La República Oriental Del Uruguay, Montevideo, 1876.

Código Rural de La República Oriental Del Uruguay, Montevideo, 1879

BIBIOGRAFIA

Barran, Jose Pedro. *La Cultura Barbara* (1800-1860) Montevideo, Banda Oriental, 1996.

Castellano, Alfredo. *La Cisplatina, La independência y La República Caudillesca,* Montevideo, Banda Oriental, 2001.

Desplats, Marcos hernandez. *Martin Aquino:* Batllismo y Barbarie. Montevideo, Ediciones de la Plaza. 2017.

Djenderedjian, Julio. *Historia Del Capitalismo agrário pampeano*. Buenos Aires, Siglo XXI, 2003.

Donghi. Tulio Halperin. *La Formación de La Classe Terrateniente bonaerense*. Buenos Aires, Prometeo Libros, 2007.

Franco, Guillermo. *Formas de Vida em el Latifundio Colonial.* Montevideo, Mendrugo, 2006.

Garavaglia, Juan Carlos. *Les hommes de la Pampa*: une Histoire Agraire de la Campagne de Buenos Aires , 1700-1830. Paris, Edition de L'École des hautes études em sciences sociales, 2000.

Hernandez, José. *Instrucción del Estanciero.* Buenos Aires, Claridad, 2008.

Leipnitz, Guinter Tlaija. *Vida independente, ainda que modesta:* dependentes e trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil- 1880-1920. São Leopoldo, Oikos, 2018.

Yaffé, Jaime. La modernizacion en el Uruguay: política y economia. IN *Histórias Regionais do Cone Sul*. Santa Cruz, Edunisc, 2003.

Raeichel, Heloisa. *As Raízes Históricas do Mercosul*: A Região Platina Colonial. São Leopoldo, Unisinos.

Rosas, Juan Manoel de. *Instrucciones a los Mayordomos de Estancias.* Buenos Aires, Claridad, 2010.

A CONSTRUÇÃO DE UMA FRONTEIRA LUSITANA: A COLÔNIA DO SACRAMENTO E A BARRA DO RIO GRANDE

Luiz Henrique Torres*

Desde o estabelecimento do Tratado de Tordesilhas (1494), o atual Sul do Brasil passou a orbitar nos interesses de ocupação da Coroa Espanhola. Em especial o Rio Grande do Sul, que recebeu, a partir de 1626, o projeto de conquista espiritual das Missões Jesuítico-Guaranis de bandeira castelhana - que também tinham o objetivo de garantir uma fronteira favorável à Espanha.

A partir do litoral Rio-grandense, com a ocupação da Barra do Rio Grande em 1737 ocorreu o processo antagônico de uma frente de expansão luso-brasileira que expulsasse os missioneiros do *hinterland* deste território em litígio. Porém, antecedendo estas ações de ocupação militar e de colonização civil, o marco referencial da construção da fronteira lusitana foi à fundação da Colônia do Sacramento do Rio da Prata em 1680. Os alicerces de uma identidade lusitana no Prata estavam lançadas e um longo processo diplomático, militar e colonizatório era colocado em marcha.

A EXPANSÃO LUSO-BRASILEIRA

O atual Rio Grande do Sul era almejado pelos espanhóis que o consideravam seu território pelo que fora ajustado no Tratado de Tordesilhas. A primeira fase das Missões jesuítico-guaranis, nos quadros da conquista espiritual, estendeu-se entre 1626 e 1641. O avanço da frente bandeirante acarretou na retirada ou destruição dos 18 povoados já implantados entre o centro e o

* Professor Titular. Cursos de História. Universidade Federal do Rio Grande.

noroeste do Rio Grande do Sul. Os povoados missioneiros tiveram continuidade a partir de 1682, sendo fundados até 1707 os Sete Povos cujas estâncias estendiam-se por grande parte do território rio-grandense. O projeto reducional ou missioneiro estava inserido juridicamente nos quadros do colonialismo espanhol. A retomada missioneira com população guarani oriunda de missões do Paraguai e da Argentina, não se deu fora da nova conjuntura que foi a extensão do Bispado do Rio de Janeiro (1676) até a margem oriental do Rio da Prata e a fundação da Colônia do Sacramento (1680).

O confronto luso-espanhol na Bacia Platina tomou contornos reais com a construção pelos portugueses da Colônia do Sacramento. O comércio lusitano, especialmente de comerciantes do Rio de Janeiro, já era intenso na região que assim oficializava a sua aspiração em estender as posses até o atual Uruguai.

> "Eu o Príncipe como Regente e governador do Reino de Portugal e Algarves, faço saber a vós D. Manuel Lobo, fidalgo de minha casa, a quem tenho nomeado por Governador do Rio de Janeiro que dando-me conta Alexandre de Sousa Freire, quando Governou o Estado do Brasil, e João da Silva de Sousa governador que também foi do Rio de Janeiro pelos ano de 1669 e 1671 enviando vários papeis e informações sobre se acharem de Povoar as terras do meu domínio que se acham ermas na demarcação da Repartição do Sul do mesmo estado que continuavam pelo Rio de Parta e Buenos Aires e o Montevideo pela fertilidade delas, com que já os Castelhanos têm feito varias colônias no território das que pertencem a esta Coroa, e ... mandando ver tudo por Ministros do Conselho de Estado e outras pessoas particulares depois de varias conferencias, informações e pareceres que se me fizeram presentes Houve por bem resolver que as ditas terras se povoem ... Fui servido que fosseis pôr em execução esta nova Colônia no que vos haveis como vos ordeno, e mando por esta minha instrução" (MENDONÇA, 1972).

A fundação da Colônia do Sacramento conjugava os interesses dos comerciantes do Rio de Janeiro, interessados na retomada do intenso comércio com Buenos Aires existente na época da União Ibérica (1580-1640), assim como da Coroa Portuguesa, que desejava expandir seus domínios até o Rio da Prata. Os principais elementos responsáveis pelo desenvolvimento da rede contrabandista eram os portugueses. A relativa proximidade do Prata com os portos brasileiros e a facilidade da obtenção de escravos em suas feitorias na África foram os principais fatores da preponderância comercial dos luso-brasileiros em Buenos Aires durante a União Ibérica. Essas vantagens levaram os portugueses a investir num entreposto no Prata (POSSOMAI, 2010: 23).

Poucos meses depois da ocupação portuguesa, os espanhóis, sediados em Buenos Aires promoveram o primeiro ataque a Colônia do Sacramento

encerrando com esta primeira experiência civilizatória. Estava deflagrado o conflito entre as duas potências ibéricas que se estenderia por quase um século (1680-1777) e que no século XIX seria retomado com a intervenção Joanina no Prata.

A Comandância Militar do Rio Grande é criada na terceira campanha militar espanhola contra a Colônia do Sacramento[1], com o objetivo estratégico de ser uma base de apoio logístico na resistência contra o cerco que a Colônia sofria. As atividades militares, envolvendo portugueses e castelhanos, perduram de agosto de 1736 a agosto de 1737 é chamada de Campanha do Rio da Prata.

Geopoliticamente, há uma fronteira missioneira a noroeste, uma disputa luso-brasileira ao sul (pelo controle da Colônia) e restou o litoral rio-grandense enquanto um corredor possível para as incursões luso-brasileiras voltadas a atividade dos tropeiros que buscavam o gado selvagem, que fora introduzido a partir de 1634 nas Missões, e que se dispersara formando a Vacaria Del Mar. Milhões de cabeças que se estendiam entre o pampa brasileiro e uruguaio. A Barra do Rio Grande será um dos locais de maior dificuldade para cruzar com o gado e aí surgiram postos de fiscalização. Em 1725 em São José do Norte com a Frota de João de Magalhães e a partir de 1737 com a ocupação do sul da Barra do Rio Grande, ficou definida a Barra do Rio Grande como ponto estratégico prioritário a ser ocupado. A margem sul da Barra foi escolhida para o surgimento de um povoamento sistemático e efetivação de um vilamento que viabiliza-se o funcionamento de um porto marítimo.

A fundação e militarização de Rio Grande, a partir de fevereiro de 1737, passou a ser imediatamente contestada pela Espanha e a localidade passou a viver uma vida militarizada na expectativa de uma provável tentativa de invasão espanhola que ocorreu em 1763 e quase voltou a ocorrer em 1777. Tempos de guerras e instabilidade para a população civil e ansiedade para os militares, pois às precárias condições do saber médico poderia levar a morte frente a um simples ferimento com arma de fogo ou golpe de "arma branca". As contradições na diplomacia luso-espanhola frente ao tenso equilíbrio entre as potências ultramarinas europeias faziam, através de tratados, as fronteiras avançarem ou recuarem em relação ao Prata.

1 A Primeira Campanha remete a fundação e ataque espanhol em 1680. A Segunda Campanha está contextualizada na Guerra de Sucessão da Espanha com o ataque e ocupação espanhola entre 1705-1715. A Terceira Campanha ocorreu entre 1735-1737, quando a frota portuguesa busca levantar o cerco marítimo espanhol à Colônia além de outros objetivos de ocupação militar/povoamento.

O Brigadeiro José da Silva Paes, ordenou a construção em Rio Grande de fortificações como o Forte Jesus-Maria-José e do Forte de Nossa Senhora de Sant'Anna do Estreito. Edificou baterias na margem sul da Barra do Rio Grande, no Taim e construiu o Forte de São Miguel no atual Chuy-República Oriental do Uruguai. A ocupação militar buscava garantir o surgimento de uma nova fronteira que seria legitimada com a colonização civil e a valorização econômica das terras no formato de sesmarias.

A BARRA DO RIO GRANDE E O POVOAMENTO

A fronteira luso-brasileira foi sendo edificada a partir da Barra do Rio Grande. O atual município do Rio Grande está localizado na Planície Costeira do Rio Grande do Sul e teve o seu desenvolvimento histórico relacionado à posição estratégica ocupada no Estuário da Lagoa dos Patos junto a Barra do Rio Grande. Enquanto sede do único porto marítimo do Estado mais meridional do Brasil, Rio Grande cadenciou o seu perfil histórico ao ritmo das atividades comerciais e industriais advindas de sua condição portuária. Geograficamente Rio Grande se situa entre a latitude 32° 2' 6" Sul e longitude 52° 5' 56" Oeste de Greenwich.

A Barra do Rio Grande foi descoberta em 1532 por Pero Lopes de Souza que navegou próximo **à** costa na busca de vestígios de uma embarcação que se perdeu da frota de Martin Afonso de Souza que rumara ao Prata. O desconhecido e caudaloso volume de água que desembocava no Oceano foi chamado de Rio de São Pedro, devido ao calendário eclesiástico dedicar a São Pedro o dia desta primeira observação. Na cartografia foi citado no mapa de Gaspar Viegas, cartógrafo da expedição, já no ano de 1534. Posteriormente, passou a ser chamado de Rio Grande de São Pedro.

O "Rio Grande de São Pedro" que aparece assinalado na cartografia desde 1534 nada mais é que o afunilamento da Lagoa dos Patos quando do seu escoamento no Oceano Atlântico. Esta denominação dada a um "suposto rio" acabou por ser o nome geográfico que caracteriza todo o Rio Grande do Sul e não apenas ao atual Município do Rio Grande. Fundamentalmente, as fontes historiográficas evidenciam que somente nas primeiras décadas do século XVIII é que se busca investigar o interior do Continente cujo acesso se dá pela Lagoa dos Patos. Olhares ambiciosos estavam voltados à ocupação da Barra em 1732: os comerciantes judeus Antônio da Costa (que aqui esteve em 1726) e João da Costa tentam vender o projeto de ocupação para os russos e

também para os ingleses. Porém, nada da certo nestas tratativas! Os espanhóis também almejavam a ocupação, mas os portugueses é que efetivam o povoamento. Com a chegada do Brigadeiro Silva Paes e o povoamento sistemático luso-brasileiro é que começam a ser criadas as condições para a integração geopolítica do Rio Grande do Sul a Portugal: através da ocupação militar e do povoamento civil.

A cidade do Rio Grande foi o primeiro referencial urbanístico luso-brasileiro nas terras meridionais do Brasil. A fundação de um povoado português no espaço platino fez parte de um planejamento do Conselho Ultramarino Português. Segundo Carta Régia datada de 24 de março de 1736, uma frota comandada por José da Silva Paes deveria partir do Rio de Janeiro para o Rio da Prata, buscando três objetivos: desalojar os espanhóis de Montevidéu; levantar o bloqueio espanhol à Colônia do Sacramento e fundar uma colônia na margem sul do Rio Grande de São Pedro. Somente este último objetivo foi realizado com sucesso, pois no dia 19 de fevereiro de 1737, ao desembarcarem num inóspito sítio formado por areia, pântano e dunas, teve início um processo militar e colonizatório que se consolidou, entre avanços e recuos, ao longo do século XVIII.

Devido à formação geológica arenosa, o controle deste espaço da Restinga foi um desafio constante aos militares e civis desde o século XVIII. A areia hostil foi presença persistente ao longo do tempo! Os desafios para o estabelecimento de uma civilização na Barra do Rio Grande foi sintetizada pelo historiador lusitano Simão Pereira de Sá (1993): "na costa arenosa e hostil, a tenacidade dos homens venceu a inconstância e a agressividade dos elementos" (meados do século XVIII). Por quase um século, Portugal e Espanha mantiveram uma tensa relação na tentativa de garantir para os seus domínios a Colônia do Sacramento. Esta experiência histórica constitui um capítulo fundamental do surgimento do Rio Grande do Sul português e de uma série de episódios deflagrados a partir do confronto entre portugueses, espanhóis, índios missioneiros e charruas, no espaço ocupado pela Colônia. A partir das variáveis étnicas, culturais, sociais, econômicas e políticas é possível estabelecer matrizes norteadoras para à constituição das fronteiras políticas e imaginárias.

Fundada em janeiro de 1680 pelo mestre de campo Manuel Lobo, o estratégico local situado na atual cidade uruguaia de Colônia, está localizado junto ao Rio da Prata e distante 48 quilômetros de Buenos Aires. O controle do Rio da Prata significava a intervenção na produção escoada pelos rios

Uruguai, Paraguai e Paraná e a chegada e saída de navios e produtos que navegavam pelo Oceano Atlântico. A revolta dos moradores de Buenos Aires (que teve sua primeira fundação em 1534) ficou expressa no conflito ocorrido em agosto de 1680, quando os espanhóis e índios missioneiros comandados por Antônio de Vera Muxica atacaram a fortificação superando a resistência portuguesa. A ferocidade do conflito ficou expressa nas perdas dos portugueses que tiveram 125 mortos e 150 prisioneiros. Estava desencadeado o confronto luso-espanhol, que entre períodos de guerra, paz e atos diplomáticos, persistiria por 97 anos. A Colônia foi invadida ou sitiada quatro vezes pelos espanhóis: em 1680, 1705, 1735-1737 e 1761-1762. Por meios diplomáticos Portugal conseguiu reaver várias vezes a Colônia, porém, com o Tratado de Santo Ildefonso em 1777, ela passou para o controle espanhol. Pelo menos até D. João, a pedido de Carlota Joaquina, invadir o Uruguai na primeira década do século XIX.

O povoamento em Rio Grande[2] emergiu deste contexto platino de belicosidade na campanha de 1735-37 que definiu as motivações para o estabelecimento de padrões de sobrevivência e civilidade. Foi durante a terceira campanha de cerco a Colônia do Sacramento que o Conselho Ultramarino Português autorizou o Brigadeiro José da Silva Paes a construir fortificações, na já identificada Barra do Rio Grande, com o objetivo de garantir um espaço para apoio militar a Sacramento e também para o deslocamento de colonos que desejassem fugir ao cerco espanhol.

O surgimento de Sacramento é o fator que levou ao deslocamento de tropeiros em busca do gado da Vacaria del Mar para o seu envio aos centros de consumo na região mineradora de Minas Gerais. Isto fez parte de um plano lusitano de estender sua presença política e econômica até o Prata o que havia acontecido durante a União Ibérica (quando Portugal e Espanha tinham o mesmo rei e as fronteiras se diluíram). Começava a se desenvolver os argumentos econômicos de integração do Prata ao mercantilismo português através do apressamento do gado. Em 1676 foi criado o Bispado do Rio de Janeiro com jurisdição da Capitania do Espírito Santo até o Rio da Prata. No mesmo ano o rei de Portugal D. Pedro II outorgou ao Visconde de Asseca e a João Correia de Sá a Capitania que ia da Laguna até o Rio da Prata a qual não foi ocupada e voltou a Coroa em março de 1727.

2 Algumas obras fundamentais para interpretar este as primeiras quatro décadas do povoamento na Barra do Rio Grande são: QUEIRÓZ (1987); BARRETO (1976 E 1979); MONTEIRO (1976); BORGES FORTES (1941); MENZ (2006); PRADO (2002); SANTOS (2006).

Quatro anos após a Colônia do Sacramento foi fundada, em 1684, a povoação de Laguna (Santa Catarina). Com base em Laguna formou-se um eixo de comércio de gêneros com o interior platino e a comercialização de cavalos, mulas e gado chimarrão das planícies. O comerciante Cristóvão Pereira de Abreu, que chegou a ser contratador de couros na Colônia do Sacramento, foi um dos nomes mais destacados na busca de interligação entre a retirada do gado do atual Uruguai e o deslocamento pelo caminho da praia. Ele contribuiu na construção de uma rota alternativa cruzando o gado entre Santa Catarina, o planalto curitibano e São Paulo.

Os lagunenses tinham interesse em fundar povoação no Continente do Rio Grande para as atividades de apressamento do gado. A frota de João de Magalhães em 1725 (em São José do Norte) foi à primeira experiência para esta fixação e controle do fluxo do gado, seguida da distribuição de sesmarias a partir de 1732 nos Campos de Viamão. Porém, com o abandono dos lagunenses da margem norte em 1733, o povoamento da Barra do Rio Grande somente foi efetivado com a expedição de Silva Paes. Em 1736 já fora autorizada pelo Bispo do Rio de Janeiro a criação de uma Freguesia no Rio Grande. A primeira missa em Rio Grande foi rezada em 25 de março de 1737 por um religioso que veio na expedição de Silva Paes. Naqueles tempos de padroado, o temporal e o espiritual caminhavam muito próximos no contexto da cristandade.

A posição estratégica da Barra do Rio Grande já era conhecida pelas autoridades portuguesas. A povoação do Rio Grande é uma pauta que se estendeu de forma mais intensa e com descontinuidades a partir de 1726 quando o governador de São Paulo Rodrigo Cezar de Menezes envia carta ao Rei afirmando que "se fazia conveniente à povoação do Rio Grande de São Pedro da qual seguirão grandes utilidades à Real Fazenda" (Carta a D. João V). Na mesma carta o governador afirma que enviou o Tenente General David Marques Pereira para a vila de Laguna para recrutar trinta homens para dar início ao povoamento do Rio Grande.

Mesmo que não tenha sido efetivada antes de 1737, a Resolução do Conselho Ultramarino de 19 de abril de 1730 orienta:

> "Pareceu ao Conselho representar... o quanto é conveniente que V. Magde. se sirva de mandar fortificar o porto do Rio Grande de São Pedro da banda do sul, por que por esta parte poderemos ficar senhores dos grandes campos que há até a Serra de Maldonado que fica na boca do Rio da Prata o que não se conseguirá se fundarmos a colônia da parte do norte, nomeando Vossa Majestade para essa empresa ao Tenente General David Marques Pereira não só por ser o que foi a estabelecer o mesmo posto,

> fazendo-se prático naquelas campanhas, mas também por ser de conhecido valor e capacidade para esta expedição [...] e chegando que seja tudo ao dito porto, que se fortifiquem nele da banda do sul na melhor paragem, com tal brevidade que no tempo do estio que naquelas campanhas há de setembro até fevereiro estejam fortificadas" (A.H.U., códice 234, fls. 28, 29).

O nome do Tenente General David Marques Pereira desponta como um dos pioneiros no projeto de ocupação da Barra do Rio Grande inclusive com o recrutamento de lagunenses. A efetivação desta empresa não ocorreu, mas, as motivações geopolíticas somente aumentavam:

> "Motivos não faltavam para que a coroa portuguesa pensasse no povoamento e domínio definitivo do território do Rio Grande de São Pedro. A decisão de efetivar a fundação de um povoado nessas paragens foi amadurecendo aos poucos, pois muitos fatores tinham de ser pesados. Tratava-se de um ponto estratégico, localizado muito próximo dos castelhanos, em território sujeito à contestação espanhola, onde não havia um ponto de apoio logístico suficientemente perto para qualquer ajuda que fosse necessária. A região era escassamente povoada, inóspita e possuía um porto natural que apresentava grandes dificuldades para as embarcações. Porém parece que pesaram mais as possíveis vantagens que teriam os portugueses dominando aquele ponto. Vantagens econômicas em primeiro lugar, com a perspectiva de comercialização de produtos derivados do gado, ali existente. Vantagens estratégicas advindas da situação geográfica do porto, na entrada do então considerado Rio Grande, que dava acesso a grande parte do interior do território, além do fato, de se plantar um obstáculo à possível penetração dos castelhanos rumo à região mineira e de poderem vigiar o contrabando do ouro brasileiro naquela latitude" (RHODEN, 1999: 81-82).

Argumentações favoráveis à ocupação do canal do Rio Grande de São Pedro foram formuladas por José da Silva Paes ao Conselho Ultramarino Português em 1735 frente à tensa situação de cerco da Colônia do Sacramento do Rio da Prata. Ele propõe ao Rei fazer "algumas diligências neste particular, em que me parece se aumentarão os seus domínios e os seus interesses, seguirei em tudo as determinações do mesmo sr. como devo" (PAES, 2 de junho de 1735).

Em parecer de 2 de janeiro de 1736, o Conselho segue as orientações de Silva Paes e projeta a edificação da fortificação e povoação da parte sul do canal através de investimentos da Fazenda Real.

> "Quanto ao projeto que o mesmo Gov. remete para o estabelecimento de uma Colônia no Gov. de S. P. do Sul parece ao Cons. Conveniente q. V. Mag. sirva mandar passar as ordens necessárias para que este estabelecimento se faça, pois parece própria a este fim a conjuntura preze. Para que tenha eff. o que nesta matéria tem o Cons. Representado a V. Mag. ou a despesa seja feita pela Fazenda Real, o que faria mais pronta à execução deste projeto e por tanto seria mais conveniente ou por uma companhia

> como se propõem no papel de que o d. Brigadeiro remete a cópia. Os Povoadores desta Colônia devem sempre ser assistidos da força necessária para sua defesa no caso de serem invadidos porque suposto os Castelhanos disputarão a esta Coroa o estabelecimento da Colônia no arbítrio de Comissários nomeador por El Rei da Espanha ficava pertencendo este sítio ao contingente da Real Coroa de V. Mag. com tudo sempre é justo precaver contra qualquer ideia que possa formar aquela nação contra este estabelecimento e que ele se acompanhe de força necessária para sustentar-se no sítio que o eleger. A este fim se faz tão bem necessário passam ao Rio de janeiro dois engenheiros que José da Silva Paes tem pedido para assistirem a fortificação daquela cidade e poderá um deles ir situar esta Colônia, e fazer-lhe a defesa necessária que nos era de grande despesa porque à distância em que os Espanhóis ficam não permite que possam trazer grandes forças quando intentem desalojar-nos. E para nos precavermos de qualquer intento que a mesma nação possa ter para o futuro parece ao Conselho que V. Mag. se sirva ordenar se faça uma consignação a que se empregue em transportar cada ano certo número de casais das Ilhas com que se vá aumentando esta povoação, e estabelecendo outras por aquela costa, pois a continuação destas povoações será o que melhor decide a questão de limites entre as duas nações. Lisboa. Ocidental, 2 de janeiro de 1736" (PARECER do Conselho Ultramarino, em 2 de janeiro de 1736).

A efetivação da ocupação portuguesa da Barra tendo a defesa vigorosa de José da Silva Paes junto ao Conselho Ultramarino, propiciou o desencadear de experiências culturais que marcaram parte do Rio da Prata. Os agentes históricos portugueses, espanhóis, negros, indígenas e miscigenados, envolveram-se numa trama de fronteiras e conflitos militares que se prolongou até o século XIX. Uma dinâmica cultural estabelecida com a fundação da Colônia do Sacramento pelos lusitanos e que teve continuidade com o surgimento de Montevidéu, Rio Grande, San Carlos (Uruguai) e tantas outras localidades que ao longo dos séculos XVIII e XIX definiram a fisionomia da região, consolidando as motivações históricas para o surgimento e colonização dinamizados pelos confrontos das duas potências ibéricas.

A ausência de infraestrutura, a rusticidade da sociedade em formação, as intempéries da natureza e a possibilidade de atividades bélicas com os vizinhos do Prata não era, na primeira metade do século XVIII, motivação para um povoamento espontâneo para Rio Grande, muito pelo contrário! A intervenção do poder público português, através de políticas de atração de colonos, como os açorianos, foi fundamental para a consolidação de um núcleo urbano em crescimento.

Dois personagens se destacam no período de fundação e consolidação inicial do núcleo militar e urbano. Nestes escritos estão registrados os desafios e perspectivas de crescimento e inserção ao espaço colonial português do que hoje se constitui o estado do Rio Grande do Sul. São eles dois comandantes militares portugueses: José da Silva Paes e André Ribeiro Coutinho.

Na Carta Régia de D. João V para Gomes Freire de Andrade (24 de março de 1736), o Rei delega poderes a estes dois personagens exponenciais que marcaram os primeiros anos de ocupação da Barra do Rio Grande:

> "Para as disposições de terra, de que nela se trata, é preciso destinar-se um comandante de notória capacidade, ciência e experiências e, como todas estas circunstâncias concorrem no Brigadeiro José da Silva Pais, com excesso a qualquer outro de que deveria lembrar-se, Vos ordeno que, no caso de achar-se o dito brigadeiro desembaraçado do governo por haverdes voltado ao Rio de Janeiro, na forma que mandei advertir-vos na carta que levou o iate, lhe declareis que sou servido nomeá-lo comandante das ditas expedições de terra e tropas de desembarque, por confiar dele que me servirá no dito emprego com o mesmo acerto com que o tem feito com outros. Para subalterno do dito brigadeiro, nomeei a André Ribeiro Coutinho, fazendo-lhe mercê da patente e soldo de mestre-de-campo, por ser um oficial de boa capacidade e muitas experiências, adquiridas assim nas campanhas deste Reino como no Estado da Índia, onde me serviu muitos anos como sargento-mor. E, porque também é instruído nas matérias pertencentes à profissão de engenheiro, lhe encarregareis especialmente o que respeita as fortificações que for preciso fazer-se no Rio da Prata, debaixo da direção do dito brigadeiro. E, quando este se ache impedido com o Governo do Rio de Janeiro, por não achardes conveniente encarregar dele a outrem na vossa ausência, neste caso será o dito André Ribeiro Coutinho o comandante das referidas expedições de terra e tropa de desembarque" (COLEÇÃO de Documentos sobre o Brigadeiro José da Silva Paes, 1949).

Silva Paes elaborou e defendeu um projeto de povoamento lusitano na Barra do Rio Grande. Em documento ao Rei ele argumentou sobre a importância da militarização/colonização civil em Rio Grande para apoio estratégico à Colônia do Sacramento e para resguardar as posses portuguesas entre Santa Catarina e o Rio de Janeiro: "Pelo projeto junto vera S. Mag. o que me propõem sobre o descobrimento das terras do Rio Grande"; havendo interesse do Rei farei "algumas diligências neste particular, em que me parece se aumentarão os seus domínios e os seus interesses, seguirei em tudo as determinações do mesmo sr. como devo" (José da Silva Paes, 2 de junho de 1735).

Mesmo se desligando, no final de 1737, do cargo de comandante militar do Rio Grande, Silva Paes acompanha as ações do novo comandante André Ribeiro Coutinho. Na Carta do Brigadeiro José da Silva Paes a Antonio Guedes Pereira, em 24 de janeiro de 1739, relativo ao estado em que se achava o Rio Grande de S. Pedro, Silva Paes ressalta:

> "Pela cópia da última carta que recebi do Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho, que se acha Governando no Rio Grande de S. Pedro, verá V. Exa. o estado em que se acha aquele novo estabelecimento e pela planta que remeto, como fica guarnecida a Fortificação do Estreito. Estou persuadido que não tem os Espanhóis na América,

> forças que possam vencer aquele passo, e nos mais, verá V. Exa. o que diz o dito Mestre de Campo. Das antecedentes me tinha avisado continuam os particulares em passar gados para a parte do Norte, e que a estância de S. Mag. todos os dias se aumenta naquela povoação e se faz mais frequente o negócio; eu me não descuido em ir fornecendo e o mesmo a Colônia e só de dinheiro é que não tenho podido mandar avantajadas remessas, porém desde que aqui cheguei, tenho remetido para o Rio Grande, o que se vê da relação; e para a Colônia menos pelas letras que se tem sacada sobre esta Provedoria" (COLEÇÃO de Documentos sobre o Brigadeiro José da Silva Paes, 1949: 109-11).

A administração pública no Rio Grande de São Pedro nasceu neste contexto de ocupação com o "início do povoamento português ostensivo e o estabelecimento da administração colonial" processos que estiveram intimamente vinculados à ocupação militar da região. As primeiras medidas tomadas no Rio Grande "foram ordenadas e executadas pelos integrantes da expedição de Silva Paes e, paulatinamente, as estruturas da administração foram adquirindo um caráter civil, com a criação de cargos e órgãos desta esfera da administração portuguesa" (MIRANDA, 2000:32).

Documentação posterior a esta data, reitera as atividades desenvolvidas por Silva Paes para garantir a segurança e a fixação luso-brasileira junto a Barra do Rio Grande. O estabelecimento da Comandância Militar tem o sentido da primeira administração que não se restringia a esfera militar, mas, também a vida civil. Suas argumentações junto ao Conselho Ultramarino para ocupação da Barra do Rio Grande foram essenciais para justificar os esforços efetivados pela Coroa Portuguesa; sua atuação na fundação e seus esforços para constituir a vida administrativa, civil e militar foram essenciais para o sucesso do complexo empreendimento.

O início da organização administrativa do Rio Grande do Sul recua ao período de 1737 a 1761, com os governos de comandantes militares e esteve vinculado ao governo de Santa Catarina. Quando da anexação formal do Rio Grande do Sul à administração portuguesa, o território colonial estava sob a jurisdição da Secretaria de Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos em conjunto com o Conselho Ultramarino, que até então reunia praticamente todos os assuntos relativos à administração das colônias, excetuando-se as questões eclesiásticas e das rendas régias. "Foi no decorrer deste período que se estabeleceram as primeiras estruturas da administração pública, ainda que com forte caráter militar que caracterizou a presença portuguesa do território" (MIRANDA, 2000: 32).

Em linhas gerais, o processo de fundação e consolidação inicial da presença lusitana está contemplado nas reflexões sobre as fronteiras relativas à Sacramento, Barra do Rio Grande e Missões Jesuíticas. São três variáveis essenciais onde se moverão as frentes de expansão luso-brasileiras e espanhola-americanas.

As raízes da presença portuguesa no Sul do Brasil e no Rio da Prata haviam sido lançadas! Entre avanços e recuos de fronteira, entre políticas de colonização e confrontos militares, ocorreu à construção de uma fronteira física entre os domínios de Portugal e Espanha. A Colônia do Sacramento buscou franquear a presença lusa nas atividades comerciais no Prata e no *interland* do espaço colonial espanhol. Foi fator essencial para a dinamização da economia pelo litoral rio-grandense através da atividade dos tropeiros. Esta atividade definiu o perfil da sociedade regional: latifundiária, escravista e pecuarista. Em decorrência dos desafios ligados a Sacramento e ao fluxo do gado, torna-se fundamental a ocupação e militarização da Barra do Rio Grande e o projeto de colonização e estruturação administrativa. Desta "cabeça de ponte" se difundirá a presença luso-brasileira e a partir de 1752, da colonização açoriana em várias localidades nascentes. São múltiplas fronteiras que constituem o processo histórico platino: a fronteira de papel fruto da diplomacia; a fronteira física das armas; as fronteiras móveis das relações socioeconômicas; as fronteiras datadas pelos eventos históricos; as fronteiras dinâmicas e não controláveis dos genes dos gaúchos e gauchos que se aproximam e distanciam historicamente, que quase se dissolvem nas construções ideológicas nacionais e que se reencontram no indiviso imaginário do pampa argentino-uruguaio e sul-rio-grandense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Abeilard. A ocupação espanhola do Rio Grande de São Pedro. *Simpósio Comemorativo do bicentenário da Restauração do Rio Grande* (1776-1976). Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v.2, 1976.

_____. A Expedição de Silva Pais e o Rio Grande de São Pedro. In: *História Naval Brasileira.* Rio de Janeiro: Segundo volume, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979.

BORGES FORTES, João. *Rio Grande de São Pedro*: povoamento e conquista. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1941.

_____. Fundação do Rio Grande. In: *Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense*. Porto Alegre: Globo, 1937, vol. II.

CANABRAVA, Alice. *O Comércio Português no Rio da Prata* (1580 – 1640). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/ USP, Boletim XXXV, 1944.

CARTA a D. João V datada de 28 de junho de 1726. Arquivo Histórico Ultramarino, códice 234, fls. 28, 29.

COLEÇÃO de Documentos sobre o Brigadeiro José da Silva Paes. Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1949, vol. 109-112.

COLEÇÃO de Documentos sobre o Brigadeiro José da Silva Paes. Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1949, vol. 109-112.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de (org.), Regimento de 18 de novembro de 1678. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB – Conselho Federal de Cultura, Tomo II, 1972.

MENZ, Maximiliano. *Entre Dois Impérios*: formação do Rio Grande na crise do Antigo Sistema Colonial. São Paulo: USP, 2006 (Tese de Doutorado em História).

MIRANDA, Márcia Eckert. *Continente de São Pedro*: administração pública no período colonial. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS/Ministério Público do Estado do RS/CORAG, 2000.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento 1680-1777*. Porto Alegre: GLOBO, 1937, 2 vols.

_____. A Dominação Espanhola no Rio Grande do Sul. *Simpósio Comemorativo do bicentenário da Restauração do Rio Grande* (1776-1976). Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v.4, 1976.

MONTEIRO, Rodrigo Borges. Nas fronteiras do Antigo Regime: a Colônia do Sacramento no século XVIII. *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime*: poderes e sociedades. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008.

PAES, José da Silva. 2 de junho de 1735 (Arquivo Histórico Colonial. Lisboa). In: Coleção de Documentos sobre o Brigadeiro José da Silva Paes. Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1949, vol. 109-112.

_____. Coleção de Documentos sobre o Brigadeiro José da Silva Paes. Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1949.

PARECER do Conselho Ultramarino, em 2 de janeiro de 1736, sobre a carta do Brigadeiro José da Silva Paes. Coleção de Documentos sobre o Brigadeiro José da Silva Paes. Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1949, vol. 109-112.

POSSOMAI, Paulo César. De núcleo de povoamento à praça de guerra: a Colônia do Sacramento de 1735 a 1777 In: *Topoi*. Rio de Janeiro: PPG História Social da UFRJ, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010.

_____. *A vida quotidiana na Colônia do Sacramento (1715-1735)*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.

PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia de Sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII*. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002.

QUEIRÓZ, Maria Luiza Bertulini. *A Vila do Rio Grande de São Pedro*. Rio Grande: EdFURG, 1987.

RHODEN, Luiz Fernando. Urbanismo no Rio Grande do Sul: origens e evolução. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

SÁ, Simão Pereira de. *História Topográfica e Bélica da nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata.* Porto Alegre: Arcano 17, 1993.

SANTOS, Corcino. Importância da Capitania do Rio Grande para o Brasil. In BOEIRA, N.; (COORD). Colônia. *História Geral do Rio Grande do Sul*, vol. 1. Passo Fundo: Méritos Editora, 2006.

PARTE 2

IDENTIDADES E FRONTEIRAS: AS MÚLTIPLAS FACES

O LIVRO DIDÁTICO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO SUJEITO FEMININO NA HISTÓRIA – UMA ANÁLISE DA PRIMEIRA E SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Amanda Nunes Moreira*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar a representação e a identidade do sujeito feminino durante o período da Primeira e Segunda Guerra Mundial, a partir das abordagens apresentadas nos livros didáticos. Sabemos que as mulheres estiveram presentes no contexto de ambas as guerras, e de todos os fatos, as pesquisas históricas comprovam essa presença. Alguns livros didáticos continuam narrando esses dois fatos sem mencionar a participação da mulher, como se ela não existisse nesse espaço/tempo histórico, estando velada, "oculta" desses acontecimentos, como descreve Michelle Perrot "no teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra" (PERROT, 2005, p.33).

Essa "sombra" que Perrot se refere, ainda se apresenta com frequência na narrativa histórica com "heranças" de um domínio masculino, demonstrando quem possuía, e ainda possui, o poder da construção das identidades sociais. Neste caso, podemos pensar na questão identidade como um jogo de poder entre os sujeitos sociais. Esse jogo de poderes demarcou, durante muito tempo, os espaços que deveriam ser ocupados pelos gêneros: ao masculino o

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas, Mestre em Ensino de História pela Universidade Federal do Rio Grande. Especialista em Orientação Educacional pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai. Especialista em Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria. Licenciada em História pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Professora do ensino fundamental, na rede pública e privada, na cidade de Pelotas. E-mail: amanda.nunes.moreira@gmal.com

público e ao feminino apenas o privado, sendo os espaços públicos proibidos às mulheres.

Historicamente, esses espaços eram destinados pelas influências e aspirações do mundo das representações masculinas. O homem sempre ocupou um lugar privilegiado e principal na história e na sociedade, sendo a ele permitido a construção de sua própria identidade, já a mulher tinha sua identidade construída pelo olhar e mentalidade masculina. O sujeito feminino foi moldado, formado a partir desse olhar masculino, de sua imagem e representação, era definida pelo seu lugar e pelo seu dever. As identidades dos sujeitos (masculino e feminino) foram construídas a partir de uma representação imposta pela sociedade dominada pelo poder do homem.

O homem era designado ao público, a mulher ao privado. Elas possuíam o direto de serem filhas, esposas, mães, procriar e servir. Eram consideradas psicologicamente dóceis, submissas, dominadas pelo emocional e irracional; deveriam dedicar-se apenas ao lar, pois esse era seu verdadeiro espaço, o privado. Perrot sintetiza essas referências expondo que "Aos homens, o público, cujo centro é a política. Às mulheres, o privado, cujo coração é formado pelo doméstico e a casa" (PERROT, 2005, p. 459).

Esses espaços construídos socialmente formaram as identidades dos sujeitos, o que deveria ser masculino e o que deveria ser feminino. Stuart Hall esclarece essa demanda referente a formação da/s identidade/s relacionadas a interferência social, ao descrever que a identidade é formada na interação do eu com a sociedade, ou seja, "O eu interior é formado e modificado através dos mundos culturais 'exteriores' e as identidades que esses mundos oferecem" (HALL, 2005, p.10).

Refletindo sobre a abordagem de Hall, ao feminino não foi permitido essa construção da identidade com o meio social ou com os "mundos culturais", uma vez que seu destino, "único" e "verdadeiro", era limitado ao espaço privado, a partir da construção do masculino. É relevante lembrar que ambos os espaços, público e privado, eram dominados pelo masculino, determinando falas, ações, emoções, pensamentos, identidades e subjetividades.

Roger Chartier afirma que "em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada, dada a ler por diferentes grupos sociais" (CHARTIER, 1990, p.17), essa realidade possibilitou construir uma identidade para esses locais (público e privado), ignorando o fato de que os sujeitos são passíveis de "compor" diferentes identidades a partir dos espaços que ocupam. Analisando essa reflexão de Chartier, é significativo relacionar

e pensar sobre o que Ana Maria Colling nos explana, que "... se algo não foi sempre assim, nada determina que assim se conserve" (COLLING, 2004, p. 15). O público e o privado podem proporcionar diferentes construções de identidades ao masculino e ao feminino, considerando os locais que esses gêneros pretendem ocupar, e de que maneira o desejam.

Para proporcionar visibilidade a participação das mulheres na história, é necessário desconstruir o que já existe, para poder (re)construir uma nova história, um novo sujeito, utilizando outros olhares, outras representações e outras identidades. A prática do ensino de história, inserida no ambiente escolar, é uma expressiva possibilidade de proporcionar a (re)construção dessa outra história, assim como a utilização dos livros didáticos como ferramenta para auxiliar o/a professor/a, e os/as discentes, nesse processo de formação de saberes.

Buscar dar visibilidade a participação da mulher, nesses fatos tão importantes para a construção da história em sua integralidade, é o que esse trabalho pretende analisar. Para esse estudo foram analisados dois livros didáticos, de duas coleções diferentes – *História, Sociedade & Cidadania, e Projeto Araribá*, referentes ao 9º ano do ensino fundamental da rede pública estadual da cidade de Pelotas/RS, acerca da presença, ou não, do sujeito feminino através de imagens e narrativas relacionadas as duas grandes guerras mundiais.

Para realização dessa análise é utilizada a definição de Martine Joly a respeito da relação entre a imagem e o texto,

> [...] as imagens mudam os textos, mas os textos, por sua vez, mudam as imagens. O que lemos ou ouvimos a respeito das imagens, a maneira como a literatura, a imprensa, a sinalização apropria-se delas, trituram-nas e apresentam-nas determina necessariamente a abordagem que fazem delas. (JOLY, 1999, 76)

A apresentação de um texto, ou a sua ausência, ao lado da imagem, modifica a compreensão que se faz da mesma; tanto a presença quanto a ausência auxiliam na construção da identidade dos sujeitos. Essa apropriação, e interpretação, acontece no ambiente escolar com o uso dos livros didáticos.

Ao analisar o livro didático, é significativo que observamos de que maneira os sujeitos estão inseridos nos contextos históricos em questão. A imagem de uma mulher, ou uma citação em uma narrativa não significa que esse sujeito esteja sendo inserido enquanto participante do fato histórico, enquanto um sujeito histórico, por vezes essa "presença" feminina nos materiais didáticos apresentam as mulheres apenas como coadjuvantes da história, ou

simplesmente como um "enfeite" para as narrativas onde os homens foram, e ainda são, os mais importantes sujeitos participantes/atuantes da construção da história.

A MULHER NA HISTÓRIA

Na história, o espaço destinado à mulher dependeu da influência da mentalidade e das representações determinadas pelos homens. Esses, sempre ocuparam um lugar privilegiado e principal, silenciando a existência da mulher. O sujeito feminino foi marcado pelo homem a partir de suas necessidades, do olhar masculino, de sua imagem e representação, sendo definida pelo seu lugar e pelo seu dever, tendo sua identidade totalmente construída pelo outro.

Como salienta Pierre Bourdieu, essa formação acabou sendo consentida pelas mulheres, elas foram "colonizadas" pelo masculino, e permitiram que isso ocorresse, onde "A visão feminina é uma visão dominada, que não se vê a si própria" (BOURDIEU, 1999, p.59). Sendo necessária uma "descolonização" do feminino, principalmente do discurso construído que nos remete as relações de poder, o que podemos considerar como uma violência simbólica.

Durante muito tempo, as mulheres foram excluídas dos principais locais considerados importantes: o religioso, o militar e o político. Locais onde a palavra era o poder supremo, poder esse que lhes era negado. A voz da mulher, ou seja, o poder de sua palavra se fez presente, apenas, nos dois últimos séculos com o auxílio dos movimentos feministas[2].

A mulher era vista como um ser doentio, com crises frequentes, afetada pelas paixões, pelos romances. Seu instinto sexual era anulado pelo seu instinto materno, onde acabavam presas aos seus corpos. Segundo Michelle Perrot o feminino tinha a "... função reprodutora materna e doméstica" (PERROT, 2005, p. 470), aquela que sentisse desejo ou prazer sexual seria considerada como um ser anormal.

> O corpo era sinônimo da tentação, do pecado, capaz de manipular os pensamentos e ações dos homens, dessa forma poderia exercer poder sobre o sujeito masculino. À vista disso foi condenada ao privado, ao seu lar e a sua família.
> O corpo das mulheres não lhes pertence. Na família, ele pertence a seu marido que

2 Movimento Feminista é a organização das mulheres em torno de problemas específicos de sua condição. O feminismo surge na Europa Ocidental no século XVIII e se espalha pelo mundo. No Brasil o movimento surge na virada do século XIX para o século XX, principalmente na década de 1930, onde em 1932 a mulher conquista o seu direito ao voto. Até então a mulher não era vista como cidadã, pois seus direitos como tal eram negados.

> deve 'possuí-lo' com sua potência viril. Mais tarde, a seus filhos, que as absorvem inteiramente. Na sociedade, ele pertence ao Senhor. As mulheres escravas eram penetráveis ao seu bel-prazer. O sistema feudal estabelece distinções de tempo e de classe. O senhor tem direito sobre a virgindade das servas. (PERROT, 1998, p. 447)

O corpo está presente em toda relação de poder, principalmente o corpo feminino que é o centro dessa dominação. Nessas relações a identidade era construída pelo masculino, e inserida nesses corpos sem a autorização dessas mulheres. Sua maneira de falar e agir, sua aparência e roupas, são representações que "apresentam" o seu sexo, o feminino. É preciso enclausurar, "trancar" a mulher no mundo privado para que seu corpo não ofereça nenhuma forma de perigo a sociedade.

Stuart Hall (2005) nos explana que essas identidades não são permanentes, elas são (re)construídas a partir dos espaços sociais que ocupamos. Poderíamos relacionar essas identidades as roupas que usamos, pois para cada ocasião que vivenciamos utilizamos a roupa mais adequada para aquele momento. Ao sujeito feminino nem isso fora permito, a construção da sua própria identidade a partir das suas escolhas, de suas formações e subjetividade, esse poder de construção ficou a cargo do masculino.

Historicamente, o masculino fala, pensa e age pelo feminino, assim, não era necessária a existência da mulher para o mundo público, pois ela era representada pelo homem.

> As representações da mulher atravessaram os tempos e estabeleceram o pensamento simbólico da diferença entre os sexos: a mãe, a esposa dedicada, a 'rainha do lar', digna de ser louvada e santificada, uma mulher sublimada; seu contraponto, a Eva, debochada, sensual, constituindo a vergonha da sociedade. Corruptora, foi responsável pela queda da humanidade do paraíso. (COLLING, 2004, p. 15)

Colling nos apresenta mais uma forma do que seria a prática da violência simbólica.

Para reconstruir a história das mulheres, onde deixam de ser "objetos" e coadjuvantes da história para tornar-se a própria história, tradições, sociedades, mentalidades e até mesmo subjetividades teriam que ser transformadas. A principal "personagem" que teve de sofrer modificações foram as próprias mulheres, pois submetiam-se a vida criada pelos homens sem reivindicar seus direitos e deveres, sofrendo a "violência simbólica".

> Será possível suspenderem-se os efeitos desta violência quando se faz a história das mulheres? A dominação masculina não continuará a pesar na investigação (masculina

> e feminina) sobre as mulheres, e, se sim, de que modo? É óbvio que, se admitirmos que a violência simbólica se exerce prioritariamente sobre as mulheres, não poderemos supor que baste ser-se mulher para ter uma visão verdadeiramente histórica da história das mulheres. (BOURDIEU, 1999, p. 59).

A observação de Bourdieu nos mostra o que foi, e o que ainda é, a mentalidade de muitas mulheres. Educada para aceitar o que lhe era imposto, o feminino sempre viveu na "sombra" do "mundo" masculino. Perrot ratifica essa observação onde "O pudor é sua virtude, o silêncio sua honra" (PERROT, 2005, p. 10). Considerando a história das mulheres que conhecemos, e sendo possível averiguar o tamanho da influência do "mundo" masculino em sua formação, é importante "reconstruir" a mesma a partir do "mundo" feminino, suas influências, olhares e posicionamentos.

Para "enxergar" algo com outros "olhos", é necessário ter conhecimento daquilo que já existe, para então poder perceber o que está oculto. É assim que a história das mulheres, ou, sua participação na história ainda permanece, à margem dos fatos e oculto dos olhares. Sendo a escola também um local de construção histórica, é de extrema relevância proporcionar esse questionamento, bem como que novas visões acerca dos fatos possam ser (re)construídas. Como nos afirma Isabel Barca "O ensino de História constitui-se hoje como um fértil campo de investigação, sendo objeto de pesquisa sob diversos ângulos que integram quer perspectivas diacrônicas quer a análise de problemáticas atuais do ensino específico" (BARCA, 2005, p. 15).

É na sala de aula que o/a professor/a de história torna-se "peça" fundamental para conseguir fazer com que os/às alunos/as interpretem os fatos, seus participantes e como esses existem através das narrativas, que tenham consciência histórica. Para a prática desse exercício o livro didático torna-se uma ferramenta importante ao alcance dos/as discentes e do/a professor/a.

O manual didático é o centro de inúmeras discussões sobre essas questões, e como o mesmo é utilizado pelos/as professores/as. Independente de qualquer discussão, não podemos negar que esse manual é utilizado, e considerado, como uma das principais ferramentas no processo de ensino/aprendizagem. Dispondo de uma grande relevância para a educação, o livro didático é o objeto de análise dessa discussão, tendo como principal foco a construção da identidade feminina através de sua inserção, ou não, nos contextos históricos da Primeira Guerra Mundial e Segunda Guerra Mundial.

Sabemos que os fatos narrados nos livros são escolhidos a partir de posicionamentos, ideologias, exigências do mercado interessado – discutir quem

possui o controle de tais decisões não é foco do presente trabalho. Circe Maria Fernandes Bittencourt discorre sobre essa questão

> [...] o livro didático é um produto da indústria cultural, com uma materialidade característica e um processo de elaboração diferente de outros livros. Enquanto mercadorias, insere-se na lógica de vendagem e requer definições sobre preço e formas de consumo (BITTENCOURT, 2011, p.311)

Bittencourt nos apresenta como essa discussão é considerada significativa e frágil. É importante observar que no momento em que um fato histórico é selecionado para estar presente em um livro, com certeza outros acabam no "esquecimento", passam a ser "inexistentes". Foi através dessas escolhas que o feminino acabou "esquecido", velado, "abandonado" pela memória da história e pelos livros didáticos.

Jörn Rüsen afirma que a apresentação dos fatos históricos não é o mais importante em um livro didático, mas a viabilidade que o mesmo proporciona através da sua utilização, para os/as docentes e alunos/as. Se o fato estiver ausente, não haverá possibilidade de interpretação, de posicionamento frente ao conhecimento oferecido. Rüsen ainda coloca que para o/a discente perceber algum significado no conteúdo, esse deve ter algum tipo de correlação com o seu cotidiano, com o seu meio. Rüsen ainda afirma que "A didática da história analisa agora todas as formas do raciocínio e conhecimento histórico na vida cotidiana, prática. Isso inclui o papel da história na opinião pública e as representações nos meios de comunicação de massa" (RÜSEN, 2006, p.12).

Muitos/as estudantes, principalmente na realidade da escola pública, possuem apenas esse material como instrumento de pesquisa e estudo. Dessa maneira, o livro auxilia diretamente na formação desse/a discente em relação a construção de sua consciência crítica sobre a história. Partindo desse pressuposto, existe a grande possibilidade de os/as estudantes compreenderem que aquilo que é apresentado nos livros didáticos é a única "verdade" sobre a história, aquilo que não está presente nesse material não existe, não faz parte da história.

AS MULHERES, AS GUERRAS E O LIVRO DIDÁTICO

Considerando o "esquecimento" do sujeito feminino pela história, e tudo o que foi apresentado até aqui, essa discussão busca investigar se nos li-

vros didáticos a mulher se faz presente enquanto protagonista dos fatos históricos, ou também acabou sendo esquecida. Para essa análise foram escolhidas como fontes de pesquisas as representações da Primeira Guerra Mundial e da Segunda Guerra Mundial em dois exemplares de livros didáticos do 9º ano do ensino fundamental de escola pública da rede estadual da cidade de Pelotas/RS. Essa escolha deve-se ao fato de que a guerra nos remete, a partir de sua construção social, ao masculino, virilidade, força, coragem e ao espaço público que sempre foi destinado aos homens. Buscar a presença da mulher nessas conjunturas e, principalmente, evidenciar que a sua participação existiu e foi significativa, é de extremo significado para a construção da consciência histórica de nossos/as alunos/as, bem como para o fortalecimento da constituição da identidade feminina.

Em muitos livros didáticos a identidade do sujeito feminino ainda está relacionada ao sexo frágil, reservada ao mundo privado, a família, ao lar. Poucas são as referências que encontramos sobre a sua participação nos fatos históricos enquanto protagonistas, e não apenas coadjuvantes dos sujeitos masculinos. Mesmo com a significativa ausência feminina dos livros didáticos, é de suma importância que a presença da mulher na história seja abordada nas aulas, não permitindo que esse "apagamento" seja reforçado.

Os estudos sobre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial são de profunda relevância na disciplina de história. Esses fatos foram referências no surgimento de novas ideologias, disputa de poder e território, massacre de civis, destruição e construção de nações, transformações sociais em todas as suas esferas. Sendo assim, é importante refletir sobre algumas questões: seria possível a mulher não ter participado dos acontecimentos históricos? Apenas os homens estavam "presentes" nesses fatos? Onde as mulheres estavam "escondidas"? A história "esqueceu" do sujeito feminino? Como essa ausência/presença auxilia na construção da identidade desse sujeito? Como essa ausência/presença interfere na construção da consciência histórica e no processo de aprendizagem dos/as alunos/as? Esses são alguns questionamentos que o trabalho procura apresentar.

Apesar do sofrimento, perdas e destruições que as guerras causaram para o mundo, e não apenas para os países envolvidos diretamente, esses episódios proporcionaram um novo espaço para as mulheres, a saída do privado para o público, iniciando algumas conquistas e a consolidação de seu espaço na sociedade. Michelle Perrot (2005) explana que durante a guerra a mulher adentrou o mundo/setor masculino que até então estava fechado aos sujeitos

femininos, espaços esses que foram obrigados a aceitar esse "novo" sujeito social visando a lucratividade do trabalho, principalmente nas indústrias. Enquanto os homens foram para as batalhas, as mulheres passaram a ocupar o seu lugar nas fábricas, no controle e organização do lar, espaços que até então pertenciam exclusivamente ao masculino.

Durante o período dos conflitos, a mulher ocupou e representou os espaços que até então eram apenas pertencentes ao masculino. Sobre a representação da mulher, vamos utilizar a concepção de Roger Chartier, onde em diferentes locais e momentos a realidade social é construída, essa representação pode ser utilizada como classificação ou exclusão nas configurações sociais. Podemos entendê-la como "esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado" (CHARTIER, 1990, p.17), ou seja representação/apropriação.

Assim como a discussão sobre a representação da mulher, também é importante destacar a questão da imagem e identidade que são apresentadas nos manuais didáticos. A imagem e identidade são importantes fontes de pesquisa para a história. Martine Joly destaca a relevância do estudo da imagem e da narrativa, na construção dos discursos e da consciência histórica, onde "dão de um modo codificado uma impressão de semelhança com a realidade utilizando a analogia perceptiva e os códigos de representação, herdeiros da tradição representativa" (JOLY, 2007, p.86).

Sobre a representação e identidade, as mulheres acabaram se apropriando dos conceitos que lhes foram atribuídos, construídos; valorizando as mentalidades coletivas e construídas em referência ao seu sujeito. Essa apropriação afastou-as de serem protagonistas de sua história, reservando a elas o lugar de coadjuvante. Elas estiveram presentes em todos os lugares, como operárias nas fábricas, trabalhadoras em vários espaços, vítimas, nos campos de batalhas, na organização de partidos políticos e construção de ideologias; mas seguiram "ocultas" para a história e para a historiografia.

Como proposta para essa discussão, foram analisados dois livros de coleções referentes ao 9º ano. Essa análise buscou observar se existe, ou não, a presença da mulher nos fatos históricos - Primeira e Segunda Guerra Mundial, representados nos livros, através de imagens e/ou narrativas sobre a mesma.

A primeira análise foi realizada no livro *História, Sociedade & Cidadania* – 9º ano do ensino fundamental, autoria de Alfredo Boulos Júnior, edição de 2015, editora FTD, referente a distribuição de 2017, 2018 e 2019 (PNDL).

Sobre a Primeira Guerra Mundial, capítulo 2, páginas 30 a 45, possui 9 imagens que aparecem a figura feminina e uma pequena narrativa no espaço referente as atividades que devem ser realizadas pelos/as alunos/as ao final do capítulo.

A primeira imagem (página 33) é a representação do assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, e apresenta a sua esposa ao lado do seu corpo, ainda dentro do carro, em Sarajevo, Bósnia, no ano de 1914. A narrativa abaixo da imagem relata: *"Ilustração de um jornal francês mostrando o assassinato do arquiduque Francisco e sua esposa em Saravejo, capital da Bósnia, em 1914"*. Referente a esposa nada é descrito.

A segunda imagem (página 38) apresenta a seguinte descrição: *"civis parisienses e tropas aliadas da França comemoram nas ruas de Paris a assinatura do armistício que pôs fim à I Guerra Mundial, em 1918. Enquanto isso os perdedores (os alemães) amargavam os efeitos da derrota"*. Essa imagem apresenta civis festejando o final da guerra, e algumas mulheres se encontram presentes nesse fato, sem maiores referências.

A quarta imagem (página 39) é um cartaz francês que está chamando atenção para as crianças órfãs francesas, sendo essa orfandade como consequência da guerra. O cartaz apresenta a representação de duas crianças, um menino e uma menina, com aparência de assustado/a, e a frase em francês *"Avez vous place dans votre couer pour nous?" – Há em vosso coração um lugar para nós?;* e abaixo em inglês *"Father less children of France" – Crianças órfãs da França*, material sem referência ao masculino ou ao feminino.

Na página 40 é apresenta uma imagem que representa a paz e a guerra, onde a mulher representa a paz e o homem a guerra. Retrata a batalha de Vittorio Veneto que marcou a vitória da Itália contra o Império Austro-Húngaro e o final da Primeira Guerra Mundial na frente italiana. É possível compreender que a imagem determina os espaços que são destinados aos sujeitos na sociedade, a mulher representa a paz, aquela que possui o amor e a compreensão, a passividade. A guerra representada pelo homem define o espaço do masculino na sociedade, o mais forte, viril, destemido, que detém o poder/domínio.

No espaço destinado as atividades (página 42), possui uma pequena narrativa intitulada *Mulheres na Guerra* e 3 imagens sobre a participação feminina na guerra. Essa narrativa fala que a guerra proporcionou uma nova situação na vida das mulheres europeias, pois com os homens nas guerras, elas assumiram seus espaços nas fábricas, passando a exigir salários e direitos iguais.

É salientado que as mulheres participaram diretamente da guerra, inclusive na Rússia czarista foi formado um batalhão feminino comandado por Maria Bochkavera.

Essa atividade solicita que os/as alunos/as interpretem a narrativa e as imagens, e escrevam sobre a participação feminina na guerra e façam uma relação entre a narrativa e as imagens apresentadas. Também é solicitada uma análise sobre a mudança, ou não, do papel da mulher durante a Primeira Guerra Mundial. Esse espaço apresentou uma maior discussão acerca da participação do sujeito feminino, mas é relevante ressaltar que esse debate não está inserido no corpo das narrativas a respeito da guerra, no decorrer do capítulo. É possível perceber a separação dos sujeitos na explicação do fato histórico, a mulher aparece na narrativa de uma atividade, onde se orienta que seja realizada, podendo ou não ser discutida no decorrer da explicação do conteúdo, já que aparece apenas no final do capítulo.

Na atividade da página 45, sobre as propagandas de justificativas no envolvimento da guerra, russos, franceses, ingleses e alemães tentavam conseguir financiamentos para as campanhas militares, é apresentada a imagem de uma mulher francesa, vestindo uma farda e carregando a bandeira da França, com a seguinte descrição: *"Voz vinda da França: compre títulos de liberdade". Isto é, compre títulos do governo para sustentar a guerra, c. 1918. Repare que atrás da personagem há cercas de arame farpado".*

No capítulo 7, páginas 121 a 135, é apresentada a Segunda Guerra Mundial, onde existem 3 imagens que mostram o sujeito feminino e uma pequena narrativa. A primeira imagem (página 121) é uma fotografia, de 9 de maio de 1945, onde aparecem norte-americanos/as comemorando o fim da Segunda Guerra Mundial, em uma rua – não faz referência a cidade, onde um grande grupo está em comemoração. Neste grande grupo aparecem várias mulheres festejando o final da guerra.

A segunda imagem é uma charge sobre a invasão da Alemanha a Polônia (página 124). Retrata Adolf Hitler tentando arrombar uma porta, que seria a Polônia, e do outro lado se encontra uma menina assustada representando a cidade de Dantizg, e a fragilidade dos poloneses diante das tentativas de dominação da Alemanha. A menina está sendo representada enquanto assustada, frágil e vulnerável a situação, características entendidas durante muito tempo pela sociedade como pertencentes a identidade feminina. O forte é o homem (Hitler) e a fraqueza a "pobre" menina frágil e indefesa.

Em um pequeno trecho do subtítulo "Ofensiva dos Aliados" (páginas 128 e 129), é relatada a captura e execução de Benito Mussolini, quando tentava fugir com sua companheira Clara Petacci. O livro apresenta a seguinte narrativa *"Mussolini e sua companheira foram capturados e mortos pela resistência popular italiana"* (p. 129), não é citado nem o nome de Clara, ela ser representada apenas como a companheira já bastava para representar o sujeito feminino, a identidade dela era ser companheira.

A última imagem (página 131) apresenta crianças judias que sobreviveram ao campo de concentração e extermínio de Auschwitz, na Polônia, em fevereiro de 1945, com a seguinte descrição: *"Crianças judias, sobreviventes do campo de concentração e extermínio de Auschwitz, Polônia, fevereiro de 1945. Repare que as crianças estão vestindo roupas de prisioneiros adultos"*. Na imagem aparecem crianças e mulheres, que pelas vestimentas demonstram que eram enfermeiras e freiras, algumas carregando as crianças e outras as guiando para a saída do campo. Essas mulheres são representadas como aquelas que cuidam, que possuem a "qualidade" da maternidade, da proteção.

O segundo livro didático analisado foi *Projeto Araribá História* - 9º ano do ensino fundamental da rede pública estadual, organizado por Maria Raquel Apolinário, edição de 2014, referente a circulação do PNLD de 2017/2018/2019, Editora Moderna. Acerca da Primeira Guerra Mundial, unidade 3, páginas 76 a 85, são apresentadas quatro imagens. A primeira imagem (página 79), também nos mostra o arquiduque Francisco Ferdinando e sua esposa, antes do assassinato, com a seguinte descrição: *"O arquiduque Francisco Ferdinando e sua esposa deixam a prefeitura da Bósnia-Herzegovina, em Sarajevo, momentos antes do atentado que vitimou o herdeiro do trono austro-húngaro, em 28 de junho de 1914"*.

A segunda imagem (página 82), é uma propagando norte-americana, comemorando a entrada dos Estados Unidos na guerra, onde uma mulher está sentada com o seu filho, escrevendo uma carta para o marido que fora convocado para a batalha. Na mesma, consta a frase: *"His first letter todaddy" – "A primeira carta dele ao papai"*. A mulher está sendo representada enquanto protetora do lar e dos filhos, a espera de seu marido, o grande "herói" da família.

Na terceira ilustração (página 83), as mulheres, juntamente com homens e soldados, aparecem comemorando a libertação da França, na cidade de Lille, em 1918. Elas aparecem enquanto sujeitos sociais, participantes do fato. A quarta ilustração (página 84), aparecem duas mulheres operárias da indústria naval britânica. Nessa imagem é apresentado o seguinte texto: *"Operá-*

*rias da indústria naval britânica durante a Primeira Guerra Mundial, foto de 1916. Além de atuar nos conflitos como cozinheiras, escritur*árias e enfermeiras, muitas mulheres passaram a trabalhar nas indústrias bélica e metalúrgica e em atividades agrícolas".

Ao lado da imagem é apresentado um pequeno trecho intitulado *O mundo após a guerra,* e expõe que a falta de mão de obra masculina obrigou as mulheres a buscarem emprego nas indústrias bélicas, metalúrgicas e atividades agrícolas. Deste modo elas passaram a sustentar as famílias e auxiliar no provimento das tropas. A passagem ainda informa que algumas mulheres participaram da guerra como cozinheiras, escriturárias, motoristas e enfermeiras; e essa atuação auxiliou nas primeiras conquistas femininas, como sua emancipação na Grã-Bretanha em 1918, e o direito ao voto para as mulheres maiores de 30 anos. É interessante analisar essas narrativas que apresentam a mulher adentrando o mundo do trabalho, pois inúmeras vezes essas referências trazem uma mensagem mais "oculta" dando o sentido que como não tinha ninguém para estar naquele lugar, as mulheres acabaram ocupando o espaço, não por merecimento e capacidade, mas sim pelo fato de faltar mão de obra e pela necessidade de seguir a produção.

No tema 3, da unidade 4, sobre a Segunda Guerra Mundial, páginas 113 a 125, existem 5 imagens e uma pequena referência ao feminino. A primeira (página 113), é uma imagem de populares, onde mostram algumas mulheres e homens saudando as forças nazistas na Áustria, em 1938, como participantes sociais. A segunda (página 115), mostra sobreviventes do holocausto, 1 homem e 3 mulheres, mostrando uma foto tirada no campo de concentração de Auschwitz.

A terceira imagem (página 124), aparecem mulheres, crianças e soldados com a seguinte descrição: *"Acima, judeus são descobertos em seu esconderijo e levados por soldados alemães para o campo de concentração e extermínio de Treblinka, na Polônia, 1943".* A quarta imagem (página 125), apresenta o pôster do filme *A menina que roubava livros*, onde tem uma menina segurando um livro para a divulgação do filme.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada nos livros didático, distribuídos em escolas públicas estaduais no município de Pelotas/RS, apresentam poucas narrativas e imagens acerca do sujeito feminino enquanto participante dos fatos históricos.

Através dos livros analisados, foi possível verificar que as mulheres continuam "silenciadas", sendo raras as referências sobre o feminino enquanto sujeitos atuantes e presentes na Primeira e Segunda Guerra Mundial. Essas referências reforçam a noção de que guerra é "sinônimo" de masculino, do viril, forte, corajoso; para a mulher ainda é reservado o privado.

Essa presente ausência do sujeito feminino nas discussões históricas das ferramentas didáticas, discussões essas que são formadoras no processo de ensino/aprendizagem dos/as alunos/as e de sua construção da consciência histórica, marcam a identidade que a sociedade construiu para o sujeito feminino, e segue demonstrando o seu "apagamento" social. É significativo retomar a escrita de Stuart Hall referente a identidade dos sujeitos, onde essa é construída nas relações do sujeito com a sociedade. Os livros didáticos reforçam essa ausência de formação da identidade feminina com o meio social, sendo a ela negada a responsabilidade pela construção da/a sua/a própria/s identidade/s.

Ao investigar como os livros apresentavam o sujeito feminino nos fatos históricos mencionados, é evidente o posicionado social direcionado para as mulheres na história, corroborando o fato de que esses manuais reforçam a construção da identidade feminina construída através do olhar e mentalidade masculina, sendo as representações impostas pela sociedade inclusive nos espaços de formação educacional. Esse estudo acaba fortalecendo o debate inicial onde a construção da identidade feminina perpassa o jogo de poderes entre os sujeitos sociais, sendo ao feminino não permitida a sua própria construção, mas relegado a construção pelo outro.

Nas poucas imagens e narrativas que abordavam a mulher, em sua maioria era retratada enquanto sujeito do lar, frágil e delicada. No primeiro livro – *História, Sociedade & Cidadania*, foram encontradas 12 imagens onde aparecia o sujeito feminino entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Desse total de imagens, em apenas 3 a mulher é apresentada enquanto atuante, participativa em algum momento dos conflitos, o restante das imagens a representação e identidade feminina é voltada para a fragilidade, fraqueza e vulnerabilidade do acontecimento.

Em relação as narrativas apresentadas, a/s mulher/es aparecem em apenas 2. A primeira, um pouco mais significativa, mas no espaço destinado as atividades que se encontram no final de cada capítulo, relacionadas a Primeira Guerra Mundial. No mesmo livro, sobre a Segunda Guerra Mundial, a única narrativa referente a mulher é quando falam sobre a companheira de Mussolini, mas sem fazer maiores referências e nem citar seu nome.

No segundo livro – *Projeto Araribá*, foram apresentadas, entre os dois fatos históricos, 9 imagens com a presença do sujeito feminino e 1 narrativa. Em 5 imagens a mulher aparecia atuando de alguma forma nas guerras, e a narrativa apresentava a inserção da mulher no espaço público ocupando o lugar até então destinado para os homens, ou seja, os lugares de trabalho e a sociedade. Essa narrativa relata o fato da mulher rompendo algumas barreiras sociais para atuarem nesses espaços, mas ao mesmo tempo é possível compreender que esses espaços não são considerados femininos, e que esse sujeito está ocupando uma representação e uma identidade que não pertencem ao seu sujeito.

A análise desses materiais é de grande relevância pois nos apresentam de que maneira as discussões acerca dos sujeitos é colocada nos espaços de formação dos/as nossos/as alunos/as, na escola. Esses materiais continuam reforçando as identidades e as representações construídas para o masculino e para o feminino contendo uma herança fortemente patriarcal, fundamentada em uma sociedade produzida pela mentalidade e desejo masculino.

A partir dessa discussão precisamos compreender que a disciplina de história possui uma significativa relevância para a construção da consciência crítica/histórica de nossos/as alunos/as, contribuindo para a formação das representações e identidades dos sujeitos inseridos em nossa sociedade, principalmente em relação ao sujeito feminino. Deste modo, nós professores/as, somos responsáveis pela concepção desses questionamentos, e não podemos continuar ocultando a história das mulheres e ratificando a continuidade da ausência desse sujeito nos fatos históricos presentes nos livros didáticos, e inúmeras vezes em nossas aulas e falas enquanto docentes. Se assim continuar, estaremos contribuindo para o aniquilamento da presença feminina nos fatos históricos que transformaram nossa história em que os todos os sujeitos históricos/sociais estiveram presentes enquanto atuantes, enquanto principais, e não como "sombra" de outros sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APOLINÁRIO, Maria Raquel. *Projeto Araribá* – História – 9ª ano. Ed. Moderna. 4ª Ed. São Paulo: Moderna, 2014, p. 78-85, 113-125.

BARCA, Isabel. *Educação histórica: uma nova área de investigação?* In: ARIAS NETO,

José Miguel. *Dez anos de pesquisas em ensino de História.* Londrina: AtritoArt, 2005.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros Didáticos Entre Textos e Imagens. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *O Saber Histórico na Sala de Aula.* São Paulo: Contexto, 1996, p. 69-90.

_____. *Ensino de História: fundamentos e métodos.* São Paulo: Cortez, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História sociedade & cidadania* - 9º ano. 3 ed. São Paulo: FTD, 2015, p. 30-45, 121-135.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: História e Imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural - entre práticas e representações.* Lisboa: DIFEL, 1990.

_____. *A história entre narrativa e conhecimento.* In: À beira da falésia: ahistória entre certezas e inquietudes. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed.Universidade / UFRGS, 2002.

_____. *O mundo como representação.* In Revista Annales(NOV- DEZ). 1989, N° 6. Tradução In: Estudos Avançados, 1991.

COLLING, Ana Maria. *A construção da Cidadania da Mulher Brasileira – Igualdade e Diferença.* Porto Alegre: PUC (tese de doutoramento), 2000.

_____. *A construção histórica do feminino e do masculino.* In: Gênero e cultura: questões contemporâneas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 13-39.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2005.

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem.* Campinas, SP: Papirus, 1999.

PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas.* São Paulo: UNESP, 1998.

_____. *As mulheres ou os silêncios da história.* São Paulo: EDUSC, 2005.

RÜSEN, Jörn. A História Entre a Modernidade e a Pós-modernidade. **História**: questões e debates, Curitiba, v. 14, n. 26/27, p. 80-101, jan./dez. 1997.

_____. *Didática da história:* passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. Práxis Educativa, Ponta Grossa-PR, v.1, n.1, 15 jul./dez. 2006. Tradução de Marcos Roberto Kusnick.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *Formas do conhecimento em aulas de História: algumas reflexões.* In:XXIII Simpósio Nacional de História. História: Guerra e Paz. Londrina. 2005.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. *Jörn Rüsen e o ensino de história.* Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora ; GARCIA, Tânia M. F. Braga . *A formação daconsciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de História.* Cadernos do CEDES (UNICAMP), Campinas, São Paulo, v. 67, n. 1, p. 297-308, 2005.

O CANCELAMENTO DA QUEERMUSEU ENTRE IDENTIDADE, MEMÓRIA E CONFLITO SOCIAL (PORTO ALEGRE/RS, 2017)

Daniel Barbier*
Fábio Vergara Cerqueira**

INTRODUÇÃO

Esse ensaio é resultado das reflexões produzidas a partir do projeto de pesquisa "Berro contra o retrocesso: o cancelamento da Queermuseu e a 21ª Parada Livre de Porto Alegre/RS na perspectiva de uma história LGBT no Brasil", do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pelotas. Apresenta como proposta uma breve análise sobre a expansão do conceito de História, vivenciada especialmente no último quarto do século XX, a partir das contribuições dos estudos relacionados à história do tempo presente, memória e identidade, com enfoque especial às minorias identitárias e às políticas de memória, tendo como objeto de observação o cancelamento da exposição "Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira", em 10 de setembro de 2017.

* Doutorando em História na Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural e graduado em História (Licenciatura) pela mesma Universidade. Coordena o Fórum dos Conselhos de Pelotas, preside o Conselho Municipal de Cultura de Pelotas (CONCULT), integra a Conselho Municipal dos Direitos e Cidadania LGBT de Pelotas, a Associação Amigos do Theatro Sete de Abril (AMASETE), a Comissão de Organização da Semana e da Parada da Diversidade de Pelotas e a equipe do Programa Berrooo 104.5 FM, da Radiocom.

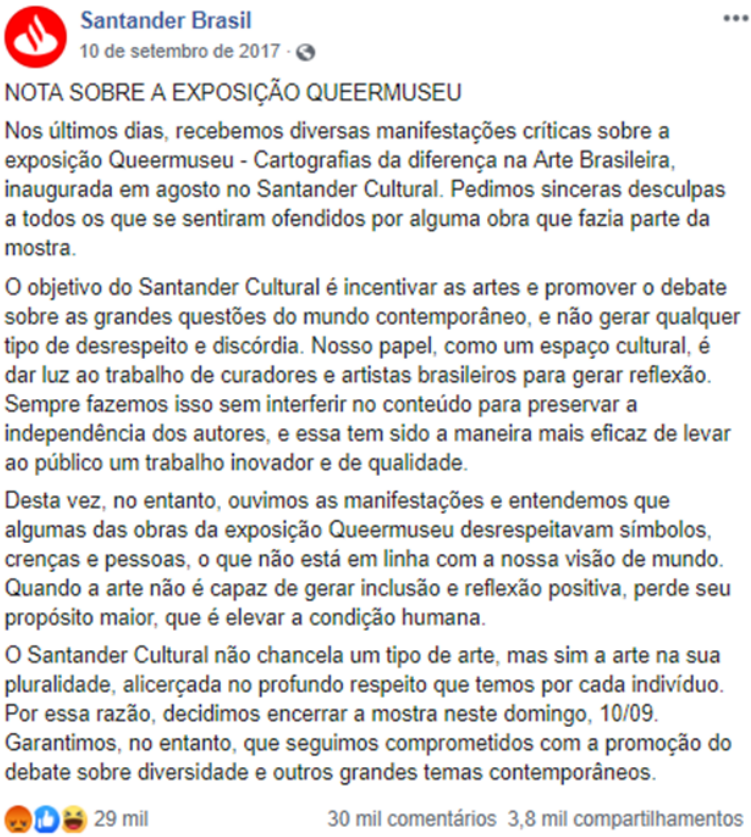
** Professor Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas. Bolsista Produtividade CNPq em Arqueologia. Pesquisador Visitante na Universidade de Heidelberg - Instituto de Arqueologia Clássica. Bolsista Fundação Humboldt/Alemanha - modalidade Pesquisador Experiente - Arqueologia Clássica (2014-2017) e integrante da diretoria do Clube Humboldt do Brasil.

A escolha do objeto se justifica por ele possibilitar uma análise qualificada metodologicamente sobre essas questões levantadas. De forma contextual, a "Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira"[1] foi uma exposição de arte brasileira, com curadoria de Gaudêncio Fidelis, que esteve em exibição no Santander Cultural, na região central de Porto Alegre (RS). Sua inauguração ocorreu no dia 15 de agosto e o seu encerramento estava previsto para acontecer no dia 08 de outubro. Contudo, em decorrência de um conflito social gerado especialmente nas redes sociais, incitado por grupos conservadores da sociedade gaúcha, o qual encontrou eco nacionalmente em outros grupos de mesmo perfil, a instituição que havia acolhido e financiado[2] a Exposição, o Santander, decidiu cancelá-la intempestivamente. Em nota divulgada exclusivamente na rede social *facebook.com* (Figura 01), mas amplamente divulgada pela imprensa, a instituição justificou sua decisão no entendimento de que algumas obras apresentadas na exposição ofendiam as crenças e convicções de alguns indivíduos. Em suas palavras, que "o objetivo do Santander Cultural é incentivar as artes e promover o debate sobre as grandes questões do mundo contemporâneo, e não gerar qualquer tipo de desrespeito e discórdia". À nota do Santander Cultural, foi seguida por outra, consonante, dessa vez assinada pela Arquidiocese de Porto Alegre, no dia 11 de setembro. Nela, a instituição religiosa de denominação católica frisava que "em tempos de terrorismo e intolerância, não se constroem pontes com agressão e desrespeito pelo o que é mais íntimo e sagrado no outro: sua fé e seu corpo" [3].

1 A partir daqui, neste projeto, denominada simplesmente por Queermuseu.

2 O orçamento de R$ 800 mil para sua execução foi financiado via Lei Rouanet.

3 Nota da Arquidiocese de Porto Alegre sobre exposição no Santander Cultural (11.09.2017): A comunidade de fé na Arquidiocese de Porto Alegre manifesta sua estranheza diante da promoção da exposição realizada junto ao Santander Cultural, na capital gaúcha, que utiliza de forma desrespeitosa símbolos, elementos e imagens, caricaturando a fé católica e a concepção de moral que enleva o corpo humano e a sexualidade como dom de Deus. É urgente combater o preconceito e a discriminação em todas as suas manifestações. Nesse sentido, em nome da pluralidade e do respeito às minorias, temos assistido ataques discriminatórios à cultura judaico-cristã que contribuiu na formação cultural do ocidente. Eliminar as dificuldades jamais pode significar desrespeitar o outro e suas crenças, especialmente porque, ao se tratar do imaginário simbólico da fé, entra-se num campo delicado de significados e sentidos que a ninguém é dado o direito de desprezar. Em tempos de terrorismo e intolerância, não se constroem pontes com agressão e desrespeito pelo o que é mais íntimo e sagrado no outro: sua fé e seu corpo. Continuemos trabalhando por um humanismo solidário com uma atitude de paz que não precisa agredir e ofender quem tem pensamento diferente. São Francisco de Assis, medieval e cristão que continua a iluminar a contemporaneidade, ensina-nos a ver o outro como irmão e nos faça a todos instrumentos de paz! Porto Alegre, 11 de setembro de 2017. Assessoria de Comunicação da Arquidiocese de Porto Alegre. Disponível em <<https://www.arquidiocesepoa.org.br/single-post/2017/09/11/Nota-da-Arquidiocese-de-Porto-Alegre-sobre-exposi%C3%A7%C3%A3o-no-Santander--Cultural>>, acessado em 31/08/2019.



Santander Brasil
10 de setembro de 2017 ·

NOTA SOBRE A EXPOSIÇÃO QUEERMUSEU

Nos últimos dias, recebemos diversas manifestações críticas sobre a exposição Queermuseu - Cartografias da diferença na Arte Brasileira, inaugurada em agosto no Santander Cultural. Pedimos sinceras desculpas a todos os que se sentiram ofendidos por alguma obra que fazia parte da mostra.

O objetivo do Santander Cultural é incentivar as artes e promover o debate sobre as grandes questões do mundo contemporâneo, e não gerar qualquer tipo de desrespeito e discórdia. Nosso papel, como um espaço cultural, é dar luz ao trabalho de curadores e artistas brasileiros para gerar reflexão. Sempre fazemos isso sem interferir no conteúdo para preservar a independência dos autores, e essa tem sido a maneira mais eficaz de levar ao público um trabalho inovador e de qualidade.

Desta vez, no entanto, ouvimos as manifestações e entendemos que algumas das obras da exposição Queermuseu desrespeitavam símbolos, crenças e pessoas, o que não está em linha com a nossa visão de mundo. Quando a arte não é capaz de gerar inclusão e reflexão positiva, perde seu propósito maior, que é elevar a condição humana.

O Santander Cultural não chancela um tipo de arte, mas sim a arte na sua pluralidade, alicerçada no profundo respeito que temos por cada indivíduo. Por essa razão, decidimos encerrar a mostra neste domingo, 10/09. Garantimos, no entanto, que seguimos comprometidos com a promoção do debate sobre diversidade e outros grandes temas contemporâneos.

29 mil 30 mil comentários 3,8 mil compartilhamentos

Figura 1 - Nota sobre a exposição Queermuseu
Fonte: facebook.com/santanderbrasil

Em ambas, foi possível perceber a dimensão resultante do conjunto de desinformação provocada por grupos conservadores, uma vez que negligenciaram em seu conteúdo o propósito geral da arte, e específico da Queermuseu, que era a livre e autônoma expressão, a reflexão única entre o indivíduo e os elementos expográficos em sua abordagem aberta sobre direito ao corpo e sobre estruturas e sistemas que promovem o controle sobre ele. Ao mesmo tempo em que pode ser notada, em ambas, a qualificação de um discurso falso (*fake*) e difamatório, o qual engrenou a sociedade num discurso autoritário e antagônico ao proposto pela Queermuseu (FIDELIS, 2018) e que levou ao desfecho conhecido. Sobre esse aspecto, os pesquisadores de arte Jacks Selistre e Mariana Duarte observam que, em relação à pluralidade de discursos envolvendo a Queermuseu,

> [...] podem haver os que geram opinião e discussão sobre a questão artística, formando um debate aberto e o câmbio de ideias, assim como também existem os discursos moralistas, que não geram alteração, mas simplesmente questionam de modo irredutível a produção e o comportamento artístico e midiático. Um discurso moralista quando reiterado e difundido, pode, muitas vezes, distorcer a produção artística em questão, de modo a construir e impor uma verdade absoluta e inquestionável às sociedades manipuláveis devido à reprodução acrítica construída por grupos políticos/sociais. A distorção e o exagero relacionado a temáticas polêmicas possibilitam uma espécie de pânico social e moral, que através das falas autoritárias tem a tendência a desencadear mecanismos sociais de censura (SELISTRE E DUARTE, 2018, p.02).

Na exposição, obras de 85 artistas ajudaram a construir uma exposição de arte com 270 trabalhos oriundos de coleções privadas e públicas e datados de meados do séc. 20 até a atualidade[4]. Dentre esses trabalhos, algumas obras foram motivo de controvérsias e provocaram o desfecho em análise. Sob acusações de pornografia, de apologia à pedofilia e à zoofilia, de desrespeito a valores e crenças religiosas vinculadas ao cristianismo, as obras de Bia Leite, Travesti da Lambada e Deusa das Águas e Adriano Bafônica e Luiz França de She-há, de 2013; de Adriana Varejão, Cenas do Interior II, de 1994; e de Fernando Baril, Cruzando Jesus Cristo com a Deusa Shiva, de 1996, estiveram no centro da polêmica[5] (Figuras 02 e 03).

Figura 2- Obra Travesti da Lambada e Deusa das Águas e Adriano Bafônica e Luiz França de She-há, de Bia Leite (2013). Fonte: acervo do autor

4 Entenda a polêmica da Queermuseu, mostra cancelada após críticas em redes sociais. NSC Total. 11/09/2017. Disponível em: https://www.nsctotal.com.br/noticias/entenda-a-polemica-da-queermuseu-mostra-cancelada-apos--criticas-em-redes-sociais.

5 Queermuseu: quais são e o que representam as obras que causaram o fechamento da exposição. GaúchaZH. 11/09/2017. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/artes/noticia/2017/09/queermuseu--quais-sao-e-o-que-representam-as-obras-que-causaram-o-fechamento-da-exposicao-9894305.html.

Figura 3- Obras Cenas do Interior II, de Adriana Varejão (1994), e Cruzando Jesus Cristo com a Deusa Shiva, de Fernando Baril, (1996)
Fonte: Acervo do autor

A repercussão, com dimensão internacional[6], instaurou um debate que, conforme seu curador, Gaudêncio Fidelis (2018), fez com que, em algum momento, até as pessoas nos lugares mais remotos do Brasil estivessem discutindo a Exposição. Isto leva a crer que no momento do encerramento da Queermuseu, a qual tinha como proposta ser um museu metafórico e provisional sobre gênero e identidade, a exposição passou a ganhar ares de forte disputa política sobre o simbólico (FIDELIS, 2018), levando milhares de pessoas ao engajamento político de ambos os lados[7] e ampliando o terreno de embate até a zona sul do Rio de Janeiro/RJ, onde a Exposição foi reaberta no dia 18 de agosto de 2018, na Escola de Artes Visuais do Parque Lage[8].

Esse episódio marcou profundamente a história recente da arte e da cultura brasileira. Pela primeira vez no período democrático, após o encerramento da ditadura civil-militar, uma exposição foi cancelada propositadamente

6 Cancelamento de exposição LGBT repercute na imprensa internacional. Bol Uol. 13/09/2017. Disponível em: https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2017/09/cancelamento-de-exposicao-lgbt-repercute-na-imprensa-internacional.

7 "Queermuseu": saiba como foi o protesto contra o fechamento da mostra em Porto Alegre. GauchaZH. 12/09/2017. Disponível em https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2017/09/queermuseu-saiba-como-foi-o--protesto-contra-o-fechamento-da-mostra-em-porto-alegre-9896140.html.

8 Exposição Queermuseu ganha data de reabertura no Rio. G1. 30/07/2018. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/o-que-fazer-no-rio-de-janeiro/noticia/2018/07/30/exposicao-queermuseu-ganha-data-de-reabertura-no-rio.ghtml.

por motivação política, justamente uma das primeiras grandes exposições de arte sobre a temática *queer*[9] no Brasil, ao mesmo tempo que, como desfecho ao cancelamento, foi também a primeira vez que uma exposição de arte conseguiu ser viabilizada através de um financiamento coletivo *online*, popularmente denominado *crowdfunding*, que contou com a colaboração de mais de 1600 pessoas, arrecadando o montante de R$ 1.081.176,00[10]. Fenômenos esses que evidenciam, de alguma forma, o acirramento do embate entre setores progressistas e conservadores na sociedade brasileira em torno das questões que envolvem direito ao corpo, identidade de gênero e orientação sexual, diferença e diversidade no campo da sexualidade no Brasil (FIDELIS, 2018), como também a apropriação dos instrumentos de memória, identidade e história para fins particulares, de manutenção do poder e de controle social. Protagonizando, inclusive, o uso de novas estratégias de mobilização social com o uso das redes sociais (ESPER E ALMEIDA, 2018)[11].

O debate criado em torno da Queermuseu pode ser compreendido como mais um capítulo vivenciado pelos movimentos LGBT ao largo da história e não pode ser descolado dela. Se delimitarmos geograficamente a observação apenas sobre o espaço gaúcho e focalizarmos o curto espaço de tempo percorrido entre o cancelamento intempestivo da Queermuseu e a realização da 21ª Parada Livre de Porto Alegre, por exemplo, de setembro a novembro de 2017, veremos preenchido com um número qualitativo de eventos (Tabela 01) a querela histórica vivida pelos movimentos LGBT no Brasil[12], o que nos

9 Ver BUTLER, 2003 e LOURO, 2001.

10 Queermuseu no Parque Lage. Benfeitoria. Disponível em: https://benfeitoria.com/queermuseu.

11 Esper e Almeida (2018), a partir de conceitos de redes sociais digitais como estratégias de comunicação e espaço de organização social, analisam esse dado com vistas a compreender a repercussão da Exposição e os métodos de visibilidade e resistência utilizados por grupos pró e contra seu encerramento. Os autores perceberam que "as estratégias tiveram como base gerar visibilidade para este momento de censura da arte", ao mesmo tempo que "informaram, criaram redes de resistência e buscaram legalizar os protestos dos indivíduos que estiveram em contato com elas" (ESPER & ALMEIDA, 2018, p.155). Exemplo disso foi a promoção de um abaixo assinado online pela reabertura da Exposição, o qual coletou 72.212 assinaturas. Nesse sentido, a ação decorrida da ampliação ao acesso à internet, do desenvolvimento da inteligência artificial e do advento das redes sociais digitais, os quais possibilitaram que as manifestações contrárias a Exposição fossem vistas 17 vezes mais nas redes sociais, mesmo que insufladas por robôs, se configuraram como elementos adicionais aos históricos conflitos envolvendo os direitos da população LGBT no Brasil.

12 Honorato e Kunsch (2018, p.19), listam uma série de eventos cujo foco era uma reflexão sobre corpo, gênero e sexualidade e que sofreram certa repressão, seja por aparato do Estado ou das Igrejas. Vejamos: "Em 14 de setembro, deputados da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul denunciaram a exposição Cadafalso, em cartaz desde junho no Museu de Arte Contemporânea de Campo Grande, por apologia à pedofilia; em 15 de setembro, a peça O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu, prevista para ser apresentada no SESC Jundiaí, foi cancelada por uma ordem judicial; no início de outubro, um deputado estadual de Minas Gerais, com o apoio de manifestantes, tentou cancelar a exposição do artista Pedro Moraleida, intitulada Faça você mesmo sua Capela Sistina, em cartaz no Palácio das Artes em Belo Horizonte; às vésperas da abertura da exposição Uma constelação para Sérvulo Esmeraldo em 17 de outubro, a Universidade de Fortaleza (Unifor), mantenedora do evento, teria exigido à artista Simone Barreto

leva a refletir, dentro do escopo aqui apresentado, se o fenômeno de cancelamento da Queermuseu não é, de fato, resultado dos processos históricos envolvendo os agentes ativos e conflitantes da sociedade brasileira ao mesmo tempo em que nela se insere promovendo novas perspectivas para os estudo relação à História e para a produção historiográfica, em termos gerais.

10/09/2017	Cancelamento da Queermuseu
12/09/2017	Ato pela liberdade de expressão e contra a LGBTTfobia
15/09/2017	Limitar restritiva à resolução 01/99 da CFP
24/09/2017	Ato popular contra a "Cura gay"
27/09/2017	Convocação para oitiva à Guadêncio Fidelis na CPI dos Maus-tratos, no Senado Federal
28/09/2017	MPF/RS recomenda a imediata reabertura da Queermuseu
06/10/2017	Retirada do Catálogo da Queermuseu da Biblioteca Municipal de Uruguaiana com nota de repúdio assinada pelos vereadores da Câmara Municipal
06/10/2017	Nota da Associação Rio-grandense de Bibliotecários contrária a retirada do catálogo da Queermuseu das bibliotecas do Estado do RS por ingerência do poder legislativo
08/11/2017	Aprovada a condução coercitiva do curador da Queermuseu para depoimento na CPI dos Maus- tratos no Senado Federal
17/11/2017	Aula aberta sobre a decisão da "Cura gay"
23/11/2017	Depoimento de Gaudêncio Fidelis na CPI dos Maus-tratos, no Senado Federal
26/11/2017	21ª Parada Livre de Porto Alegre

Tabela 1 - Eventos sucedidos entre o cancelamento da Queermuseu e a realização da 21ª Parada Livre de Porto Alegre

que substituísse dois dos 33 desenhos que compunham seu trabalho intitulado Todas as Coisas Dignas de Serem Lembradas, abordando o corpo e a sexualidade da mulher; em 19 de outubro, o Museu de Arte de São Paulo (MASP) vetou a entrada de menores de 18 anos, mesmo que acompanhados dos pais ou responsáveis, na mostra Histórias da Sexualidade, a ser inaugurada no dia seguinte; em 23 de outubro a Assembleia Legislativa do Espírito Santo aprovou em regime de urgência um projeto de lei que proíbe pornografia e nudez em exposições artísticas e culturais em espaços públicos no estado; em 08 de novembro, a CPI dos Maus-tratos aprovou dois requerimentos pedindo a condução coercitiva do curador da Queermuseu e do artista Wagner Schwartz, cuja performance na abertura".

QUEERMUSEU: MUSEU PARA FALAR DE HISTÓRIA

A percepção da Queermuseu como experiência museal inserida no campo político e social, sem se desprender de sua relação com papel político da arte, se configura como importante objeto de estudo para o campo da História. Pois, da mesma forma que um museu é resultado das relações estabelecidas no presente entre o sujeito em seu coletivo e a coleção que ele abriga, eles só possuem sentido quando pensado no ente humano, em suas relações, vinculações e forças sociais exercidas sobre ele historicamente (VARINE, 2013, p.171). Sendo a Queermuseu uma experiência museal com viés artístico, imagético e contemporâneo, podemos nos apoiar nas reflexões de Didi-Huberman que, ao abordar a relação das artes com a memória e a história, dirá que

> As noções de memória, montagem e dialética estão aí para indicar que as imagens não são nem imediatas, nem fáceis de entender. Por outro lado, nem sequer estão "no presente", como em geral se crê de forma espontânea. E é justamente por que as imagens não estão "no presente" que são capazes de tornar visíveis as relações de tempo mais complexas que incumbem a memória na história (DIDI-HUBERMAN, 2012, p.213).

Ampliamos essa noção para a representação das sexualidades nos museus com a contribuição do historiador Renato Pinto, que, ao propor reflexões sobre exibições em museus que buscam mostrar artefatos, história e memória de grupos LGBT, afirmará que

> [...] os membros de comunidades marginalizadas muitas vezes por suas práticas sexuais dissonantes das normas sociais, progressivamente identificados como *queer* a partir da década de 1980, não logram encontrar nas exibições dos museus muitas referências aos seus estilos de vida e às suas experiências e conquistas. Sua história é silenciada ou simplesmente ignorada (PINTO, 2012, p.44).

É sob o olhar museológico[13], em especial o da sociomuseologia[14], e sua relação com a arte, em linhas gerais, que nos parece viável compreender que em torno da exposição Queermuseu se desdobrava as relações de poder histo-

13 Para fins conceituais, os museus são compreendidos neste projeto como fenômenos sociais (SCHEINER, 2008), não necessariamente como o lugar-museu. Logo, para delimitar os objetos de estudo, deteve-se em princípios de musealidade, isto é, "o valor não material ou o significado de um objeto que nos dá o motivo de sua musealização" (MAROEVIC, 2006, p.111).

14 De acordo com Moutinho (2007), a sociomuseologia pode ser definida como uma área disciplinar do conhecimento que privilegia a articulação da museologia com áreas do conhecimento das ciências humanas, como a História. Assim sendo, diz o autor (2007, p.39), "o que caracteriza a Sociomuseologia não é propriamente a natureza dos seus pressupostos e dos seus objetivos, como acontece em outras áreas do conhecimento, mas a interdisciplinaridade com que apela a áreas do conhecimento perfeitamente consolidadas e as relaciona com a Museologia propriamente dita". No decorrer do projeto, nos aprofundaremos nessa questão.

ricamente constituídas na sociedade brasileira que dizem respeito à liberdade sexual e ao direito ao corpo. Essa perspectiva teórica se configura como marco ao compreender a relação entre a história e a museologia. Conforme os estudos de Almeida:

> Podemos facilmente fazer um paralelo com o alargamento da noção de objecto para a nova museologia, pois ambas (História e museologia) pretendem abarcar tudo o que diz respeito ao homem, não privilegiando raças, culturas, formas de estar, mas considerando que tudo pode ser musealizado e objecto de estudo do historiador (ALMEIDA, 1996, p. 107).

Através do contexto cultural e político que se cria a exposição Queermuseu, percebemos, por meio dos estudos focalizados na História do Tempo Presente, a pertinência de perceber a instituição museal como vetor para o campo da História. Nesse sentido, as contribuições de Pierre Nora (1993) e Ricouer (2000) são fundamentais para a compreensão da articulação da história com os dispositivos próprios da memória (e por que não do esquecimento?), ou, em outras palavras, a memória e seus dispositivos como objetos da História (DOSSE, 2011, p.16). Essa tese é observada pelo museólogo Mario de Souza Chagas em uma de suas análises sobre as exposições. O autor lembra que "interessa compreender que a exposição do acervo se vincula a um determinado discurso, a um determinado saber fazer. Assim, ao dar maior visibilidade ao acervo o que se faz é afirmar ou confirmar um discurso" (CHAGAS, 2002, p.56).

Sob esse viés podemos constatar que compreender a Queermuseu em sua integralidade é compreender os conflitos sociais e políticos historicamente impetrados pela sociedade a qual ela se inseriu e a qual ela mesmo reflete e dialoga. Senão, vejamos.

Inaugurada em 14 de agosto, a exposição seguiu com tranquilidade (e poucos visitantes) até a publicação do artigo de opinião assinado por César Cavazzola Júnior com o título de "Santander Cultural promove pedofilia, pornografia e arte profana em Porto Alegre". A o artigo foi lançado pelo *blog* Locus Online[15], em 06 de setembro, e rapidamente replicado em outras plataformas digitais e mídias na *internet*. Serviu como gatilho para que grupos dos mais diversos espectros ideológicos, desde liberais a conservadores, promovessem uma verdadeira guerra virtual contra a exposição e a favor de seu

15 Santander Cultural promove pedofilia, pornografia e arte profana em Porto Alegre, Locus Online, https://www.locusonline.com.br/2017/09/06/santander-cultural-promove-pedofilia-pornografia-e-arte-profana-em-porto-alegre/.

cancelamento. A onda que se seguiu foi tão forte que, no domingo, 10 de setembro, a direção do Santander Cultural decidiu por encerrar a exposição.

O campo de disputa foi essencialmente virtual. A nota oficial emitida pelo Santander Brasil (Figura 01), por exemplo, recebeu 29 mil reações à publicação, das quais 21 mil foram de "Grr", expressão que simboliza raiva ou desaprovação, o mais próximo à ideia antagônica do "curti" ou "amei" (Gráfico 01). Além disso, foram mais de 3,8 mil compartilhamentos e 30 mil comentários. Dentre eles, diversos relatos de clientes encerrando suas contas junto ao banco, um movimento que se transformou em estratégia e fez viralizar nas redes sociais a informação sem fontes de que o Banco havia tido mais de 20 mil contas canceladas em dois dias[16].

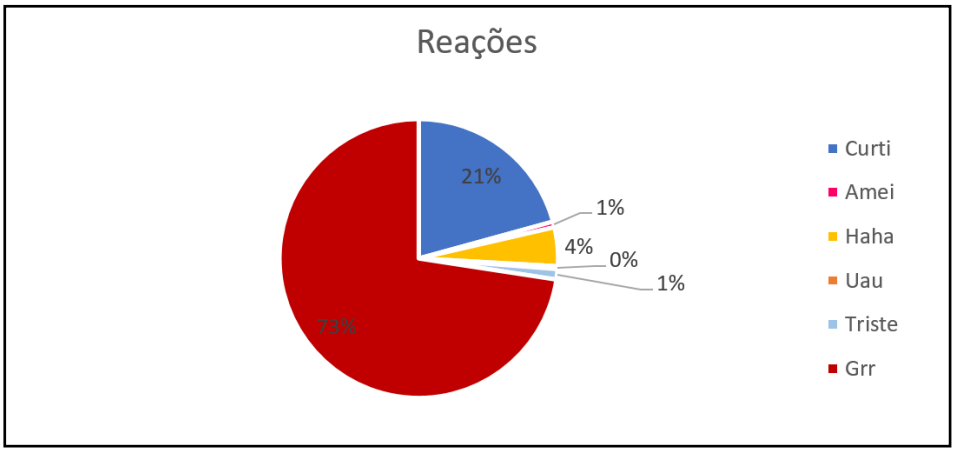


Gráfico 1 - Reações à nota oficial do Santander Brasil

Na guerra de informações virtuais, o Santander Cultural foi alvo de ambos os lados: os conservadores, podemos assim definir o movimento que exigia o cancelamento da Exposição, atacaram a instituição por ter financiado e recebido a Queermuseu; os progressistas, denominação usual para o movimento que exigia a manutenção da mostra, a atacaram por ela ter sido cancelada antes do prazo final. Esse duplo ataque justifica o grande número de reações de desaprovação à postagem do Santander Brasil (73% do total) e o grande número de avaliação de 01 estrela, a mais baixa possível no facebook.com, dada em sua página oficial na rede social (Figura 4).

16 O Santander perdeu 20 mil clientes?, Época, 22/09/2017, Disponível em: https://epoca.globo.com/cultura/noticia/2017/09/o-santander-perdeu-20-mil-clientes.html

Figura 4 - Avaliações fanpage Santander Cultural
Fonte: Rede mundial de computadores

Outro campo virtual que experenciou forte conflito entre ambos os grupos foi o das páginas do que podemos chamar de grande imprensa ou imprensa tradicional. A primeira postagem realizada pela GaúchaZH[17], um dos veículos de comunicação impressa e digital mais acessados no Rio Grande do Sul, teve a seguinte manchete: "'Queermuseu': mostra é cancelada após ataques em redes sociais"; e como legenda: "A Queermuseu teve como proposta dar visibilidade a questões do universo LGBT presentes na sociedade e na cultura, assim como promover uma revisão de obras e artistas marginalizados". A repercussão foi grande. Ao todo, a postagem teve 2,4 mil reações (1,3 mil curti, 459 grr, 352 haha, 276 triste, 63 amei e 34 uau), 1,5 mil comentários e 337 compartilhamentos. Dentre os comentários, espaço de interação livre entre os indivíduos, selecionamos os cinco que obtiveram mais repercussão:

17 "Queermuseu": mostra é cancelada após ataques em redes sociais, GaúchaZH, 10/09/2017, Disponível em: https://www.facebook.com/gauchazh/posts/10151023146214956.

Nome	Comentário *ipsis litteris*	Reações e respostas
Conta 01[18]	Depois de apologia a pedofilia e zoofilia o mínimo que se esperava era o cancelamento, melhor ainda era existir punição aos envolvidos mas sabemos que não vai.	1,1 mil reações (1079 curti, 48 amei, 06 haha e 04 grr) e 75 respostas
Conta 02	"Questões do universo LGBT" A exposição retrata inclusive zoofilia. Mídia imunda	890 reações (858 curti, 26 amei, 04 grr e 02 haha) e 13 respostas
Conta 03	Se Zoofilia são questões do universo LGBT então seria melhor que o furacão Irma passasse por aqui, (a mostra está cheia de pinturas de zoofilia, acho que isso não tem conexão com LGBT), mas que bom que foi cancelada, as figuras era horrendas! Não posso entender como alguem em sã consciência autorizou aquela barbárie	494 reações (473 curti, 16 amei, 04 haha e 01 triste) e 05 respostas
Conta 04	Não há necessidade em abordar os temas de diversidade desrespeitando a religião de ninguém! Como podem vilipendiar um símbolo da igreja católica? Isso não traz conscientização alguma sobre a diversidade... isso só causa um ambiente de ódio e discriminação!!	321 reações (306 curti, 12 amei, 03 triste) e 15 respostas
Conta 05	A "arte" homossexual é cheia de ódio e violência, blasfêmias e insultos, mas a redação lgbt da ZH aponta ataques no outro lado...	318 reações (298 curti, 11 amei, 08 grr, 01 haha) e 36 respostas

Tabela 2 – Comentários mais repercutidos na primeira postagem da GaúchaZH

No mesmo dia, às 16h, a GaúchaZH[19] lançou outra postagem sobre o mesmo fato, mas agora com a seguinte manchete: "Entidades de promoção dos direitos LGBT anunciam ato em repúdio ao fechamento da mostra 'Queermuseu'"; e seguinte legenda: "Em cartaz desde 14 de agosto no Santander Cultural, a mostra foi cancelada após ataques nas redes sociais". A postagem teve igualmente grande repercussão. Foram 1,3 mil reações (674 curti, 328 haha, 240 grr, 45 triste, 41 amei e 15 uau), 989 comentários e 138 compartilhamentos. Dentre os comentários com maior interação estão:

18 Preferimos usar o codinome "Conta" para evitar o uso do nome de usuário dos indivíduos.

19 Entidades de promoção dos direitos LGBT anunciam ato em repúdio ao fechamento da mostra "Queermuseu", GaúchaZH, 29/11/2019. Disponível em https://www.facebook.com/gauchazh/posts/10151023174919956.

Nome	Comentário ipsis litteris	Reações e respostas
Conta 01	Uma mostra com pedofilia e zoofilia não pode ser considerada mostra de arte, isso é um crime.	948 reações (908 curti, 36 amei, 03 haha, 01 grr) e 74 respostas
Conta 02	Sou gay e nao pratico zoofilia e pedofilia. Mas pelo jeito os gays da redação da Zero Hora pensam diferente...	873 reações (801 curti, 43 amei, 26 haha, 02 grr e 01 uau) e 50 respostas
Conta 03	Fechamento é pouco. Os responsáveis devem responder criminalmente por isso.	487 reações (463 curti e 24 amei) e 08 respostas
Conta 04	A quem interessa associar a sigla LGBT a Pedofilia e Zoofilia? essas "entidades" estão fazendo é um desserviço a quem dizem representar.	344 reações (335 curti, 06 amei, 02 uau e 01 haha) e 11 respostas
Conta 05	A maioria esmagadora dos homossexuais devem estar envergonhados com estes ativistas gays!!! Duvido que o povo homossexual, em sua maioria, concorde com desrespeito religioso, zoofilia e pedofilia!!!	315 reações (302 curti, 10 amei, 02 grr e 01 haha) e 11 respostas

Tabela 3 – Comentários mais repercutidos na segunda postagem da GaúchaZH

As reações, comentários, compartilhamentos e interações aqui apresentadas expressam o sentimento majoritário, ao menos nas redes sociais, da parcela da população que tem acesso à *internet* em relação ao fenômeno que veio se transformar o cancelamento da Queermuseu. Como resposta, os movimentos sociais de Direitos Humanos e LGBT organizaram um abaixo assinado *online*[20], lançado pela plataforma Charge.org Brasil, no dia 11 de setembro, o qual conseguiu coletar 72212 assinaturas digitais[21], e convocaram a população para uma manifestação de rua com a seguinte chamada "HOJE: Ato pela liberdade de expressão artística/contra LGBTTfobia"[22]. Como estratégia de comunicação, as dezessete organizações envolvidas, entra elas a ONG Nuances,

20 Os grupos contrários à Queermuseu também lançaram um abaixo assinado online pela mesma plataforma. O resultado foi a coleta de apenas 228 assinaturas. Conferir em: https://www.change.org/p/voc%C3%AA-que-quer--um-caminho-bom-para-nossas-crian%C3%A7as-pela-n%C3%A3o-reabertura-da-exposi%C3%A7%C3%A3o--queermuseu-em-porto-alegre.

21 Pela reabertura da exposição Queermuseu – Cartografias da diferença da arte brasileira, Charge.org,

22 HOJE: Ato pela liberdade de expressão artística/contra a LGBTTfobia, Facebook, 12/09/2017. Disponível em: https://www.facebook.com/events/905454412938548/

criaram um evento *online* na rede social facebook.com. Como resultado, 5,4 mil pessoas responderam "comparecerei" e 8,3 mil responderam que estavam interessadas no evento.

Agendado para acontecer no centro de Porto Alegre, em frente às portas do Santander Cultural, os interessados pelo cancelamento da exposição acabaram convocando um outro ato para o mesmo local. Os dois atos simultâneos colocaram frente a frente os grupos a favor e contra o cancelamento da Queermuseu (Figura 05). Ambas manifestações começaram tranquilas, contudo, no decorrer da atividade o grupo menor, identificado pelo uso de camisetas verde e amarela, a favor do cancelamento da exposição, acabou se retirando do local com proteção das forças de segurança do Estado do Rio Grande do Sul. O outro ato, que conseguiu reunir centenas de pessoas, continuou suas atividades com falas de artistas, ativistas e produtores culturais, além de falas de lideranças políticas e sociais, como Célio Golin, fundador do Nuances, as quais foram intermediadas por intervenções artísticas, entre elas do grupo de teatro Ói Nóis Aqui Traveis e das artistas Dri Kas e Ligia Maia. O ato ainda contou com a participação do curador da Queermuseu, Gaudêncio Fidelis, e de Álvaro Clark, presidente da associação cultural O Mundo de Lygia Clark e filho da artista[23].

Próximo do encerramento do ato, o grupo que havia se retirado do local acabou retornando com palavras de ordem e cartazes escritos com frases como "Pedofilia não é arte, é crime" e "Zoofilia não é arte, é crime", o que gerou reações. A polícia militar foi acionada e destacou a tropa de choque para conter os ânimos. Houve uso de *spray* de pimenta e bombas de efeito moral contra os manifestantes a favor da reabertura da Queermuseu. No final, duas pessoas foram presas.

23 "Queermuseu": protesto contra o fechamento da mostra tem dois detidos e conflito entre manifestantes, GaúchaZH, 12/09/2017. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/artes/noticia/2017/09/queermuseu-protesto-contra-o-fechamento-da-mostra-tem-dois-detidos-e-conflito-entre-manifestantes-9896763.html.

Figura 5 - Imagens dos atos pró e contra o cancelamento da Queermuseu
Fontes: Agência Estado/RBSTV

O fenômeno de cancelamento da Queermuseu também teve repercussão jurídica. Ao menos duas ações judiciais foram movidas. A primeira, uma ação popular ajuizada pelo advogado Gustavo Gazalle que objetivava a reabertura da exposição alegando prejuízo público e cultural. A Justiça Federal, em despacho assinado pela juíza Thaís Helena Della Giustina, da 8ª Vara Federal de Porto Alegre, indeferiu a ação, no dia 13 de setembro, em caráter liminar[24]. Mais tarde, no dia 19 de setembro, foi a vez do Tribunal Regional Federal da 4ª Região negar um pedido feito pelo mesmo autor da primeira ação de tutela antecipada para a reabertura da exposição[25]. No dia 15 de setembro, os advogados Juliana Campos, Marcelo Gazen e Maurício Gazen entraram com outra ação popular requerendo a reabertura da Queermuseu. Igualmente, não lograram êxito. Por fim, a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul recomendou, em 28 de setembro, a imediata reabertura da exposição. A recomendação não foi acatada pelo Santander Cultural sob o argumento que a mostra era de cunho privado[26]. A Queermuseu não voltaria a abrir suas portas em Porto Alegre.

24 Indeferida liminar para reabrir mostra Queermuseu. Jusbrasil. 13/09/2017. Disponível em: https://espaco-vital.jusbrasil.com.br/noticias/499156529/indeferida-liminar-para-reabrir-mostra-queermuseu

25 Justiça nega pedido para reabertura de exposição "Queermuseu". OGlobo. 19/09/2017. Disponível em: https://oglobo.globo.com/cultura/justica-nega-pedido-para-reabertura-de-exposicao-queermuseu-21844251

26 MPF recomenda "imediata reabertura"da Exposição Queermuseu ao Santander Cultural. G1. Disponível em: https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/mpf-recomenda-imediata-reabertura-da-exposicao-queermuseu--ao-santander-cultural.ghtml.

CONCLUSÃO

No dia 28 de junho de 1969, o bar Stonewall Inn, em Nova Iorque (EUA), bastante frequentado por LGBT, foi alvo de uma batida policial. Na ocasião, iniciou-se uma ação que ficou conhecida como rebelião de Stonewall. Foi a partir desse fenômeno que, iniciando nos Estados Unidos e se espalhando pelo mundo todo, o movimento LGBT começou a se auto organizar. Como expressão pública, deram origem às Paradas do Orgulho LGBT, as quais lembravam os acontecimentos daquele junho de 69. As primeiras edições aconteceram nas cidades americanas de Nova Iorque, Chicago, Los Angeles e São Francisco, em 1970. No Brasil, a primeira Parada aconteceu em São Paulo/SP, em 1997. No mesmo ano, Porto Alegre/RS organizou a sua, inaugurando, assim, as primeiras manifestações nesse sentido em solo brasileiro.

Com em torno de 150 pessoas na sua primeira edição, no dia 29 de junho, a então denominada Parada Livre de Porto Alegre, organizada pelo grupo Nuances – Grupo pela livre expressão sexual, fundado, em 1991, por Célio Golin e Glademir Lorensi, tinha como proposta tornar pública algumas reivindicações dos movimentos LGBT, como visibilidade social e igualdade de direitos (NEIS & CERQUEIRA, 2015). De lá pra cá, algumas pautas, como o casamento civil homoafetivo, a adoção homoparental e o uso do nome social em órgãos públicos de acordo com a identidade de gênero, avançaram. No entanto, a violência e a discriminação, cujos registros têm aumentado a cada ano[27], permaneceram no bojo das demandas das políticas públicas para essa população, questão essa lembrada durante os eventos da 21ª Parada Livre, ocorrida em 2017. Nela, como dito, foram denunciadas uma série de retrocessos que, segundo os movimentos organizadores, estariam em curso a partir do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, sucedido em 2016[28]. Nesse sentido, a 21ª Parada Livre denunciou o crescimento da violência contra as populações vulneráveis e a expansão de pautas conservadoras, como o cancelamento da exposição "Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira".

A partir desse apanhado geral, podemos perceber que o cancelamento da Queermuseu se insere no contexto histórico das minorias sexuais e de gênero.

27 Em seu site na internet, o www.grupogaydabahia.com.br, o Grupo Gay da Bahia tem divulgado a cada ano os índices de violência contra a população LGBT no Brasil. O ano de 2018 registrou o maior índice, um assassinato a cada 19 horas.

28 A cientista política Flávia Biroli (2018), no seu trabalho "Reação conservadora, democracia e conhecimento", reflete o impacto do impeachment no avanço das políticas públicas ligadas às questões de gêneros no Brasil. Reflexão que vai ao encontro do tema abordado na XXI Parada Livre de Porto Alegre, em 2017.

As reflexões elaboradas até aqui permitem lançar mão de uma série de novas perguntas à História, inclusive propõem novos olhares sobre a historiografia. De forma geral, podemos perceber a pertinência de alargar os horizontes sobre a temporalidade na qual o historiador se debruça, uma vez que, apesar do episódio envolvendo o cancelamento da Queermuseu estar localizado em setembro de 2017, ele está inserido num contexto mais amplo. Assim, faz-se importante compreender que, conforme apontam Cerqueira & Pinto (2011, p.9), "a história é um campo fundamental para o estudo dos discursos sobre a sexualidade". Contudo, essa realidade contrasta com a carência de estudos históricos sobre esse campo e a baixa publicação de material acadêmico sobre o assunto (GREEN, 2012). Sobre essa questão, vale apontar que a percepção do cancelamento da Queermuseu se configura como importantes objetos de estudo. Ao formularmos a hipótese que esses eventos se constituem em fenômenos históricos passíveis de análise metodológica e se inserem dentro do campo da História do Tempo Presente, lançamos mão de um elemento gerador de novos debates e aprofundamento das reflexões feitas para a área, inclusive no que diz respeito à disponibilidade de novas fontes para pesquisa[29]. Afinal, é possível identificar corriqueiramente algumas dificuldades relacionadas, ainda hoje, às pesquisas com viés histórico delimitadas temporalmente no presente. Isto porque, de acordo com Delgado e Ferreira,

> [...] apesar das inovações teóricas e metodológicas que têm caracterizado o campo da produção historiográfica, a história do tempo presente nem sempre tem sido bem assimilada por parte da comunidade de historiadores, pois ainda é sólida a concepção de que o estudo da história deve distanciar-se do tempo do acontecido (DELGADO & FERREIRA, 2013, p.21).

Assim, nos deparamos com uma série de desafios. Isso, em parte, devido à pouca inserção e à desconfiança gerada entre os historiadores com a história do tempo presente (FERREIRA, 2000). Contudo, não obstante ao debate gerado em torno de algumas obras de arte da Queermuseu, faz-se necessário também incluir uma perspectiva de análise sobre o papel político da arte. Isso, porque, conforme Selistre e Duarte (2018, p.02), "nota-se [na Queermuseu] a existência de dispositivos de poder que operam de diferentes formas através do sistema artístico, fundamentado pelas instituições que o compõem, como o museu, a crítica e a história da arte, ou bem, através de discursos". Essa

29 Para Padrós, "metodologicamente, o historiador está instrumentalizado para enfrentar as fontes do tempo presente, mesmo considerando a já citada dificuldade de acúmulo dessas fontes e sua natureza diversa" (PADRÓS, 2004, p.206).

perspectiva é acompanhada por Fidelis (2018, p.422), o qual percebe que "a disputa instalada no centro nervoso da exposição Queermuseu é aquela determinada pela mudança operada na compreensão do conhecimento através das imagens e como elas atuam através da relação que estabelecemos com objetos e eventos".

Das primeiras manifestações públicas às novas formas do ativismo da atualidade, como o *cyberativismo*, muitas transformações culturais e sociais foram acompanhadas, inclusive protagonizadas, pelos movimentos LGBT. O estudo em termos históricos assim proposto nesse ensaio não tem a pretensão de dar respostas prontas e definitivas para a problemática levantada, mas possibilita suscitar novas reflexões e incitar a outros pesquisadores a se debruçarem sobre o tema[30]. Compreendendo que "a historização dos discursos pode assumir o papel de instrumento político que promove a pluralidade" (CERQUEIRA & PINTO, 2011, p.09), a análise dos fenômenos propostos pode servir de apoio para outras pesquisas que envolvem o tema, aprofundar o debate acadêmico sobre as possibilidades de uso da História do Tempo Presente, colaborar no desenvolvimento de estudos sobre identidade de gênero e orientação sexual, ampliar os estudos históricos sobre as homossexualidades no Brasil, servir de apoio para discussões no campo social para criação de políticas públicas.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, M.M. Mudanças sociais/Mudanças museais: nova museologia/nova história – que relação? *Cadernos de Sociomuseologia,* n.5, p.99-118, 1996.

BIROLI, F. Reação conservadora, democracia e conhecimento. *Revista de Antropologia,* v.6, n.1, p.83-98, 2018.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CERQUEIRA, F.V.; PINTO, R. Introdução: uma breve reflexão a respeito dos estudos sobre o homossexualismo. *Metis: Hitsória & Cultura*, v.10, n.20, p.7-14, 2011.

30 Padrós ao refletir sobre a pesquisa histórica delimitada no tempo presente sugere que a análise tem como pressuposto "a necessidade de uma abordagem teórica que seja macroexplicativa (abrangendo e inter-relacionando as variadas esferas), processual (fundamentada no passado histórico), estrutural (construindo explicações mais consistentes assentadas nas regularidades para, assim, identificar rupturas), global (dimensão essencial do tempo presente em função da intrínseca associação entre as diferentes realidades) e dialética. Se os trabalhos sobre o tempo presente não tiverem esse cuidado teórico-metodológico, os resultados obtidos dificilmente deixarão de ser meramente descritivos, fragmentados e fechados numa lógica interna que pode vir a ser perigosa. Se assim for, melhor deixar esse trabalho para os jornalistas" (PADRÓS, 2004, p.205).

CHAGAS, M.S. Memória e poder: dois movimentos. *Cadernos de sociomuseologia,* Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Edições Lusófonas, Lisboa, nº 19, p.35-68, 2002.

DELGADO, L. & FERREIRA, M. História do tempo presente e ensino de história. *Revista História Hoje*, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2014.

DIDI-HUBERMAN, G. Quando as imagens tocam o real. **P***ÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG*, v. 2, n. 4, p. 206-219, 2012.

DOSSE, F. História do Tempo Presente e historiografia. *Tempo e Argumento,* v. 4, n. 1, 2012, p. 05-22.

ESPER, H.; DE ALMEIDA, C.D. Queermuseu: estratégias de mobilização nas redes sociais. *Temática*, v. 14, n. 10, 2018, p.141-158.

FERREIRA, M.M. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes,* v.94, n.3, p.111-124, 2000.

FIDELIS, G. Queermuseu e o enfrentamento do fascismo e do fundamentalismo no Brasil em defesa da livre produção de conhecimento. *Iluminuras*, v.19, n.46, p.417-423, 2018.

GREEN, J. Homossexualidades e a história: recuperando e entendendo o passado. *Revista Gênero*, Niterói, v. 12, n. 2, p.65-72, 2012.

HONORATO, C; KUNSCH, G. "Antes que isso também seja proibido" – Editorial do Dossiê Censura e Políticas Culturais. *Políticas Culturais em Revista*, v. 11, n. 1, p. 9-18, 2019.

LOURO, G. (Org.). Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista de Estudos Feministas,* p. 541-553, 2001.

MOUTINHO, M.C. Evolving definition of sociomuseology: proposal for reflection. *Cadernos de Sociomuseologia,* v. 28, n. 28, p.39-44, 2007.

NEIS, F.P.; CERQUEIRA, F.V. Parada gay de Pelotas nas páginas do Nuances: imprensa, visibilidade e política. *Métis: história & cultura,* v. 13, n. 26, p.101-119, 2015.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História,* v. 10, p.07-28, 1993.

PADRÓS, E.S. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. *Anos 90,* vol. 11, n. 19/20, p. 199-223, 2004.

PINTO, R. Museus e diversidade sexual: reflexões sobre mostras LGBT e QUEER. *Revista Arqueologia Pública***,** v. 5, n. 1 (5), p. 44-55, 2012.

RICOUER, P. *La mémoire, l'histoire, l'oubli.* Paris: Le Seuil, 2000.

SCHEINER, T.C. O museu como processo. *Cadernos de diretrizes museológicas,* Belo Horizonte, v.2, p.34-47, 2008.

SELISTRE, J.R.; DUARTE, M. Arte contemporânea e o retorno da censura: caso da Queermuseu e suas adjacências. *Contemporênea,* v.1, n.2, p.01-06, 2018.

VARINE, H. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local.* Porto Alegre: Medianiz, 2013.

BANDIDOS NA IMPRENSA: O CASO DE UMA QUADRILHA DE SALTEADORES NA FRONTEIRA MERIDIONAL DO BRASIL (1880 – 1892)

Dário Milech Neto*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a atuação de uma quadrilha de salteadores na fronteira sul do Brasil no final do século XIX. Esse bando, que tinha como líder Juvêncio Rodrigues Pereira, praticou seus crimes por mais de dez anos preocupando as autoridades policiais e moradores locais, sobretudo nos atuais municípios de Jaguarão, Arroio Grande, Herval, Pinheiro Machado, Bagé, Cerrito, Canguçu e Pelotas, no Rio Grande do Sul. Para isso, usei como fonte principal a imprensa da época, ou seja, jornais que publicaram matérias sobre o bando e, maiormente, sobre seu chefe.

O período histórico em que Juvêncio viveu foi caracterizado por ser o momento em que o mundo todo começou a ser interligado por uma economia única. Por volta de 1850 tivemos o que Eric Hobsbawm (2009) denominou como "a grande expansão", que resultaria no triunfo do capitalismo ampliando a industrialização interdependente entre os mais diversos países, inaugurando a chamada "era do capital".

As mais remotas partes do mundo estavam agora interligadas por meios de comunicação que não tinham precedentes pela regularidade, pela capacidade de transportar vastas quantidades de mercadorias e número de pessoas e, acima de tudo, pela velocidade: a estrada de ferro, o navio a vapor, o telégrafo (HOBSBAWM, 2009, p. 93).

* Mestre em História (UFPel) e Doutorando em História no Programa de Pós-graduação em História da UFPel

No Brasil, a economia cafeeira do Sudeste dava bases ao progresso que vinha de fora. No caso específico do Rio Grande do Sul, o charque teve papel preponderante para investimentos na infraestrutura e logística local: tudo isso, vale salientar, com intensa exploração da mão-de-obra, principalmente escrava. Nem é preciso ir muito longe na questão geográfica desta pesquisa para exemplificar tal época personificada em um único indivíduo: Irineu Evangelista de Souza (1813 – 1889), que ficou conhecido como o Barão de Mauá.

Irineu nasceu em uma estância na região que hoje pertence ao município de Arroio Grande. Ele tornou-se um comerciante e industrial, buscando investimentos externos, sobretudo inglês, sendo o responsável pela construção da primeira estrada de ferro do Brasil, em 1854, além de outros projetos como a iluminação a gás na cidade do Rio de Janeiro e do Banco Mauá, fundado em 1852, e que tinha inclusive filiais fora do país.

Se chegarmos mais próximos do fim do século XIX, veremos que o investimento estrangeiro na América Latina seguiu muito significativo na década de 1880, proporcionando que a rede ferroviária fosse quintuplicada, atraindo 200 mil imigrantes por ano só na Argentina e no Brasil (HOBSBAWM, 2009, p. 65). Nesse contexto foi inaugurada, por exemplo, a Estação Ferroviária de Pelotas, que começou a ser construída em 1881 e finalizada em 1884.

Com o telégrafo, já citado, ocorreu uma aceleração no campo das comunicações. O globo agora estava envolvido por cabos submarinos, levando informações de um canto a outro com rapidez nunca antes vista na história da humanidade. Em 1881 o jornal pelotense *Correio Mercantil* (fundado em 1875) já era o pioneiro em fazer uso do motor a gás e a manter um serviço telegráfico regular para a transmissão e recepção de notícias (LONER, 2017, p. 98).

Foi o *Correio Mercantil* que se ocupou de diversas matérias relacionadas à quadrilha de Juvêncio Pereira. Assim como essa folha, vários outros órgãos da imprensa da época reproduziam notícias uns dos outros, até mesmo em diferentes províncias do Brasil, algo que era comum. A primeira notícia encontrada acerca do bandido foi justamente escrita pelo jornal e reproduzida em outro periódico, o *Jornal do Recife*, no dia 07 de julho de 1880[1]:

1 Essa mesma notícia da morte de Guerreiro foi reproduzida também em língua inglesa na edição número 19 do jornal carioca *The Rio News,* no dia 05 de julho de 1880, de maneira resumida.

> Temos exactos pormenores acerca do crime perpetrado há dias no districto do Serrito, municipio de Cangussu. Não foram dous, mas um o assassinato commettido. – A victima chama-se Luiz Manoel Guerreiro, cidadão muito bemquisto, de 24 annos e exemplar chefe de familia. O algoz, autor do crime, foi Juvencio Pereira, bandido de longos tempos. Succedeu o facto a 8 do passado e pela seguinte maneira:
> No dia 30 de Maio, Guerreiro e Pereira tinham estado n'umas carreiras. O primeiro jogara com o segundo 10$ contra 5$, porém como, pouco depois, outrem lhe oferecesse jogar 10$ contra 10$, Guerreiro declarou que abria a parada com Pereira.
> Verificou-se a carreira e perdeu o cavallo em que Guerreiro jogára. Pereira reclamou a parada e Guerreiro fez prevalecer a sua anterior declaração. Passou-se isto sem mais incidentes, e oito dias depois, apresentou-se Juvencio Pereira em casa de Luiz Manoel Guerreiro, no lugar denominado Tatu.
> Sem que mais se lembrasse do sucesso anterior e sem alimentar a menor desconfiança, Guerreiro recebeu Pereira com todo o cavalheirismo e convidou-o para almoçar. Depois do almoço, Pereira fallou na parada a Guerreiro, que apresentou as suas razões de escusa.
> Em acto continuo, Pereira aggredio-o de adaga e ferio-o no peito, do lado esquerdo. Seguio-se uma pequena lucta, toda desfavoravel para Guerreiro, que estava desarmado e já ferido.
> Interveio a esposa de Guerreiro, porem inutilmente, conseguindo apenas arrancar metade do ponche e palla do assassino, que tratou de evadir-se, levando uma pistola do assassinado, que estava em cima de uma mesa, o chapéo do mesmo, por engano, e deixando um arreiador, o seu chapéo e o pedaço do ponche.
> Que scena horrivel seguio-se a esta carnificina e difícil descrever! Guerreiro moribundo, trez filhos menores a chorar junto de seu leito e a esposa, em estado interessante, horrorisada, em pungentes lagrimas e dolorosas exclamações!
> A autoridade policial procedeu a corpo de delicto e inquerito, tomando ainda do assassinado a declaração de ter sido Juvencio Pereira o autor da morte[2].

Então ficamos sabendo que Juvêncio assassinou um conhecido seu dessa forma, com uma punhalada. Eu chamaria a atenção para um fato ocorrido no ano anterior, citado num relatório[3], em que seu primo, Florisbello Pereira, brigou com um homem chamado Ponciano da Silveira e ficou levemente ferido por um estribo, pela mesma causa: uma contenda originada na disputa de uma carreira de cavalos. Como percebeu Hobsbawm (2015), ao falar da questão das raízes locais dos bandidos, as vocações criminosas geralmente eram familiares: além do primo, o pai de Juvêncio, Manoel Pereira, também apareceria depois como um dos membros da quadrilha que seu filho formou para praticar os mais diversos atos.

Baseando-me no que diz a matéria, é de se supor que este não seria o primeiro crime de Juvêncio. Na Bibliotheca Pública Pelotense não encontrei

2 Decidi manter a ortografia original das notícias.

3 RELATÓRIO com que o exm. Sr. Dr. Felisberto Pereira da Silva passou a administração da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, ao exm. Sr. Dr. Carlos Thompson Flores, no dia 19 de julho de 1879. Pelotas, Typograghia da Livraria Americana, 1880.

notícias anteriores a essa que fizessem alusão ao bandido (parte dos jornais antigos estava em processo de restauro). No banco de dados da Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional, também não encontrei outros episódios que o envolvam anteriormente. É bem provável que em algum jornal local da metade meridional do Rio Grande do Sul seja possível localizar outros episódios anteriores a esse de 1880.

TROPELIAS

As notícias de crimes geralmente estavam na primeira página dos jornais e, em alguns poucos casos, na segunda. Notam-se várias notícias em uma mesma sessão que tratava somente da criminalidade. Eram feitas em uma linguagem mais acessível e com característica de sensacionalismo, de modo a tentar comover o leitor através dos pormenores, em muitos casos colocando em evidência situações em que crianças e mulheres estavam diante de tais fatos delituosos.

Além da linguagem sempre é bom lembrar da posição política da linha editorial que os jornais possuíam. No caso do *Correio Mercantil*, destacou Loner (2017) que, embora se declarasse como uma folha imparcial (e por isso um dos percursores da imprensa profissional da província), seu dono, o português Antônio Joaquim Dias manifestou ao longo da vida variadas posições frente aos mais diversos fatos, sobretudo políticos, entrando inclusive em discussão com outros jornais da região sul.

Ficando um pouco mais de três meses na cadeia, Juvêncio, juntamente com outros três presos, fugiu no dia 14 de setembro de 1882. No dia 20 de outubro, o *Jornal de Recife* reproduziu uma notícia da *Gazeta de Porto Alegre*, na qual citava que o bandido e outros dois evadidos assaltaram a casa de Domingos Alves de Faria, que ficava localizada no 2° distrito de Piratini. Eles precisariam de recursos para a viagem e, por isso, teriam levado *"de 200 condores e de 108 libras esterlinas, dinheiro em papel, armas e outros objetos"*. O então presidente da província, o pelotense Leopoldo Maciel (1849 – 1904), teria solicitado que se tomassem todas as medidas possíveis contra Juvêncio.

A mesma notícia finaliza dizendo que, se Juvêncio não encontrasse proteção indevida na vizinhança local, ele seria preso ou morto caso resistisse à prisão, pois se tratava de *"um dos mais perigosos e audazes bandidos de que há notícia na província"*. Essa questão da preocupação por causa da proteção e esconderijo que Juvêncio receberia nas regiões por onde andava demarca a

possibilidade de entendermos o modo como as pessoas o viam. Essa é justamente uma das características do bandido social segundo Hobsbawm (2015): ser ajudado pelos camponeses e até mesmo por parte da elite local. Daí resultaria a sua invulnerabilidade e facilidade de praticamente se tornar "invisível" para a polícia.

No último dia de janeiro de 1883 o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro noticiou que um antigo companheiro de Juvêncio foi recolhido à cadeia de Pelotas. Ele se chamava Torbio Telles Argentino. Geralmente o último sobrenome era dado pelas autoridades para identificar a origem do criminoso, que poderia ser também "Oriental", caso fosse da região que hoje é o Uruguai. Esse fato demonstra muito bem a ampla rede de relações que Juvêncio manteria, o que incluiria bandidos do "lado de lá" da fronteira.

O mesmo jornal reproduziu, então, uma notícia do *Correio Mercantil* de 19 de abril de 1884. Informaram que Juvêncio foi encontrado em um tal "Passo dos Marmeleiros" no Cerrito e, por resistir, foi morto em um tiroteio pelas forças públicas. Nesse mesmo episódio, teria sido preso João Manoel de Barros, que seria um companheiro inseparável de Juvêncio.

Essa última notícia começava com a seguinte informação: *"escreveram da Palma para o jornal Correio Mercantil"*. Quem teria escrito provavelmente é o subdelegado de Santa Izabel da época, João Paulo Botelho, que foi referenciado em meio aos detalhes. Realmente teriam matado Juvêncio, ou alguém por engano? Além da Palma outro lugar que aparece, como local do fato, é o *"Passo dos Marmeleiros"*. No Rio Grande do Sul, sei que existe hoje o "Passo do Marmeleiro", que fica na divisa entre os municípios de Lavras do Sul e Torquato Severo.

Mas me atendo à notícia, ela dá conta que tal Passo seria no Cerrito. Juvêncio teria sido morto por lá pela força policial que existia em Santa Izabel, que é uma localidade à beira do São Gonçalo e vizinha da Palma. Interessante que dez dias antes, o jornal *A Federação*[4], de Porto Alegre, apenas noticiou a prisão de João Manoel de Barros, que foi remetido à Camaquã, e não citou nada a respeito da morte de Juvêncio. Nesse caso, a notícia também começa com *"Escreveram da Palma"*.

Em 21 de agosto de 1884, Manoel José da Silva, de 16 anos, foi assassinado. O assassino do menino, do qual sabemos inicialmente apenas as iniciais do nome (F. L. C.) reuniu-se com nove indivíduos e afrontou as autoridades

4 Jornal fundado em 1884 na capital gaúcha, que era divulgador do ideário do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Teve como um de seus fundadores Júlio de Castilhos (1860 – 1903), que chegou a dirigir o periódico.

policiais, mandando que o prendesse. Entre esses indivíduos estaria Juvêncio Pereira. O bandido estava vivo. E mais: estaria comandando uma quadrilha e assustando os moradores da região de Pedras Altas.

Em uma notícia do *Onze de Junho*[5], de setembro de 1884, ficamos sabendo quem matou o menino Manoel: foi Francisco Luiz Couto. Parte dos "Couto" participaram ativamente da quadrilha de Juvêncio. Ao que tudo indica, alguns dos membros dessa família tinham certo gosto pela criminalidade, assim como os "Rodrigues Pereira".

A quadrilha estava acampada perto de Pedras Altas. Logo apareceu na localidade da Buena, próxima ao Cerrito, adentrando a Serra dos Tapes[6]. Os salteadores ameaçaram o subdelegado local, que dizia ter a sua casa cercada pelos criminosos. Por ser uma região de difícil acesso, tendo poucas áreas planas, foi conveniente para os bandidos a geografia do lugar, que dava mais possibilidades de esconderijos e de fuga.

Enquanto isso, na Palma, novamente o subdelegado da polícia de Santa Izabel, João Paulo Botelho, com a ajuda de Francisco Severo d'Avila, comandante interino da polícia de Arroio Grande, prenderam Vicente José Gonçalves, referenciado como "índio", que seria um dos chefes da quadrilha de Juvêncio e cúmplice do assassinato do jovem Manoel, que ocorreu no Passo das Pedras. Ele ainda era acusado de ter matado uma moça.

O jornal da cidade que geralmente rebatia as notícias do *Correio Mercantil* era o *A Discussão*, um diário, divulgador de ideias abolicionistas, fundado em 1881 e que era ligado ao grupo da Dissidência do Partido Liberal na província (LONER, 2017, p. 107). Tal jornal, em uma notícia de 29 de setembro de 1884, informa ter ido até a cadeia da cidade a pedido de Vicente Gonçalves, que foi ouvido pelos jornalistas. O periódico saiu a favor de Vicente, solicitando à autoridade policial um *habeas corpus* e, ainda, escreveu no mesmo número que a justiça muitas vezes *"fere os diretos sagrados"*.

O jornal *A Discussão* parecia obstinado em destacar o outro lado da história que envolvia a quadrilha de Juvêncio. Em uma seção livre no dia 1° de outubro de 1884 foi publicada, nessa folha, uma carta de Honorato L. do Couto, escrita da localidade do Cerro da Buena. Honorato denunciava e lamentava que no dia 12 de setembro uma escolta invadiu a casa de seu parente, Francisco Luiz Couto, o mesmo que era acusado da morte de Manoel José da Silva.

5 Outro importante jornal de Pelotas, que foi fundado em 1868 em Jaguarão por Antonio da Silva Moncorvo Júnior (LONER, 2017, p. 206 e 207).

6 Região serrana que compreende alguns municípios do sul do estado, que se caracterizou ao longo da história por sua ocupação pelas mais diversas etnias. Mais informações ver: Salamoni e Waskievicz (2013).

A escolta teria invadido a casa na busca de Francisco, utilizando a violência para intimidar os que ali se encontravam para denunciar o paradeiro do mesmo. Teriam agarrado um menino e espancado um senhor, além de ameaçarem de morte a esposa dele, dizendo que iam cortar sua cabeça e a de todos os seus filhos. Honorato escreveu que ninguém poderia provar que Francisco se reunisse com alguns de seus irmãos e outros companheiros com Juvêncio para desafiar as autoridades locais. Ainda citava: *"[...] ao não tomarem providencias as autoridades superiores, a força pública que para aqui veio, afim de manter a ordem, será o terror das famílias que já estão completamente receosas em vista da maneira arbitrária e violenta pela qual tem sido executadas diversas diligencias"*. Finalizava pedindo providências às autoridades competentes para que cessasse a "anarquia".

É pouco provável que Honorato tivesse alguma razão quanto à inocência de Francisco Couto. Contudo, sua carta atestava algo importante: a violência aplicada pelas autoridades policiais geralmente acabava sendo grande nesses casos, arrasando uma comunidade local em busca dos procurados, espalhando o terror tanto quanto – e até mais que – os homens que eram por eles chamados de bandidos. Nenhum vilarejo queria uma força expedicionária por perto e muitos já haviam presenciado os abusos que eram cometidos em nome da lei.

No momento em que a carta era escrita a quadrilha não parava de agir. Nas redondezas de Piratini, atacaram a casa de negócios de um homem chamado Pedro Miguel, que teria sido espancado e quase morto. Levaram uma quantidade superior a quinhentos mil réis. Um caixeiro, de nome Pedro Espelet, que era hóspede da casa, quando retornava à noite ouviu os tiros e se refugiou num mato próximo. Acrescentou o *Correio Mercantil* que a população do local estava amedrontada e jamais viajava pela noite sem levar suas pistolas engatilhadas.

No início de outubro os bandidos continuavam na mesma região. No *Onze de Junho*, em notícia reproduzida pelo *A Federação*, do dia dezoito, foi informado o acontecimento do assassinato de uma família de oito pessoas no Passo das Pedras. Duas moças, da mesma família, teriam sido violadas e sacrificadas. Embora o jornal pelotense tenha citado que iria investigar a situação para mais informações, não encontrei mais nenhuma referência a tal crime em outras matérias, apenas que escoltas seguiam buscando o bando por volta do distrito da Buena, que é próximo ao Passo das Pedras.

Então a quadrilha seguiu para o oeste. O *Cruzeiro do Sul*, de Bagé, alarmou que em meados de outubro Juvêncio liderava um grupo com mais cinco pessoas quando tentou assaltar a casa de um fazendeiro de Cacimbinhas (Pinheiro Machado) chamado Israel Fagundes. Um escravo teria recebido os bandidos na porta de casa. Eles estariam, em pleno dia, armados com facões, carabinas e pistolas, alegando andarem a procura de cavalos. O fazendeiro, avisado, se escondeu dentro dos aposentos de sua casa e, por isso, os ladrões não teriam conseguido levar nada do local, indo embora dali.

Na mesma localidade, no dia 19, a quadrilha foi até a residência de Zeferino Farias, um homem sexagenário, ao qual teriam ameaçado com pistola em punho caso ele gritasse. A esposa de Zeferino ficou assustada e o casal se viu obrigado a entregar ao bando de Juvêncio uma bolsa cheia de libras e outras moedas de ouro. Havia informações de que, depois disso, o bando partiu pela antiga estrada de Candiota. Foram vistos depois se dizendo "tropeiros" e oferecendo dinheiro em ouro para vender.

No dia 24 de outubro, alguns indivíduos da região, entre eles João dos Santos Moután, Francisco Delfino Tavares, Gervasio dos Santos Tavares e Manoel dos Santos Tavares, decidiram se reunir para fazer resistência aos bandidos. Após isso, teria sido montada então uma escolta pelo chefe de polícia que contaria com 38 praças.

Em novembro, o periódico *A Discussão* novamente tentou ver o outro lado da moeda de toda a situação da qual se ocupavam também outras folhas. Denunciou que a escolta que saiu em busca da quadrilha de Juvêncio estava causando *"terror e sustos"* nos moradores ao invés de manter a tranquilidade local. As pessoas temeriam a escolta muito mais que a própria quadrilha. Além disso, o jornal explanou que duvidava que muitas das histórias de *"horrorosas tropelias"* que chegavam diariamente na redação fossem verdade.

Foi então que *A Discussão* decidiu averiguar melhor o caso. No dia seis de novembro de 1884 o jornal noticiou que esteve com a senhora Dona Maria Joaquina C. Leal, esposa de Israel Ignácio Leal. Ela estaria *"contristada e cheia de dor"* e teria narrado as tropelias e violências que a escolta estava causando na procura da quadrilha. Com depoimentos como esse, o jornal fazia então oposição aos fatos divulgados pelo *Correio Mercantil* e seguia uma linha jornalística de investigação das notícias.

Por sua vez, *A Federação*, no dia 14 de novembro, reproduziu outro caso de abuso. A vítima seria Augusto Cardim Oliveira, que se queixava de ser preso pelo delegado de Canguçu Pedro Baptista Côrrea da Camara. Augusto

dizia que tinha sido insultado e acusado de ser um dos responsáveis de auxiliar Juvêncio a fugir da prisão em 1882. Ele teria citado que os verdadeiros responsáveis pela fuga do bandido eram os soldados e um ex-delegado.

Nessas alturas Juvêncio teria reaparecido na região de Canguçu. Um relatório[7] dava conta de que ele reunia 30 companheiros. O mesmo documento citava que uma escolta foi autorizada a comprar cavalos para garantir uma boa montaria aos soldados que iriam combater o bando.

Então no dia 3 de novembro de 1884, em um mato próximo ao Cerrito, no Passo do Vieira, travou-se um dos maiores embates entre as autoridades e a quadrilha de salteadores. O suplente de subdelegado de polícia do Cerrito, Bernardino Ferreira Porto, e seu companheiro, o subdelegado da Buena, João Manoel Barbosa, estavam a cavalo quando avistaram dois vultos dormindo no chão. Os subdelegados, achando que seriam companheiros da escolta que buscava a quadrilha, se aproximaram dos vultos sem precauções.

Ao chegarem mais perto dos homens constataram, tarde demais, que se tratavam do próprio Juvêncio Pereira e de um membro de seu bando, Marciano Couto. Juvêncio puxou a pistola e atirou no ventre de Bernardino[8], que caiu do cavalo, gravemente ferido. Seu companheiro, ao se defender, acertou um tiro em Marciano, que morreu no local. Juvêncio teria batido em retirada após trocar tiros com João Manoel, num ato em que os dois saíram feridos. Juvêncio conseguiu escapar a pé, pelo mato. Teria deixado atrás de si um *"arsenal de guerra"*. Bernardino, que era conhecido como um dos mais implacáveis perseguidores da quadrilha, morreu em viagem, às 10 horas da manhã[9].

Nesse dia, depois do episódio, um irmão de Bernardino Porto (referenciado apenas como Sr. Porto) começou a discussão com outras pessoas acerca da morte do familiar. Teria dito que se as forças policiais realmente quisessem matar Juvêncio, e não simplesmente prendê-lo, Bernardino estaria vivo. A

7 Relatorio apresentado a S. Exc. o Sr. Dr. Miguel Rodrigues Barcellos, 2º Vice-Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul pelo Exm. Sr. Conselheiro José Julio de Albuquerque Barros ao passar-lhe a Presidencia da mesma Provincia no dia 19 de Setembro de 1885.Porto Alegre, Officinas typographicas
do – Conservador -, 1886.

8 São diferentes as informações acerca da quantidade real de tiros que Juvêncio teria acertado no suplente de subdelegado Bernardino. O jornal *A Discussão*, nº 263, falou em oito tiros; o *Diário de Pelotas*, em notícia reproduzida pelo *Jornal do Commercio (RJ)*, nº 312, citou 4 tiros, informação que vai ao encontro do *Relatório* citado. O mesmo *Jornal do Commercio (RJ)*, no número 322, reproduziu uma notícia do *Diário de Rio-Grande* em que afirmava ter sido apenas um único tiro.

9 No mesmo dia teriam sido presos o irmão de Juvêncio, João Pereira e também seu pai, Manoel Pereira, acusados de serem membros da quadrilha. Também teriam sido capturados ao longo desses dias, segundo relatório que citei: Zeferino Ermelindo Furtado, José Ventura, Emydgio Jorge e Berlamino Castro. Outro indivíduo, também membro da quadrilha, Camillo Couto, conhecido como Francisco Couto Sobrinho, foi morto pela escolta.

discussão parece ter descambado para uma briga que resultaria na morte de três pessoas e ainda deixaria outros feridos. Entre os mortos, estava o próprio irmão de Bernardino, que seria um dos que começaram o debate.

Em outro embate com a quadrilha, um bandido, de nome Serafim, teria enganado a escolta e se passado por um dos captores de Juvêncio. Com isso ele matou outro familiar de Bernardino, José Ferreira Porto, e Antonio Maria, que seria fiscal do Cerrito. Serafim foi gravemente ferido e a última informação que aparece dele é que também foi preso.

No final de novembro tem-se a notícia pelo *Correio Mercantil* (reproduzida no *Jornal de Recife*, em 21 desse mês), de que Juvêncio, após ter escapado, estava em companhia de três membros da família Couto, entre eles Luiz Couto, que era conhecido como "Testa Furada". Nessa notícia temos pela primeira vez a informação de mulheres que andariam juntamente com a quadrilha, segundo o periódico, de maneira forçada.

O ano de 1885 chegou e não tardou muito para a quadrilha de Juvêncio reaparecer. Pela manhã do dia 18 de fevereiro o bando atacou a casa de Domingos Antonio Cardoso, que ficava próxima ao Arroio das Pedras, no lugar conhecido como rincão da Reserva, no Cerrito. Costeando o arroio, eles entraram numa lavoura de milho que ficava a poucos metros de distância da residência. Enquanto faziam o cerco, uma escrava avistou os bandidos e gritou para três conhecidos de Barbosa que chegavam no mesmo momento e que, com o aviso, rapidamente fecharam as portas. A quadrilha, frustrada, descarregou parte de sua munição em direção à casa, sem ferir ninguém e indo embora.

Pela fonte do *Jornal do Commercio (RJ)* de 27 de fevereiro de 1885, reproduzindo notícia do *Correio Mercantil*, Domingos Cardoso não estava em casa nesse dia. Tudo indicava duas hipóteses: que a quadrilha queria roubá-lo, por ele ser *"homem de moeda"*, ou matá-lo, pois Cardoso teria encontrado alguns dias antes uma carta anônima endereçada para ele, que dizia: *"Belarmino Pereira de Castro, trata de manda-lo assassinar"*. Belarmino seria o Bello Pereira, primo-irmão de Juvêncio, segundo o periódico, homem amigo dos Couto também. Não sei se, nesse momento, Bello continuava preso, apenas que Domingos Cardoso apresentou a carta para as autoridades locais.

Tal notícia, obviamente, suscita algumas dúvidas, pois abre um leque de possibilidades: a quadrilha queria apenas roubar ou assassinar Domingos? Ela parece denunciar que havia alguma rixa ou até mesmo que Domingos Cardoso possa ter sido encomendado de morte por outra pessoa. Mas o que

mais salta aos olhos é que, definitivamente, havia alguém que estava vazando informações de dentro do bando.

Uma criança, que seria filha de Bernardino Machado (genro de Cardoso), dormia em uma rede dentro da casa e quase teria sido morta com os disparos. Já o jornal *A Federação*, no dia 27 de fevereiro, fez uso do sensacionalismo, dizendo que a "inocente criancinha" que dormia foi atingida pelos disparos, além do fato de que, novamente, o terror reinava naqueles lugares (Piratini, Canguçu, nos distritos da Buena e do Cerrito). Segue o mesmo jornal, em 09 março de 1885, numa notícia que acho interessante transcrever aqui:

> O sr. presidente da provincia officiou ao dr. chefe de policia para que expedisse 'as mais terminantes ordens para a perseguição da quadrilha de Juvencio Pereira, que acaba de se reorganizar no districto do Cerrito, conforme communicações recebidas, convindo que o delegado de Cangussú proponha as medidas necessarias para a efficacia das diligencias.'
> Este Juvencio Pereira vai-se tornando um salteador celebre. Já se tem noticiado a sua prisão, a sua morte, e o homem continua a viver em liberdade, gozando boa saúde e a praticar toda a sorte de crimes.
> Ha longos mezes que a imprensa de Pelotas occupa-se com Juvencio Pereira e a sua quadrilha, e ainda não foi possível captural-o!
> Emfim... esperemos pelo resultado das novas ordens presidenciaes.

As autoridades e a imprensa já viam Juvêncio como uma espécie de espectro sagaz, que desaparece e reaparece causando problemas, sendo praticamente impossível capturá-lo. Parece que ele havia se tornado uma lenda ainda em vida.

No dia dois de março, em Santa Izabel, foi preso (novamente) pelo subdelegado de polícia o criminoso de nome João Manoel de Barros, um dos homens do bando. No final do mês Juvêncio em pessoa teria estado em Pelotas, onde comprou armas, pólvoras e balas. Interessante que, se for real tal fato, temos um fora-da-lei que quis entrar no espaço urbano de uma cidade do porte de Pelotas na época. Geralmente, como constatou Hobsbawm (2015), os bandidos têm uma oposição muito forte para com as cidades, que muitas vezes eram vistas por eles como a representação do poder que queria exterminá-los.

Através de *A Federação* de 26 de março de 1885, ficamos sabendo que o comando da fronteira de Jaguarão foi autorizado a auxiliar as diligências policiais para a perseguição de uma quadrilha que teria assassinado um estancieiro próximo daquela região. O jornal dizia não saber quem era o chefe da quadrilha, mas apostava que era Juvêncio.

Então, no *Jornal de Recife*, na edição de 15 de março, o nome do assassinado foi revelado: se chamava Laurindo Antonio Vieira, de apelido Cassú. Uma correspondência de Arroio Grande publicada no jornal *Tempo*, de Jaguarão, falava que um dos autores do crime era um tal Honorio, que juntamente com outros dois havia praticado o ato. Os três, apontava a correspondência, seriam bandidos da quadrilha de Juvêncio, sendo um deles irmão de Vicente, o mesmo que havia sido recolhido na cadeia de Pelotas. Eles passaram durante a noite na região das Bretanhas, local entre Arroio Grande e Jaguarão.

Adiante, diversas outras notícias do início de abril de 1885 do *A Federação* dão conta de que o tenente Augusto Cezar da Cunha teria batido a quadrilha de Juvêncio e com isso preso um de seus membros, Galiano Couto. Acabamos sabendo que, porém, na verdade, o tenente Augusto teria invadido a casa de Francisco Couto sob o pretexto de encontrar membros da quadrilha, e então prendido Galiano.

Na edição do dia 29 de abril, em uma notícia que parece ser uma reprodução de uma matéria do *A Discuss*ão (embora essa informação não conste), foi denunciado que as forças comandadas por Augusto teriam saqueado a casa, levando um chicote e um cavalo. A esposa de Couto, que teria cinco filhos, teria sido espancada pelos soldados de linha, e acabou se refugiando na casa do seu cunhado e só depois voltou para sua residência, assustada com o que poderia ainda ser feito devido ao ódio que sua família nutria na vizinhança.

Há uma lacuna entre maio e dezembro do ano de 1885. Durante esse período, não encontrei notícias que dessem conta do paradeiro de Juvêncio e sua quadrilha. Considerando que era um grupo com diversos laços de parentesco, esse silêncio nas fontes não é normal. Nenhum preso, nenhum enfrentamento. Uma possibilidade que levanto é que os salteadores tenham atravessado a fronteira ou então ido em direção ao oeste.

Em janeiro de 1886 se sabe que houve a formação de uma escolta de 14 praças policiais estacionada na estação de Cerro Chato, sob o comando de um sargento vindo de Bagé. Tal força teria sido montada porque naquela região estaria a quadrilha de Juvêncio, segundo essa mesma notícia que está na edição do dia 5 de janeiro do *Jornal do Commercio (RJ)*. No dia 12 desse mês, *A Federação* explicitou que os jornais de Pelotas demarcavam que a quadrilha estaria no extremo oeste da província, em Uruguaiana, e não em Bagé.

No início de março de 1886 o jornal *A Ordem*, de Jaguarão, citava uma notícia que teria sido passada por pessoa fidedigna. Juvêncio estaria com seu bando (em torno de 30 pessoas, segundo a matéria) realizando seus crimes na

circunvizinhança de Arroio Grande. Assaltaram a casa de um homem chamado João Paulo e depois, no outro dia, foram vistos acampando próximo à citada vila, a uma distância de aproximadamente um quilômetro.

Segundo a folha um dos bandidos, estando embriagado em uma venda da localidade próxima, acabou revelando que os motivos de a quadrilha estar por lá era para impedir, através do uso da força, a prisão de alguns de seus homens que teriam matado Manoel Rodrigues Ferreira. A matéria termina citando que a vila de Arroio Grande estava aterrorizada e seus habitantes temiam que ela fosse tomada de assalto a qualquer momento.

Outras informações de uma matéria reproduzida do *Rio Grandense* no *Jornal de Recife*, de 19 de março de 1886, falavam que o bando também acampou no início de março no Passo do Vieira. O jornal queria confirmar se Elias Gonçalves, que foi morto no Passo das Pedras, teria sido assassinado pela quadrilha. Essa desconfiança das autoridades se dava porque Elias teria denunciado há algum tempo o bando de salteadores para as autoridades. A mesma matéria citava o fato de a localização do grupo de Juvêncio estar centrada por volta do Cerro Chato, Arroio Grande e Jaguarão.

Depois desse informe, temos novamente o silêncio. Dessa vez, não vi mais registrado na imprensa nenhum ato praticado por Juvêncio. Mesmo assim ainda falariam dele – e por um bom tempo.

UM BANDIDO SANTIFICADO

No presente momento, posso garantir como 1852 o ano de nascimento de Juvêncio. Quanto à sua morte, creio que se deu entre os anos de 1886 e 1891: como todo fora-da-lei, morreu jovem, certamente antes dos 40 anos de idade. Em sua fala[10] na Assembleia Legislativa Provincial, no início de março de 1886, o desembargador Henrique de Lucena citou que a quadrilha havia sido extinta e seus membros capturados, menos Juvêncio, que teria fugido para o Estado Oriental, se ocultando no departamento de Rivera[11]. Em 10 de setembro de 1891, o delegado de polícia de Santa Izabel, João Paulo Botelho,

10 FALLA apresentada á Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul pelo presidente da provincia, o exm. sr. desembargador Henrique Pereira de Lucena, ao installar-se a 2a sessão da 21ª legislatura em 7 de março de 1886. Porto Alegre, Officinas Typographicas do Conservador, 1887.

11 Foi citado, nessa fala, que o nome de Juvêncio seria "Cândido Juvêncio Pereira", o que considero estar errado. Como já referenciei aqui, o nome correto é "Juvêncio Rodrigues Pereira". Um outro dado, que me parece pouco provável, é o de que realmente as autoridades sabiam o paradeiro do bandido.

escreveu[12] que Juvêncio já teria um substituto, de nome Serrão Pacheco[13], que perturbava naquele momento a região meridional do Rio Grande do Sul com uma quadrilha de bandidos.

Para a pesquisa acerca da atuação desse bando, as fontes jornalísticas deveriam ser, a meu ver, cruzadas com outros tipos de fontes, além dos documentos judiciais, como os processos criminais. Então realizei três entrevistas[14] com moradores do local em que Juvêncio foi morto e sepultado, na zona rural de Arroio Grande denominada "Palma".

Creio que minha hipótese principal é verdadeira: a morte relatada pelos entrevistados, através de suas memórias herdadas, foi a morte do Juvêncio Rodrigues Pereira, indivíduo que apareceu nos relatórios, no processo crime e nas reportagens de jornais da época. O bandido dos depoimentos é o mesmo das fontes escritas.

Um dos indícios em que me baseio para afirmar isso é a questão da movimentação do bando. Em 1886 parece claro que a quadrilha se deslocou mais para o sul, ficando próxima de Arroio Grande e Jaguarão. Juvêncio foi morto na Palma, local, como já dito, pertencente hoje ao município de Arroio Grande.

Outro pormenor em que as fontes orais e escritas concordam é a questão dos "companheiros" de Juvêncio, um homem que andava em "tropas", bandos, como disse um dos entrevistados, Orlando de Almeida. Os três relatos, inclusive, dão conta de que foram os membros da própria quadrilha que teriam matado o "bandido". Não seria algo incomum: geralmente homens como ele, que tinham uma habilidade de se esconder e conseguir apoio local, acabaram morrendo porque foram traídos pelos seus amigos. Exemplos disso foram os casos de Billy The Kid e de Jesse James nos Estados Unidos. Só assim esses indivíduos que foram um dia considerados "invencíveis" pelas autoridades poderiam ser realmente mortos.

Outro indício: Orlando citou em sua entrevista que uma de suas bisavós paternas, Cecília, mãe de sua avó (Maria) seria uma mulher jovem quando Juvêncio foi morto. Como Cecília nasceu em 1860 ela era contemporânea de Juvêncio. Os relatos e as outras fontes concordam também nesse quesito temporal.

12 *A Federação,* 24/09/1891.

13 Serrão Pacheco apareceu em uma notícia um ano depois, em 1892, como um dos bandidos que faziam parte das "forças patrióticas" que estavam estacionadas próximas de Cerrito. Francisco Couto também apareceu como um dos membros. Fonte: *A Federação,* 20/01/1892.

14 Ver Milech Neto (2018).

Um último detalhe que me chamou a atenção entre os dois tipos de fontes é a caracterização da personalidade de Juvêncio como um homem que matava, um homem mau. Seria um bandido procurado, segundo a memória e segundo a imprensa. Não se encontram diferenças em sua "personalidade" e seus atos. Quando ouvi a história pela primeira vez Juvêncio era citado como um bandido, assim como referenciavam os jornais. Não acredito ser possível que existiram dois homens com o mesmo nome, Juvêncio, vivendo na mesma época, atuando na mesma região, considerados bandidos foragidos, que andavam em bandos e eram reconhecidos como "homens maus".

Dito isso, cabe ressaltar que Juvêncio Pereira não era um mero larápio, um bandido comum. As fontes mostram que ele era uma liderança. Diversas pessoas obedeciam a seu comando e ele era apontado sempre como o chefe da quadrilha. Sua "invisibilidade" frente às autoridades era possível porque parte da população da zona rural da época certamente o ajudava, dava cobertura. Tanto para esses camponeses de mais de cem anos atrás, como para os entrevistados que vivem hoje, ele não era um simples facínora. Ainda para Orlando de Almeida, Juvêncio trabalhava na casa de seu bisavô e transitava pela região sem que isso fosse um grande problema, pois ele não saia por aí matando deliberadamente diversas pessoas.

Juvêncio Pereira perdurou na memória por todo esse tempo, principalmente por causa do episódio de sua morte, que foi um evento drástico até mesmo para aquela época. Sabemos, pelos periódicos que ele não roubava de pessoas pobres (as quantias referenciadas são altas) mas não sabemos se ele distribuía o produto dos roubos para além de seus companheiros.

Por causa dessas questões e, entre elas, o modo como a população encarava Juvêncio e sua liderança, juntamente com o fato de ele ter se tornado praticamente um "bandido santificado" por um pequeno grupo atual de camponeses, um homem que atende aos "pedidos" que são feitos, acho possível encaixá-lo na categoria de bandido social. Obviamente, se observarmos Hobsbawm (2015), ele estaria mais perto da categoria dos bandidos *"vingadores"*, os que são respeitados pelo medo, do que da categoria de *"bandido nobre"*.

Vendo os atos que são narrados em todos os tipos das fontes consultados (como a morte de famílias inteiras, estupros de moças, assassinatos de crianças), quase fico tentado a classificar Juvêncio como um psicopata. Tal classificação seria leviana (afinal, eu teria que entrar na discussão de uma área que não domino – a psiquiatria) além de atestar que levei ao pé da letra o que as fontes, sobretudo jornalísticas, me reportaram. As fontes mentem.

Não podemos romantizá-lo, mas também não podemos negar a bravura de sujeitos como ele:

> Numa sociedade em que os homens vivem de modo subserviente, como servos da máquina de metal ou como peças móveis da maquinaria humana, o bandido vive e morre de cabeça erguida (HOBSBAWM, 2015, p. 167).

Em um mundo que começava a ser varrido pela onda do progresso, o bandido é uma dor de cabeça para as autoridades, ao mesmo tempo que serve como uma representação de liberdade para outras pessoas. O bandido, cuja fama ficava impressa nos diários, era o maior símbolo disso.

O que quero demonstrar para o leitor é que Juvêncio foi produto de uma época e das circunstâncias que lhe foram impostas. Sem ser ingenuamente determinista, muitos encontraram na vida em bandos a sua profissão e forma de sobrevivência.

Como citou Thompson Flores (2012) era comum aparecerem nos relatórios de presidentes da província nesse período referências a diversos bandos vivendo no ambiente fronteiriço em que o crime era inato e as guerras eram constantes. A quadrilha de Juvêncio não era a única a andar na região.

Nos jornais aparece em dado momento que o bando de Juvêncio era acompanhado de mulheres, que o seguiam à força. Já nos relatos orais surge a figura da "noiva". É significativo que em nenhum dos tipos de fontes consultados essas mulheres do bando foram nomeadas. De nenhuma forma ficamos sabendo quem eram e como se chamavam. Mas elas estavam lá.

Em 13 de janeiro de 1887, o jornal *A Federação* informava que Juvêncio, após fazer um silêncio em torno de si a ponto de julgarem que havia morrido, tinha sido visto no hotel São Pedro, em Pelotas, tomando tranquilamente uma cerveja. Quando a polícia foi avisada e chegou ao local era tarde demais, pois o bandido já havia ido embora.

É uma notícia de veracidade pouco provável, pois ela não tem desdobramentos nem confirmações. Além do mais, cabe levantar outra questão: no final do século XIX, mesmo que já fosse usada até em processos crimes, a fotografia era um item dispendioso. Como os informantes de tal notícia sabiam que era Juvêncio? Aliás, como as autoridades sabiam como era realmente a cara do bandido que procuravam? Certamente tinham recursos adicionais, como descrições e desenhos. Mas era um momento em que reconhecer um homem era algo bem mais complicado de se fazer.

Por fim, em fevereiro do mesmo ano, uma notícia do *Correio Mercantil*[15] citava um episódio que acho interessante reproduzir aqui na íntegra:

> Em Santa Isabel, ás 7 horas da tarde do dia 9 do corrente, deuse no Chasqueiro um grande roubo, de que foi victima o importante fazendeiro alli residente Sr. Mathias Franck.
> Achava-se este senhor, com a sua familia tomando a fresca na porta de casa, quando chegaram trez indivíduos bem montados e melhor armados, tendo o rosto velados com lenços e o agarraram sem dar lhe tempo de defender-se.
> Franck foi ameaçado de morte se não entregasse quanto dinheiro tinha em casa, o que elle fez para não nstalar (sic) e aos rogos de sua esposa e filhos.
> Além disso, amarrado como se achava nos pulsos, impossivel era fazer qualquer movimento.
> Os bandidos de tão audacioso roubo fugiram á disparada.
> O lenço com que amarraram Franck tinha bordado a retroz o nome de Juvencio Pereira.
> Quase se póde afiançar, porém, que este sujeito nenhuma coparticipação teve no crime, e foi simplesmente capa de audazes larápios.
> Os valores roubados, dinheiros e joias, orçam em mais de 6:000$000.
> Consta que dois dos ladrões já se acham presos, tendo escapado o outro por se achar bem montado, não obstante a perseguição de quatro praças de polícia.

Tal notícia mostrou que Juvêncio já era referenciado (e reverenciado) por outros "facínoras". A partir daí a lenda em torno de sua figura pós-morte já tomava forma.

FONTES CONSULTADAS:

JORNAIS:

A Discussão, números 233, 235, 257, 258, 261, 262, 263 e 264;

A Federação, números 82, 208, 218, 224, 229, 241, 253, 263, 272 (1884), 47, 53, 55, 67, 69, 87, 88, 93, 96, 111 (1885), 9 (1886), 10 (1887), 221 (1891), 17 (1892);

Jornal de Recife, números 152 (1880), 144, 223, 240 (1882). 241, 269 (1884), 64, 84 (1885), 64 (1886) e 30 (1887).

Jornal do Commercio (RJ), números: 263, 267 (1882), 31 (1883), 109, 274, 279, 285, 309, 312, 322, 329 (1884), 58, 118 (1885) e 5, 64 (1886).

The Rio News, número 19 (1880).

15 Notícia reproduzida pelo *Jornal de Recife,* 08/02/1887.

ENTREVISTAS:

ALMEIDA, Fernando Agendes de. Fernando Agendes de Almeida: depoimento colhido no dia 15/11/2017. Entrevistador: Dário Milech Neto. Pedro Osório, 2017. 1 arquivo .m4a (08 min.).

ALMEIDA, Orlando Borges de. Orlando Borges de Almeida: depoimento colhido no dia 23/01/2018. Entrevistador: Dário Milech Neto. Arroio Grande, 2018. 1 arquivo .m4a (15 min.).

CANIELAS, Alzir. Alzir Canielas: depoimento colhido no dia 25/01/2018. Entrevistador: Dário Milech Neto. Pedro Osório, 2018. 1 arquivo .m4a (16 min.).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAKER, Pascale. *Revolutionaries, Rebels and Robbers:* The Golden Age of Banditry in Mexico, Latin America and the Chicano American Southwest, 1850-1950. University of Wales Press, 2015.

BLOK, A. The peasant and the brigand: Social Banditry reconsidered in: *Comparative studies in Society and History.* Cambridge: Cambridge University Press, v. 14, n. 4, September 1972.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá:* empresário do império. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CHUMBITA, Hugo. *Jinetes Rebeldes: Historia del Bandolerismo Social en la Argentina.* Buenos Aires: Colihue, 2011.

CÔRREA, Flávia C. *Tempos:* uma revista em nossa história. Pelotas: Gráfica do CEFET, 2004.

DORNELLES, Sejanes. *Os últimos bandoleiros a cavalo.* Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

FERRERAS, Norberto O. Bandoleiros, cangaceiros e matreiros: revisão da historiografia sobre o Banditismo Social na América Latina. *História* [online]. 2003, vol.22, n.2, pp.211-226.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital, 1848 – 1875.* 15ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HOBSBAWM, Eric J. *Bandidos.* 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOBSBAWM, Eric J. *Rebeldes Primitivos:* Estudios sobre las formas arcaicas de los movimientos sociales em los siglos XIX y XX. Barcelona: Editorial Ariel, 1983.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osorio (Org.). *Di-*

cionário de história de Pelotas. Pelotas: Ed. Da UFPel, 2017.

MILECH NETO, Dário. *"Um dos mais perigosos e audazes bandidos de que há notícia": a trajetória de Juvêncio Pereira.* Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018. 80 f.

SALAMONI, Giancarla; WASKIEVICZ, Carmen Aparecida. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. *Tessituras,* Pelotas, v. 1, n. 1, p. 73-100, jul./dez. 2013.

THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)***.** 2012. 343 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

COMPORTAMENTOS E IDENTIDADES GENERIFICADAS E SUAS RELAÇÕES COM A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Elisiane Medeiros Chaves*

Historicamente, mulheres sempre foram vítimas de diversos tipos de violências por parte dos homens. Esses comportamentos já foram considerados normais na maioria das sociedades. Com o passar do tempo, aconteceram transformações na vida das mulheres e atualmente elas ampliaram suas esferas de atuação e a violência contra elas não é mais admitida. Entretanto, ela ainda acontece, e de forma expressiva e alarmante. É possível pensar que muitos homens aprenderam normas sociais antigas, no sentido de que podiam controlar as mulheres, e ainda pretendem vivenciar essas atitudes nos dias de hoje, pois se identificam com as mesmas. Até mesmo o Estado que deveria amparar as mulheres, promover o fim da violência contra elas e a equidade de gênero, acaba com seu descaso e falta de eficácia na execução de políticas públicas, contribuindo para a manutenção dos privilégios masculinos.

O presente artigo pretende discutir a temática da violência contra a mulher e sua relação com comportamentos que são construídos de forma generificada e que podem levar ao cometimento dessas agressões. Em razão disso, inclusive, se chega ao extremo da perda de vidas femininas pelas mãos, na maioria das vezes, dos companheiros ou ex companheiros das vítimas.

* Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (1996) e graduação em História (bacharelado) pela Universidade Federal de Pelotas (2015). Mestra em História pela Universidade Federal de Pelotas (2018), atuando em temáticas de violência, gênero, história das mulheres, feminismo e masculinidades. Atualmente é doutoranda em História pela Universidade Federal de Pelotas e faz graduação em Formação Pedagógica em História pela Unopar. E-mail para contato: elisianemchaves@hotmail.com.

Tratar esses atos violentos como crime é algo recente no Brasil. A lei 11.340[1] (Lei Maria da Penha) é de 2006 e a lei 13.104[2] (Lei do Feminicídio), que trata com mais rigor os assassinatos de mulheres, é de 2015. Claramente, foi de forma bem tardia que o Estado brasileiro voltou sua atenção para a situação feminina. E isso decorreu de uma luta empreendida pelos movimentos de mulheres, e não da boa vontade estatal.

A história do Ocidente demonstra que, na maioria das sociedades, existiam demarcações de gênero fortemente representadas por construções sociais que foram sendo naturalizadas e tidas como normais. Discursos médicos, biológicos e sociais trataram de construir verdades que foram sendo absorvidas e se tornaram culturais, ao ponto de serem reproduzidas entre gerações. Por ser assim, não costumavam ser contestadas, nem mesmo por quem deveria fazê-lo, as mulheres, já que era para elas que se referiam as mais prejudiciais, posto que suas vidas foram pautadas por opressões, repressões, e até mesmo por diversos tipos de violências.

Muitos homens aprenderam valores sobre serem superiores às mulheres e que elas deviam ser submissas às vontades deles. Agredir mulheres já foi considerado algo normal em diversas sociedades, e era uma forma de contê-las para que fosse mantido o costume social de que o homem devia ser o comandante da relação. A identificação masculina com essas normas aconteceu em todos os períodos históricos e não deixou de acontecer na atualidade, eis que foram sendo reproduzidas de geração em geração e, mesmo tendo sido sofrido ressignificações ao longo dos tempos, ainda vigoram em nossa sociedade.

Sobre a construção das masculinidades, conforme Bauberót (2013, p. 189):

> [...] deveríamos considerar que o processo de maturação que naturalmente leva o menino ao estado de homem adulto desempenha um papel ínfimo diante do lento e profundo trabalho de inculcação pelo qual a sociedade o conduz a se conformar às características físicas e morais específicas do estado viril.

Da mesma forma, muitas mulheres se identificaram com o que foi estabelecido para elas. Lagarde (2005) utiliza o termo cativeiro como uma categoria antropológica na qual, num mundo patriarcal, as mulheres são privadas de sua liberdade, autonomia e poder de decisão. Elas aprendem que são incapa-

1 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em julho de 2019.

2 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em julho de 2019.

zes de se governar sozinhas e que precisam da força masculina para sobreviver.

Por ser desta forma, o ideal para o feminino é que devem doar-se para os homens em troca da proteção que pensam que necessitam. Muitas mulheres ainda alimentam essa cultura porque acreditam nesse estereótipo que foi construído para que suas vidas pudessem ser controladas pelos homens. Para Lagarde (2005), é necessário desconstruir essa identidade feminina subalterna.

Com essa mesma perspectiva, segundo Perrot (1988), a pesquisa feminista recente, com o objetivo de superar o discurso miserabilista da opressão e de subverter o ponto de vista da dominação, procurou mostrar a presença e a ação das mulheres no mundo. A ideia é demonstrar que, apesar delas terem que se submeter aos homens e não poderem ocupar os espaços políticos, elas tinham uma atuação forte nos lugares que ocupavam na sociedade, fosse dentro da família ou nos seus postos de trabalho. Esses estudos[3] procuram reforçar a tese de que as mulheres sempre tiveram poderes nas sociedades.

Considerando não apenas a vida das mulheres em épocas e lugares distintos, é preciso pensar também que elas são diferentes entre si, possuem suas peculiaridades, valores, ideias e modos de vida diversos. Por essa razão, não é possível afirmar que a categoria feminina, em geral, se identifica com todos os estereótipos criados para ela, muito embora eles sejam ensinados para a maioria e cobrados socialmente, muitas vezes, de forma bem rígida.

Em relação a essa pluralidade de mulheres, Sohiet e Pedro (2007, p. 287) escrevem sobre o assunto que:

> [...] A fragmentação de uma ideia universal de "mulheres" por classe, raça, etnia, geração e sexualidade associava-se a diferenças políticas sérias no seio do movimento feminista. Assim, de uma postura inicial em que se acreditava na possível identidade única entre as mulheres, passou-se a outra, em que se firmou a certeza na existência de múltiplas identidades. Mulheres negras, índias, mestiças pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma "diferença" – dentro da diferença. Ou seja, a categoria "mulher", que constituía uma identidade diferenciada da de "homem", não era suficiente para explicá-las. (grifos das autoras)

3 Perrot (1998) informa que a antropóloga americana, Susan Rogers, estudou comunidades rurais francesas e, no nordeste francês, no século XIX, as mulheres tinham poderes informais e controlavam as artes mais importantes dos recursos e as decisões, sendo que o "mito" do poder masculino servia aos dois gêneros. A mesma autora também informa que Bonnie Smith, historiadora americana, estudando as mulheres burguesas do norte da França no século XIX, apresenta senhoras ociosas que, excluídas das decisões, tentaram construir um feminismo cristão doméstico, apoiado na casa e na religião. Não eram passivas, tinham sua visão de mundo - se sacrificar pela família era uma virtude pregada por elas mesmas. Eram heroínas domésticas. E Perrot, na obra coletiva, "*História sem qualidade"* (1979), substituiu a representação dominante da dona de casa insignificante, negligenciada e oprimida, pela "mulher popular rebelde", ativa e resistente, administradora do orçamento familiar e que ocupa o centro do espaço urbano. Nesses textos **há** uma inversão ou subversão dos polos. Há um mundo das mulheres, uma sociabilidade e uma cultura próprias. Se trata de uma história das mulheres reavaliada, que leva à descoberta do prazer do convívio feminino. Há um reforço da tese do poder social das mulheres, por elas mesmas.

Por outro lado, a identificação com um modo de vida cercado de privilégios masculinos também sempre foi amplamente aceita por ambas as categorias sociais. Para Bourdieu (2005, p.18): "A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la".

A determinação cultural de papéis a serem vivenciados por mulheres e homens, demonstra o estabelecimento de identidades de gênero e da dicotomia feminino-masculino, o que dá margem a estereótipos norteadores da vida em sociedade, os quais, no entanto, são mais prejudiciais às mulheres.

Ainda segundo Bourdieu (1989), existe um poder simbólico atuante nas estruturas sociais, que constrói a realidade e tende a estabelecer uma ordem estruturada na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica, ainda que ela seja ignorada como tal. Neste sentido, na maioria das sociedades, muitos homens assimilaram, ao longo dos períodos históricos, a ideia de que são superiores, razão pela qual por muito tempo houve a conivência da sociedade com os crimes contra o feminino. O que não se pode dizer que deixou de acontecer na contemporaneidade.

Analisando as relações de gênero a partir da teoria do patriarcado, nesse sistema teria acontecido uma espécie de pacto entre os homens para garantir a opressão contra as mulheres, pois, conforme Saffioti (2004, p.104): "As relações hierárquicas entre os homens, assim como a solidariedade entre eles existente, capacitam a categoria constituída por homens a estabelecer e a manter o controle sobre as mulheres".

A partir dessa ideia, é possível considerar que o patriarcado foi um sistema construído que se tornou predominante no meio social e que se utilizou até de violência contra a mulher para que ela aderisse a ele.

Segundo Saffioti (2004), quando os seres humanos viviam em condições primitivas, as mulheres e os homens mantinham uma relação de equilíbrio entre si. Entretanto, quando começaram a dominar a natureza para gerar riquezas, ter filhos significava ter mais braços para cultivar terras e obter acumulação econômica. Ainda, conforme Saffioti (2004), assim tiveram início as relações de dominação-exploração voltadas para as mulheres, pois elas passaram a ser controladas e exploradas econômica e sexualmente, através da reprodução, visando o benefício masculino, conforme planejado pelos próprios homens.

A Igreja Católica, na Idade Média, também contribuiu para o fortalecimento do patriarcado, pois pregava a ideia de que a mulher era um ser inferior que necessitava ser amparada por um homem, e fazia interpretações dos textos bíblicos neste sentido. Na lógica masculina e da Igreja, a mulher deveria se sentir agradecida por ter um protetor, mesmo que ele, muitas vezes, também fosse o seu algoz. E assim era garantida a superioridade masculina e a submissão feminina.

Uma das explicações da necessidade de se identificar mulheres e homens segundo esse entendimento, conforme Colling (2014), pautava-se nos mitos do Éden e do pecado original, os quais reafirmavam a ideia de que Eva ao comer a maçã proibida e ter levado Adão a comê-la também, teria feito Deus expulsar os dois do paraíso e, consequentemente, a raça humana foi condenada ao sofrimento e a infortúnios, por culpa de uma mulher.

Até o final do século XVIII, a ciência também discriminava a mulher através do modelo do sexo único. Segundo Priore (2011), era difundida a ideia de que ela era um homem, porém imperfeito e inferior por nascer com os órgãos genitais voltados para o interior do corpo, cuja causa era a falta de calor vital no momento de sua concepção. Somente quando houve a necessidade, por razões econômicas e políticas, de se admitir que de fato existiam diferenças anatômicas e fisiológicas entre a mulher e o homem, é que, conforme Laqueur (2001), surgiu o modelo do dimorfismo sexual, o qual admitia que na natureza existiam dois sexos biologicamente diversos.

Porém, nem mesmo após o reconhecimento da existência de dois sexos, a mulher passou a ter um papel social e político igual ao do homem na sociedade, uma vez que ela continuou sendo tratada da mesma forma que antes e por ser vista como um indivíduo frágil, especialmente porque era sujeita às vicissitudes femininas, como gravidez, maternidade e menstruação.

Segundo Pinski (2009), o termo sexo foi questionado por remeter ao determinismo biológico, anatômico. Por isso a palavra gênero passou a ser usada para referir os aspectos culturais relacionados às diferenças sexuais entre as mulheres e os homens, classificando-os socialmente, sendo, também, uma forma de afirmar comportamentos das identidades baseadas nessas diferenças, pois para Pinski (2009, p. 163):

> [...] os significados de "ser homem", "ser mulher" ou de identidades e papéis [relacionados de algum modo a concepções que fazem referência a sexo] como "mãe", "boa esposa", "moça de família", "chefe da casa" são entendidos, na perspectiva de gênero, como situações produzidas, reproduzidas e/ou transformadas ao longo do tempo.

Para Sohiet e Pedro (2007) é o gênero que determina o caráter social e cultural das distinções baseadas no sexo e que demonstra claramente a assimetria e a hierarquia nas relações entre o feminino e o masculino, inclusive no que diz respeito às disposições de poder em diferentes sociedades e épocas.

Lauretis (1987, p. 211) refere sobre gênero que: "Embora os significados possam variar de uma cultura para outra, qualquer sistema de sexo-gênero está sempre intimamente interligado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade".

Por ser desta forma, os comportamentos esperados para meninas e meninos costumam ser conformados, praticamente, desde o útero de suas mães, pois muitas famílias ao saberem o sexo do bebê procuram comprar enxovais rosa ou azul para os filhos. Depois do nascimento, visando o desenvolvimento cognitivo, são comprados brinquedos que direcionam as crianças a terem as atitudes que a sociedade determina para o seu gênero. Esse fato demonstra que as atividades lúdicas têm um importante papel nessa construção cultural.

E é na família que ocorrerem os primeiros estímulos para que a criança adquira as habilidades necessárias para o convívio social, e também onde acontecem as primeiras cobranças, caso ela não se adeque ao que se espera dela. Conforme Bauberót (2013), a família tem uma atuação profunda nessa aprendizagem, pois ela se encarrega de fazer com que a criança interiorize os tradicionais papéis das mulheres e dos homens.

Entretanto, não basta desenvolver os atributos que identificam os sujeitos femininos e masculinos, pois especialmente em relação aos homens, eles terão que estar sempre reafirmando-os para que possam continuar sendo vistos como machos até o fim de suas vidas. Com essa perspectiva, Butler (2003) argumenta que os sexos são produzidos pelas reiterações constantes das normas de gênero a partir de uma matriz cultural construída por discursos, a qual gera uma identidade para o sexo, e uma "verdade" do sexo dirigida para o heterossexualismo, muito embora nem todos os indivíduos se identifiquem com as matrizes binárias masculino/feminino. Geralmente, pessoas pertencentes ao grupo LGBTI+[4] sofrem preconceitos e são excluídas socialmente, pois não se encaixam na heterossexualidade compulsória[5].

4 LGBTI+ é a sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros e Intersexuais. O "+" é utilizado pelo movimento gay para fazer alusão à visibilidade de casos de assassinatos de heterossexuais sob motivações homofóbicas, tendo sido a vítima confundida com gays ou lésbicas.

5 A expressão compreende a heterossexualidade como uma instituição política, concebida como natural, universal, normal e majoritária. Para Rich (2010) o "compulsório" é no sentido da pressão que a sociedade exerce sobre as pessoas para garantir que a heterossexualidade predomine.

Para Elias (1997), existe uma ordem invisível na forma de vida em comum que oferece ao indivíduo uma gama mais ou menos restrita de funções e modos de comportamentos possíveis. A partir do nascimento se interligam a laços e estruturas e crescem numa teia de relações humanas, como a família e a escola, que formam o caráter de cada um, a partir do que lhes é ensinado.

Ainda segundo Elias (1997), é difícil para a maioria das pessoas perceberem que as relações sociais têm essa regularidade e estrutura próprias, o que ele denomina de leis sociais autônomas. Para o autor, a sociedade pensa em regularidade para os objetos e para as substâncias, mas ainda que fuja para a maioria delas a compreensão de que comportamentos reguladores permeiam suas vidas, eles existem e ditam as regras, pois não existe uma estrutura fora do indivíduo, nem um indivíduo fora da sociedade. Uma das condições fundamentais da existência humana é a presença simultânea de diversas pessoas inter-relacionadas vivendo conforme essas regras.

É nessa inter-relação que os indivíduos constroem suas identidades, as quais, geralmente, são organizadas conforme condutas sociais generificadas e com variáveis culturais. Desta forma, as dinâmicas sociais vão determinando ao longo da vida dos indivíduos os papéis sociais cabíveis a cada um, dentro dos modelos da masculinidade e da feminilidade, ou ainda, da normalidade ou dos que estão fora da norma.

Com esta perspectiva da construção dos papéis de cada categoria social, para Perrot (1988), houve a constituição do espaço público para os homens e do privado para as mulheres, discurso esse que foi bastante forte nos séculos XIX e XX, no Ocidente, cabendo aos homens a economia política e o poder do Estado e às mulheres a economia doméstica e o poder privado, familiar e materno. Ainda assim, os homens também interferiam no espaço privado, pois as mulheres **não era**m totalmente livres para tomar as decisões da casa. Essa forma de viver era aprendida e reproduzida, como uma espécie de tradição.

Conforme Candau (2012) uma tradição é um sistema organizado de pensamentos que é transmitida e recebida pelas consciências individuais para se manter e cujos papéis e funções devem estar de acordo com o presente para obterem sua significação, isto é, ter força para ser compartilhada e perpetuada. Ainda segundo Candau (2012), a tradição diz respeito **à** experiências cotidianas que inscrevem os indivíduos e os grupos numa ordem necessária e preexistente aos mesmos.

Desta forma, cabe a cada indivíduo procurar viver sua vida a partir do que já está estabelecido para ele pela sociedade, construindo sua identidade

masculina ou feminina. Entretanto, por mais que a ideia preponderante seja a de que o homem tem que ser forte, corajoso, viril, opressor, comandante de uma relação, nem sempre ele consegue vivenciar esse papel, seja por realmente não conseguir, seja por não se identificar.

E nem todas as mulheres se adequam com o que se espera delas, como submissão, cuidar da casa e dos filhos, especialmente nos dias atuais nos quais elas transformaram suas vidas e têm mais liberdade, saem de casa para trabalhar e muitas sustentam sozinhas suas próprias famílias.

Mesmo que os comportamentos com os quais os homens se identificam tenham sofrido ressignificações ao longo do tempo, o que demonstra a fluidez dos mesmos, **é** possível considerar que alguns deles ainda continuam atuando fortemente nas mentalidades masculinas, tal como no passado. Por isso é possível atribuir a permanência de crimes contra a vida das mulheres, em razão do seu gênero, em um período temporal em que não se tolera mais essas praticas e que há leis que as coíbem e que punem os agressores, a comportamentos que foram construídos há séculos atrás e que permitiam esses atos, quando a cultura dominação masculina era aceita.

A ideia de submissão feminina já foi tão combatida que hoje não se sustenta mais entre a maioria das pessoas. Mas os atos agressivos voltados a muitas mulheres demonstram que ainda existem homens que gostariam de manter os privilégios masculinos, da forma como eram antes.

Sobre essas mudanças de comportamento relativas a gênero e sexualidade, Hall (2006), ao discutir acerca das identidades na modernidade tardia, afirmou que as mesmas estão sendo descentradas, ou seja, deslocadas ou fragmentadas, tendo em vista que no passado as identidades pessoais a respeito desses fatores eram mais sólidas, estáveis. A maioria das pessoas aceitava e se adequava aos papéis impostos pela sociedade, por isso também cobravam das outras essa adequação.

O mesmo autor considera que essa descentração ou perda de fixidez, constitui uma crise pós-moderna, a qual ele explica a partir de três concepções de identidade. Na primeira delas, o sujeito do Iluminismo era, segundo Hall (2006, p. 10):

> [...] um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo "centro" consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou "idêntico" a ele – ao longo da existência do indivíduo. O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa. (grifos do autor)

A segunda concepção diz respeito ao sujeito sociológico, o qual fez uma reflexão sobre o mundo moderno e tomou consciência de que o núcleo interior do indivíduo não é autônomo e nem autossuficiente, pois há um diálogo contínuo com outras pessoas importantes para ele e que o modificam através da mediação de seus valores e sentidos. Nesta concepção há o preenchimento do espaço entre o mundo interior e o exterior, ou seja, entre o pessoal e o público. A interação entre as pessoas auxilia na construção de suas identidades, reciprocamente, estabilizando, assim, os sujeitos e os mundos culturais.

Já conforme a terceira concepção, o sujeito que antes era unificado e estável, foi se fragmentando e passou a ser composto por várias identidades, produzindo o sujeito pós-moderno, o qual assume identidades diferentes, em diferentes momentos. Segundo Hall (2006, p. 13): "A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia", especialmente porque há um confronto constante de múltiplas identidades possíveis com as quais os sujeitos podem, até mesmo temporariamente, se identificar.

Neste mesmo sentido, para Pinski (2009), uma das preocupações dos estudos de gênero na História, é entender os seus significados nas relações e as suas representações no passado, bem como suas mudanças, permanências e influências dentro dos processos históricos na vida dos indivíduos.

A respeito da construção social dos comportamentos de cada categoria e como ocorre a identificação necessária para que eles se mantenham, Saffioti (1987, p. 8) ensina que:

> A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem. (grifos da autora)

Sene (2017), chama atenção para o fato de que as identidades de gênero estão em processo contínuo e ininterrupto de construção e transformação uma vez que os sujeitos se constroem de formas diversas por toda a vida, através de arranjos transitórios, os quais dependem da maneira como eles articulam suas histórias pessoais.

Desta forma, mulheres e homens são agentes ativos na construção de suas próprias identidades, as quais podem variar conforme suas vontades e maneiras de atuar na sociedade.

Para além da discussão sobre a fluidez dos comportamentos dos indivíduos, por mais que valores sociais tenham sido ressignificados e se transforma-

do culturalmente com o passar do tempo, em relação à ideia da superioridade masculina, a realidade é que apesar das mudanças ocorridas, elas não foram suficientes para acabar com esse estereótipo e, ainda que atualmente existam leis que coíbem agressões e que punem agressores, ele ainda é capaz de gerar discriminação, preconceito e violência masculina.

É possível demonstrar a gravidade dessa circunstância quando se analisa os altos índices estatísticos de casos de violência de gênero, as quais, muitas vezes resultam em situações extremas, como são as mortes de mulheres[6] e LGBTI+[7] que se mantêm nos dias atuais.

Conforme Schraiber et al. (2005, p. 75), a violência masculina tem um nexo causal direto com as transformações dos padrões femininos:

> Partimos da hipótese de que a violência entre homens e mulheres reflete rupturas ou fissuras nos tradicionais padrões culturais de base patriarcal presentes na maioria das sociedades. Esses padrões culturais patriarcais correspondem, grosso modo, ao controle e domínio da mulher pelo homem, a partir do maior poder que as sociedades conferem aos homens. O exercício cotidiano desse poder é fortemente exercido no interior da casa e da família. A violência seria, assim, um dos possíveis resultados das profundas mudanças que se processaram nas últimas décadas nos atributos da mulher na sociedade e na família.

Essas dinâmicas baseadas em conflitos nos quais o homem ainda tenta manter seu controle sobre a mulher têm raízes profundas. Para que se possa pensar na situação das mulheres no Brasil, é importante considerar que desde que o país se tornou colônia de Portugal, aqui passaram a viger as legislações portuguesas, as Ordenações Filipinas[8], as quais estabeleciam normas legais

6 Segundo o Atlas da violência de 2019, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, no Brasil, em 2017 aconteceram cerca de 13 homicídios femininos por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas, o maior número registrado desde 2007. Foi verificado um crescimento expressivo de 30,7% no número de homicídios de mulheres no país durante a década em análise (2007-2017), assim como no último ano da série, que registrou aumento de 6,3% em relação ao anterior. 66% das mulheres mortas em 2017 eram negras. No Rio Grande do Sul 302 mulheres foram mortas nesse ano e em São Paulo morreram 495, continuando este estado a concentrar o maior percentual de assassinatos femininos, como aconteceu em anos posteriores. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Atlas-da-Violencia-2019_05jun_vers%C3%A3o-coletiva.pdf>. Acesso em julho de 2019.

7 Conforme o Atlas da violência de 2019, não se sabe qual é o tamanho da população LGTBI+ no Brasil, uma vez que o IBGE não faz essa pergunta em suas pesquisas e as Delegacias de Polícia não classificam as vítimas segundo suas orientações sexuais. Tais situações dificultam os cálculos de prevalência de violência em relação a esse grupo social, ainda assim foi averiguado um total de 26 tentativas e 193 mortes de pessoas incluídas nesse grupo, no ano de 2017. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Atlas-da-Violencia-2019_05jun_vers%C3%A3o-coletiva.pdf>. Acesso em julho de 2019.

8 As Ordenações Filipinas resultaram de uma compilação jurídica feita após a reforma do Código Manuelino, por ordem do rei Filipe II de Espanha, em 1603. Ao fim da União Ibérica as Ordenações continuaram vigendo em Portugal por ordem de D. João IV, tendo vigência também no Brasil-Colônia. Disponível em: <http://www2.senado.

repressivas e punitivas voltadas para as mulheres, pois permitiam a violência contra elas e até mesmo seus assassinatos. Na referida lei, havia a previsão de que o marido ficava isento de pena quando castigasse sua mulher com pau ou pedra, conforme o Livro V, título XXXVI, parágrafo 1º da referida legislação:

> E estas penas não haverão lugar no que tirar arma, ou ferir em defesa do seu corpo e vida, nem nos escravos cativos, que com pau ou pedra ferirem, nem na pessoa que for de menos idade de quinze anos [...] nem nas mulheres, que com pau ou pedra ferirem [...] nem em quem castigar criado, ou discípulo, ou sua mulher, ou seu filho, ou seu escravo [...] enquanto estivem sob seu mandado.

Também havia a previsão legal de isenção de pena para o marido que matasse a esposa no caso do cometimento do crime de adultério por parte dela. Até mesmo suspeitas e rumores bastavam para que o marido não fosse punido, conforme o Livro V, título XXXVIII:

> Achando o homem casado sua mulher em adultério, licitamente poderá matar assim ela como o adultero. [...] § 1º E não somente poderá o marido matar sua mulher e o adultero que achar com ela em adultério, mas ainda os pode licitamente matar sendo certo que lhe cometerão adultério; e entendido assim provar, e provando depois o adultério por prova lícita e bastante conforme à Direito, será livre sem pena alguma.

Deste modo, os costumes portugueses tiveram uma forte influência não só na formação dos modelos de família dos brasileiros, mas também no estabelecimento dos papéis de cada membro dessa instituição, ou seja, o que cabia ao marido ou pai fazer (uso da violência) e o que cabia à esposa ou mãe fazer. E assim também eram estabelecidos os papéis das filhas e dos filhos. Segundo Souza, et al (2009, p. 61):

> [...] fatores que induzem a violência familiar, e especialmente à violência dos maridos contra suas esposas, não foram construídos em decorrência das dinâmicas internas da sociedade brasileira. Tais práticas entraram no Brasil, inicialmente legitimadas pelos ordenamentos jurídicos portugueses dos séculos XVI e XVII e, como diz Hobsbawm (2002), inventaram uma tradição.

Outra forma possível de se pensar sobre como ocorreu a dinâmica da generificação das identidades masculinas, as quais permitem que muitos homens ainda pensem que podem agredir mulheres, é o fato de que, apesar do Brasil e Portugal serem países bem distantes entre si e não possuírem uma fronteira territorial limítrofe, a colonização dinamizou um processo de integração entre

leg.br/bdsf/item/id/242733>. Acesso em julho 2019.

os mesmos ao ponto dos costumes portugueses serem reproduzidos nos âmbitos sociais e jurídicos da sociedade brasileira, desde o seu processo fundador. Ou seja, a distância territorial não impediu que a sociedade que se formava no novo continente se identificasse com hábitos e valores portugueses.

É possível observar nessa situação uma forte perspectiva simbólica, de identidade portuguesa vigendo no Brasil, tendo em vista que muitos portugueses imigraram para as novas terras e não deixaram simplesmente de lado seus costumes pátrios, ao contrário, passaram a vivenciá-los aqui.

Há que se levar em conta, no entanto, que não aconteceu uma simples assimilação, considerando que sempre houve conflitos entre a colônia e a metrópole. Apesar dois países se situarem em continentes diferentes, a situação de colonialidade, torna a ideia de fronteira entre os dois peculiar, além de essencialmente simbólica, e é possível tratar desse assunto conforme sugere Silveira (2005, p. 19): "as fronteiras são espaços, especialmente, simbólicos, em que as diferenças e assimetrias estão bem demarcadas, estando longe de significar um enlace afetuoso e uma destituição de conflitos".

Ainda para Silveira (2005), as fronteiras são formas complexas de manifestação dos seres humanos nas quais existe uma política de diferença que possibilita um jogo entre proximidade e distância que facilita a interação, embora nem sempre essa aconteça de forma pacífica.

A peculiaridade da distância entre Brasil e Portugal não obstaculizou que os costumes do país europeu se estabelecessem e se tornassem fortes ao ponto de determinar as diretrizes familiares, sociais e legais na sua nova colônia. Inclusive, resquícios dessa época fazem parte dos costumes contemporâneos brasileiros, especialmente na forma violenta de tratar as mulheres. A respeito da fronteira simbólica e do quanto ela demarca diferenças e ao mesmo tempo molda referenciais para os indivíduos, Pesavento escreve que (2002, p. 35):

> Sabemos todos que as fronteiras, antes de serem marcos físicos ou naturais, são sobretudo simbólicas. São marcos, sim, mas sobretudo de referência mental que guiam a percepção da realidade. Neste sentido, são produtos dessa capacidade mágica de representar o mundo por um mundo paralelo de sinais por meio do qual os homens percebem e qualificam a si próprios, ao corpo social, ao espaço e ao próprio tempo. Referimo-nos ao imaginário, este sistema de representações coletivas que atribui significado ao real e que pauta os valores e a conduta. Dessa forma, as fronteiras são, sobretudo, culturais, ou seja, são construções de sentido, fazendo parte do jogo social das representações que estabelece classificações, hierarquias, limites, guiando o olhar e a apreciação sobre o mundo.

De outro modo, muito embora o processo de independência do Brasil tenha acontecido em 1822, as normas que autorizavam castigos às mulheres e a morte às adulteras, perduraram até 1830, quando foi promulgado o primeiro Código Penal do Brasil, o qual deixou de aplicar esses tipos de punições. Mas os hábitos discriminatórios em relação às mulheres continuaram existindo, uma vez que eles já estavam enraizados na sociedade brasileira, encontrando ampla identificação entre os homens, e também nas mulheres.

É importante salientar que foram os movimentos feministas que tentaram modificar esse viés de atos violentos. A partir dos anos 1970, a segunda onda do movimento feminista, em diferentes partes do mundo, impulsionou a criação de políticas públicas para combater as desigualdades entre mulheres e homens. Grupos feministas exigiram e até tiveram participação na elaboração de reformas legais e na gestão das novas políticas direcionadas às mulheres, conforme Vianna e Lowenkron (2017).

No Brasil, por décadas a legislação e as decisões nos Tribunais privilegiaram os homens. Em relação à violência, as mudanças na vida das mulheres ocorreram lentamente e foram fruto de uma luta empreendia por elas mesmas, pressionando os órgãos governamentais, sendo que somente no ano de 2006 foi promulgada a Lei 11.340 (Lei Maria da Penha), a qual passou a tipificar como crimes as agressões contra as mulheres. E os seus assassinatos, em razão do grande número de ocorrências, só foram tratados com mais rigor a partir da Lei 13.104 (Lei do Feminicídio), de 2015, quando passaram a fazer parte do rol dos crimes hediondos os homicídios contra mulheres, praticados em razão do seu gênero, nos casos de violência doméstica e de menosprezo ou discriminação à condição feminina, aumentando a pena em 1/3, prescrevendo a mínima de 12 anos e máxima de 30, dependendo dos agravantes.

O feminicídio é o ato mais extremo da violência estrutural contra a mulher. O conceito, de acordo com Romio (2017), surgiu do movimento feminista nos anos 70, como uma forma de denominar as mortes levando em consideração a condição social de ser mulher, em oposição à neutralidade do termo homicídio, que não observava os assassinatos observando as diferenças de sexo e gênero.

Para Pasinato (2011, p. 237): "Um dos aspectos que chama a atenção no discurso que se produz em torno dos femicídios, é a persistência de uma abordagem centrada na ideia da opressão das mulheres pelos homens – paradigma do patriarcado". Por ser desta forma, a desigualdade histórica existente entre mulheres e homens pode ser uma das fortes razões para a violência ainda preponderante contra o sexo feminino na atualidade.

De outro modo, utilizando o conceito de Estado, para além de uma unidade sociopolítica, com burocracias e fronteiras territoriais e geopolíticas, e pensando no seu papel de construtor e mantenedor da ordem social, ele tem o dever de responder ao que acontece às mulheres, bem como a quaisquer outras minorias vítimas de violências, e ampará-las através da instituição de leis e da execução de políticas públicas. Para Vianna e Lowenkron (2017, p.3): "[...] as dinâmicas, práticas e imaginações generificadas que nos atravessam e à vida social como um todo não circulam ou existem "fora do Estado", mas nele e por ele se tornam viáveis e compreensíveis".

Porém, Vianna e Lowenkron (2017), pontuam que o Estado contemporâneo não difere muito da atuação machista que sempre teve em relação às mulheres, inclusive fazem uma crítica sobre as políticas voltadas para essa categoria social reiterarem e não transformarem, de fato, as condições simbólicas que garantem a subordinação feminina. Ou seja, o próprio Estado teria uma identidade masculina ao ter elementos que correspondem, conforme as autoras, à (2017, p. 11): "convenções de poder e de privilégio constitutivas do gênero dentro de uma ordem de dominação masculina".

Nesse sentido, o Estado seria um instrumento problemático para fazer as mudanças necessárias para melhorar a vida das mulheres, especialmente porque atua como um ente regulador em quase todas as esferas que dizem respeito às suas vidas (condições de trabalho, creches, acesso à saúde pública, direito ao aborto, Delegacias de atendimento à mulher, Varas especializadas da violência doméstica, etc.).

As autoras fazem uma relação com um processo no qual as mulheres teriam saído das mãos de um homem "protetor" e teriam passaram para as mãos do Estado, ainda machista. Conforme Vianna e Lowenkron (2017, p. 13) esta instituição pode ser entendida como um:

> [...] veículo importante da dominação masculina na modernidade tardia, na medida em que substituiu muitas das formas de dominação antes desempenhadas por homens individuais, sem abrir mão do caráter socialmente masculino – e branco, devemos acrescentar – das formas de poder exercidas pelos agentes e instituições estatais sobre a vida de mulheres por meio das políticas da proteção ou de regulação.

É possível, então, argumentar que o Estado não necessariamente exerce seu poder de forma agressiva e repressiva em relação às mulheres, como muitos homens já fizeram e muitos ainda o fazem atualmente. Mas, sua forma de atuar não assegura a efetiva e necessária proteção às vidas femininas, haja vista que a violência contra elas continua acontecendo, de maneira constante e alarmante.

Os meios de comunicação, quase que diariamente, veiculam notícias sobre mortes e agressões às mulheres, o que demonstra que a permanência dessas situações de violência e de discriminação não têm sido combatidas da forma como deveriam ser[9], por isso se mantêm. Nem mesmo a desigualdade salarial[10] entre mulheres e homens é enfrentada, sendo mantidos os privilégios masculinos.

Resta evidente que a identificação que ainda ocorre por parte de muitos homens com costumes violentos em relação às mulheres, é resultante de um processo cultural e histórico que perpassa nossas atuais estruturas sociais. A intolerância a esses comportamentos e a punição aos agressores não têm sido instrumentos suficientes para cercear esses atos. É fundamental que Estado e sociedade se articulem com a finalidade de modificar o viés discriminatório que ainda persiste sobre o feminino para tentar evitar que as próximas gerações continuem reproduzindo o modelo social atual de violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a infância, a criança vai sendo moldada, gradativamente, para assumir uma consciência de identidade de gênero e vivenciar um papel social que já está definido para ela pela sociedade. Suas relações com os outros e com o ambiente a sua volta vão influenciar nesse aprendizado.

O fato de uma criança aprender o que é ensinado a ela em relação aos comportamentos adequados às mulheres e aos homens, não significa que ela irá por toda a sua vida se identificar com eles, uma vez que as identidades não são fixas e o ser humano modifica seus modos de pensar e de agir, se construindo continuamente.

Mas há determinados comportamentos que, apesar de terem sofrido significativas transformações ao longo dos períodos históricos, ainda encontram quem se identifique com eles de forma muito semelhante à maneira como

9 O artigo 8º da Lei Maria da Penha prevê a instituição e a execução de políticas públicas para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Essas ações devem ocorrer através dos meios de comunicação e da realização de campanhas educativas dirigidas tanto ao público escolar quanto à sociedade em geral. A realidade é essas práticas não acontecem, ou ocorrem, minimamente, o que demonstra que o Estado não cumpre eficazmente seu papel institucional.

10 Segundo o estudo de Estatísticas de Gênero, divulgado em março de 2019, pelo IBGE, mulheres trabalham, em média, três horas por semana a mais do que os homens, devendo ser considerados os trabalhos remunerados, afazeres domésticos e cuidados de pessoas. Considerando que elas também têm um nível educacional mais alto, no entanto, ganham, em média, 76,5% do rendimento dos homens. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem>. Acesso em agosto de 2019.

eram experienciados no passado, quando o paradigma do androcentrismo predominava. Esse é o caso de muitos homens que ainda acreditam que por fazerem parte da categoria masculina, têm o direito de manter os privilégios que a sociedade lhes relegava há séculos, e até mesmo há algumas décadas atrás.

Por pensarem desta forma, apesar de na atualidade o ordenamento jurídico coibir e punir os autores de qualquer tipo de violência contra as mulheres, essas práticas ainda ocorrem e de forma reiterada. Muitas vezes, fazem vítimas fatais.

Para mudar essa perspectiva, esses homens e parte da sociedade que tolera tais atitudes, precisam ser reorientados e mudarem seu foco para novas e equitativas relações de gênero. O Estado tem um papel fundamental nessa tarefa e precisa reparar, urgentemente, sua forma de atuação e estabelecer uma administração mais eficaz no sentido de proteger a vida das mulheres e combater a desigualdade que afeta seus cotidianos.

Não é mais admissível que corpos femininos continuem sendo tratados como há tempos atrás, como se fossem objetos passíveis de serem controlados. Não se pode correr o risco dessas formas de violência se estenderem até às gerações futuras. Os estereótipos que admitem esses comportamentos precisam ser desconstruídos para que nenhum homem mais se identifique com eles e para que as mulheres possam viver seus dias seguras e em paz.

REFERÊNCIAS

BAUBERÓT, Arnaud. Não se nasce viril, torna-se viril. In CORBIN, Alain. *História da virilidade*. 3. A virilidade em crise? Séculos XX - XXI. Petrópolis: Vozes, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLING, Ana Maria. *Tempos diferentes, discursos iguais*: a construção do corpo feminino na história. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LAGARDE, Marcela. *Cautiverios de las mujeres*: madresposas, monjas, putas, presas y locas. 4. ed. Ciudad del México: UNAM, 2005.

LAURETIS, Tereza De. *A tecnologia do gênero*. 1987. Disponível em:<http://marcoaureliosc.com.br/cineantropo/lauretis.pdf>. Acesso em dezembro 2016.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o Sexo*: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumara. 2001.

PASINATO, Wânia. "Feminícidios" e as mortes de mulheres no Brasil. *Cadernos Pagu*. V. 34, 2011, p. 219-246.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*: operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In MARTINS, Maria Helena (org.). *Fronteiras culturais* – Brasil, Uruguai, Argentina. Cotia, SP: Ateliê editorial, 2002, p. 35-39.

PINSKI, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. *Estudos Feministas*. V. 17(1): 296, 2009, p. 159-189.

PRIORI, Mary Del. *Histórias íntimas*: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas*: estudos gays: gêneros e sexualidades. Rio Grande do Norte, v.4, n.5, 2010, p.17-44.

ROMIO, Jaqkeline Aparecida Ferreira. *Feminicídios no Brasil, uma proposta de análise com dados do setor da saúde.* Tese de doutorado em Demografia. Campinas. UNICAMP. 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

_____, Heleieth. I. B. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHRAIBER, Lilia Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Lucas; FALCÃO, Marcia Thereza Couto; FIGUEIREDO, Wagner dos Santos. *Violência dói e não é direito*: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos. São Paulo: Unesp, 2005.

SENE, Glaucia Malerba. Pela materialidade dos gêneros: repensando dicotomias, sexualidades e identidades. *Revista de arqueologia*. V. 30, n. 2, 2017, p. 162-175.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. As complexidades da noção de fronteira, algumas reflexões. *Caderno Pós Ciências Sociais*. V. 2, n. 3, 2005, p. 17-38.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 54, 2007, p. 281- 302.

SOUZA, Jaime Luiz Cunha de; BRITO, Daniel Chaves de; BARP, Wilson José. *Violência doméstica*: reflexos das Ordenações Filipinas na cultura das relações conjugais no Brasil. 2009. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/161/137>. Acesso em agosto 2019.

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. *Cadernos Pagu,* (51), 2017, p. 1-61.

CAMINHOS E DESCAMINHOS DO *SER* E/OU *PERTENCER:* IDENTIDADES E FRONTEIRAS DO DESEJO POR PESSOAS DE MESMO SEXO/GÊNERO

Leonardo da Silva Martinelli*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Relações sexuais e afetivas entre pessoas de mesmo sexo são constatadas em diferentes grupos sociais, espaços geográficos e temporalidades sinalizando sua presença desde o surgimento da humanidade; no entanto, a percepção sobre elas variou em sua historicidade, bem como os entendimentos e representações a respeito dos sujeitos que as manifestavam. Para além dessas relações, há de se considerar a expressão *performativa de gênero* – conforme destaca Judith Butler (2017) – por parte das pessoas que, embora os sujeitos num passado mais distante não utilizassem estes termos para defini-la – compreensão próxima da atual ocorreu a partir da segunda metade dos anos 1980 (VEIGA; PEDRO, 2019, p. 330) –, de modo geral, supostamente vinculavam-na à ideia de um determinismo normativo (biológico ou sobrenatural). Isto resultaria em *papéis sociais* desempenhados e atribuídos aos sujeitos e, em alguns casos, hipóteses eram formuladas tentando decifrar, inclusive, os *papéis sexuais*, como salienta Peter Fry e Edward MacRae (1985).

Entendimentos generalistas e, por vezes, tidos por universais foram construídos e prospectados para serem vistos nos sujeitos de acordo com seu sexo: genitais e posteriormente as características secundárias dos corpos sexuados. Contudo, havia dissidências a estas expectativas e tratamentos distintos que

* Graduado e Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo. Contato: leonardos.martinelli@gmail.com

variavam de acordo com os códigos morais e culturais dos grupos sociais; ou seja, se tais relações sexuais e expressões de gênero eram aceitas/reprimidas, se eram indiferentes no desenvolvimento das relações sociais ou foram produzidas como abjetas.

A partir do exposto este texto visa refletir acerca das práticas e desejos homoeróticos[1] destacando alguns elementos que os significaram e ressignificaram ao longo do tempo, construindo e reconstruindo saberes, ampliando a dimensão fluida das fronteiras simbólicas de gênero, da sexualidade, dos prazeres, levando ao questionamento e/ou reelaboração dos verbetes e entendimentos sobre essas vivências.

ANTECEDENTES

Começar a discussão falando sobre a repressão às práticas homoeróticas não parece ser o caminho inicial a ser tomado, pois se estaria naturalizando a ideia de dissidência dessas relações e subjetividades por parte dos sujeitos e des-historicizando sua gênese e trajetória ao longo do tempo. Da mesma forma se estaria reproduzindo o entendimento de que existem relações "normais" como se fossem pré-existentes, dadas desde sempre e desvinculadas da dimensão cultural. Sugere-se atentar, então, aos elementos que a partir de um determinado momento contribuíram para fazer dessas relações um estigma, um pecado, um crime, tornando-as abjetas e exercendo controle e cerceamento sobre seus autores/praticantes. Investigar o período precedente, as rupturas, permanências e transformações no decorrer do tempo parece ser uma boa maneira de iniciar.

Analisando os vestígios do passado é possível compreender e desnaturalizar determinados entendimentos como a ideia simplista e generalista tida por muitos de que as coisas sempre foram assim, dando a ela um caráter a-histórico e/ou transcendental. Alguns exemplos diretamente relacionados ao homoerotismo na América Portuguesa são destacados por Amílcar Torrão Filho (2000, p. 221): "Quando os portugueses chegaram ao Brasil, encontraram uma grande quantidade de índios que praticavam a sodomia[2]".

1 Utiliza-se o termo homoerótico em referência às práticas afetivas e/ou sexuais entre pessoas de mesmo sexo para tornar explícito este tipo de prazer e evitar a categoria homossexualidade para períodos em que a mesma não existia. Um dos autores que prefere o uso do termo "homoerotismo" é Jurandir Costa Freire (1992, p. 11).

2 Sodomia é um termo que faz menção à cidade de Sodoma citada no Antigo Testamento da Bíblia e seu uso difundido está associado a práticas sexuais anais, fossem homoeróticas ou não, em que havia o desperdício de sêmen numa relação que não geraria filhos e era vista como não natural (MOTT, 2001). De maneira mais específica, a

João Silvério Trevisan (2000, p.65 – grifo do autor) destaca que o "padre Manoel de Nóbrega foi provavelmente o primeiro visitante a notar esse costume no Brasil quando, em 1549, comentou que muitos colonos tinham índios por mulheres 'segundo o costume da terra'". Tal prática também pode ser vista no relato do português Gabriel Soares de Souza a respeito dos tupinambás, em 1587:

> são mui afeiçoados ao pecado nefando, entre os quais não se têm por afronta; e o que serve de macho se tem por valente, e contam esta bestialidade por proeza; e nas suas aldeias pelo sertão há alguns que têm tenda pública a quantos os querem como mulheres públicas (apud TREVISAN, 2000, p. 65).

Estes relatos apontam que relações homoeróticas eram praticadas em grupos indígenas e não eram reprimidas por seu teor sexual. Outro exemplo é citado por Pero Magalhães Gandavo, em 1576:

> algumas índias há que também entre os tupinambá determinam de ser castas, as quais não conhecem homem algum de nenhuma qualidade nem o consentirão ainda que por isso as matem. Estas deixam todo o exercício de mulheres e imitam os homens e seguem seus ofícios, como se não fossem fêmeas. Trazem os cabelos cortados da mesma maneira que os machos, e vão à guerra com seus arcos e flechas, à caça, perseverando sempre na companhia dos homens, e cada uma tem mulher que a serve, com quem diz que é casada, e assim se comunicam e conservam como marido e mulher (apud MOTT, 1992, p. 47).

Assim como o homoerotismo era praticado entre os ameríndios, na Grécia antiga tais relações também se faziam presentes especialmente por meio da vinculação de um cidadão mais velho com um jovem em que mantinham uma relação de apadrinhamento, uma espécie de introdução mediada e preparatória à vida adulta da qual até relações sexuais podiam ser mantidas, como atesta, inclusive, a arte grega em utensílios como pratos e vasos; contudo, posteriormente esses rapazes supostamente iriam se inserir em relacionamentos com mulheres (STEARNS, 2010, p. 59).

Outros elementos reforçam essa questão como o mito do rapto do jovem Ganimedes que teria sido levado por Zeus para o Olimpo, o que demonstra a imbricação dessas práticas e prazeres com as histórias contadas; não se tratava de imoralidade ou um prazer estritamente reprimido, mas estava inscrito dentro dos próprios códigos sexuais daquela cultura. O que nos permi-

---

palavra sodomia acabou por caracterizar as práticas homoeróticas e, por conseguinte, nomear seus praticantes. Contudo, outras expressões também eram utilizadas de maneira formal ou informal para se referir a esses sujeitos, com variações espaciais e temporais.

te considerar a possibilidade de parte dessas pessoas não ter se integrado ao matrimônio e/ou mesmo o fazendo, possuir uma vida conjugal mais ampla, fosse concomitante ou exclusivamente com outra(s) pessoa(s), incluídas, obviamente, pessoas de mesmo sexo. Outro exemplo é a ilha de Lesbos em que a poetisa Safo destacou a valoração do desejo por mulheres, inclusive o termo que designa essas relações – lesbianidade – estaria associado a esta origem. (TORRÃO FILHO, 2000).

Além desses destaques outros poderiam ser citados ampliando a dimensão espacial, mas a intenção aqui não é apresentar dados minuciosos a respeito desses grupos sociais, mas sim, destacar que as práticas e desejos homoeróticos fizeram parte de diferentes povos: em alguns como nos grupos indígenas mencionados tais desejos não eram supostamente discriminados *a priori* por seu teor, enquanto para os gregos, em comparação, podiam ser manifestados desde que inseridos em seus códigos sexuais, o que não excluía a possibilidade de conjugalidades entre pessoas de mesmo sexo e a utilização desse prazer como inspiração e difusão artística.

A repressão às práticas homoeróticas tem, portanto, uma gênese e variações culturais. De acordo com Mott (2016, p. 66) as origens dessa discriminação decorrem da inspiração e legitimação das religiões abraâmicas. Os valores dominantes nessas crenças religiosas difundiram-se e fazem parte da mentalidade das pessoas. Da mesma forma, tratando-se da história ocidental, muitas sociedades foram construídas aos moldes desses costumes e moralidade, naturalizando determinadas práticas como aquela que visa à reprodução, tão estimada e preconizada pelos hebreus antigos conforme evidenciam passagens do Antigo Testamento na Bíblia.

Essa naturalização construída acerca de algumas práticas sexuais e, por conseguinte, discriminação a outras formas de obter prazer intensificaram-se por meio da legislação penal. De acordo com Ronaldo Vainfas, há registros de leis punitivas que datam do fim do Império Romano, como as de Constantino, Teodósio, ou o Código Justiniano, dentre outros exemplos, contudo, situam-se num período de expansão da moralidade cristã. Conforme atenta o autor: "A era das perseguições, a má sorte dos praticantes da sodomia viria somente a partir do século XI, estimulada por uma Igreja fortalecida pela Reforma Gregoriana e, ainda, pelas monarquias feudais em processo de expansão" (VAINFAS, 2014, p. 202).

Foi no período da Idade Média que se intensificou a repressão aos dissidentes morais e questionadores dos entendimentos partilhados na época e que

se pressupunham verdadeiros e inquestionáveis; as pessoas que afrontavam esse sistema eram punidas por serem pecadoras frente aos valores religiosos e por juridicamente violarem a lei que estava alinhada a esses princípios. Nessa época foi criado o Tribunal da Santa Inquisição comandado pelo papa e cujas ações eram conduzidas por padres e bispos que legislavam sobre esses atos tornados crime e conduziam o processo até a sentença. No início da Idade Moderna esse tribunal ressurge para gerir também os casos do "Novo Mundo" que passou a ser conhecido pelos europeus e a lidar com os costumes e condutas sexuais e morais que aos olhos desses intrusos tratava-se de imoralidades.

No decorrer do tempo leis condenatórias continuaram a vigorar em diversos países e os tratamentos dados a essas pessoas oscilaram. De acordo com William Naphy a difusão dessa discriminação e intolerância em povos e culturas que não apresentavam, anteriormente, essa visão, deveu-se as ideias judaico-cristãs-islâmicas, mas não somente:

> essa visão negativa da homossexualidade alastrou-se a todo mundo apenas como resultado da hegemonia europeia no século XIX e do domínio cultural e económico dos Estados Unidos nos últimos 100 anos. Efectivamente, a <<colonização das mentes>> por parte do Ocidente prossegue a todo o vapor, com a ajuda e a cumplicidade de não ocidentais que parecem decididos a sacrificar as suas próprias histórias e tradições para tentar emular todos os aspectos do que eles parecem considerar as <<culturas de sucesso>> do Ocidente (NAPHY, 2006, 247-248 – grifo do autor).

Essas questões nos ajudam a pensar no processo e nos elementos que levaram as relações homoeróticas a se tornarem um problema na sociedade e/ou nos grupos sociais influenciadas por determinadas culturas e temporalmente situadas no espaço. Embora esse prazer, prática, desejo, não tenha sido o único que ganhou um status de proibição no decorrer do tempo, se inscreve junto a outras modalidades igualmente cerceadas.

O SURGIMENTO DA HOMOSSEXUALIDADE

A palavra homossexualidade foi criada em 1869 e é atribuída a Karoly Maria Benkert (FRY; MACRAE, 1985, p. 62). Ao considerar esse fato seria anacrônico usar a expressão em referência às pessoas que mantinham relações sexuais com outras de mesmo sexo, pois elas não se reconheciam nesse termo, já que não existia, e mesmo tendo sido introduzido na segunda metade do século XIX, sua difusão e apropriação por parte dos sujeitos é outro elemento a considerar. Michel Foucault chama a atenção para essa problemática ao

salientar uma distinção no entendimento das relações homoeróticas: a prática de sodomia e o homossexual. Nas palavras do autor: "O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie" (1988, p. 44). A vinculação do sujeito homossexual à área da medicina distanciava-se da compreensão de tal prática unicamente como uma violação da lei que os tornavam criminosos, para o âmbito científico de estudo dessas pessoas e seus desejos resultando numa configuração específica.

Alguns pesquisadores costumam se referir as relações sexuais e afetivas entre pessoas de mesmo sexo no passado identificando-as como homossexuais. Embora a utilização ou não dessa terminologia seja discutível, existem aproximações e afastamentos que são tomados como justificativas para essa escolha. Partindo do entendimento de que as identidades são construídas culturalmente nos grupos sociais, é possível constatar a iniciativa de alguns intelectuais e ativistas que se lançaram ao intento de identificar no passado sujeitos com os quais se pudessem realizar comparações e argumentar em favor da homossexualidade e de sua *condição* como parte de diferentes sociedades. As discriminações ao longo do tempo seriam resultado de construções negativas acerca dessas práticas e sujeitos em detrimento de um discurso dominante heteronormativo que os estigmatizava.

Esse esforço contribuiu para que pessoas que se identificavam (ou passariam a identificar-se) como homossexuais pudessem saber e conhecer outras que no passado também mantinham tais relações homoeróticas, fossem eventuais ou exclusivas, podendo ser escrita uma história do "amor que não ousava dizer o nome", expressão mencionada pelo escritor e poeta Oscar Wilde (apud MOTT, 2006, p. 511) que foi preso na Inglaterra no fim do século XIX em decorrência da criminalização do prazer/desejo homoerótico. Para além da reflexão dos usos comparativos e terminológicos usados por esses autores, parece primordial considerar essa tentativa de historicização como central na afirmação da identidade homossexual e nos usos políticos e reivindicatórios que passaria a ter em prol dos direitos destas pessoas. Estabelece-se uma conexão entre os diferentes sujeitos ligados pelo mesmo *uso dos prazeres* – utilizando uma expressão de Foucault (1984) – de modo a verificar semelhanças e/ou diferenças em torno de uma história que podia e necessitava ser escrita; mas isso não se deu de maneira restrita, pois se articulava a histórias de outros grupos minoritários que também passaram a ser elaboradas a fim de dar visibilidade a essas pessoas e decorrente, também, de renovações dos paradigmas historiográficos.

Foucault, por sua vez, ao distanciar esses entendimentos localizando no homossexual do século XIX "uma espécie" e que, a partir daí, uma história poderia ser contada, levou alguns autores a criticá-lo por dar margem à compreensão de que os sujeitos anteriormente somente realizavam uma prática, ignorando possibilidades de identificações singulares e/ou partilhadas. Esse argumento também foi explicitado numa entrevista realizada com o autor em que destaca:

> Por exemplo, no século XVIII, e ainda no início do século XIX, as pessoas experimentavam suas relações com o corpo, com os outros, experimentavam sua liberdade mais como uma libertinagem do que como uma espécie de caracterização precisa de um comportamento sexual ligado a uma psicologia, a um desejo. Logo, homossexualidade, categoria tardia (FOUCAULT, 2015, p. 4).

Um dos autores que o critica é Mott (2005, p. 20), que aponta elementos e referenciais que sinalizam a existência de subculturas homoeróticas em diferentes países, em pelo menos, três séculos antes do surgimento da categoria homossexual. É inegável que a legislação de muitos países criminalizava esses atos com diferentes penas e que se sintonizavam a entendimentos naturalizados e normatizados acerca de práticas tidas por "normais" das "anormais", contudo, esse discurso dominante jurídico não exclui eventuais elementos partilhados por esses sujeitos na constituição de suas personalidades, identidades e/ou expressão *performativa de gênero*. Nesse sentido, os encontros amorosos entre esses sujeitos e o possível uso de mecanismos de resistência engendrados para poder satisfazer seus desejos e/ou prazeres (mesmo que proibidos), fossem eventuais ou exclusivos, podem estar articulados a subculturas, bem como sociabilidades estabelecidas entre parceiros sexuais.

De acordo com Foucault, a partir do século XVIII houve o que chamou de *dispositivo da sexualidade* que, nas palavras de Albuquerque Júnior, trata-se de "um conjunto de práticas, normas, regras, saberes e instituições que, na modernidade, acabaram por fazer do sexo o umbigo do ser, por torná-lo o significante central de nossa identidade". Diferente de períodos anteriores, a centralidade com que a sexualidade passaria a ter na vida das pessoas a partir desse período e através desse dispositivo mudou a forma de entendimento e constituição da identidade dos sujeitos que passou a dar importância ao sexo como um elemento primário em sua definição. Juntamente com esse dispositivo atuaria a *biopolítica,* outro elemento destacado por Foucault, e que na reelaboração dessa ideia por Albuquerque Júnior (2014, p. 3) trata-se de: "uma forma de exercício de poder, uma forma de governo que passava

fundamentalmente por uma gestão dos corpos, por uma modelagem, pelo disciplinamento, adestramento e docilização dos corpos [...]".

Percebendo esse *dispositivo da sexualidade* e a *biopolítica*, Foucault possibilita reflexões sobre os prazeres, sujeitos e a constituição de identidades e modelos de ser apresentados e firmados como "normais", frisando sua criação no âmbito cultural e as dissidências e/ou possibilidade de não assumir essas identidades. O autor critica a noção de sexualidade investida pela noção "médico-biológico-naturalista", aponta seus perigos e sua capacidade de normatização, na medida em que esta área toma partido posicionando-se a partir de noções construídas de normalidade ou anormalidade; de acordo com Foucault (2015, p. 7): "diz-me qual é teu desejo e te direi quem és, te direi se és doente ou não, te direi se és normal ou não e, em consequência, poderei desqualificar teu prazer ou, ao contrário, requalificá-lo".

O referido autor parece exemplificar essa questão ao tratar da homossexualidade dizendo que o uso que se faz destas experiências de prazer homoeróticas e homoafetivas e lutar por elas, não é algo errado, pois trata-se de um processo pelo qual visava-se excluir esta possibilidade de prazer; em contraponto, se investe de modo a justificar a sua normalidade conferindo-lhe inteligibilidade, mas outros prazeres, nesse espectro, acabam sendo deixados de lado e sendo tratados como anormais, daí a possível e sugestiva mudança na forma de pensar essas relações substituindo a compreensão em torno da sexualidade pela de prazer (FOUCAULT, 2015, p. 5).

Ao longo de sua historicidade o prazer sexual e afetivo entre pessoas de mesmo sexo podia resultar na nomeação e categorização sobre seus praticantes e/ou ser indiferente nas relações sociais. Da mesma forma, não se pode desvincular dessa questão a expressão *performativa de gênero* que podia ampliar as atenções (e quiçá nomeações) sobre aqueles que se distinguiam dos *papéis sociais* esperados para com seus corpos sexuados. Se nos grupos sociais isso assumia um elemento central ou até mesmo dogmático, a possibilidade de entraves seria maior; já para aqueles que não avançavam essas fronteiras simbólicas (e/ou não demonstravam), as suspeitas seriam menores ou nulas. Para estes, em especial, a possibilidade de vivenciar esse prazer no seio privado poderia lhes conferir o anonimato se estivessem em ambiente repressivo.

Os verbetes acerca do significado da categoria homossexual sinalizavam para a ênfase de relações entre pessoas de mesmo sexo em que se percebe uma imbricação entre homem-pênis e mulher-vagina. Componentes que eram acionados na combinação *homo* em sua etimologia grega. Com o passar do

tempo essa noção geral parece ter entrado em crise, pois a partir da segunda metade do século XIX e com mais ênfase nas décadas finais houve uma crescente possibilidade de oferta de cirurgias para modificações corporais e a possibilidade de tratamentos com hormônios sintéticos. Essas transformações de forma mais direta permitiram com que a ideia da filósofa francesa Simone de Beauvoir (2016, p. 11) de que: "ninguém nasce mulher, torna-se mulher" se ampliasse e ganhasse diferentes sentidos e materialidade em corpos sobre os quais se contradizia a ideia de um determinismo biológico.

As discussões sobre identidades e gênero nos anos 1980 e seguintes sintonizam-se a essas possibilidades de transformações, pois se torna possível adequar-se de acordo com a identificação subjetiva das pessoas em meio a discursos que criticavam a heterossexualidade compulsória, bem como os *papéis sociais* dominantes esperados socialmente. O *ser* biológico anteriormente tido como o destino dos sujeitos dá lugar crescente a um *ser* em constante construção.

A AFIRMAÇÃO DO PERTENCIMENTO E/OU O RECONHECER-SE NUMA IDENTIDADE

A identidade é um tema complexo e, ao mesmo tempo, muito atual e debatido. Noções de pertencimento e/ou definição pessoal são elementos corriqueiros presentes nas relações sociais. Indagações são realizadas frente à expectativa de resposta dos sujeitos e, por conseguinte, trazem à tona significados simbólicos socialmente partilhados. Nem todos os questionamentos demandam respostas subjetivas por parte de seus interlocutores; em determinadas situações, saber de onde as pessoas são ou observar seu comportamento público são elementos que podem levar a entendimentos sobre suas possíveis identidades, mas também induzir ao erro de limitá-las a um simplismo enganador. A resposta à pergunta *quem eu sou* pode partir de diferentes núcleos de significação como: profissão, formação, residência, classe, origem étnica, nacionalidade, orientação sexual, gênero, dentre outras. Possibilidades que vão além daquela demandada *a priori* pelo *dispositivo da sexualidade*.

Da mesma forma, pensar as identidades nos possibilita refletir acerca de ideias de pertencimento que parecem carregar consigo uma noção de enquadramento que não corresponde a uma identificação própria, como o fato de morar num país (ou ter essa naturalidade) e não se sentir pertencente a ele, ou ter uma identidade nacional distinta; manter práticas homoeróticas e não

se identificar como homossexual; ter uma expressão *performativa de gênero* distinta da socialmente esperada para aquele corpo sexuado e identificar-se na mesma categoria ou por nomeações distintas; ou ainda, optar por uma não-identificação, dentre outros exemplos possíveis.

De acordo com Stuart Hall (2002), a noção de identidade dos indivíduos que até a modernidade pareceu supostamente estar centrada de forma coesa, alterou-se em razão do que o autor chamou de "crise de identidade" que abalou sua estabilidade e originou o sujeito pós-moderno, dotado de uma identidade em plena transformação. Um dos fatores que ocasionou essa mudança, para o autor, foi a globalização, que permitiu o contato com diferentes culturas, sujeitos, e isso propiciou outras formas de se definir mediante a possibilidade de introduzir elementos às identidades até então aparentemente mais "estáveis".

No entanto, além desse elemento que parece estar relacionado especialmente às identidades nacionais e locais, Hall destaca intelectuais que contribuíram com suas ideias no "descentramento" do sujeito na modernidade, e em uma de suas reflexões destaca que: "em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento" (2002, p. 39 grifo do autor).

Entende-se a identidade como algo construído culturalmente nos grupos sociais e não dada ao nascer (imutável) ou determinada pela biologia, por mais que alguns discursos utilizem argumentos de (pretensa) base biológica para tentar firmar-se e defender uma determinada identidade. Isso nos permite pensar na tentativa de incorporação vertical sobre os sujeitos na categoria homossexual a partir das suas práticas e, igualmente, no esforço e processo de assumir essa identidade para lutar contra a estigmatização desse prazer, sujeitos e vivências.

Por ocasião da inserção da homossexualidade no âmbito científico e não somente no jurídico, tem-se a propagação da ideia de que se tratava de uma condição sexual que seria extensiva de uma essência ontológica e que, por essa razão, muitos pesquisadores, médicos, psicólogos, psiquiatras e geneticistas investigaram (e investigam) as possíveis causas da homossexualidade e tratavam-na, inicialmente, como um "desvio sexual", uma "anormalidade" tendo em vista que tinham em mente uma compreensão mais estática oriunda de distintas bases para o que consideravam "normal". Logo, não se poderia punir os sujeitos que apresentavam determinadas características e desejos afetivo-sexuais porque diziam que eram "doentes". Na esteira dessas compreensões

o emergente movimento homossexual vai utilizar esse mesmo entendimento da homossexualidade enquanto essência e justificar sua normalidade e resistir frente às discriminações e ao preconceito em defesa de seus direitos. Deve-se ressaltar que tanto a homossexualidade quanto a heterossexualidade podem ser historicizadas; da mesma forma, entendimentos do que seria normal e anormal também tem sua história e trajetória.

Os objetivos por trás da atuação do movimento homossexual são compreensíveis e necessários para rever a longa discriminação que acomete estes sujeitos e esta forma de prazer. Contudo, é necessário destacar as problematizações acerca da "afirmação da identidade homossexual" e as próprias relações de poder engendradas, ou seja, como dissera MacRae (2015) em artigo originalmente publicado na segunda metade dos anos 1980, reconhecer, também, "seus perigos e sua importância".

Tais questões apareceram inclusive na imprensa, como no jornal *Folha de São Paulo*, pela publicação de um artigo do antropólogo Peter Fry, em 1982. Para o autor, duas perguntas poderiam ser feitas para abordar a homossexualidade: "Fulano é ou não homossexual?" ou "Sicrana transa mulher?"; o fragmento abaixo ajuda a explicitar seu posicionamento:

> A pergunta supõe que o desejo sexual por um parceiro do mesmo sexo é apenas um aspecto das atividades da pessoa, e que qualquer um tem esse aspecto em potencial. Em suma, a primeira pergunta supõe que as pessoas são homossexuais, heterossexuais ou bissexuais, enquanto a segunda tem como pressuposto que as pessoas estão circunstancialmente qualquer uma dessas coisas (FRY apud MACRAE, 2015, p. 70).

A posição de Fry em refletir acerca da homossexualidade e sugestivamente indicar a segunda pergunta como mais viável para deslocar a atenção sobre a ideia de uma condição determinista absoluta de uma essência que sempre esteve ali, no ser, e que passa a ser expressa, é problematizada; saber o desejo sexual das pessoas seria mais conveniente do que categorizá-las em torno de uma terminologia.

No encalço dessas discussões deve-se mencionar as pesquisas que foram e continuam sendo realizadas com o intento de descobrir uma causa para a homossexualidade. Nesse intento, muitos cientistas apontaram relações e possibilidades ligadas a fatores endócrinos, genéticos, neurais, dentre outros (FRY; CARRARA, 2016). Tal vinculação e apresentação de dados a fim de constatar uma possível influência de elementos biológicos sobre os desejos homoeróticos apontam para a infundada hipótese de tratamentos que visem transformar

essas pessoas em heterossexuais. Ao mesmo tempo, algumas pessoas partilham a afirmação – verídica ou não – de que são ex-homossexuais.

Inúmeras contradições poderiam ser elencadas para pensar essas questões, no entanto, parece que descobrir fatores ou possíveis causas que possam estar relacionadas ao desejo por relações direcionadas para a satisfação de prazeres homoeróticos ou promover discursos que atestem (ou busquem convencer) uma possível modificação são elementos secundários a considerar. Isto porque a centralidade parece voltar-se sobre este prazer: por que é necessário encontrar uma causa que o justifique? Por que não se pode conviver com a ideia de que algumas pessoas se sentem realizadas e felizes com essas vivências homoeróticas? Por que a insistência em querer que todos sejam heterossexuais e discursivamente difundir essa vivência como a melhor? Ao que parece, persiste a defesa ufanista em torno da heteronormatividade e sua reprodução através de relações de poder.

Entre perspectivas essencialistas dogmáticas que defendem a naturalidade absoluta e biológica de tudo que diz respeito à homossexualidade, e perspectivas culturalistas dogmáticas que defendem a cultura como o ambiente decisivo em que é criada/construída, existe os que consideram a influência de distintos elementos como a ação de componentes biológicos e culturais na definição e compreensão do que se chamou de homossexualidade. Parece que um caminho mais seguro e profícuo para compreender essa questão é a imbricação de ambas: biologia e cultura; contudo, reconhecendo o que é próprio de cada dimensão e os usos que foram feitos a partir delas ao longo da história.

Na década de 1980 com a ampliação dos estudos de gênero, e na seguinte pelos estudos *queer*, o debate sobre identidade ganhou novas proposições. Para o sociólogo Zygmunt Bauman a "modernidade líquida" influenciou, também, o entendimento sobre as identidades, pois se passou de uma fase "sólida" para a "fluida". Conforme o autor: "os fluidos são assim chamados porque não conseguem manter a forma por muito tempo e, a menos que sejam derramados num recipiente apertado, continuam mudando de forma sob a influência até mesmo das menores forças" (BAUMAN, 2005, p. 57).

Essas possibilidades de transformações identitárias que permitem uma mobilidade "líquida" e o atravessamento de fronteiras, anteriormente pensadas de forma mais delimitada, ampliaram-se consideravelmente nas últimas décadas. É pensando a partir desse cenário que se volta o olhar para as relações homossexuais e/ou aquelas práticas afetivo-sexuais (eventuais ou exclusivas)

mantidas entre pessoas de mesmo sexo e problematizar suas categorizações; atenta-se que não se trata de questionar sua validade ou apropriação por parte das pessoas em sua afirmação ou ativismo, mas refletir a partir das mudanças ocorridas ao longo do tempo.

Tornou-se necessário e frequente distinguir socialmente a identidade de gênero da orientação sexual. Nos Princípios de Yogyakarta que destacam a aplicação da legislação internacional de direitos humanos sobre esses temas citados, define-se:

> Compreendemos orientação sexual como uma referência à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2006, p. 7).

E sobre identidade de gênero, pontua:

> Compreendemos identidade de gênero a profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2006, p. 7).

A identidade de gênero diz respeito à percepção subjetiva pessoal e está ligada aos *papéis sociais* desempenhados pelas pessoas, sejam identidades sobrepostas em ocasiões eventuais vinculadas a atividades profissionais, por exemplo, ou somente a do dia a dia dos sujeitos. Essa identidade situa-se entre a imbricação singular da identidade percebida e/ou afirmada por parte da pessoa e aquela vista e/ou reconhecida pelos sujeitos nas relações interpessoais podendo estar envolvida em tensões e enfrentamentos a partir de relações de poder.

Os arranjos de relacionamentos afetivos e amorosos que envolvem essas pessoas são explicitados pela nomeação de orientação sexual que, para Alípio de Sousa Filho (2009), está imbricada a um entendimento essencialista. De maneira geral, heterossexuais, homossexuais e bissexuais são definições mais frequentes usadas, embora outras terminologias tenham ampliado essas associações. A união desses elementos mencionados sinaliza a complexidade das questões que envolvem a sexualidade humana.

Pode-se dizer que se a categoria homossexualidade, no princípio, esteve atrelada a ideia de relações entre pessoas de mesmo sexo, com base na geni-

tália para defini-la, a possibilidade de transformações corporais colocou em xeque tal verbete. Ser homem ou mulher não é algo definido verticalmente ao nascer, como afirmou Beauvoir (2016) no fim da década de 1940, mas uma construção que se dá no âmbito cultural e social a fim de materializar nestes corpos sexuados aquilo que é esperado para eles resultando numa expressão *performativa de gênero*, como salienta Butler (2017). Em tempos líquidos não se pode deixar de repensar tal categoria.

Readequações corporais visando trazer maior satisfação às pessoas em torno de identidades de gênero (e/ou expressão performativa de gênero) nas quais se identificavam ou queriam assim demonstrar socialmente, ampliou-se crescentemente desde a década de 1970, no Brasil. Nesse sentido, destacam-se inicialmente as travestis que fizeram uso de hormônios sintéticos para ganhar formas reconhecidas como femininas; sobre isso é necessário atentar as duas temporalidades que modificaram entendimentos e percepções sobre elas, como destaca Elias F. Veras (2015): o "tempo das perucas" e o "tempo dos hormônios".

Pessoas que nasceram com corpos sobre os quais se esperava ver masculinidade fizeram exatamente o oposto por meio de transformações modificando suas identidades sociais. Outras permaneceram com seus corpos, sem realizar esses procedimentos, mas mantendo um papel social oposto ao que lhe era esperado e estando confortável dessa forma. As possibilidades são muitas de que se poderia falar: trata-se de sujeitos que afrontaram a heteronormatividade, os entendimentos dominantes de gênero, as expectativas e fronteiras em torno de bases que se pressupunham estáveis ou assim queriam que estivessem.

Da mesma forma se deve citar homens trans e mulheres trans, pessoas que nasceram com genitália e características sexuais secundárias distintas daquela em que se sentiam confortáveis expressar. Mediante a realização de procedimentos estéticos e cirúrgicos modificaram a expressão *performativa de gênero* e tornaram-se, socialmente, homens e mulheres, dentre outras nominações que eventualmente possam ser usadas. Independente da realização de cirurgia no órgão sexual para obter um pênis ou vagina, essas pessoas identificam-se como tal e, obviamente, sabe-se que não é a presença ou não de uma parte do corpo que definirá isso, bem como o alerta de não se tratar de um destino dado ao nascer, como já pontuou Beauvoir.

Sobre as múltiplas possibilidades de vivências e suas relações com a sexualidade, destaca Paul B. Preciado (2011, p. 18 grifo do autor):

> não existe diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade de potências de vida. Essas diferenças não são "representáveis" porque são "monstruosas" e colocam em questão, por esse motivo, os regimes de representação política, mas também os sistemas de produção de saberes científicos dos "normais".

Os entraves que são impostos a essas mudanças decorrem da própria construção social que mantém uma estreita imbricação entre gênero e política, como chama a atenção Joan W. Scott (1995, p. 92); além disso, de acordo com a autora, qualquer iniciativa que vise mudar essa realidade ameaça o sistema político construído sobre certos entendimentos de gênero, por isso as justificativas para a sua manutenção tendem a ser expressas numa dimensão exterior à cultura, visando convencer de que se trata de algo "natural", imutável.

Apesar de haver socialmente diferentes mecanismos de controle para a manutenção desse sistema heteronormativo e opressões sobre aqueles que avançam as fronteiras sexuais e de gênero, "o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira", destaca Guacira Lopes Louro (2001, p. 542). Alguns sujeitos não permanecem presos aos limites daquilo que é verticalmente imposto, masculinidade ou feminilidade, binário dominante que se pressupõe estático; mas sim, transitam ou habitam a fronteira das masculinidades e feminilidades, das identidades, dos prazeres, dentre outras. E atenta-se que as percepções sobre esses elementos variam de acordo com códigos específicos circunscritos a determinados territórios e contextos socioculturais; nesse sentido, os *papéis sociais* desempenhados pelas pessoas modificam-se, bem como as suas especificidades normatizadas. Paralelos podem ser traçados pontuando semelhanças e diferenças entre grupos sociais, mas enfatiza-se a falácia de uma universidade absoluta.

Considerando as distintas possibilidades de vivências possíveis em relação a gênero, genitália, orientação sexual, corporalidade e corporeidade, as categorias heterossexual e homossexual criadas na segunda metade do século XIX parecem não dar mais conta da diversidade social. Devem ser respeitadas todas as formas de identificação reivindicadas pelas pessoas nas quais lhes tragam satisfação e significados, bem como as ações empreendidas a fim de conquistar direitos e liberdade. O que se está dizendo é que a compreensão atribuída às categorias homossexual e heterossexual no passado transformou-se no decorrer do tempo e ampliou a compreensão de suas definições.

A identificação de gênero de homens trans ou mulheres trans, como dito, não define a orientação sexual; nesse sentido, novas associações são colocadas a par das antigas concepções. Se antes homossexuais eram aquelas pessoas que mantinham relações com outras de mesmo sexo, agora podem ser compreendidas, também, a partir da vinculação a pessoas de mesmo gênero, e o mesmo ocorre com as relações heterossexuais. É preciso refletir, problematizar essas categorias e inseri-las junto aos efeitos de sua classificação como forma de dividir as pessoas e, no decorrer do tempo, outras categorizações ganharam cena e estão se inserindo sobre as mesmas.

Se está, então, diante de duas questões que complexificam a identidade homossexual, ou seja, trata-se de uma identidade sexual ou de gênero? Ou ambas? Ou independente do uso deste prazer, se rejeita tal categoria? Boa parte das pessoas poderia se sentir pertencente à mesma pelas práticas afetivas e sexuais entre pessoas de mesmo sexo, pelo uso dos prazeres homoeróticos de forma exclusiva; contudo, o mesmo entendimento poderia recair sobre relações entre pessoas de mesmo (ou semelhante) gênero, independente da genitália; e isto poderia ser aplicado, também, à compreensão da heterossexualidade.

Tanto homossexualidade quanto heterossexualidade podem ser historicizadas e, se num dado momento tinham determinadas concepções, outras foram sendo introduzidas e até mesmo contrariadas no decorrer do tempo. Esses marcadores sociais têm sua própria história, por isso não podem ser tomados como algo que sempre existiu. Brandon Ambrosino (2017) destaca com clareza alguns meandros que envolveram estas classificações como a divisão anterior entre sexo procriativo e não-procriativo, e os usos que foram feitos sobre noções de desejo erótico tido por normal e/ou anormal; ao mesmo tempo, percebe uma defasagem das categorias aqui discutidas e conclui: "Homens e mulheres continuarão fazendo sexo entre genitais diferentes até o fim da espécie humana. Mas a heterossexualidade enquanto marcador social, estilo de vida e identidade pode morrer muito antes disso".

Pensar as identidades a partir de determinados prazeres impõe, de certa maneira, uma categorização vertical sobre os sujeitos que perpassa, igualmente, as percepções sobre si e aquelas das outras pessoas. Alguns podem reconhecer-se nelas, enquanto outros recusar tais imposições. O problema que se apresenta é a ideia de um pertencimento determinista. Para Bauman (2005, p. 17-18 grifo do autor), "a ideia de 'ter uma identidade' não vai ocorrer às pessoas

enquanto o 'pertencimento' continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa".

De acordo com Ferrari (2007, p. 162):

> a ação dos grupos sobre o desejo fortalece nossa herança moderna, no sentido de que a preocupação ainda é a de vigiar, identificar e classificar o objeto do desejo, que é usado para forjar uma identidade homossexual, única e exclusivamente, a partir dele, fortalecendo-o como objeto e generalizando-o.

Perceber a centralidade com que a noção de pertencimento incute sobre as identidades, não só a homossexual, é necessário para entender seus usos afirmativos e também as rejeições a essas vinculações. Da mesma forma, compreender suas transformações no tempo, mudanças, usos, e suas interfaces com outros dispositivos que lhe conferem legitimidade e sustentam sua existência são, igualmente, fundamentais para refletir sobre elas e para compreendê-las.

Assim como destacou Hall (2002, p. 84), é provável que os efeitos da globalização possam levar a um fortalecimento de identidades locais e/ou a criação de novas identidades. Sobre o universo homossexual[3], nota-se, também, um retorno a identificações como homem e mulher, mesmo fazendo uso exclusivo de prazeres homoeróticos. Essas nomeações, por sua vez, devem ser inseridas num complexo social que envolve diferentes elementos: profissional, ambiente em que se está inserido, classe, escolaridade, dentro outros. Igualmente, trata-se de um comportamento que tende a ser mais aceito socialmente dado o reforço a expectativas que são (ou parcialmente são) atendidas e expressas por essas pessoas.

Por outro lado, há aqueles que escancaram a ambiguidade e a expressão *performativa de gênero* oposto; avançam as fronteiras ou permanecem nelas; uma forma de resistir a heteronormatividade e, ao mesmo tempo, uma vivência que lhes é satisfatória. E, obviamente, devem-se citar aqueles os quais se poderia identificar como os precursores da homossexualidade: homens afeminados e mulheres masculinizadas.

3 Ao falar em "universo homossexual" se está fazendo menção ao conjunto de elementos que são atribuídos aos homossexuais como: espaços frequentados, modos de se vestir, de falar, e demais características partilhadas. Prefere-se o uso deste termo em detrimento da palavra "gueto"; ambas as expressões tratam-se de uma construção cultural que sinaliza o que faz e o que não faz parte deste universo; isto não exclui possibilidades de discriminações tendo em vista que nem todas as pessoas com desejos homoeróticos se inserem neste meio, por diferentes razões. Portanto, este universo não é dado *a priori,* mas é construído e reconstruído constantemente, está em plena transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste texto não era trazer resultados de pesquisa inéditos sobre a homossexualidade, mas a par das transformações atuais refletir acerca do prazer homoerótico percebendo que nem sempre tratou-se de um prazer/desejo reprimido, pois se inseria no interior de códigos morais próprios nos grupos sociais. A discriminação disseminada ao longo do tempo tem uma história específica e foi sustentada por diferentes elementos e através de relações de poder.

Problematizar a construção de identidades a partir de determinadas categorias afirmativas possibilita compreender a ação dos sujeitos que levantaram a bandeira em sua defesa, assim como as razões que os levaram a fazê-la, mas também daqueles que, por diferentes motivos, não o fizeram e/ou não querem fazer parte. As singularidades e diversidade desses prazeres/desejos homoeróticos que podem ser vividos de distintas formas faz parte da dinâmica social e das transformações pelos (e dos) sujeitos.

Considerar os diferentes usos e apropriações das categorias homossexual e heterossexual, assim como suas transformações, de um lado, sinalizam para a ampliação de seus sentidos, e de outro, apontam para a manutenção das mesmas terminologias. Deve-se atentar que categorias ao mesmo tempo em foram e são significadas, podem ser ressignificadas ou dessignificadas; mas também, descategorizadas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O descarado, a cara-metade, o rosto: Michel Foucault e a análise de discurso do movimento homossexual. *Cadernos Discursivos,* Catalão-GO, v. 1 n. 1, p. 1-20, 2014.

AMBROSINO, Brandon. *Como foi criada a heterossexualidade como a conhecemos hoje.* 2017. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/vert=-fut40093671-?ocid=socialflowclid-IwAR3HG8Zsz2igcebzo6CNAc_3SHCfythTdmUOHWl2K0Bn_cWv7q6I1R5KH3c. Acesso em: 20 set. 2019.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo:* a experiência vivida. Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. v. 2.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade:* entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero:* feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

COSTA, Jurandir Freire. *A inocência e o vício:* estudos sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

FERRARI, Anderson. O desejo como definidor da homossexualidade. *Gênero,* Niterói, v. 7, n. 2, p. 153-172, 1º sem. 2007.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I:* A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. O saber gay. Tradução de Eder Amaral e Silva e Heliana de Barros Conde Rodrigues. *Ecopolítica,* São Paulo, n. 11, p. 2-27, jan.-abr. 2015.

Fry, Peter; CARRARA, Sérgio. "Se oriente, rapaz!": Onde ficam os antropólogos em relação a pastores, geneticistas e tantos "outros" na controvérsia sobre as causas da homossexualidade? *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 59, n. 1, p. 258-280, abr. 2016.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade?* São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopez Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer – uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas,* Florianopólis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

MACRAE, Edward. Afirmação da identidade homossexual: seus perigos e sua importância. *In*: _____. *A construção da identidade:* política e identidade homossexual no Brasil da "abertura". Salvador: EDUFBA, 2018. p. 67-75.

MOTT, Luiz. A revolução homossexual: o poder de um mito. *Revista USP,* São Paulo, n. 49, p. 40-59, mar./maio 2001.

_____. As amazonas: um mito e algumas hipóteses. *In*: VAINFAS, Ronaldo. *América em tempo de conquista.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. p. 33-57.

_____. Homofobia: uma praga cristã. *Revista e-hum,* Belo Horizonte, v.9, n.2, p. 66-73, ago./dez. 2016.

_____. Homo-afetividade e direitos humanos. *Estudos Feministas,* Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 509-521, maio-ago. 2006.

_____. Raízes históricas da homossexualidade no atlântico lusófono negro. *Afro-Ásia,* Salvador, v. 33, p. 9-33, 2005.

NAPHY, William. **B***orn to be gay:* História da homossexualidade. Tradução de Jaime Araújo. Lisboa: Edições 70, 2006.

PRECIADO, Paul B. Multidões *queer*: notas para uma política dos "anormais". Tradução de Cleiton Zóia Münchow e Viviane Teixeira Silveira. *Estudos Feministas,* Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, jan./abr. 2011.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. *Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero***.** 2006. Disponível em: http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro; Revisão de Tomaz Tadeu da Silva. *Educação & Realidade,* Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SOUSA FILHO, Alípio de. A política do conceito: subversiva ou conservadora? Crítica à essencialização do conceito de orientação sexual. *Bagoas,* Natal, v.3, n. 4, p. 59-77 jan./jun. 2009.

STEARNS, Peter N. *História da sexualidade.* Tradução de Renato Marques. São Paulo: Contexto, 2010.

TORRÃO FILHO, Amílcar. *Tríbades Galantes, Fanchonos Militantes:* homossexuais que fizeram história. São Paulo: Summus, 2000.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso:* a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 3. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro, Record, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados:* moral, sexualidade e inquisição no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

VEIGA, Ana Maria; PEDRO, Joana Maria. Gênero. *In*: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (Org.). *Dicionário crítico de gênero.* 2. ed. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019, p. 330-333.

VERAS, Elias Ferreira. *Carne, tinta e papel:* a emergência do sujeito travesti público-midiatizado em Fortaleza (CE), no tempo dos hormônios/farmacopornográfico. 2015. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA EXTERNA SOBRE O BRASIL E SEUS HABITANTES NOS RELATOS DE HANS STADEN

Marcelo França de Oliveira*

PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES E APRESENTAÇÃO DO CONCEITO

O estudo das representações europeias do Novo Mundo não é algo inédito, tendo sido feito por diversos historiadores que se debruçaram sobre os textos dos exploradores e viajantes que legaram narrativas escritas sobre o que afirmaram testemunhar no continente americano, seja fruto do acontecido ou do que suas mentes criativas, entre o espanto, o horror ou a admiração, assim descreviam. No entanto, o conceito de identidade externa é ainda pouco explorado pela historiografia tradicional, e é a base sobre a qual proponho estabelecer a análise do objeto deste ensaio.

A despeito de toda polissemia que o termo "identidade" contempla, entendo que a formação de um processo identitário pode ocorrer tanto de *dentro pra fora* (como um grupo se vê, se entende e se define, em relação ao exterior) como *de fora para dentro* (como ele é visto, entendido e definido por outros grupos) e ambas as formas têm impacto nas vidas desses grupos, seja no âmbito econômico, social, cultural ou político. Neste estudo utilizarei as formas *construção interna* para o primeiro caso e *construção externa* para o segundo.

Uma triste amostra que encontramos na História dessa separação de formações identitárias e de como essas distinções atuam, são os casos de como

* Doutor em História da Literatura pela Universidade Federal do Rio Grande-FURG e doutorando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas-UFPEL. Bolsista CAPES.

(para ficarmos em apenas três exemplos dos tantos possíveis) judeus, ciganos e armênios foram tratados na Europa ao longo do tempo: as identidades suas (internas) eram diferentes das identidades atribuídas (externas), e esse choque propiciou os trágicos episódios da perseguição sistemática, e nos casos extremos do genocídio, no caso armeno, e o holocausto, no caso judeu. Recentemente, temos também o que poderíamos chamar de "identidade latina" nos Estados Unidos da América: há as nuances das diferentes comunidades de origem de fala hispano-portuguesa, cada qual com suas próprias identidades regionais, peculiaridades de seus países ou regiões originárias de um lado, e do outro uma composição mais "niveladora" do "ser" latino, daquilo que grande parte dos estadunidenses vê e acredita ser constituinte da identidade latina, o que é percebido desde sua representação na cultura (séries de TV, personagens, filmes de Hollywood etc.) até decisões sociais e políticas, como as reiteraras declarações de seu atual presidente, o conservador Donald Trump, relacionando "os latinos" com um tipo de grupo social que é "indesejado na América".[1] A própria identidade/apropriação do termo América como sinônimo de estadunidense é questionável e também demonstra uma construção identitária em que nela cabe parte dos americanos, especialmente os brancos de fala inglesa e descendentes das 13 colônias originais: todo o resto, não-brancos e não-anglófonos, recebem prefixos para poderem se encaixar nesse modelo pretendido de identidade interna. Assim, temos os "*latin american*", "*afro american*" como identidades externas, ou seja, a forma pela qual o grupo dominante enxerga e trata o grupo dominado (numérica ou economicamente).

É importante destacar que os processos de construção interna e externa guardam diferenças significativas. Enquanto a primeira pode ter uma formação mais assimétrica, temporalmente distinta (ora mais longa, ora mais curta) e em constante transformação, o processo de construção da identidade externa tem sua gênese e desenvolvimento geralmente em prazo mais curto, e seu conceito tende a ser mais homogêneo, uniformizante, e dificilmente tem alguma alteração a não ser por dois fatores, isolados ou intercambiáveis entre si:

1. **Autônomos:** pela ação política direta da identidade interna sobre a externa (formas revolucionárias, representação junto aos parlamentos para estabelecimento de leis ou ainda como organização polí-

1 As falas e atitudes de Donald Trump refletem a carga de seu preconceito sobre imigrantes em geral, sobretudo dos países em desenvolvimento, mas é sintomática a sua obsessão discursiva pelo muro que separaria os Estados Unidos do México, e, por extensão, a "porta de entrada" da América Latina para seu país.

tica atuante) ou quando ocorrem movimentos sociais de exposição da união da diversidade de seu grupo, valorização, difusão e defesa de sua identidade, como forma de chamar a atenção para sua causa ou movimento, cujo objetivo seria formar ou pressionar a chamada "opinião pública";

2. **Exógenos:** quando ocorrem movimentos de apoio sobre a identidade interna por não-membros, seja por simpatizantes ou críticos do modelo externo que não aceitam a construção simplificadora, niveladora e, na maioria das vezes, discriminatória criada pelo seu grupo a respeito do outro.

Esses conceitos, embora mais facilmente aplicados aos séculos XX e XXI, podem ser utilizados em qualquer período histórico em que alguma sociedade possui valores, características e distinções que a aproximam enquanto grupo e a distanciam de outro(s) grupo(s) humano(s), e onde haja algum tipo de choque ou conflito entre esses pensamentos, ou construções, externas e internas, e sempre que houver uma forma de dominação utilizando por mote a identidade construída sobre o outro, como forma de legitimação desse domínio.

A IDENTIDADE BRASILEIRA EXTERNA NA SUA FORMAÇÃO

A construção da identidade externa do Brasil, ao longo dos seus primeiros séculos de existência, não sofria nenhum tipo de resistência porque a construção de uma identidade "brasileira", associada a ideia de nação ou povo com características distintas é diferente de seus vizinhos hispano-americanos, até pelo tipo de colonização feita por aqui e na América Espanhola[2]. Tal qual a conhecemos, a formação de nossa identidade interna é bastante tardia. Podemos localizá-la como um rudimentar ensaio a partir da chegada da família real em 1808, ou na tentativa de D. Pedro II em criar uma "história" para o país, ou ainda somente com Getúlio Vargas no poder, na década de 1930, uma coesão identitária mais uniforme.[3] Independentemente do marco temporal escolhi-

2 O modelo colonizador espanhol se baseava naquilo que Sérgio Buarque de Holanda chamou de "ladrilhador", com projeto de construção de cidades, uma sociedade que emulasse, mais ou menos, o que se via na Europa, diferentemente do caso português, ao qual ele chamou de "semeador", com uma atitude de exploração inicialmente costeira dos recursos naturais, sem objetivos colonizatórios além do extrativismo. (HOLANDA, 2008, pp.93-137).

3 Pensando o projeto de identidade nacional como estratégia de Estado, dentro do campo da história política, especialmente a partir da consolidação do Império. Via de regra, outras iniciativas do gênero (como a literária, ca-

do, a historiografia brasileira admite um destes três períodos como a fundação da identidade nacional brasileira, não antes disso, ou seja, em qualquer dos casos, posterior a 1808. De "terra de selvagens" (como afirma Hans Staden) à mera colônia exploratória, as definições do que seria o Brasil e os brasileiros era feita pelos viajantes que aqui chegavam para suas incursões científicas, missionárias ou aventureiras, e sua difusão ocorria com a publicação, na Europa, de seus relatos em forma de livro daquilo que observaram, viveram e lembraram ou anotaram, e assim definiam a terra e seus habitantes.

José Honório Rodrigues destaca que a centralidade da literatura de viagens para a construção da história do Brasil, principalmente se levarmos em conta que o período do início do processo de dominação e ocupação do território foi um momento de parcas fontes escritas, além da documentação oficial produzida pela administração local.

> Ela fornece ao historiador a imagem que os estrangeiros fazem de nós, sempre tão diferente da ideia que nós mesmos fazemos da nossa terra e da nossa gente e da própria história que produzimos e que os historiadores procuram recriar. (RODRIGUES, 2008, p. 39).

A ressalva do autor diz respeito tanto pelos relatos servirem como complemento, preenchendo lacunas que a documentação oficial logicamente não dá conta sozinha, como também pela diferença de perspectiva do observador externo.

No entanto, é preciso se levar em conta que os relatos dos viajantes não são fontes homogêneas, e guardam diferenças significativas em sua origem e propósitos. Assim, é fácil imaginar que, em construções assim, cabem todo tipo de objetivo: desde o interesse científico genuíno em divulgar ao "mundo civilizado" a exótica flora, fauna e habitantes do Novo Mundo, até o simples desejo de fama por desbravar a terra heróica e cheia de perigos, e sobreviver para contar a história. De toda forma, o conjunto desses relatos ajudava a construir e disseminar no velho continente uma identidade externa brasileira que pouco se diferenciava entre si dos múltiplos relatos que eram publicados, a partir do século XVI, como os livros de Jean de Léry ("Viagem à terra do Brasil", 1574, Pêro de Magalhães Gândavo ("Tratado da Terra do Brasil", 1576), e os relatos de Hans Staden ("Viagem ao Brasil",1557), objeto do presente estudo.

---

pitaneada por José de Alencar, e a histórica, por Varnhagen e Capistrano de Abreu) tinha, direta ou indiretamente, ações estatais de estímulo ou patrocínio, com vistas à formação de uma unidade brasileira, que, na prática, pouco tinham em comum as províncias.

Hans Staden, nascido em Hömberg, Hessen (ou Hesse, como aparece em algumas traduções), na região central da atual Alemanha, foi um aventureiro que no Brasil esteve por duas ocasiões no século XVI, incursões que deram origem a publicação de um dos primeiros livros que se propunha a narrar o país, ao voltar da sua segunda jornada pelas terras sulamericanas. Intentava-se a contar "a verdadeira história" daquele lugar exótico, perigoso e "selvagem", para o conhecimento dos seus contemporâneos europeus. O longo título original "história verdadeira e descrição de uma terra de selvagens, nus e cruéis comedores de seres humanos, situada no Novo Mundo da América, desconhecida antes e depois de Jesus Cristo nas terras de Hessen até os dois últimos anos, visto que Hans Staden, de Hömberg, em Hessen, a conheceu por experiência própria e agora a traz a público com essa impressão"[4] publicado em 1556, dava a ideia do teor que recheava a obra. Com a inserção de numerosos registros iconográficos, Staden pintava com cores fortes, beirando o fantástico, o quadro da realidade que criava, descrevendo assim terras, povo, fauna e flora do lugar através de seus relatos.

Tomando por base principalmente a narrativa do aventureiro alemão, faremos uma brevíssima incursão analítica sobre este retrato de Brasil, cuja obra ultrapassou seu tempo e até hoje aguça a curiosidade e enseja novas traduções e edições em nosso país. A mais recente data de 2010 e foi intitulada "Duas viagens ao Brasil", publicada pela editora pela sul-rio-grandense L&PM, e é a versão que serviu de base para a construção deste estudo.

IDENTIDADE, REPRESENTAÇÃO E DIFERENÇA SOB O OLHAR ESTRANGEIRO

As construções identitárias acerca do Brasil "visto de fora", ou seja, externas, são temáticas que vem sendo exploradas em estudos de natureza histórica ao longo do tempo e ganharam novas atenções por parte da produção acadêmica,[5] em estudos se propoem analisar as representações que foram feitas a

4 Tradução do original em alemão extraída do prefácio da mais recente edição brasileira. STADEN, H. *Duas viagens ao Brasil.* Porto Alegre: L&PM, 2010, p. 9. Nota: como a obra utilizada é em formato eletrônico (e-book Amazon/Kindle), as referências neste artigo são informadas a partir de sua posição, e não página, como é tradicionalmente indicado em obras de natureza impressa, sem prejudicar sua conferência.

5 Alguns estudos recentes sobre o tema incluem, entre outros ALVES, Francisco das Neves. *Diversidades, identidades e o ensino da História*. Rio Grande: FURG, 2013; o dossiê "O Brasil visto de fora" (*Revista Brasileira de História* – órgão oficial da Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH, vol. 29, n. 57, jan-jun., 2009); HUE, Scheila Moura. *Primeiras cartas do Brasil* (1551-1555). Rio de Janeiro: Zahar, 2006 e NOAL FILHO, Valter Antonio; FRANCO, Sérgio da Costa. *Os viajantes olham Porto Alegre*: 1754-1890. Santa Maria: Anaterra, 2004.

respeito do Brasil e que foram moldando sua identidade, tanto em um processo externo quanto interno. Deste modo, estereótipos criados no exterior tendem, muitas vezes, a serem marcas perenes de entendimento e caracterização do país, formatando as visões e clichês que não raro os próprios brasileiros absorvem como identitários e constitutivos de sua brasilidade.

Desse modo, debruçar-se sobre as literaturas de viagens, como a de Hans Staden, é fundamental para a empresa da reconstrução histórica, conforme defende José Honório Rodrigues (2008, p. 39): "a bibliografia exótica brasileira constitui, assim, documentação capital que deve ser sempre examinada" para apurarmos as imagens[6] que esses estrangeiros fizeram de nós, entendidos a partir de sua origem e local de produção, evidentemente. Com efeito, "desde a incorporação do Brasil ao modelo colonial, na virada do século XV ao seguinte, progressivamente foram realizadas descrições e interpretações e emitidas opiniões sobre a sua terra e sua gente", como afirma Francisco das Neves Alves, acrescentando que tais descrições revela um olhar estrangeiro que remonta aos tempos coloniais e estende-se posteriormente também ao período imperial e mesmo o republicano, metabolizando as diferentes identidades e diversidades a partir das perspectivas externas, refletindo conceitos simplificadores, generalizadores e reducionistas acerca dos aspectos naturais e socioculturais do país (ALVES, 2013, p. 6).

É importante destacar que tais relatos trazem, de forma intrínseca, as visões de mundo que o observador carrega consigo, "filtrando" o próprio olhar do viajante e sua posterior transmutação em forma textual ou iconográfica da representação que é levada a cabo por meio dos livros editados a partir da experiência na terra estrangeira. Assim, as primeiras imagens que a Europa teve da América refletiram muito do imaginário dos narradores e artistas europeus, que carregavam dentro de si todas as referências e códigos culturais de seu continente, não expressando com fidelidade o que os europeus aqui encontraram, mas sim, representaram a construção, ou antes a invenção, de um novo mundo (ALVES, 2013, p. 11).

De acordo com Kathryn Woodward, citando Hall, a representação atua simbolicamente para classificar o mundo e suas relações no seu interior (WOODWARD, 2000, p. 8), o que confere certa lógica ao encontrarmos nestes relatos a diferenciação do brasileiro nativo como exótico, em um sistema de classificação mental/cultural onde o "normal" seria o modo europeu e

6 Aqui cabe a ressalva do uso do termo, que se aplica tanto às "imagens mentais" sugeridas através dos relatos, como as imagens propriamente ditas, constante em alguns dos livros publicados na Europa, onde os habitantes, a fauna e a flora locais eram retratadas graficamente através de desenhos, mais ou menos fantasiosos.

cristão pós-medievo, do qual os viajantes, como Staden, eram egressos. Bem lembra Woodward, a identidade é marcada pela *diferença*, e engendra-se de forma *relacional*, estabelecendo-se como uma marcação simbólica relativas e classificantes às outras identidades, via de regra baseadas em uma oposição binária "nós" e "eles" (WOODWARD, 2000, p. 14). No mesmo sentido, Ginzburg destaca que a humanidade tende a representar a realidade em termos de opostos: "o fluxo das percepções, em outras palavras, é decomposto na base de categorias nitidamente contrapostas [...]" (GINZBURG, 2007, p. 97). A representação do outro, neste caso, os brasileiros, inclui práticas de significação e sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando o autor da narrativa como sujeito, e os observados, como objeto. Ao afirmar que os habitantes são "selvagens", Staden e outros viajantes que assim descreveram os habitantes do novo mundo estão, ao mesmo tempo, diferenciando-se destes e reafirmando seu entendimento identitário de si próprios (WOODWARD, 2000, p. 17). O viajante alemão encontra um mote de diferenciação que transcende a mera origem europeia: para ele, o que mais o separa dos nativos é o fato de "não serem cristãos", em um sistema de auto-identificação que transcende a noção de pertencimento e identidade meramente pan-europeia.

Também é importante destacar que, como afirma Joël Candau, "o controle da memória histórica é um jogo por vezes político, social, cultural e identitário" (CANDAU, 2012, p. 171). O autor é um ferrenho defensor da identidade como participante indissociável da memória, e vice-versa. E sua afirmação faz todo o sentido para entendermos que a dominação exercida pela Europa sobre o continente americano (e seus habitantes) passava também pela construção de narrativas validadas pela identidade externa como únicas e verdadeiras, na inexistência de uma identidade interna firmada, unificada, articulada ou defendida nesse período histórico em específico reivindicada pelos nativos americanos.

HANS STADEN E O BRASIL "SELVAGEM": ANTROPOFAGIA E EXOTISMO NO NOVO MUNDO

FEITA PARA SER CRÍVEL

A narrativa de Staden sobre suas experiências no Brasil trazem um dos primeiros registros iconográficos compostos sobre a nova terra, e ecoa os lugares-comuns propagados por outros impressos da primeira metade do século

XVI sobre a América, apesar de o autor tomar cuidado com exageros observados em outros livros da época que circulavam na Europa, e ser crível – ainda que notadamente marcado pelos fortes adjetivos empregados em sua descrição – para o público leitor. Como observa Voltaire Schilling:

> Interessa, porém, observar, no que toca ao livro de Staden, as precauções que ele tomou na Alemanha para que acreditassem nele. A Europa do século XVI, o grande século das navegações, estava cansada de ler ou ouvir relatos eivados em mentiras e absurdos diversos (SCHILLING, 2013).

Por isso, Staden não incluiu em seus relatos qualquer menção à zoologia fantástica, e ainda contou com uma apresentação de um douto da época, Johannes Dryander, professor de medicina da universidade de Marburg, que faz o prefácio do livro, não poupando demonstrações de erudição em astronomia, filosofia, teologia, geometria etc, procurando enfaticamente distinguir a obra que estava prefaciando dos demais relatos tidos como "mentirosos" da época, afirmando que o próprio príncipe Felipe de Hessen, à quem foi dedicado tanto a obra quando o prefácio, como era comum na época, havia "amplamente interrogado e examinado [Staden] em todos os aspectos sobre sua viagem marítima e seu cativeiro" (STADEN, 2010, pos. 290). Assim, com o aval do principado e da universidade, ambas instituições estabelecidas no decorrer da reforma protestante, confere ao livro o caráter de um impresso oficial, naquilo que Luciana Villas Bôas caracteriza de uma estratégia de credibilização do relato (VILLAS BÔAS, 2011, p. 22). Não obstante, Staden apela, ainda, para que quem possa, faça a confirmação de seus relatos através do testemunho de pessoas que aqui estiveram, de modo a comprovar que as coisas eram tais e quais conforme descreveu (STADEN, 2010, pos. 2473).

Ao mesmo tempo suporte textual e discurso visual, as xilogravuras constantes no livro oferecem ao leitor europeu uma fotografia da "realidade" brasileira, tal qual Staden as criou, segundo se acredita feitas a partir de desenhos de sua autoria, ou, pelo menos, a partir seu testemunho, mas sem descartar possível participação do médico Dryander na elaboração destas. Participação, aliás, admitida já no prefácio, e que pode ser percebida pela classificação cientificista da segunda parte do livro, a mais profícua em termos de representação pormenorizada da flora, fauna, costumes e habitantes do Brasil, notadamente seus captores, os Tupinambás.

PRIMEIRA PARTE: CAPTURA E ANTROPOFAGIA

"Duas viagens ao Brasil" é composta de duas partes: a primeira, narrando suas desventuras em terras brasileiras, principiando ainda na Europa e o translado marítimo que antecedeu sua chegada no território sulamericano, onde o mote principal é a verdadeira epopeia contada; e a segunda, puramente descritiva, onde detalha suas observações acerca da flora, fauna, terras e povo local.

Warhaftig
Historia vnd beschreibung eyner Landschafft der Wilden/ Nacketen/ Grymmigen Menschfresser Leuthen/ in der Newenwelt America gelegen/ vor vnd nach Christi geburt im Land zů Hessen vnbekant/ biß vff dise ij. nechst vergangene jar/ Da sie Hans Staden von Homberg auß Hessen durch sein eygne erfarung erkant/ vnd yetzo durch den truck an tag gibt.
Dedicirt dem Durchleuchtigen Hochgebornen herrn/ H. Philipsen Landtgraff zů Hessen/ Graff zů Catzenelnbogen/ Dietz/ Ziegenhain vnd Nidda/ seinem G. H.
Gedruckt zů Marpurg/ im jar M. D. LVII.

Figura 1: frontispício da primeira edição do livro de Hans Staden. Fonte: STADEN, 2010, pos. 24

Na primeira parte, relata um Brasil majoritariamente português (mas com constantes assédios franceses, que faziam escambo com algumas tribos

indígenas), mestiço e exótico, habitado por selvagens que praticam o canibalismo para com seus inimigos, narrando uma terra e costa "cheia de perigos", com uma natureza implacável e em conflito constante entre os colonizadores portugueses (e alguns aliados selvagens, como os tupiniquins), contra os carijós (ao sul) e os tupinambás (ao norte), estes últimos aliados dos franceses.

Nesse mundo novo, habitado por europeus e selvagens, a miscigenação já é percebida pelo alemão a partir da presença dos "mamelucos", que segundo ele seriam "descendentes de selvagens e cristãos", notadamente no exemplo citado "de pai português e mãe brasileira" (STADEN, 2010, pos. 700), como era de se esperar nesta época de princípio de colonização portuguesa na América. Como Staden classifica-os como sendo "cristãos" apesar da origem da mãe "brasileira", verifica-se que não há conflito identitário maior, unidos na identificação da fé cristã.

Figura 2: luta dos tupinambás contra tupiniquins e portugueses. Fonte: STADEN, 2010, pos. 695

Em um dos primeiros relatos sobre os tupinambás, contado a partir do testemunho destes mesmos "mamelucos", já aparece a qualidade-mor associada aquele povo: a antropofagia. Conta que, após uma batalha, e tendo os tupinambás cercado e vencido o povoado de Bertioga, estes primeiro aprisionaram os selvagens, depois colocaram em chamas o povoado e finalmente os mataram. Diz ele: "tão logo mataram, esquertejaram e distribuíram os pedaços dos corpos dos prisioneiros, os atacantes retornaram às suas terras" (STADEN, 2010, pos. 712-722), em um movimento que não visava conquista territorial, mas a simples aniquilação do inimigo para que pudessem fazer seu "banquete antropofágico".

A escravidão dos selvagens e a falta de víveres básicos também é uma característica constante em seus escritos, o próprio Staden possuía um cativo de origem carijó, que servia-lhe como uma espécie de guarda-costas e também trazia-lhe caça, afinal, "naquela terra só há o que se busca na natureza" (STADEN, 2010, pos. 780). Em uma destas expedições, foi capturado pelos tupinambás e conviveu todo o tempo com o temor de ser devorado pelos indígenas. A narrativa, ora descrevendo rituais relacionados ao cotidiano da tribo, ora suas desventuras e misérias passadas, perpassa sempre pelo horror antropofágico que, teme, lhe reserva o destino. Tão logo é capturado, relata que:

> Estavam, como é comum entre eles, ornados de penas e mordiam-se nos braços para fazer-me entender de forma ameaçadora que iriam me comer. À minha frente agitava-se um chefe com uma maça, como aquelas que usam para matar os prisioneiros [...] (STADEN, 2010, pos. 802).

O temor do perigo iminente revela-se também sob a forma de certa dose de zombaria da própria sorte, como observado no seguinte trecho, ao relatar sua chegada na tribo:

> Bem perto, as mulheres trabalhavam numa lavoura de plantas de raízes que chamam de *mancioda*. Muitas mulheres estavam empenhadas em arrancar raízes, e eu fui obrigado a gritar-lhes em sua língua: "*aju ne xé pee remiurama*", isto é, "estou chegando, sou vossa comida".

Figura 3: dança ritualística em volta do local onde seria executado o prisioneiro para posterior consumo de sua carne. Fonte: STADEN, 2010, pos. 2312.

Figura 4: tupinambás, nus, com suas plumas ornamentais, pinturas e adereços corpóreos, munidos de arco e flechas. Fonte: STADEN, 2010, pos. 1810.

Apesar de, evidentemente não ter sido devorado pelos tupinambás, narra ter presenciado tais práticas com portugueses e indígenas de outras tribos inimigas, sempre precedida pela preparação de uma bebida ritualística feita a partir de raízes chamada *cauim*, que é consumida em uma espécie de festejo, para somente depois matar o prisioneiro, assar e consumir sua carne (STADEN, 2020, pos. 1232).

A antropofagia, segundo ele, não era exclusividade dos tupinambás, mas sim uma característica pertencente e comum a todos os habitantes nativos do Brasil da época. Conta que, certa feita, os próprios tupinambás foram atacados pelos portugueses e entregues aos tupiniquins, que mataram e depois comeram sua carne (STADEN, 2010, pos. 954). Outro exemplo do contato com as práticas de canibalismo dos locais se dá quando narra seu contato com dois irmãos "mamelucos", que juntamente com um primo, também mestiço, foram capturados e estariam à espera de sua sentença. Conta Staden:

> os dois irmãos ainda me perguntaram como estava Jerônimo, o primo deles. Disse-lhes que estava sobre o fogo e assava, e que eu já vira como tinham comido um pedaço do filho do capitão Ferreira. Neste momento choraram. Tratei de consolá-los e disse-lhes que eles bem sabiam que eu já estava mais ou menos no oitavo mês entre os selvagens e que Deus tinha me poupado (STADEN, 2010, pos. 1498).

O choro frente à perda do primo aliado ao destino semelhante que os ameaçava, conferia aos mamelucos uma identificação com o próprio Staden, na medida em que, mais do que a origem materna "selvagem", importava ali a condição de cristãos, como o alemão, que temiam um mesmo deus e partilhavam das mesmas crenças religiosas, em diferenciação aos tupinambás, que assim como outros gentios, além da própria excrecência canibalística, eram "um povo no qual não se pode confiar", pois eram capazes de planejar qualquer traição (STADEN, 2010, pos. 1669).

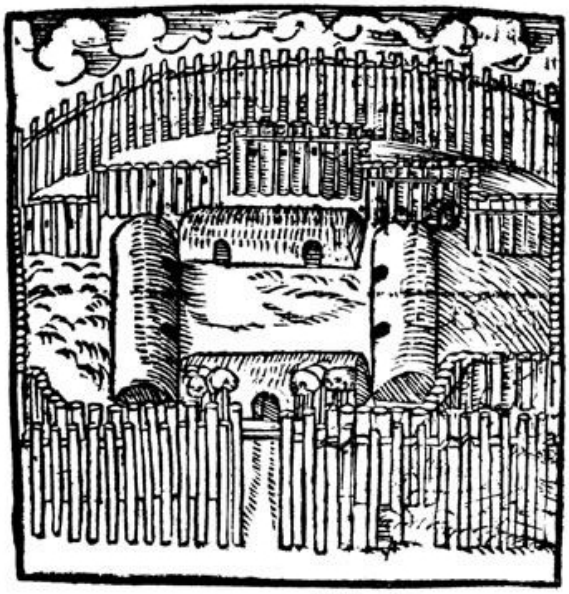


Figura 5: ilustração de uma aldeia tupinambá fortificada por estacas, ornada com crânios de inimigos devorados em sua entrada. Fonte: STADEN, 2010, pos. 1884.

Deixava, assim, bem definida a característica das pessoas que em terras americanas encontrava: um povo exótico, bárbaro e, principalmente, antropófago, que lutava e fazia alianças ora com portugueses ora com outros europeus, de acordo com as conveniências do momento ou interesses particulares ou contra grupos rivais. Desse modo, não diferenciava os tuínambás de outros povos brasileiros, mas apresentava-os em suas semelhanças com os demais locais, contribuindo para a construção, aos olhos europeus, de uma identidade externa brasileira que lhe parecia coerente com aquilo que narrou.

SEGUNDA PARTE: A DESCRIÇÃO NATURAL, HÁBITOS E COSTUMES

Na segunda parte do livro, intitulada "breve relato verídico sobre os modos e costumes dos tupinambás, de quem fui prisioneiro. eles vivem na América. Suas terras ficam a 24 graus ao sul da linha equinocial e fazem fronteira com o estuário de um rio que se chama Rio de Janeiro", o exotismo e as peculiaridades observadas por Staden são narradas em suas minúcias.

Relata "como se apresenta a terra da América, ou Brasil, que vi em parte", sendo um extenso território, onde existem muitas tribos de homens selvagens

com diversas línguas e "numerosos animais estranhos". Destaca que "tem um aspecto aprazível", onde "as árvores são sempre verdes" e que fornecem madeiras parecidas com as madeiras de Hessen. Os homens andam nus, pois em nenhuma estação faz tanto frio como em seu país natal, apesar de destacar que "na terra ao sul do trópico de Capricórnio é um tanto mais fria", habitada por uma "tribo de selvagens chamados carijós", cujos homens cobrem com peles de animais selvagens, preparadas "com esmero", enquanto as mulheres produzem tecidos de fios de algodão chamados tipoi, "parecidos com sacos, abertos em cima e embaixo" (STADEN, 2010, pos. 1829).

Os tupinambás, seus captores, são definidos como guerreiros ferozes, nômades, que se estabelecem "onde há água e madeira, e também animais e peixes nas proximidades., mudando-se sempre que se esgotam os recursos daquele local. As cabanas são construídas coletivamente, lideradas por um chefe e estranha que tais habitações não tenha divisões internas, tampouco alguém tenha "um quarto próprio" (STADEN, 2010, pos. 1884).

Apesar da selvageria manifesta, as impressões a respeito das pessoas nativas são favoráveis, mas com ressalvas ao que considera "desfigurações" do corpo através da pintura. Descreve-as como sendo:

> bonitas de corpo e de estatura, tanto homens quanto mulheres, da mesma forma que as pessoas daqui, exceto que são bronzeadas pelo sol, pois andam todos nus, jovens e velhos, e também não trazem nada nas partes pubianas. Mas desfiguram-se eles mesmos pela pintura. Não têm barba, pois extraem os pelos da barba com a raiz tão logo crescem. Fazem furos no lábio inferior, nas bochechas e nas orelhas e neles penduram pedras, é sua ornamentação. Também ornam-se com penas (STADEN, 2010, pos. 1940).

Faz também uma descrição do estágio rudimentar de seus instrumentos de caça e pesca, e como "racham e cortam nos lugares onde não podem obter machados, facas, tesouros e objetos similares dos cristãos" (STADEN, 2010, pos. 1948). Note-se, uma vez mais, que o mote de identidade não faz referência ao europeu, mas ao *cristão*, uma vez que existem mestiços em povoamento da nova terra.

Figura 6: o preparo da bebida pelas mulheres, "com a qual se embriagam". Fonte: STADEN, 2010, pos. 2037.

Também chamam a atenção e merecem seus registros detalhados aspectos socioculturais, tais como a maneira pela qual fazem o pão e como plantam e preparam as raízes de mandioca, como produzem bebidas, ("com as quais se embriagam"), o modo como temperam seus alimentos, a forma de organização governativa e "o que existe de ordem e de justiça", quantas mulheres têm um homem e como este se relaciona com elas ("a maioria dos homens tem apenas uma mulher, mas alguns têm mais, e alguns dos chefes têm treze ou quatorze"), como noivam, quais são os bens que possuem, qual sua maior honra ("capturar inimigos e abatê-los [...] e eles têm tantos nomes quantos inimigos tiver matado"), "como transformam suas mulheres em feiticeiras", como é feito seu transporte através das águas, por que comem seus inimigos, como fazem os planos de guerra e as armas utilizadas, e, finalmente, um extenso e detalhado registro sobre os costumes festivos e ritualísticos para matar e comer os inimigos (STADEN, 2010, pos. 1964-2348).

Findados estes apontamentos, faz um "relatório sobre alguns animais daquela terra", alguns similares ao que se encontra na Europa, outros diferentes e incríveis, mas nenhum fantástico. Assim, são feitas descrições de veados, porcos selvagens, macacos, e o exótico tatu, estendendo-se também por abelhas, lagartos e os tipos de pássaros aqui encontrados (STADEN, 2010, pos. 2355-2425). Logo após, debruça-se sobre a descrição da flora nativa, como a árvore de jenipapo, o algodão e a pimenta brasileira, e algumas raízes "que os selvagens plantam para comer" (STADEN, 2010, pos. 2435-2456).

Tais narrativas, com pouquíssimo ou nenhum juízo de valor, destacando o diferenre mas atento aos detalhes e em uma descrição próxima do modelo científico da época, sugere que neste bloco a contribuição do médico Dryander talvez tenha sido um pouco maior do que no restante da obra. De todo modo, pautado pelo estranho, era formado um retrato do novo mundo para os olhares europeus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hans Staden, o viajante europeu que esteve no Brasil, foi prisioneiro dos tupinambás e sobreviveu à sina antropofágica para contar suas histórias, colaborou para a imagem que seria construída pela mentalidade europeia sobre o país a partir de então. Constituía aquilo que denominamos, no presente estudo, de construção de uma identidade externa.

É importante ressaltar que os registros da época, independente de serem fantasiosos, exagerados, inverídicos, foram moldados a partir do olhar europeu. De fato, os viajantes que chegaram ao Brasil e depois descreveram-no a partir do século XVI, encontraram aqui uma realidade inteiramente diversa daquilo que conheciam até então, e para a qual não possuiam nenhuma referência em que se basear (RAMOS, 2004, p. 206). Diante da inconpreensão do outro, "selvagem", a primeira atitude foi julgar hábitos, costumes e comportamentos segundo os parâmetros identitários da própria cultura europeia – e mais ainda, cristã – da qual eram egressos. Esses narradores em geral, e Staden em específico, traçavam um panorama exótico sim, mas no caso do alemão, bastante plausível para os leitores do período, ávidos por saber mais a respeito do novo mundo onde o clima era sempre quente, de natureza exuberante, gentios de pele bronzeada e aspecto agradável que andavam desnudas, mas que também eram terríveis comedores de gente. Além disso, voluntária ou involuntariamente, servia aos propósitos de dominação de uma identidade sobre a outra.

Na diferenciação identitária que opunha "nós" (cristãos) e "eles" (selvagens), Staden criava uma narrativa calcada no destaque do alheio, do estranho, compondo um panorama de representação do outro enquanto completa oposição a si próprio e ao mundo do qual vinha (e para o qual escrevia).

Dessa forma, carregado nestas tintas, seria pintado uma pequena parte do grande quadro em que outros viajantes também retrataram a imagem de um Brasil exótico e selvagem, terra de sabores ou dissabores, paraíso e inferno, um admirável novo mundo cuja mesma imagem foi perpetuando-se através dos tempos desde então, e ainda hoje compõe parte da identidade externa a respeito do Brasil e dos brasileiros, não mais antropófagos, mas exóticos e donos de uma natureza exuberante.

Finalmente, por mais desagradável que possa parecer a noção de que a identidade pode ser também construída pelo outro, negar-lhe a existência não elimina seus usos, por mais incômodos ou crueis que possam se fazer sentir. Não se trata aqui de uma mera "ideia geral" de um grupo sobre outro, ou na definição de Caudau um conceito "sub ou superinterpretativo"[7] (CANDAU, 2012, p. 29). Acredito que o conceito de identidade externa vai além: é um sistema de crenças[8], com um conjunto de referenciais, modos, qualidades, defeitos ou comportamentos que são atribuídos como constituintes da totalidade dos componentes daquele grupo distinto, que não é o meu. Entender, nesse caso, que o conceito de identidade tanto pode ser utilizado como forma de orgulho e afirmação, também poderá ser utilizado como forma de diminuir, desprezar ou segregar determinados grupos, o que torna contraproducente dissociar a ideia de identidade como apenas de um significado: o de dentro para fora, ou um processo unicamente interno de construção, valorativamente positivo. A construção identitária externa, nem sempre positiva, existe e é um dos motores do domínio ou supremacia de determinados grupos sobre outros, sejam elas políticas, étnicas, culturais, sociais, econômicas, religiosas, ou, mais recentemente, de gênero ou condição sexual.

Um dos subprodutos, talvez o mais nocivo, mas não o único derivativo das identidades externas, é o preconceito. Aquela ideia geral, vaga e na maioria das vezes com viés negativo, pré-concebida e carregada de sentidos

7 Para Candau, são conceitos forjados de acordo com o ponto de vista e que envolvem uma "ficção" de um ou vários sujeitos coletivos. O autor ressalta que "ficção" pode ser excessivo, "salvo nos casos caricaturais em que se afirmará que *os* nuers, *os* italianos, *os* gregos, *os* judeus, *os* bretões ou *os* parisienses pensam isso ou acreditam naquilo" (CANDAU, 2012, pp. 29-30).

8 De acordo com Judith Beck, um sistema de crenças "são entendimentos que são tão fundamentais e profundos que as pessoas frequentemente não os articulam sequer para si mesmas. Essas ideias são consideradas pela pessoa como verdades absolutas, exatamente o modo como as coisas 'são'" (BECK, 1997, p. 30).

e sentimentos em relação a um povo ou grupo, tem sua origem naquilo que acreditamos ser a identidade do outro, seja grupo ou indivíduo.

Em suma, negar sua existência não a fará desaparecer. A identidade deve ser entendida como uma construção dual, opositiva, muitas vezes conflitante, e não apenas como um processo único de afirmação. Entender como se dá o processo de construção de identidade externa como forma de dominação, é o primeiro passo para enfrentá-la, desconstruí-la e, por fim, libertar-se.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco das Neves. *Diversidades, identidades e o ensino da História*. Rio Grande: FURG, 2013.

BECK, J. *Terapia Cognitiva:* teoria e prática. Porto Alegre: Artmed Editora, 1997.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade.* São Paulo: Contexto, 2012.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*: morfologia e História. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HUE, Scheila Moura. *Primeiras cartas do Brasil* (1551-1555). Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

NOAL FILHO, Valter Antonio; FRANCO, Sérgio da Costa. *Os viajantes olham Porto Alegre*: 1754-1890. Santa Maria: Anaterra, 2004.

RAMOS, Fábio Pestana. *No tempo das especiarias:* o império da pimenta e do açúcar. São Paulo: Contexto, 2004.

RODRIGUES, José Honório. *História e Historiografia*. Petrópolis: Vozes, 2008.

SCHILLING, Voltaire. As aventuras de Hans Staden. *Educaterra*. Disponível em <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/500br/hans_staden.htm> Acesso 24/jul/2013.

STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

VILLAS BÔAS, Luciana. O livro de Hans Staden e a História do Brasil colonial. *Ciência Hoje*, vol. 48, n. 286, 2011.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, Tomaz Tadeu (org). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

"VOCÊ É MULHER O SUFICIENTE PARA SOBREVIVER?": A DESCONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA EM *BITCH PLANET* DE KELLY SUE DECONNICK E VALENTINE DE LANDRO

Márcia Tavares Chico[1]

INTRODUÇÃO

As histórias em quadrinhos como as conhecemos surgiram no século XIX, nos Estados Unidos, nas tiras de jornais (KAINDL, 2016). Ao longo dos anos, os quadrinhos foram se modificando e se consolidaram em um gênero próprio, com suas características e subdivisões. Como artefatos culturais e históricos, os quadrinhos carregam em suas histórias visões de mundo, pensamentos, acontecimentos e ideias da época em que são produzidos, incluindo noções sobre o feminino.

Segundo Janice Barcellos (1995), as personagens femininas dos quadrinhos, criadas, em sua maioria, por homens, são receptáculos das ideias dos produtores masculinos sobre o que vem a ser o feminino. Para a autora, os produtores de quadrinhos pós-Segunda Guerra Mundial e depois dos anos 60, começaram a investir em elementos do cotidiano das mulheres, e em sua luta por independência e direitos iguais. No entanto, a representação das mulheres e do feminino nestes quadrinhos era sempre a interpretação que os produtores masculinos entendiam do movimento das mulheres. Segundo a autora,

1 Mestra em Letras (UFPel) e doutoranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

> as personagens femininas que passam a habitar os quadrinhos, independentes e liberadas, não são uma criação das mulheres, mas uma projeção masculina sobre os modelos reivindicados por mulheres no mundo todo. Deste modo, tal projeção masculina não consegue escapar de uma outra representação: aquela que eles consideram como feminino (BARCELLOS, 1995, s/p).

Isso perdura até os dias atuais: a representação do feminino pelos produtores masculinos objetiva criar uma "representação feminina de fácil identificação" (BARCELLOS, 1995, s/p). Sendo que o público majoritário das histórias em quadrinhos ainda é o público masculino, a representação feminina precisa ser de fácil identificação para este público, fazendo com que as mulheres leitoras de quadrinhos sejam, muitas vezes, ignoradas.

Podemos dizer que as personagens femininas nas histórias em quadrinhos são criadas a partir do olhar masculino para agradar o olhar masculino. Isso constrói uma identidade do feminino própria das histórias em quadrinhos, uma identidade que acaba sendo tomada por verdadeira por leitores masculinos mesmo quando causa um estranhamento nas leitoras mulheres.

Ao representarem as personagens através de seus corpos e de sua sexualidade, os produtores de HQs desumanizam as personagens, "contribuindo para normatizar uma cultura de desigualdade que se reflete tanto nos quadrinhos quanto na vida real e quotidiana" (MELO; RIBEIRO, 2015, p. 114).

Mesmo que a representação sexualizada do feminino perdure até o momento, muitas produtoras de histórias em quadrinhos, e, até mesmo, muitos produtores, criam histórias que tentam desconstruir a identidade feminina criada nas mesmas, muitas vezes se utilizando dos estereótipos do feminino presentes nos quadrinhos e das ideias sobre o feminino presentes na sociedade no período em que são produzidos, para realizarem uma crítica social e de representação do feminino.

O presente artigo procura analisar o primeiro volume da série *Bitch Planet* (2015) escrita por Kelly Sue DeConnick e desenhada por Valentine de Landro. Procura-se ver como o feminino é representado e como a identidade normativa e performativa é desconstruída na narrativa. O quadrinho narra a história de mulheres que são enviadas para um planeta prisão, conhecido vulgarmente como "Bitch Planet", por não se encaixarem nos padrões sociais do que vem a ser o feminino. Para tal análise, utilizaremos noções próprias dos quadrinhos, assim como noções de gênero e identidade.

"TEU PAI A EXPULSOU": CRIAÇÃO DE UMA IDENTIDADE FEMININA

Logo no início do quadrinho somos apresentados ao "Bitch Planet" e às mulheres que são condenadas a passar seu tempo em tal prisão. "Bitch Planet" é o nome pejorativo do planeta prisão (ou "Auxiliary Compliance Outpost) para o qual mulheres que não obedecem, não cumprem, a ideia de feminino presente na sociedade são enviadas para que aprendam a serem "mulheres de verdade".

Segundo Judith Butler, não há uma verdade de gênero, algo essencialmente feminino ou masculino; o que existe é uma ideia, produzida na superfície do corpo, de uma determinada identidade de gênero, em outras palavras, uma *fabricação* que acaba produzindo a ideia de uma naturalidade, de uma verdade de gênero (BUTLER, 2014). Segundo a filósofa, essa identidade criada por tal ideia de gênero é formada, sustentada e regulada por signos corpóreos e por discursos presentes na sociedade.

Assim, logo no início da narrativa, temos acesso aos discursos que estão sendo formados ao redor do corpo feminino, criando uma ilusão de uma "feminilidade padrão" e punindo aquelas que não se encaixam em tal padrão. Vale lembrar que, segundo Butler, os discursos formativos de gênero são normativos e punitivos, excluindo os corpos que não se encaixam no grupo (BUTLER, 2014).

Passaremos agora a analisar algumas páginas iniciais do quadrinho para melhor entendermos como as noções de feminilidade são construídas na obra e quais são essas noções.

Na Figura 1, temos um *spread* que ocupa duas páginas, detalhando o que pode levar uma mulher a ser enviada para o "Bitch Planet". É importante notar o posicionamento das legendas. Segundo Eisner, o posicionamento dos balões ou das legendas é imprescindível para a compreensão da narrativa, pois guia o leitor ou a leitora para a ordem pretendida pelo ou pela produtor/a do texto (EISNER, 2005). As legendas seguem a fala do locutor de rádio detalhando os crimes que são passíveis de punição. Cada legenda é colocada juntamente com uma mulher apresentada nas imagens, levando o leitor ou a leitora a entender que o crime presente na legenda é o crime cometido pela mulher em questão.

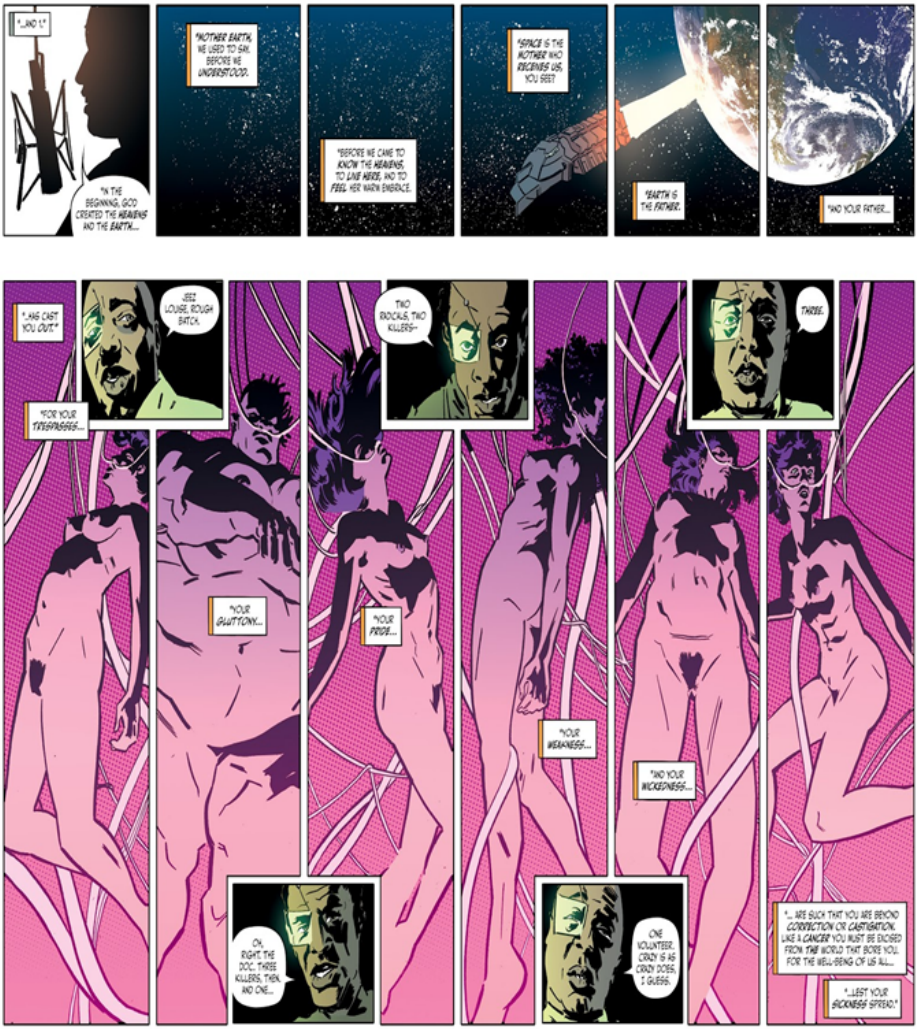


Figura 1: Páginas iniciais de *Bitch Planet* © Image Comics
Fonte: DeCONNICK; de LANDRO, 2015.

O interlocutor de rádio começa, então, o seu discurso, dizendo que a percepção inicial dos humanos era que o planeta Terra era uma mãe, a 'Mãe Terra". Depois que os humanos encontraram seu lugar entre as estrelas, tal percepção mudou. O espaço, aquele que recebe de braços abertos, passou a ser visto como a "mãe", enquanto a Terra, aquela que expulsa e pune, ficou conhecida como o "pai". Já aí temos uma ideia bem definida do masculino e do

feminino. O feminino é aquele que recebe, nutre incondicionalmente, aquele que abraça e acolhe; já o masculino é aquele que faz as regras e as impõe, que pune aqueles e aquelas que não se encaixam nos padrões, que quebram as normas estipuladas. O feminino é suave e macio, acolhedor. O masculino é duro e frio, impositivo.

O masculino presente na narrativa expulsou seis mulheres, cada uma encapsulada em um painel, por crimes variados. Temos "orgulho", "gula", "fraqueza". As mulheres em questão estão "além da correção ou do castigo" são como "um câncer que precisa ser extirpado" para "o bem-estar de todos…" antes que "sua doença se espalhe"[1] (DeCONNICK; de LANDRO, 2015, p. 5, tradução minha).

Pode-se dizer, então, que temos presente na obra uma ideia de poder e de dominação, uma dominação presente física e simbolicamente, conferindo a uma parcela da população o poder de normatizar e punir a outra parcela. Como apresentado por Bourdieu, não se trata de justiça, se trata somente de poder (BOURDIEU, 1989).

A não-conformidade feminina é equiparada a uma doença, a qual pode se espalhar se não for contida. Assim, o aprisionamento e a punição de tais mulheres não é visto como um castigo propriamente dito, mas sim como um tratamento, um remédio contra um mal que pode atingir o resto da sociedade e levar à morte da mesma – ou melhor, à morte de um tipo de vida, de uma ideia de sociedade que é benéfica para uma determinada porção desta.

No entanto, começamos a ver diferenças na forma como o feminino é representado imageticamente. Como mencionamos anteriormente, o feminino é muitas vezes representado de maneira sexualizada para agradar o olhar masculino. Na narrativa, está claro que as roupas das prisioneiras foram retiradas como forma de demonstração de poder, de controle.

Segundo Butler, as vestimentas são uma forma de performatização de gênero, pois consolidam certas ideias que temos sobre o que é feminino ou masculino. Elas produzem sentido e são uma forma de participação na sociedade (BUTLER, 2014). Também podem ser vistas como uma forma de resistência, como uma performance contra a performatividade que naturaliza uma certa ideia de ser. Ao retirarmos as roupas da equação, no contexto da obra, temos uma tentativa de desumanização, de controle até mesmo dos direitos mais básicos de uma pessoa.

1 No original: "... are such that you are beyond correction or castigation. Like a cancer you must be excised from the world that bore you. For the well-being of us all… lest your sickness spread."

Entretanto, o que diferencia o presente quadrinho de muitos outros é a apresentação dos corpos femininos. Eles não são sexualizados ou colocados de forma a agradar o olhar do leitor. São corpos diferentes, de tamanhos e formas diferentes. Não seguem um padrão de beleza ou apresentam uma função de erotização do momento: são corpos assustados e que estão presos, vítimas de uma sociedade que não os aceita como são.

A partir deste momento, podemos notar que a HQ está operando em dois planos discursivos diferentes: um plano é aquele apresentado como sendo o discurso hegemônico presente na sociedade em que se passa a história, no qual a "conformidade", principalmente das mulheres, é desejada acima de tudo; em outro plano, temos o discurso de quebra de tais valores, de que não há uma identidade padrão fixa para o feminino, sendo que este pode ser corporificado das mais diversas formas.

O discurso contestador presente na narrativa vai ao encontro das ideias de identidade de Stuart Hall. Segundo o autor, não é possível falarmos em identidade, mas sim em identidades, pois a identidade não é fixa e não é única, ela está em constante modificação e desenvolvimento (HALL, 2015).

DOMINAÇÃO SIMBÓLICA E CRIAÇÃO DE UMA IDENTIDADE FEMININA

Bourdieu, em *O poder simbólico*, traz que a cultura que nos une também é responsável por nos separar e por legitimar determinadas práticas (BOURDIEU, 1989). O poder simbólico acaba por ser um instrumento de imposição, legitimando a dominação, produzindo e circulando ideologias (BOURDIEU, 1989).

A noção de um feminino é socialmente construída e legitimada por práticas sociais, com regras sendo impostas para que não haja desvios ou para que, caso desvios aconteçam, estes sejam punidos. Isso é o que o autor chama de "domesticação", ou seja, a imposição de valores e costumes que são legitimadores de uma prática e leva aqueles que são dominados a aceitarem a sua dominação (BOURDIEU, 1989).

Figura 2: Exemplo de dominação simbólica em *Bitch Planet* © Image Comics
Fonte: DeCONNICK; de LANDRO, 2015.

Como mencionado anteriormente, acreditamos que a HQ se utiliza de certos estereótipos do feminino, de ideias e até mesmo de discursos sobre o feminino para tentar desconstruir a ideia de uma única identidade feminina, principalmente no meio dos quadrinhos, no qual a representação feminina ainda é estereotipada e limitada apesar do aumento de publicações que tentam fugir das amarras do gênero quadrinhos.

Assim, podemos ver, na Figura 2, a dominação simbólica em efeito na HQ e como há uma tentativa de desconstruir o que vem a ser uma mulher e os discursos punitivos contra aquelas que não se encaixam no padrão.

Na Figura 2, Kamau Kogo, uma das mulheres enviadas ao "Bitch Planet" por desobediência, é colocada em uma cela separada e recebe a visita de uma das guardas da prisão. Em sua conversa, a guarda tenta convencer Kamau de que o lugar onde estão não é uma prisão no sentido estrito da palavra, mas sim um lugar de reabilitação, um lugar que oferece um propósito a todas as mulheres que não conformam com os valores da sociedade. A guarda tenta convencer Kamau a aceitar sua punição e dar uma amostra de sua lealdade para com o Conselho – e com o Diretor – do sistema.

O discurso feito pela guarda apresenta várias ideias que são parte do senso comum. Segundo ela, prisões são caras e, já que as mulheres ali precisam de um propósito, elas deveriam participar de um esporte de equipe e competir contra a equipe masculina. Kamau não aceita a proposta. Para ela, não faz sentido "pagar pelo sistema que as aprisiona"[2] (DeCONNICK; de LANDRO, 2015, p. 43, painel 2).

Kamau, ao contrário da guarda, vê os problemas do sistema e entende o "Bitch Planet" como a prisão que é, um local criado para punir aquelas que ousam quebrar as regras impostas. A guarda não aceita a resposta de Kamau e diz que o Conselho não é "anti-mulher" e se usa como exemplo. Esse é um discurso presente no senso comum de nossa sociedade e que está representado nas páginas da HQ: não existe diferença de tratamento entre homens e mulheres pois algumas mulheres se encontram em posições de poder, algumas mulheres conseguiram quebrar o círculo de opressão – ou se renderam a suas regras e imposições – e chegaram a posições muitas vezes ocupadas somente por homens. A guarda traz esse discurso para si: o Conselho e, portanto, a prisão em si não são contra o feminino, contra as mulheres; ela está ali presente, o que significa que o Conselho e a prisão estão ali para ajudar as mulheres.

2 No original: "...pay for a system that locks them up."

Quando Kamau não aceita a proposta – e nem o discurso apresentado –, a guarda tenta levar Kamau a pensar que aceitar a proposta do Conselho é servir seus próprios interesses. Estar em conformidade com o sistema é benéfico para todos os envolvidos, pois leva a benefícios e melhorias de vida. Já não estar em conformidade leva apenas ao isolamento e ao sofrimento.

Segundo Aaron Meskin

> Imagem e texto determinam o conteúdo da narrativa em quadrinhos padrões ao trabalharem juntos (por exemplo, ao se "misturar" em um sentido importante) ao invés de se manterem distintos como é o caso do texto e das figuras na literatura ilustrada tradicional. Palavras e imagens nos quadrinhos tipicamente se combinam para criar um total unificado, ainda que complexo[3] (MESKIN, 2015, p. 235, tradução minha).

Assim, é importante analisar não somente o discurso escrito, mas também aquele presente na parte imagética. O movimento das personagens e sua linguagem corporal também indicam o desentendimento entre elas e suas visões antagonísticas sobre o mesmo tema. Enquanto a guarda permanece tranquila, Kamau apresenta sinais de emoção e de raiva, virando o rosto para a guarda ou apontando o dedo para ela (painéis 3 e 4). Além disso, o uso de cores também é indicativo da diferença. A guarda está vestida de preto, uma cor que não chama muito a atenção, mais neutra; enquanto Kamau está de laranja, uma cor mais distinta e que chama a atenção para si.

A guarda pode ser considerada um exemplo de "domesticação" da dominação. Ela toma para si um discurso que é usado contra ela ou contra pessoas como ela e o vê como correto, como natural. Para ela a culpa reside em Kamau e mulheres como ela e não no sistema que as aprisiona somente por serem quem são.

O CORPO FEMININO E OS PADRÕES DE BELEZA

A questão da aparência também está fortemente presente na HQ.

3 No original: "Image and text determine narrative content in standard comics by working together (i.e. by "blending" in some important sense) rather than remaining distinct as do text and pictures in traditional illustrated literature. Words and pictures in comics do then typically combine to create a unified, albeit complex, whole".

Figura 3: Questão da aparência em *Bitch Planet* © Image Comics
Fonte: DeCONNICK; de LANDRO, 2015.

Segundo Hall, "a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpretado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida" (HALL, 2015, p. 16). Quando se trata de histórias em quadrinhos, temos presente uma forte representação da identidade feminina como o "outro", aquele em oposição ao masculino e que possui características opostas: ao invés de força, fraqueza; ao invés de caráter, beleza; e assim por diante. Sendo assim, é muitas vezes difícil para as leitoras de quadrinhos se identificarem com as personagens femininas, pois, conforme mencionado anteriormente, estas são construídas pelo olhar masculino para o olhar masculino (BARCELLOS, 1995).

Segundo Oliveira, a representação dos corpos femininos nos quadrinhos estabelecem padrões de beleza e "fixam a identidade feminina enquanto reafirmam valores masculinos" (OLIVEIRA, 2002, p. 33). A autora teoriza sobre a existência de três tipos de corpos femininos nos quadrinhos: o corpo *maternizado*, o infantilizado e o erotizado. Os dois primeiros "são construídos através da ausência de atributos sexuais" (OLIVEIRA, 2002, p. 34), enquanto o corpo erotizado é completamente sexualizados.

Assim, cada um desses corpos funciona como uma forma de controle, sendo os corpos mais comuns os erotizados. A representação física do feminino é construída através de um modelo que controla a sexualidade feminina e "se reorganiza ao sofrer resistência, muda suas estratégias e incorpora uma ou outra mudança para, em seguida, inscrevê-la em seu conjunto de normas" (OLIVEIRA, 2002, p. 36). A representação do feminino, então, irá mudar de acordo com o momento histórico e como as mulheres são vistas na sociedade.

O quadrinho toma as ideias sobre aparência feminina e as subverte, quebrando com os modelos de representação do corpo feminino comuns nas HQs.

Na Figura 3 podemos ver a personagem Penelope Rolle sendo submetida a um teste de aparência. Penelope foi presa porque sua aparência foi taxada como não-conformista. Indo de volta à Figura 1, podemos ver que a palavra "gula" aparece no painel de Penelope, dando a entender que seu crime era estar acima do peso normatizado como ideal e padrão pela sociedade da narrativa.

Os membros do Conselho e o Diretor submetem Penelope a um teste de auto-imagem. Eles a prendem a uma cadeira e a colocam em frente a um espelho, o qual possui a função de mostrar qual seria a imagem ideal que uma mulher teria de si mesma. A expectativa dos membros do Conselho era de que Penelope teria uma versão idealizada de si que fosse mais magra e que se en-

caixasse melhor no seu padrão de beleza. No entanto, não é isso que acontece. A visão idealizada de beleza de Penelope é ela mesma, quebrando, assim, com o que era esperado.

A dicotomia entre a reação de Penelope e a reação do Conselho fica bem explícita na parte imagética. O Conselho reage com horror perante a cena. Já Penelope reage com alegria, com risadas quando sua imagem permanece a mesma. Podemos dizer que sua alegria não está voltada somente para o fato da confirmação de que sua imagem idealizada representa sua imagem real, mas também está voltada para a quebra de expectativas: não há nada de errado com ela. Por mais que o Conselho e o mundo a condenem ao "Bitch Planet" por não se encaixar nos padrões esperados, ela é verdadeira a si mesma e a sua realidade. Pensando assim, como é que algo que não está quebrado pode ser consertado? Voltamos, assim, à metáfora inicial de doença: se não há uma doença presente, o que está sendo tratado?

Penelope é representada como uma mulher que ama cozinhar, que se preocupa com sua família, que está satisfeita com o próprio corpo e com a própria situação. Em suas palavras "Eu não estou quebrada. E vocês cretinos nunca vão me quebrar"[4] (DeCONNICK; de LANDRO, 2015, p. 77, painéis 3 e 4, tradução minha). Ela é uma mulher multifacetada, sua identidade não está contida em apenas um elemento.

Assim, a narrativa segue desconstruindo a ideia de uma identidade feminina padrão. Todas as mulheres apresentadas na narrativa, até mesmo a guarda, são tridimensionais e com características próprias que as definem. Assim,

> A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2015, p. 12).

Aqui, o primeiro discurso apresentado, o discurso hegemônico de conformidade feminina, já está completamente desmantelado. Resta apenas o segundo discurso, o de quebra de tais valores, o qual mostra que o feminino não está atrelado a uma identidade ou a uma representação apenas. A diferença não é algo ruim que deve ser aniquilado, "a identidade *depende* da diferença" (WOODWARD, 2014, p. 40).

4 No original: "I ain't broke. And you bastards ain't never gonna break me."

"NOS DAMOS BEM QUANDO OBEDECEMOS" – PROPAGANDAS SATÍRICAS DE FINAL DE CAPÍTULO

Para finalizar a análise, apresentaremos algumas propagandas presentes no final de cada capítulo da HQ. As propagandas, em sua maior parte satíricas, apresentam os dois discursos presentes: o de conformidade e o de não-conformidade.

A Figura 4 traz um exemplo de anúncios que seguem o discurso de conformidade, todos apresentados de forma bem satírica como anúncios de produtos de higiene ou produtos para mulheres usarem para agradar seus maridos. Podemos ver, na Figura 4, slogans do tipo "Nos damos bem quando obedecemos"[5] (DeCONNICK; de LANDRO, 2015, página extra) ou apresentando produtos que tem como intuito agradar o homem em um relacionamento. Os produtos deixam claro que a culpa dos problemas em um relacionamento são da mulher e não do homem. A mulher deve fazer o possível para obedecer e se manter dentro das regras e dos padrões. A comida ingerida deve levar a um bom regulamento intestinal para manter a forma, o corpo não pode apresentar nenhum odor pois afastará o marido. Além disso, as cores utilizadas são cores normalmente associadas com o feminino: tons pastéis de rosa, lilás e verde. Não são cores que tentam chamar a atenção do masculino ou quebrar com expectativas: são cores utilizadas para manter a complacência.

É claro que devemos notar o uso satírico de tais anúncios dentro da HQ. Como vimos, o quadrinho desconstrói uma identidade única do feminino, uma identidade de conformidade. Assim, mesmo representando o discurso hegemônico apresentado, a HQ o faz de forma irônica, com nomes de produtos que remetem a produtos existentes em nossa sociedade e que também remetem a discursos comuns sobre o feminino, como é o caso de Niágara, uma pílula para as "partes femininas" (DeCONNICK; de LANDRO, 2015, página extra).

Outros anúncios presentes nos finais de capítulos apresentam mensagens em código trocadas entre mulheres que não conformam com os padrões ou até mesmo propostas de tatuagens de símbolos de não-conformidade.

5 No original: "We get by when we comply."

Figura 4: Exemplo de anúncios satíricos de conformidade em *Bitch Planet* © Image Comics
Fonte: DeCONNICK; de LANDRO, 2015.

CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS

Os quadrinhos são uma mídia de massa, objetos histórico-culturais, frutos de uma determinada sociedade em um determinado momento histórico. Sendo assim, eles carregam, em si, pensamentos, ideias e valores de quem os produz e da sociedade em que estão inseridos. Muitos quadrinhos continuam reproduzindo uma determinada ideia do feminino, um feminino visto como "outro", como aquele que deve se conformar aos padrões da sociedade, que é erotizado e sexualizado, sem agência própria e vinculado à narrativa da personagem masculina.

O presente trabalho procurou demonstrar como essa narrativa de representação do feminino foi apresentada e desconstruída no primeiro volume do quadrinho *Bitch Planet* escrito por Kelly Sue DeConnick e desenhado por Valentine de Landro. O quadrinho abre com um discurso de dominação do masculino, com o feminino que não se encaixa no padrão sendo visto como uma espécie de doença que precisa ser curada ou erradicada. No entanto, ao longo da narrativa, tal discurso é contestado e desconstruído, mostrando a multiplicidade da identidade feminina e de sua representação.

As personagens apresentadas são construídas de forma multifacetada, contestando o status quo existente e sendo validadas da forma como são, não da forma como a normatização de gênero impõe. A ideia de uma prisão, de um lugar para "arrumar" as mulheres que não se encaixam é desafiada, assim como o discurso que a envolve. Os corpos apresentados não são sexualizados, sendo representados das mais diversas formas e maneiras, quebrando com a expectativa de padrões de beleza do feminino e com a sexualização de personagens femininas para o agrado do olhar masculino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELLOS, Janice Primo. *O feminino nas histórias em quadrinhos.* Disponível em <http://www.eca.usp.br/nucleos/nphqeca/agaque/ano2/numero4/artigosn4_1v2.htm> Último acesso de 29 de agosto de 2019.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero:* feminismo e subversão da identidade. 7. ed. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

DeCONNICK, Kelly; de LANDRO, Valentine. *Bitch Planet:* vol. 1. Nova York: Image Comics, 2015.

EISNER, Will. *Narrativas gráficas.* Tradução Leandro Luigi Del Manto. São Paulo, Devir: 2005..

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

MELLO, Kelli Carvalho; RIBEIRO, Maria Ivanilse. Vilãs, mocinhas ou heroínas: linguagem do corpo feminino nos quadrinhos. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*. Ponta Grossa, v. 6, n. 2, ago. / dez. 2015. p. 105 – 118.

MESKIN, Aaron. Comics as literature? *British Journal of Aesthetics.* v. 49, n. 3, jul./2009. p. 219 – 239.

OLIVEIRA, Selma Regina Nunes. O jogo das curvas. *Comunicação e espaço público.* Ano V, n. 1 e 2, 2002. p. 32-43.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz (org.). *Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 15ª ed. 2019, p. 7-72.

IMAGENS DE OUTROS, IMAGENS DE SI: IDENTIDADES VISUAIS FOTOGRÁFICAS DE ALICE BRILL

Maria Clara Lysakowski Hallal[1]

INTRODUÇÃO

Alice Brill, fotógrafa judia e alemã, veio com sua família para o Brasil fugida do nazismo. Sua formação profissional deu-se em vários momentos; no Brasil, nos Estados Unidos e de volta ao solo brasileiro. Ela fez parte de um conjunto de fotógrafas de uma geração importante para a História da Fotografia, composto por, especialmente, fotógrafas judias que vieram da Europa fugidas da ascensão do nazismo, algumas já especializadas no ramo fotográfico, outras aperfeiçoaram-se no país e, como no caso de Brill, sua formação se deu em diversas etapas.

Simultaneamente, indo ao encontro das ideias de Matos *et. al.* (2018), entre o fim do século XIX e a década de 1930, aconteceu uma transformação no papel social da mulher, o qual foi influenciado pelas imigrantes chegadas da Europa. Essa transformação também foi ocasionada pela Primeira Guerra Mundial, em que um grande número de mulheres entrou no mercado de trabalho, como forma de subsistência e, também, de auxiliar os seus respectivos países que se encontravam em processo de guerra e, posteriormente, de reconstrução.

1 Mestra em História (UFPel) e doutoranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Até 1950, poucas mulheres exerciam a profissão de fotógrafa. Com um número de profissionais mais crescente na Europa, principalmente após a Primeira Guerra Mundial, a fotografia possibilitou que muitas jovens ajudassem suas famílias e conquistassem sua independência por meio da profissão. No Brasil, até a metade do século XX, tem-se a atuação das imigrantes Gertrudes Altschul (1904-1962), Hildegard Rosenthal (1913- 1990), de origem suíço-alemã, Alice Brill (1920 – 1990) e a húngara Judith Munk (1922- 2004). Elas fizeram parte de um momento peculiar da fotografia latino-americana e brasileira, que, apesar de não ter sido a inauguração da presença feminina nesse ofício, foi a consolidação da linguagem visual da fotografia moderna, alcançada, sobretudo, por mulheres estrangeiras[1] .

Diante disso, entende-se que o percurso dessas fotógrafas, emigrantes do seu país de origem para o Brasil, na maioria judias, fugindo das ameaças do antissemitismo, possivelmente acarreta transformações do seu ato de fotografar, e, com isso, suas identidades são modificadas, pois compreende-se que a identidade está vinculada às condições sociais e materiais da pessoa, isto é, das suas próprias vivências.

Este trabalho pretende, dessa forma, analisar cinco imagens da fotógrafa Alice Brill e refletir sobre como as suas identidades, principalmente pelo fato de ela ser uma mulher fotógrafa e imigrante, estão relacionadas nas fotografias. Desse modo, entende-se que é preciso sempre considerar identidades no plural, pois não são fixas, ainda mais no caso de migrações, que produzem identidades plurais e, possivelmente, deslocadas das suas identificações nacionais e locais, com as quais as pessoas se relacionam desde o seu nascimento (país de origem, local de moradia, trabalho e relações sociais).

O repertório visual de Alice Brill é amplo, está sob a guarda do Instituto Moreira Salles e conta com mais de 14 mil negativos. Para esse momento, optou-se por fazer um recorte visando compreender como a fotógrafa, com seu olhar imigrante, fotografou outras mulheres nas suas mais diversas atividades; trabalhando, esperando a condução, lendo e, até mesmo, pintando quadros.

Assim, sob as perspectivas de gênero e de migração, este trabalho transcorrerá entendendo que, para Butler (1990), os sentidos construídos sobre os gêneros feminino e masculino, isto é, sobre homens e mulheres, devem ser analisados em forma de perguntas e não em categorias fixas. Desse modo, a autora entende que o sexo é culturalmente construído e que "it becomes

1 Ver mais em: https://revistazum.com.br/noticias/nova-mulher-fotografia-brasileira/ Acesso: 20/10/2018

impossible to separate 'gender' from the political and cultural intersections in which it is produced and sustained"[2] (BUTLER, 1990, p.134).

Percebe-se, dessa forma, que, mais do que ser mulher, a questão é considerar os sentidos que são produzidos. No caso de Alice Brill, a fotografia foi um dispositivo envolto por uma rede de relações e possibilidades; seu gênero, sua condição de imigrante e, até mesmo, a pouca presença feminina, até então, nas fotografias das cidades, devem ser levados em conta.

DA ALEMANHA AO BRASIL: CAMINHOS PERCORRIDOS POR ALICE BRILL

Alice tinha genitores voltados às artes e à escrita, seu pai era pintor e a mãe, jornalista. Nasceu na Alemanha, mas, em 1943, com a ascensão das ideias antissemitas, aos 14 anos, migrou para o Brasil e, especificamente, para a cidade de São Paulo. Por volta dos anos 1940, aproximou-se do grupo Santa Helena, cujos participantes se reuniam no Palacete Santa[3] Helena, na praça da Sé, centro de São Paulo, para sessões de modelo vivo e também faziam saídas ao interior da cidade para pintar paisagens ao ar livre. O grupo era constituído por pintores imigrantes, na maioria homens, que discutiam sobre o fazer pintura e o que era a pintura moderna. Foi através da convivência com esse grupo que Brill fez amizades com os artistas Mario Zanini, Paulo Rossi Osir, Alfredo Volpi, dentre outros.

No caminho percorrido da Alemanha para o Brasil, a família Brill passou pela Espanha e pela Itália para regularizar os papéis da imigração. Nesse percurso, Alice trouxe na bagagem uma câmera estila Agfa, portátil e que fazia fotos 3x4 com a qual registrou suas impressões no trajeto. O equipamento era presente do pai, que, dois anos depois da chegada da família em São Paulo, por motivos econômicos e de trabalho, voltou à Alemanha e morreu em 1942, em um campo de concentração.

Nos seus primeiros anos no Brasil, Alice Brill conviveu com atitudes antissemitas, tensionadas pelo Estado Novo[4] e pelo começo da Segunda Guerra

2 "Torna-se impossível separar 'gênero' das intersecções políticas e culturais nas quais é produzido e sustentado" (tradução da autora).

3 Edifício que, no início do século XX, inovou a arquitetura do centro da cidade de São Paulo e abrigou, durante vários anos, artistas para discutir as questões de estéticas e Modernidade. Foi demolido na década de 1970 para dar lugar à Estação Sé do metrô.

4 O Estado Novo foi o regime político brasileiro instaurado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, que vigorou até 31 de janeiro de 1946. A nova Carta (Constituição) incluía vários dispositivos semelhantes aos encon-

Mundial[5]. Mesmo após 1942, quando o Brasil assume apoio ao lado dos Aliados, sua nacionalidade alemã-judia permaneceu sob suspeita e teve suas atividades limitadas, como esclareceu Eva Lieblich Fernandes, sua companheira em várias incursões artísticas:

> [...] na época da guerra, nós, refugiados do nazismo, éramos consideramos "súditos do Eixo". As viagens à praia eram proibidas. Qualquer viagem fora da cidade, aliás, era sujeita a "salvo conduto" da polícia (KOSSOY; FERNADES, 2005, p.18).

Em 1945, já com o fim da guerra, Alice Brill ganhou uma bolsa de estudos para estudar pintura e fotografia, na *University of New Mexico*, em Albuquerque, e na *Art Students League,* em Nova York. A fotógrafa explanou que o objetivo inicial era apenas o curso de pintura, sua paixão. Porém, "incluí um curso de fotografia para tentar a vida como fotógrafa, no futuro (BRILL, 1988, p.13).

Voltando ao Brasil, em 1948, optou por continuar sua carreira em fotografia, por entender que era uma profissão mais rentável no momento. Assim, estabeleceu seu laboratório fotográfico no porão da casa da sua mãe e começou a fazer reportagens. No ano seguinte, casa-se com Julijan Czapski, que colaborou com seu ofício sendo seu assistente, enquanto era um estudante de Medicina. Nesse momento, Brill já trabalhava com dois equipamentos fotográficos: uma câmera Roleiflex 6x6 e uma Ikonka 35mm, as quais lhe conferiram maior agilidade e autonomia no seu modo de fotografar (MOREIRA, 2016).

Em 1952, começou a trabalhar como fotógrafa para o Museu de Arte de São Paulo e para a *Revista Habitat*, editada pelo casal Pietro e Lina Bo Bardi. Para esses trabalhos, Brill fotografou diversas regiões do país, em viagens ou expedições fotográficas, não se fixando exclusivamente em São Paulo.

Assim, sua formação técnica era bem sólida, com forte rigor técnico. Além disso, ela era uma fotógrafa de rua, privilegiando a paisagem urbana e, especialmente, os atores sociais constituintes desse Brasil que era novo para a imigrante Brill. Ainda, seu olhar, até o momento, indica que foi constituído de suas diversas formações técnicas e identidades que foram constituídas conforme a sua trajetória ia se modificando. Especialmente no caso de uma mu-

---

trados em constituições de regimes autoritários vigentes na Europa, como as de Portugal, Espanha e Itália. Fonte: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/EstadoNovo

5 A guerra teve início em 1 de setembro de 1939 com a invasão da Polônia pela Alemanha e as subsequentes declarações de guerra da França e da Grã-Bretanha, estendendo-se até 2 de setembro de 1945.

lher imigrante e fotógrafa, nos anos 1940/1950, no Brasil, essas identidades vão sendo continuamente deslocadas.

O OLHAR DE ALICE BRILL PARA AS MULHERES DO BRASIL NOS ANOS 1950

A busca por novas interpretações da vida cotidiana fez o trabalho de Alice Brill ser múltiplo, fotografando desde os transeuntes da cidade de São Paulo, passando por cidades como Salvador, Minas Gerais, e registrando homens, mulheres e crianças constituintes desses lugares. Para esse momento, foi feito um recorte do olhar de Alice Brill para a presença feminina nas cidades de São Paulo e de Salvador.

Como os autores Boris Kossoy e Ronandl Entler (1996) afirmaram, no percurso fotográfico brasileiro, teve-se aproximadamente trinta e oito fotógrafos de renome, e figuram apenas sete fotógrafas de maior prestígio, no período do início do século XX até os anos 1990. As profissionais são: Alice Brill, Hildegard Rosenthal, Claudia Andujar, Maureen Bisilliat, Bettina Musati, Claudia Jaguaribe e Rosangela Rennó, ou seja, 13,15% de todos os profissionais fotográficos renomados eram mulheres. Diante disso, entende-se a importância de estudar o percurso fotográfico de Brill intercalado com as questões de gênero e de identidades envolvidas no seu ato de fotografar.

Para este estudo, foram selecionadas cinco imagens consideradas as mais representativas do trabalho de Brill e que irão dialogar com as questões de gênero e de imigração relacionadas ao processo de configuração e reconfiguração da(s) identidade(s) da fotógrafa ao longo de sua jornada profissional. Para analisar as fotografias, serão utilizadas técnicas encontradas no trabalho das pesquisadoras Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho, cuja obra *Fotografia e cidade: da razão urbana à lógica do consumo – Álbuns de São Paulo (1887 – 1954)*, do ano de 1994, trata do estudo de álbuns da cidade do São Paulo dos séculos XIX e XX.

Para a análise, no primeiro momento, denominado "Plano formal de expressão", serão trabalhadas as escolhas técnicas da fotógrafa, tais como: luminosidade, enquadramento, arranjo, elementos figurativos. E, na segunda etapa, será feita a análise sobre o "Prisma de conteúdo", ou seja, serão levados em consideração o conjunto de pessoas, lugares, ideias e vivências da fotógrafa e dos objetos fotografados e representados na fotografia.

Diante disso, tem-se as duas primeiras imagens analisadas que foram encomendadas pelo, então, diretor do MASP[6] à fotógrafa, para o álbum de comemoração do aniversário de 400 anos da cidade de São Paulo, mas que nunca se concretizou. Assim, essas imagens foram expostas no museu e em algumas revistas em que Alice Brill trabalhou, como a *Habitat* (FORTER, 2005).

Fotografia 1: Fila em ponto de ônibus no Vale do Anhangabú, 1950, SP. Fotógrafa: Alice Brill. Acervo: Instituto Moreira Salles.

Analisando a imagem sob o aspecto formal, tem-se que o enquadramento é o plano médio curto, isto é, Brill, isolou a figura central da imagem, no caso, a senhora lendo a revista, concentrando toda a atenção do observador da fotografia na presença feminina. Ainda, a personagem principal está deslocada do centro e é utilizada a luz natural para dar destaque à senhora retratada.

Observando sob o prisma de conteúdo, é como se a fotógrafa estivesse olhando de relance para a fotografada, "espiando" um momento, de certa forma, íntimo de sua vida. Além disso, nota-se que a senhora em questão era

6 MASP: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand

a única mulher da fila do ponto de ônibus. Alice Brill tinha por predomínio a individualização e a humanização das pessoas retratadas, fato evidenciado na fotografia e na senhora acima referidas, apresentando detalhes da ação corporal e vestimentas. Possivelmente, o fato de ser estrangeira e refugiada fez com que Brill tivesse esse olhar apurado para as pessoas que não eram copiosamente retratadas, como as mulheres no seu cotidiano, no caso, em uma parada de ônibus, lendo, na cidade de São Paulo, na década de 1950.

Registra-se que, nos anos 1950, nos chamados "Anos Dourados"[7], já se tinha uma maior independência da mulher. Porém, era esperado um bom casamento, com a presença de filhos e, de preferência, que a mulher fosse uma boa dona de casa. Então, nas revistas e nos anúncios, a presença da mulher era marcada com base nesses estereótipos. Nesse contexto, as mulheres começavam a sair do âmbito privado e emergir na vida pública, trabalhando e constituindo o espaço das cidades (CORAZZA, 2006). Contudo, a sociedade era limitada, conservadora e estereotipada, pois não se esperava ver fotografias do dia a dia das mulheres, esperando o ônibus, por exemplo, como no caso da fotografia em evidência.

Relacionando as questões de gênero com o trabalho de Alice Brill, frisa-se, segundo a autora Joan Scott (2010, p.9), que é um convite a "fazer perguntas históricas", um convite para se pensar criticamente como corpos são produzidos e modificados, isto é, o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais, sempre levando em conta as diferenças percebidas pelos sexos. A sensação e o pertencimento de sentir-se mulher podem ter levado a fotógrafa a escolher determinados cenários e aspectos em detrimento de outros. E esses sentimentos e sensações de ser mulher e imigrante em uma sociedade por vezes inóspita podem ser percebidos na próxima fotografia, na qual Alice Brill optou por retratar personagens de São Paulo que, em muitos momentos, poderiam ter sido excluídas dos registros fotográficos.

7 Os denominados "Anos Dourados" é considerado um período, mais precisamente, uma década de revoluções tecnológicas com reflexos na sociedade. Em tal período, as propagandas invadem rádios e chega nos lares brasileiros a televisão. Os Estados Unidos tornam-se um modelo a ser seguido, seja nos costumes, vestuários e comportamentos. Fonte: http://memorialdademocracia.com.br/card/pais-redescobre-os-anos-dourados Acesso: 20/10/2019

Fotografia 2: Ponto Butantã, 1950, SP. Fotógrafa: Alice Brill. Acervo: Instituto Moreira Salles.

A imagem apresenta um conjunto de quatro mulheres e duas crianças. Todos estão na fila esperando para pegar o ônibus, que, conforme a placa indica, é o ponto inicial Butantan. No plano formal de expressão, a luz natural foi utilizada de forma que a sombra das pessoas reflita na calçada e, para isso, foi utilizada a técnica da contraluz. Três das quatro mulheres estão conscientes do ato fotográfico, pois estão olhando diretamente para a câmera. O plano é o geral, e as pessoas as retratadas aparecem com o corpo inteiro na imagem.

Sob o olhar do prisma de conteúdo, observa-se as placas de publicidade em que consta "Jardim Bonfiglioli: Novo Bairro Residencial", a qual evidencia esse lado da propaganda "meio suja", cujas placas de publicidade eram postas

sem um conceito de design, visto que o importante era apenas informar o produto a ser vendido, sem maiores questões estéticas.

Alice Brill fotografou uma São Paulo multiétnica, olhou para a população negra e, conforme vê-se na fotogtafia, há a presença de uma mulher e duas crianças negras, que não aparecem com frequência em outras representações imagéticas do período. Para Boris Kossoy, essa percepção da fotógrafa de registrar os mais diversos grupos étnicos constitui "um painel que revela o cotidiano de forma direta, e sempre com uma preocupação humanística, marca diferencial em sua obra" (KOSSOY, 2005, p.7).

Por meio dessa fotografia, pode-se perceber que Brill buscava uma aproximação mais direta e frontal com suas fotografadas, evidenciando semblantes, olhares e percepções. Ainda, entende-se que a produção de sentidos é uma construção "a partir das nossas histórias sobre nós mesmas e o nosso mundo, juntas e separadas" (SOLNIT,2017).

Brill tinha uma visão humanista para com suas fotografadas e privilegiava a interação entre as pessoas, como no caso da fotografia acima, da aparentemente mãe com seus filhos, da senhora logo ao lado e das duas moças do início da fila. Além disso, a construção da(s) sua(s) identidade(s) modifica-se conforme o seu contato com o outro, como Michael Pollak afirma:

> A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros (POLLAK, 1992, p.204)

Assim, por meio das fotografias e do contato com as mulheres fotografadas, Alice Brill podia ver e ser vista. Colocava a sua experiência de sentir-se não integrante daquele país nas imagens, nas quais representava os mais diversos grupos de mulheres. Outra localidade em que a fotógrafa exerceu suas atividades foi em Salvador. Lá, ela registrou uma sequência de personagens femininas em suas mais diversas atividades laborais, como visto na próxima fotografia.

Fotografia 3: Descanso na rua, 1952, Salvador. Fotógrafa: Alice Brill. Acervo: Instituto Moreira Salles.

Alice Brill percorreu diversas localidades do país, principalmente para obter imagens para seus trabalhos em revistas, como no caso da imagem acima, que foi encomendada pela *Revista Habitat*, especializada em arquitetura e artes visuais. Tal pedido tinha como intuito retratar a cidade de Salvador, que, a partir dos anos 1950, cresceu vertiginosamente.

Até a década anterior, a população era de 290 mil habitantes. A partir de 1950, passou para 417 mil pessoas - período marcado pela ascensão da economia e pela modificação da vida cultural e social. Modificações no centro de Salvador, local de trabalho de boa parte da população, dão um novo aspecto a cidade, que passa a dispor de novos locais de sociabilidade e cultura (ICKES, 2013).

Essa é outra imagem realizada por Alice Brill em que há um conjunto de pessoas multiétnicas: tem-se uma mulher de cor branca e o restante dos

retratados são negros. No primeiro plano, estão três mulheres evidenciadas e uma criança. No segundo plano, duas mulheres, uma criança e, ao fundo, um homem.

Sob a análise do prisma de conteúdo, observa-se que no momento do ato fotográfico as pessoas retratadas não estão trabalhando, podem estar no seu momento de descanso. Até então, quando se tinham fotos de pessoas negras eram trabalhando ou em condição de pobreza. A imagem apresentada mostra um outro viés, pessoas brancas e negras convivendo e relaxando. O descuido, na verdade, está nas paredes descascadas do prédio onde as pessoas estão recostadas. Nesse caso, a fotografia de Brill tem o intuito de mostrar as várias faces do povo brasileiro, em que pessoas brancas e negras conviviam, como é o esperado de uma sociedade. Porém, essa situação não era tema das fotografias e raramente aparecia em primeiro plano (GERMANO, 2008).

Pensando na questão das identidades, entende-se que Alice Brill ia modificando seu pensar e agir, conforme o contato com as pessoas e com os locais onde visitou. Para Kathryn Woodward, "as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença, sendo que essa marcação ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social" (WOODWARD, 2007, p.45). Assim, por meio de um olhar humanizado e despretensioso, mas não ingênuo, Alice Brill registrou as mulheres, brancas e negras, de diferentes classes sociais, em seu cotidiano, evidenciando o convívio entre elas. Continuando seus registros fotográficos de diversos atores sociais brasileiros, Alice Brill voltou a Salvador em 1953 e registrou a seguinte imagem:

Fotografia 4: Comércio de rua. Local: Praça Anchieta, Rua Ignácio Accioli, 1953, Salvador. Fotógrafa: Alice Bril. Acervo: Instituto Moreira Salles.

A fotografia foi obtida no Bairro do Pelourinho, que é considerado o primeiro bairro de Salvador, Bahia. Sua instalação se estabelece com a fundação da cidade, no século XVI. No local, na época da escravidão, eram realizadas torturas e punições de escravos e infratores. Ainda, até o século XX, o bairro era considerado de alto padrão, contudo, nos anos 1950, devido à de modernização econômica da cidade, o Pelourinho passou pelo processo de migração das classes abastadas para outros bairros novos que estavam surgindo. Com isso, o local sofreu com a degradação política, social e econômica (URIARTE, 2019). Somente por volta da década de 1960, o IPHAN[8] tomou medidas para tomar e salvaguardar o local.

À vista disso, a fotógrafa obteve essa imagem, ainda, a serviço da *Revista Habitat*, que pretendia fazer uma reportagem sobre a modernização de Salva-

8 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

dor. Essa fotografia acabou não sendo veiculada na revista. Analisando-a sob o plano formal de expressão, tem-se alguns indícios do porquê dessa escolha por parte dos editores do magazine. No primeiro plano, tem-se uma senhora com um tabuleiro de quitutes para vender. No segundo momento de observação da fotografia, vê-se duas mulheres sentadas na porta de uma casa, também com uma bandeja vendendo mercadorias, as quais parecem alimentos.

Mais adiante, há uma senhora passando pela rua e uma criança só vestindo bermuda (sem sapatos ou camiseta). Todos os fotografados são de cor negra e apresentam vestimentas simples. Além disso, a casa onde um grupo está recostado, vendendo as mercadorias, possui deteriorações na pintura, e a calçada da rua apresenta buracos e má conservação.

A fotografia foi obtida em um local que outrora fora um bairro considerado de classe média alta, mas que, com a especulação econômica e o desenvolvimento da cidade, fora esquecido pelas autoridades. Nesse caso, Alice Brill registrou um outro plano de Salvador, uma cidade em que parte de sua população fora esquecida pelas autoridades e que precisava caminhar com tabuleiros sob a cabeça para conseguir sobreviver.

Nos registros históricos fotográficos do período, há poucos materiais de vendedores ambulantes, especialmente os negros e de classe menos abastada. Além disso, tem a questão de a fotografia ser constituída, principalmente, de mulheres, o que já acarreta um silenciamento para os possíveis interessados em adquirir ou veicular a imagem, seja por parte dos editores da revista, seja, até mesmo, por parte dos possíveis leitores. Por ser o magazine voltado às artes e à arquitetura, talvez não interessasse aos seus leitores ver uma outra perspectiva de Salvador, o das mulheres trabalhadoras em um bairro já esquecido pelos governantes.

Para entender esse processo, Michele Perrot (2007) explicita que é recorrente o fato das mulheres serem silenciadas ou parecerem invisíveis, pois "há uma espécie de silêncio das fontes" (PERROT, 2007, p.17). Por conseguinte, não é por falta de fontes que as mulheres atuando em diferentes profissões não eram estudadas, mas sim por que existia uma "invisibilidade ideológica". Na mesma conjectura, Joana Maria Pedro (2005) entende que é necessário querer a presença das mulheres nas fontes, olhando e fazendo novas perguntas a esses materiais.

Esse novo olhar fotográfico para as mulheres trabalhadoras e, ainda mais, negras, está explicitado no trabalho de Maria Beatriz Coelho (2012), no qual se observa que a entrada dos fotógrafos que registravam o urbano marcou

uma virada na representação visual do Brasil. Até o início do século XX, havia predominância por fotografias encomendas pelo Estado, com o intuito de mostrar ou "parecer mostrar" as marcas de mudanças e transformações da sociedade. Com a entrada de novos fotógrafos, especialmente mulheres, que fotografavam a representação do cotidiano como uma crônica visual, começou-se a incluir nos registros fotográficos as diversas temporalidades das edificações urbanas (prédios novos e prédios antigos ocupando o mesmo registro), mas, também, a heterogeneidade das pessoas, os novos atores sociais, especialmente mulheres negras, como no caso de Alice Brill.

Por isso, sob o prisma de conteúdo, entende-se que essa fotografia tem ligação direta na transformação das identidades, tanto da fotógrafa quanto das fotografadas, podendo transformar e modificar suas posições. Luis Humberto argumenta que:

> A fotografia transcende seu valor como registro. Composta de visões de vida, ela revela nossos mundos íntimas em suas belezas e perversões. Põe à mostra nossa sensibilidade ou rudeza, revela nossos mistérios e segredos, zelosamente acobertados (HUMBERTO, 2000, p.101).

A própria história de vida de Alice Brill, como fugida do nazismo, refugiada em um país onde também sofreu preconceitos e perseguições por ser judia, possivelmente, aproximou seu olhar para as pessoas que eram excluídas. Dessa forma, utilizou o ato fotográfico para mostrar outro lado da modernização; o fato de algumas mulheres terem acabado fora do plano de desenvolvimento das cidades e, consequentemente, das fotografias desse novo insurgir moderno.

Alice Brill retratou diversas personagens desse Brasil que ainda estava conhecendo e, aliando-se à sua paixão pela pintura, também fotografou mulheres artistas, como Hilde Weber, na década de 1950. A artista fotografada, nasceu na Alemanha, em 1913, e faleceu em São Paulo, em 1994[9]. Era chargista, ilustradora, desenhista, pintora e ceramista. Tornou-se conhecida pelas charges políticas e caricaturas do presidente Getúlio Vargas (1882-1954), no jornal *Tribuna da Imprensa*, de propriedade de Carlos Lacerda, ferrenho opositor de Vargas. Abaixo, evidencia-se a imagem retratada de Hilde Weber:

9 Ver mais em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa23325/hilde-weber

Fotografia 5: Hilde Weber e sua obra, 1953, São Paulo. Fotógrafa: Alice Brill. Acervo: Instituto Moreira Salles

Hilde Weber também participou do Grupo Santa Helena, formado por artistas que se reuniam no Palacete Santa Helena, do qual Alice Brill participou. Imagina-se, assim, que a camaradagem das artistas tenha começado a partir desse encontro. Destaca-se que Brill e Weber eram nascidas na Alemanha e imigrantes, as quais escaparam do antissemitismo crescente na Europa. Analisando a imagem sob o plano formal de expressão, a fotógrafa utilizou a luz natural de forma que incide sobre Hilde Weber, usando do recuso de contraluz, iluminando parcialmente seu rosto. A fotografada está numa espécie de sacada/terraço, e pode-se observar prédios ao fundo da fotografia.

Em relação ao prisma de conteúdo, isto é, ideias e subjetividades da fotografia, a fotografada foi confeccionada de forma que a pintura de Hilde Weber junto ao seu próprio retrato, compõe uma espécie de "imagem espelho". Dessa forma, é como se todos os personagens, o homem na pintura, a própria fotografada e Alice Brill, fundissem-se em uma única imagem e momento, subvertendo a realidade e constituindo uma composição de elementos. Sendo assim, fazendo relação com as questões de identidades, que são constituídas de vários momentos e personificações, Hall sustenta que:

> A identidade torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpretados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em momentos diferentes, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2005, p.11-12).

Ao olhar o outro, Alice Brill entendia mais a si mesma. E seu ato de fotografar demonstrou as várias questões identitárias, que, normalmente, acompanham um migrante, como a obrigatoriedade de conviver com as múltiplas culturas, realidades e, no caso específico, com duas cidades que estavam em processo de modernização constante, no qual a fotógrafa podia representar as mulheres dessas urbes. Nessa foto específica, Brill podia juntar suas paixões: fotografia e pintura. É como se ela estivesse pintando o ato de fotografar.

Alice Brill teve seus trabalhos como pintora mostrados na I e na IX Bienal Internacional de São Paulo (1951 e 1967). A partir de 1960, após estabilizar-se financeiramente, conseguiu dedicar-se integralmente à pintura (MOREIRA, 2016). Em um livro ensaísta, no qual a fotógrafa explana suas ideias, suas concepções artísticas e que não deixa de ser uma autobiografia, é mencionado que "a arte era tudo para mim: refúgio e esperança, o sonho de uma liberdade perdida precocemente diante da adversidade do destino" (BRILL, 1988, p. 12).

Nesse caso, a fotógrafa mencionou as artes de uma forma geral e, por meio de sua trajetória, compreende-se, especificamente, a fotografia e a pintura. Inclusive, em 1982, concluiu o mestrado em estética pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e, em 1994, defendeu sua tese de doutoramento em artes pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Além disso, em ambos os seus trabalhos discutiu linguagem artística, especialmente, a pintura e a fotografia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender e analisar cinco imagens de Alice Brill sob a perspectiva de gênero e imigração foi a premissa inicial deste trabalho. Sendo as fotografias realizadas por uma mulher imigrante, é possível perceber nuances e detalhamentos que constituíram o modo de fotografar da profissional. Ainda, entende-se que, no seu caminhar e nos seus deslocamentos, seu ato fotográfico vai se modificando, o que transforma as suas próprias identidades. Dessa for-

ma, entende-se que identidades sempre devem ser analisadas sob o prisma da pluralidade, pois elas se transformam e são constituídas de novos elementos conforme a vivência da pessoa.

As fotografias analisadas acompanham o desenrolar identitário da fotógrafa, como no caso da imagem 1, na qual se tem uma senhora à espera do ônibus, lendo seu livro. Naquele momento, Alice Brill pode ter se visto na fotografada, uma mulher sozinha em meio a vários homens esperando algo (no caso, o ônibus). Seu gênero e o fato de, muitas vezes, sentir-se estranha em meio aos habitantes de São Paulo, certamente, influenciou essa maneira de fotografar uma mulher em seu cotidiano, talvez, voltando do trabalho.

A fotografia 2 foi feita no ponto inicial da Linha Butantã, em que há mulheres brancas, negras e crianças no mesmo espaço. Em um primeiro momento, pode-se ter um estranhamento na fotografia, pela presença multiétnica das mulheres na imagem. Até então, não se registrava muito mulheres negras em seu cotidiano, esperando o ônibus ou andando pela cidade, por exemplo.

A próxima imagem apresentada evidencia a trajetória de Alice Brill durante uma viagem para Salvador (Bahia). Mostra, assim, um grupo de pessoas, e destacado, no primeiro plano, estão mulheres descansando em uma rua da cidade. Esse é outro momento em que a multietnicidade das cidades está presente, visto que há mulheres brancas e negras descansando. As fotografias 3 e 4, em um primeiro momento, podem somente representar um momento de espera ou de lazer entre mulheres, mas evidencia questões para além disso. Apresenta um conjunto de mulheres multirracial que estão vivendo e ocupando o espaço daquela urbe, e o que pode ser mais inovador é que tal fato está nos registros fotográficos. Alice Brill, dessa forma, rompeu com uma barreira, pois, até então, as mulheres, especialmente as negras, eram mostradas apenas trabalhando.

Obviamente, a mulher negra trabalhando também está presente nos registros visuais de Brill. Porém, ela se utiliza de artifícios, como a mulher no trabalho, vendendo mercadorias em bandejas e uma rua e um prédio malcuidados, para expor que a modernização ocorrida em Salvador, nos anos 1950, era seletiva e não para todos na cidade. Seu olhar percorre um período de desenvolvimento, mas sem esconder as contradições e as dificuldades que as habitantes sentiam.

A última fotografia apresentada, era de Hilde Weber, uma importante artista da década de 1950. A imagem mostra indícios de identificação da fotógrafa com a fotografada. A paixão pelas atividades artísticas as une, fazendo

com que a fotografia possa ser entendida como uma "imagem espelho"; fotógrafa, fotografada e a pintura presentes na imagem formam um conceito só e uma exaltação às artes de forma geral.

Sendo assim, compreende-se que as fotografias de Alice Brill possuem marcas identitárias e acompanham o desenrolar da fotógrafa. Conforme ia conhecendo melhor o Brasil e suas habitantes, mais interagia com as pessoas e mais as suas identidades, tanto das fotografadas e como da fotógrafa, iam se modificando. Entende-se que as identidades são trocas de conhecimentos, de visões de mundo e de descobertas. Além disso, por ser uma mulher imigrante, Brill teve que aprender a conviver com múltiplas culturas.

Alice Brill utilizou da fotografia como ferramenta para sentir e interpretar o mundo à sua volta. Ademais, mostrou as diversas realidades das mulheres brasileiras nos anos 1950 e, sendo uma mulher fotógrafa e imigrante, suas fotografias foram moldadas e ligadas a um forte sentimento social que acompanhou esses elementos identitários.

REFERÊNCIAS

FONTES

BRILL, Alice. Hilde Weber e sua obra, 1953, São Paulo. Acervo: Instituto Moreira Salles

BRILL, Alice. Comércio de rua. Local: Praça Anchieta, Rua Ignácio Accioli, 1953, Salvador. Acervo: Instituto Moreira Salles.

BRILL, Alice. Descanso na rua, 1952, Salvador. Acervo: Instituto Moreira Salles.

BRILL, Alice. Ponto Butantã, 1950, SP. Acervo: Instituto Moreira Salles.

BRILL, Alice. Fila em ponto de ônibus no Vale do Anhangabú, 1950, SP. Acervo: Instituto Moreira Salles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVRO

BRILL, Alice. *Da arte e da linguagem.* São Paulo: Perspectiva, 1988

BUTLER, Judith. *Gender Trouble.* Feminism and the Subversion of Identity. Routledge, New York, 1990

CARVALHO, Vânia Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz de. *Fotografia e Cidade:* da razão urbana à lógica do consumo: álbuns da cidade de São Paulo, 1887-1954. São Paulo: Mercado das Letras, 1997.

COELHO, Maria Beatriz. *Imagens da nação:* brasileiros na fotodocumentação de 1940 até o final do século XX. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade***.** Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HUMBERTO, Luis. *Fotografia, a poética do banal.* Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

KOSSOY, Boris; FERNANDES, Eva Lieblich. *O Mundo de Alice Brill.* São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2005.

PERROT, Michele. *Minha história das mulheres.* São Paulo: Contexto, 2007.

PIERONI, Augusto. *Leggere la fotografia:* Osservazione e Analisi dele Immagini Fotografiche. Roma: Edup, 2003.

SOLNIT, Rebecca. *A mãe de todas as perguntas:* Reflexões sobre os novos feminismos. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2017.

CAPÍTULO DE LIVRO

CORAZZA, Helena. Inclusão/Exclusão da mulher no complexo midiático. In MARQUES DE MELO, José; GOBBI, Maria Cristina; SATHLER, Luciano (orgs.). *Mídia Cidadã***:** Utopia Brasileira. São Bernardo do Campo: Editora UMESP, 2006.

GERMANO, Íris. Carnavais de Porto Alegre: etnicidade e territorialidades negras no Sul do Brasil. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antonio dos; CARNEIRO, Luis Carlos da Cunha. *RS Negro:* Cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença:* a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

ARTIGO

MAGALHÃES, Carlos Augusto. “Réquiem para um solitário”: migrações, exílio de si, melancolia. *Estud.Lit.Bras.Contemp.*Brasília ,n. 58, ed582, 2019.

ENTLER, Ronaldo; KOSSOY, Boris. *Fotografia brasileira:* nova geração. In: ENTLER, Ronaldo. Ronaldo Entler. Disponível em: http://www.entler.com.br/textos/photo_entler_KOSSOY.html

FOSTER, David William. Downtown in São Paulo with Hildegard Rosenthal's Camera. - *Luso-Brazilian Review 4*2, no. 1, (2005): 118-135.

Disponível em: http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf Acesso em 04/03/2019

ICKES, Scott. Era das batucadas: o carnaval baiano das décadas 1930 e 1940. *Afro-Ásia, Salvador,* n. 47, p. 199-238, 2013 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0002-05912013000100006&lng=en&nrm=iso.Acesso em 02/08/2019.

MOREIRA, Marina Rago. Alice Brill, retratos de uma metrópole e suas bordas. *Estudos feministas,* jan-jun 2016.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História [online].* 2005, vol.24, n.1, pp.77-98. ISSN 1980-4369. Disponível: http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004 Acesso: 10/10/2018

POLLAK, Michel. Memória e Identidade social. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080. Acesso em: 20/10/2019.

SCOTT, Joan W. Gender: still a useful category of analysis? *Diogenes,* v. 57, n. 1, p. 7-14, 2010.

URIARTE, Urpi Montoya. Habitar casarões ocupados no centro histórico de Salvador, Bahia, Brasil: Velhos cortiços e novas experiências e direitos. *Cad. CRH***,** Salvador, v. 32, n. 86, p. 383-398, Aug. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792019000200383&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03/11/2019

TESE/DISSERTAÇÃO/MONOGRAFIA

ALARCON, Daniela Fernandes. *Diário íntimo:* As fotografias de Alice Brill. Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Jornalismo da Universidade de São Paulo, 2008.

VIDA LONGA AO REI CAVALEIRO!: REFLEXÕES INICIAIS SOBRE O CULTO À FIGURA DE RICARDO CORAÇÃO I E A *RICARDOMANIA* NA INGLATERRA OITOCENTISTA*

Mauricio da Cunha Albuquerque**

INTRODUÇÃO

Ricardo Coração de Leão. Poucos reis medievais ficaram tão famosos quanto ele. Os cronistas ingleses o tinham como um modelo de governante. "[T]inha o valor de Heitor, o heroísmo de Aquiles, [..,] não era inferior a Alexandre, nem menos valente que Rolando" (DE TEMPLO *apud* RODRIGUES, 2019, p. 155). Dizem que ele descendia do deus germânico Woden (DICETO, *apud* Gillingham, 2002, p. 24) e que liderou a Terceira Cruzada levando consigo a espada Excalibur (HOWDEN *apud* GILLINGHAM, 2002, p, 141), dilacerando seus oponentes com uma brutalidade leonina. Sua história serviu de inspiração para trovadores, menestréis e romancistas, que por séculos a fio cantaram aos quatro ventos as proezas do quase lendário rei cavaleiro – da rebelião contra o pai, a ida às cruzadas, o cativeiro na Alemanha, ao retorno triunfante, quase messiânico, à Inglaterra.

* Este trabalho constitui um recorte da pesquisa de doutorado deste mesmo pesquisador, intitulada *"Era uma Vez um Rei Cavaleiro: O Culto à Figura de Ricardo I e a (Re)Mitificação do Herói Medieval na Inglaterra Vitoriana (1819 – 1882)"*, realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

** Doutorando em História pela Universidade Federal de Pelotas; Bacharel e Mestre em História pela mesma instituição; bolsista CAPES. mauricioalbuquerq@hotmail.com

Ricardo I é um daqueles personagens que deixam os historiadores inquietos. A realidade do sujeito histórico se confunde com os relatos dos cronistas da época que, mais preocupados em atender aos interesses políticos da dinastia Plantageneta do que em considerar as opiniões dos grupos rivais, insistiam em representa-lo como o monarca ideal, omitindo ou dando pouca visibilidade as suas falhas, defeitos e fracassos. Para uns, Ricardo foi um grande líder militar, amante da música, da poesia e dos grandes feitos; um monarca familiarizado aos ideais de cavalaria, que buscava a proeza acima de tudo; audacioso, intrépido, defensor do cristianismo, da Igreja, enfim, um personagem romanesco. Para outros, um soberano ostentoso e prepotente, colérico, impulsivo, extravagante, péssimo administrador; negligente com os assuntos públicos, com as finanças do reino e especialmente com o território britânico.

Stephen Runciman, um dos grandes especialistas do século XX no que concerne ao tema das cruzadas, afirma que "Ricardo foi um mau filho, um mau marido e um mau rei, mas um corajoso e esplendido soldado"[1] (1987, p. 75). Jean Flori, por sua vez, contesta esta afirmação ao dizer que "Ricardo não era um mau rei que negligenciava a realidade de suas funções [...] Pode-se até dizer que ele inaugurou uma nova maneira de governar, a cavalo e com espada em punho"[2] (2003, p. 535). De toda forma, não há como negar que o debate historiográfico acerca do papel que Ricardo I desempenhou no contexto europeu do século XII e na Terceira Cruzada (1189 – 1192) é, de fato, extenso e espinhoso, mas, independente da visão historiográfica que se adote, existe um ponto que nenhum historiador haverá de discordar: Ricardo I entrou para a história como um herói. É esta imagem do personagem que melhor sobreviveu no imaginário britânico e ocidental; que, entre transformações e metamorfoses das mais controversas, conseguiu se impor ante as demais.

Das dezenas de obras produzidas nos últimos oitocentos anos que apostam na representação mitificado do Rei Cavaleiro inglês, destaco uma, em especial. Esta narrativa, em particular, chama a minha atenção não apenas pelo tratamento distinto que é dado ao personagem, mas também pela forma como afetou sua popularidade no oitocentos; se nas crônicas e romances medievais Ricardo I é normalmente retratado como um rei guerreiro, o veremos transformar-se em algo distinto: um herói do povo, um defensor da justiça e um conciliador.

1 No Original: "Richard was a bad son, a bad husband and a bad king, but a gallant and splendid soldier".

2 No original: "Ricardo no era un mal Rey que descuidara la realidad de sus funciones [...] Se puede decir incluso que inauguró una nueva manera de gobernar, a caballo y espada em mano"

A obra a que me refiro é o romance histórico *"Ivanhoe"* (1819), de autoria de Walter Scott. Segundo a página da Edinburgh University Library ("Biblioteca da Universidade de Edimburgo"), este romance fora um verdadeiro *bestseller* de sua época, um sucesso tanto de crítica quanto de público[3]:

> Ivanhoe vendeu em uma taxa fenomenal. Em menos de duas semanas, a primeira leva inteira de 10.000 cópias foi esgotada e uma demanda por mais cópias colocou os editores sob forte pressão. [...] Isso marcou o início da popularidade européia de Scott e o surgimento do romance histórico como um fenômeno internacional[4].

Poucos meses após sua publicação, a obra foi rapidamente adaptada para o teatro, e nos anos subsequentes tornou-se tema de inspiração para pintores, humoristas, músicos, dramaturgos, cartunistas, escritores de literatura infantil, etc, de maneira que seu impacto cultural só veio a se expandir com o advento da mídia de massa – do rádio, da televisão, das histórias em quadrinhos e da indústria cinematográfica.

A história se passa no ano de 1194, quando, após falhar na tentativa de reconquistar Jerusalém, Ricardo I regressa à Inglaterra. No meio do caminho, o rei é capturado pelo duque Leopoldo da Áustria e logo em seguida torna-se refém de Henrique VI, Imperador do Sacro Império Romano-Germânico, que exige uma grande quantia em dinheiro pelo seu resgate. Esta situação é o gatilho da trama de *"Ivanhoe"*.

Com a ausência de Ricardo, seu irmão, o Príncipe regente João (mais conhecido como "João sem Terra"), articula-se em torno de um partido, uma facção política apoiada pelos pérfidos Reginald Front-de-Boeuf e pelo cavaleiro templário Brian de Bois-Guilbert. Juntos, eles planejam usurpar o trono da Inglaterra. Enquanto a população aguarda esperançosa pelo retorno triunfante de Ricardo, João e seus adeptos negociam – em segredo – com o Imperador Germânico para que o rei permaneça em cativeiro até que o golpe seja concluído, iniciando uma perseguição sistemática a toda e qualquer oposição.

A intriga se soma a outra problemática que é desenvolvida no decorrer da trama: o conflito entre saxões e normandos, dois grupos étnicos que disputavam o território da Britania naquele contexto.. Scott apresenta as hostilidades entre os dois trupos logo nas primeiras páginas de seu romance, e reforça tal elemento incontáveis vezes, como podemos observar nas seguintes passagens:

3 Fonte: <http://www.walterscott.lib.ed.ac.uk/works/novels/ivanhoe.html>. Acessado em 21/10/2019.

4 No original: "Ivanhoe sold at a phenomenal rate. Within less than two weeks, the entire first printing of 10,000 copies was exhausted and the demand for more copies put the printers under serious pressure. [...] it marked the beginning of Scott's European vogue and the emergence of the historical novel as an international phenomena"

> Quatro gerações não tinham sido suficientes para misturar o sangue hostil dos normandos e anglo-saxônios, ou para unir, pela linguagem comum e os interesses recíprocos, duas raças hostis, uma das quais ainda sentia a soberba do triunfo, enquanto a outra gemia sobre sob todas as consequências da derrota. (1972, p. 6)

Continua o autor:

> O poder fora colocado completamente nas mãos da nobreza normanda pelos acontecimentos da Batalha de Hastings, tendo sido usado, como os nossos historiadores nos asseguram, por mãos nada moderadas. Toda a raça de príncipes e nobres saxônios fora destruída ou deserdada, como poucas ou nenhuma exceção; (1972, p. 7)

Nota-se, então, que a história opera em cima de duas situações de conflito, que são a conspiração de João (impasse político) e o conflito interétnico normando-saxão (problema social).

Ricardo desempenha neste universo ficcional uma função bastante distinta daquela que normalmente atribuímos a ele, e que se justifica em virtudes do contexto em que a obra é escrita. Trajando uma armadura negra que oculta completamente sua identidade, o rei cavaleiro utiliza do anonimato conferido pelo disfarce para ajudar os que estão em perigo. Chega a salvar Ivanhoe – o herói principal da narrativa – de um castelo em chamas e até a aliar-se com Robin de Locksley, chefe dos ladrões que habitam a floresta de Sherwood, que formam uma oposição aguerrida ao Príncipe João e seus planos tirânicos.

Mais tarde na história, Ricardo revela sua verdadeira identidade e, até o fim do romance, assume a forma de um herói nacional, propondo a unidade entre os povos (normandos e saxões) em prol do futuro da Inglaterra. Chega inclusive a dizer a Cedric – um dos personagens centrais da obra – que não o chame mais de Ricardo d'Anjou, mas de "Ricardo da Inglaterra, cujo maior interesse é ver seus filhos unidos entre si" (SCOTT, 1972, p. 519). Scott ainda reforça a ideia nas últimas páginas do livro, afirmando que "Os saxões sentem que serão tratados com maior igualdade e justiça sob Ricardo, do que conseguiriam em uma guerra civil" (1972, p. 551)

Situar Ricardo no cenário fictício de uma Inglaterra caótica e apresenta-lo como líder-herói de um processo unificador é, decerto, o que diferencia *"Ivanhoe"* de outras tantas obras semelhantes, que narram as aventuras desse mesmo personagem, costumeiramente lembrado por suas empreitadas militares, seus excessos e excentricidades. Em certa medida, a obra absorve algumas das tensões políticas e sociais que acometiam a sociedade britânica naquele contexto. Passadas as Guerras Napoleônicas, a Inglaterra entrara num período de grande turbulência e recessão econômica. Com a indústria superando a

produção das manufaturas familiares, o desemprego atingira taxas altíssimas e as *Corn Laws* ("Leis de Cereais") – medidas que aumentavam as tarifas para a importação de cereais mais baratos de países vizinhos – tornavam a população dependente da produção agrícola nacional, gerando grande escassez de recursos alimentares. O período também é marcado por protestos que tinham como foco a reforma política. Cidades recém industrializadas e com população avantajada possuíam poucas cadeiras no parlamento, e o direito ao voto era restrito apenas aos grandes proprietários de terras, deixando a esmagadora maioria da população fora do processo político. Um dos mais conhecidos protestos desta época ocorreu em 16 de agosto de 1819, em Manchester, e foi duramente reprimido pelas autoridades locais, acarretando em quinze mortes e cerca de setecentos feridos – apelidado como *"Massacre de Peterloo"*.

Por tal lógica, *"Ivanhoe"* pode ser interpretado como uma obra sintomática, um retrado oblíquo, resposta ao sentimento de fragmentação social e às ansiedades políticas de sua época. Tudo isso projetado numa Idade Média imaginária, que partilha dos mesmos problemas da Grã-Bretanha durante o Período Regencial. Logo, a idealização que Scott nos traz do famoso rei cavaleiro e herói nacional inglês se ancora no velho mito do salvador, mito "suficientemente poderoso, suficientemente coerente, suficientemente atrativo também para fixar a atenção, reter a reflexão" (GIRARDET, 1987, p. 64). Graças ao salvador e através dele – pontua Raul Girardet – grupos sociais passam a partilhar, mesmo que num plano imaginário, das mesmas emoções, dos mesmos fervores e das mesmas esperanças quanto ao presente (1987, p. 95)

A propósito, Ricardo Coração de Leão está presente em muitas produções literárias e artísticas do oitocentos, a maioria delas posteriores a 1819 – ano de lançamento de *"Ivanhoe"*. Autores como Sir James Bland Burges, William Wordsworth, Charles Dickens, Charlote Brontë, Joseph Anstice, Eleanor Anne Porden, George P. R. James, William Edmonstoune Ayton, William Harris Rule, Dinah Craik, Charles Mills, Felicia Dorothea Hemans e William Stubbs, descreveram em seus poemas, romances e livros de história as façanhas do monarca plantageneta, quase sempre num mesmo tom enaltecedor e engrandecendo sua figura. Artistas ligados à *Royal Academy* (Academia Real Inglesa), como Solomon Alexander Hart, Daniel Maclise, Abraham Cooper e Benjamin Haydon, pintaram várias cenas da vida de Ricardo, da conquista do Acre ao regresso à Inglaterra. Ilustradores como Gustave Doré, Alfred Crowquill, John Leech e Thomas Strong Seccombe, desenharam Ricardo em toda sua glória, e também fizeram caricaturas e sátiras suas ao estilo charge.

Também encontramos histórias de Ricardo I nos *Penny Dredfuls*, uma literatura de baixo custo muito popular no Período Vitoriano. Tratava-se de livrinhos produzidos com material de péssima qualidade, vendidos ao preço de um *penny*, e voltados em geral à classe trabalhadora. O personagem aparece em aventuras solo, como *"Richard of England: or the Lion King"* (1842), de Thomas Archer, em narrativas da monarquia inglesa, como *"The British Walhalla"*, oferecida no periódico *"The Penny Magazine"* (1845), de Charles Knight, e também nas histórias de Robin Hood, como *"The Robin Hood Balad"*(1840), de Pierce Egans.

Além disso, a imagem do rei também é utilizada como arte decorativa em objetos de uso cotidiano da época, como peças de porcelana[5] e *cards* colecionáveis da *W.D. & H.O. Wills*[6] – umas das principais companhias de tabaco britânicas – que eram distribuídos como brinde nos maços de cigarro que a empresa comercializava. Em uma matéria de 29 de Julho de 1848, o jornal "*The Illustrated London New"* fizera cobertura da *Goodwood Cup* ("Copa de Goodwood"), um campeonato de corridas de cavalo tradicional da região de West Sussex. Ao vencedor daquele ano, seria dado como prêmio da vitória um troféu com uma estatueta equestre de Ricardo Coração de Leão[7].

Ainda neste sentido, um caso peculiar ocorre no fim do século. Em 1897, Spenser Compton Cavendish e Louisa Frederica Augusta Cavendish – duque e duquesa de Devonshire – organizaram uma festa a fantasia para comemorar o Jubileu de Diamante, o aniversário de sessenta anos da coroação da rainha Victoria. Dentre os convidados estava Frederic Glyn, 4º barão de Wolverton, que fora ao evento fantasiado como Ricardo I, com espada em punho, elmo coroado, e a bandeira da Inglaterra em sua capa[8].

Por fim, acrescento a estes exemplos a imponente estátua localizada em frente ao palácio de Westminster, prédio que abriga as duas câmaras do parlamento britânico, planejada por Carlo Marochetti. Exibida pela primeira vez na Grande Exposição de 1851, Ricardo, montado em seu cavalo de batalha, é representado em pleno vigor físico e em postura triunfante, simbolizando

5 Fonte: < https://www.blueandwhite.com/products.asp?p=WEDG51993 > . Acessado em 30/10/2019.

6 Fonte: < https://www.lookandlearn.com/history-images/M166655/King-Richard-I-The-Lion-Heart?t=0&q=richard+coeur+de+lion&n=14>. Acessado em 30/10/2019.

7 Fonte: < https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/search/results/1848-07-29?NewspaperTitle=Illustrated%2BLondon%2BNews&IssueId=BL%2F0001578%2F18480729%2F&County=London%2C%20England >. Acessado em 30/10/2019.

8 Fonte: < https://www.britishmuseum.org/research/collection_online/collection_object_details.aspx?objectId=3687779&partId=1&people=80449&peoA=80449-1-7&page=1> . Acessado em 30/10/2019.

a "embodiment of the nation by virtue of his royalty" (HORSWELL, 2018, p.1). Apesar das polêmicas que ocorreram com relação ao lugar em que a estátua deveria (ou não) ser alocada, o discurso que ela transmite acerca do herói medieval não difere daquele que vemos na maioria das pinturas, ilustrações, poemas, romances, e até nos livros de história da época, com relação a este mesmo personagem

Tudo isso me leva a constatar que, mais do que ressignificar o personagem e sua história, os românticos – e posteriormente o vitorianos – possuíam certa fixação por Ricardo I. Na ausência de um termo mais adequado, dou a este fenômeno o nome de *Ricardomania*, e defino-o como: a obsessão pela imagem de Ricardo I; a aceitação da figura de Ricardo I como herói nacional inglês; o ato de representar Ricardo I de forma continua e repetitiva em várias linguagens artísticas e textuais; a celebração e enaltecimento da história e dos feitos de Ricardo I; a construção e reiteração de mitos e lendas sobre Ricardo I de forma a engrandecer sua pessoa; o gosto por tudo aquilo que remeta direta ou indiretamente a Ricardo I e sua história.

A noção de mania parece-me mais adequada ao caso dada sua amplitude e abrangência em diversos suportes distintos. Não seria incorreto dizer que havia naquele contexto um culto à figura Ricardo I, ou algo semelhante a isso, uma vez que podemos notar que maior parte das produções que o retratam dão maior visibilidade aos seus atributos positivos. A princípio, o fenômeno em questão não parece ter ligação direta com o campo político institucional. Sua natureza aparenta ser de ordem social e cultural – o que não significa que elementos de caráter ideológico não possam estar inseridos no processo, mas de forma velada e evasiva. Saliento, também, que não me refiro aqui a uma mania psicológica da forma como o termo é comumente empregado dos ramos da psicologia e psiquiatria. Falo de uma mania no sentido sociocultural, como uma excentricidade, ou mesmo um fetiche de época. De tal forma, identificamos a existência de dois fenômenos socioculturais bastante próximos: o culto ao herói (que enaltece a figura de Ricardo I de maneira incondicional (ou quase incondicional), e a *ricardomania*, que constitui a fixação pela imagem do rei, mesmo que admitindo suas falhas e fracassos como governante.

O NACIONALISMO E O MEDIEVALISMO ROMÂNTICO/ VITORIANO: A IDADE MÉDIA NA CONSTRUÇÃO DE MITOLOGIAS NACIONAIS

Após levantar essas informações, lanço aqui algumas perguntas: se Ricardo I fora um personagem tão presente no imaginário britânico oitocentista, quais as razões de sua popularidade? Que fatores explicam o número abundante de obras dedicadas à sua pessoa, disseminadas nos campos da literatura, da poesia, da pintura, da ilustração, etc? Que forças motrizes permeiam este fenômeno da *ricardomania*? E – minha questão principal – teria Walter Scott desempenhado algum papel em tal processo?

À luz do romantismo e do nacionalismo oitocentistas, Ricardo Coração de Leão tornou-se um ícone da Inglaterra, um herói nacional, símbolo do cristianismo, do ideal cruzadista, da realeza e das virtudes cavaleirescas. Sua imagem foi utilizada, moldada, forjada, traduzida, interpretada, reconfigurada, fabricada, (re)criada, pintada, esculpida, ilustrada, encenada, dramatizada e romanceado de inúmeras formas. Mas em que medida essa representação idealizada, romântica e nacionalista realmente corresponde com a realidade histórica?

Para um rei da Inglaterra, Ricardo não tinha nada de inglês. Seu nascimento em Oxford pode ser considerado um mero fruto do acaso (FLORI, 2003, p. 13). Dos dez anos de seu reinado (1189 – 1199), não passara mais do que um em solo britânico. Ricardo não nascera nem morrera como herói nacional; tornara-se um em virtude das ideias e percepções que surgiram a seu respeito nos séculos seguintes. No século XIV, em consequência da Guerra dos Cem Anos (1337 – 1453), surgem as primeiras representações de Ricardo como herói "nacional" – consideradas as devidas proporções em que o termo pode ser empregado para o período medieval (LAVEZZO, 2004) – no romance métrico em inglês médio *"Coer de Lyon"*, compilado no Manuscrito de Auchinleck (c. 1340), e numa breve passagem do livro *"Polychronicon"* (c. 1342 – 1344), escrito pelo monge beneditino Ranulf Rigden, que traz a seguinte afirmação

> Mas talvez seja a maneira de cada nação exaltar com louvor excessivo alguém de seus membros, como os gregos fazem com seu Alexandre, os romanos com seu Otaviano, os ingleses com seu Ricardo, os franceses com seu Carlos; e assim segue-se que os bretões exaltam excessivamente seu Arthur. Isso acontece com frequência, como Jo-

> sephus diz, pela beleza da história, pelo prazer dos leitores ou para enaltecer o próprio sangue[9].

Por este ponto de vista, a ideia que Walter Scott nos traz sobre Ricardo I em *"Ivanhoe"* não deve ser pensada como uma simples licença poética, mas como um mito político, uma construção do imaginário inglês fundamentada numa plataforma ideológica e constituída em um processo de longa duração. Esta nacionalidade fabricada se soma a outros episódios, igualmente fabulosos, que foram acrescentados à vida do personagem com o passar dos anos. Como o resgate do cativeiro na Alemanha, realizado pelo menestrel Blondel, a luta contra Saladino, retratada nos ladrilhos da Abadia de Chertsey (c. 1250 – 1260) e numa iluminura do Saltério de Luttrel (c. 1335 – 1340) (MS 42130. f, 82), o retorno triunfante à Inglaterra nas histórias de *Robyn Hode* (grafia original de "Robin Hood"), a partir de 1521 com a *"Historia Majoris Brittaniae",* de John Major. E também o inusitado caso da luta contra o leão, em que Ricardo, após ser trancafiado em um recinto escuro com um leão faminto, derrota a fera com os próprios punhos, arranca o coração do animal pela garganta, e devora o órgão em frente ao Imperador Alemão, adquirindo assim o título *"Coração de Leão"* – episódio representado numa xilogravura de *"The Pastyme of People"* (1531)[10], de John Rastell, nas versões mais tardias do romance *"Coer de Lyon"* e referenciado brevemente na peça *"King John"* (1613), de William Shakespeare[11].

É neste campo [do nacionalismo] que o mito do rei Ricardo parece adquirir seus contornos mais fantasiosos, ampliando seu potencial mobilizador. Como afirma Patrick Geary, acadêmicos, políticos, poetas e artistas do século XIX não construíram o passado nas nações europeias sem bases prévias. "Eles se basearam em tradições, fontes escritas, lendas e crenças pré-existentes, mesmo que as tenham usado de novas maneiras para forjar unidade e autonomia política (2005, p. 29). Em países que careciam de organização política – como a Alemanha e a Itália – teóricos nacionalistas estabeleceram grandes narrativas

9 Tradução minha feita a partir de uma versão traduzida para o inglês moderno: < But perhaps it is the manner of every nation to extol in excessive praise some one from their members, as the Greeks do their Alexander, the Romans their Octavian, the English their Richard, the French their Charles; and thus it follows that the Britons overly extoll their Arthur. That happens often, as Josephus says, for beauty of the story, for the pleasure of the readers, or to praise their own blood >. Disponível para acesso em: < http://chester.shoutwiki.com/wiki/Polychronicon >. Acessado em 30/10/2019.

10 Disponível em: < https://universityofglasgowlibrary.wordpress.com/2016/09/15/the-pastyme-of-people-the--first-english-printed-portrait-book> . Acessado em 30/10/2019.

11 Disponível em: < http://shakespeare.mit.edu/john/full.html > . Acessado em 30/10/2019.

a fim de criar e intensificar o poder do Estado. Já em Estados fortes, como a França e a própria Grã-Bretanha, governos e ideólogos investiam em mitos de unidade "em prol de uma história nacional e língua e cultura homogêneas, que supostamente se estendiam a um passado longínquo" (GEARY, 2005, p. 29)

Parafraseando Glaydson Silva, estas práticas de forja e agenciamento da história nacional "visam, de certo modo, uma espécie de controle do passado (e, consequentemente, do presente)" (SILVA, 2007, p. 57). Ao longo da Era Contemporânea, heróis reais ou imaginários, como Alfredo, "o Grande", Guilherme, "o Conquistador", Eduardo III, Eduardo de Woodstock (o "Príncipe Negro"), Henrique VIII, Robin Hood, Rei Arthur e Ricardo I, estiveram presentes na imaginação dos britânicos, "encarnando o eterno ciclo de ascensão, declínio e recuperação da nação" (SILVA, 2007, p. 57). As histórias destes heróis, contadas e recontadas durante séculos pelas mais diversas vias, compõem a rede de uma densa mitologia nacional, "sempre retomada pelas ideologias contemporâneas em um complexo jogo de construções identitárias" (SILVA, 2007, p. 57).

Considero, portanto, que o sucesso de Ricardo Coração de Leão no século XIX vai ao encontro do que Patrick Geary e Glaydson Silva indicam acerca dos usos e apropriações do passado realizados por políticos, artistas e literatos desse período. Ademais, Walter Scott também não era um escritor neutro do ponto de vista político. Durante toda sua vida, fora simpático a causa Jacobita, que tinha por objetivo retornar a Dinastia Stuart e os descendentes de Jaime II ao poder – apesar de admitir que se tratava de uma causa perdida. Nacionalista e conservador partidário dos *tories*, Scott também era um unionista, favorável à ideia de um Estado unificado composto por Inglaterra, Escócia e País de Gales. Em outras palavras, mesmo sendo um nostálgico e politicamente conservador, o autor estava ideologicamente alinhado ao projeto nacional vigente.

Scott não construiu o mito nacionalista do rei Ricardo Coração de Leão do zero. Ele bebeu de fontes e tradições anteriores, e deu-lhe uma conotação moderna, mais adequada às necessidades do século XIX. A popularização do herói nos anos seguintes é um indício de que o personagem tinha certo apelo popular e, a considerar a recepção positivíssima que *"Ivanhoe"* tivera após seu lançamento, parece razoável supor que Scott tenha contribuído para que as aventuras do rei cavaleiro e herói nacional se tornassem mais interessantes ao grande público. A imagem e os feitos (reais ou lendários) de Ricardo I difi-

cilmente seriam representados em tantos produtos diferentes se não gerassem alguma identificação, atração, fascínio, ou pelo menos inquietação, nas pessoas daquela época.

Compreender as nuances do nacionalismo, seus efeitos e ecos na cultura, suas relações com o passado, suas ambivalências, seus mitos e sonhos, é um desafio que envolve várias temporalidades. Por mais distante que a Idade Média pareça estar do oitocentos – e ainda mais dos nossos dias atuais, este trabalho tenta mostrar que nada que pertence ao passado está a salvo de usos e atualizações. "Passado e presente são construções dos Historiadores" (SILVA, 2007, p. 17), mas a literatura, a poesia, a pintura histórica, o teatro, a ópera, a estatuária – sem falar no cinema, nas séries de TV, nas histórias em quadrinhos e demais expressões da indústria cultural – também engendram percepções, constroem mitos, imaginários, enfim, formam representações coletivas de épocas pretéritas.

Quero com isso relevar que Ricardo não morreu em Châlus pela flechada de um besteiro, como contam seus cronistas do século XII. Ele sobreviveu. Não à flecha, mas ao tempo, como figura mítica. O romantismo e o nacionalismo deram a Ricardo nova aura, fizeram-no renascer na imaginação e na cultura popular. Saliento também que para além da História, feita com fontes, dados e metodologias precisas, existem as obras de ficção, dotadas de um potencial de convencimento incontestes. E gostem os historiadores ou não, elas podem ser muito poderosas.

CONSIDERAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

Apesar de Ricardo I ser um personagem bem pesquisado nos países de língua inglesa e francesa, o número de trabalhos voltados a compreender os usos de sua imagem e as atribuições político-ideológicas dadas à sua figura após a Idade Média é consideravelmente pequeno. Se pensarmos no período medieval, a imagem heroicizada e multifacetada de Ricardo I já goza de uma ampla historiografia. Nos últimos vinte anos aproximadamente, um número considerável de pesquisas – a maioria delas tendo como fonte principal o romance em inglês médio *"Coer de Lyon"* (c. 1340) – evidenciaram fabricação de uma figura heroica de atributos "nacionalistas", produzida no decorrer da Guerra dos Cem anos (1337 – 1453). Geraldine Heng, John Finlayson, Lynn Shutters, Thomas H Crofts, Robert Allen Rouse, Carolyn B. Anderson, Angela Florshuetz, Nicola McDonald, Alan S. Ambrisco, Lesley A. Coorte e Peter

Larkin, são alguns dos pesquisadores que buscaram entender como os romances métricos medievais engendraram percepções históricas sobre pessoas – reais e imaginadas – do passado, adicionando às histórias de personagens como Rei Arthur, Guy de Warwick, Bevis de Hampton, Rolando, Carlos Magno, Alexandre o Grande – e o próprio Ricardo I – valores e traços de uma época posterior.

Já se pensarmos a recepção de tal ideia no oitocentos – que é o cerne deste trabalho – nota-se uma grande lacuna historiográfica. A situação me intriga dada a quantidade imensa de documentos do século XIX, produzidos num contexto geográfico britânico, que fazem menção direta ou indireta a Ricardo I. As duas pesquisas que mais se aproximam do que proponho são *"Richard Coeur de Lion in Literature"*(1890), de George Henry Needler, que traça um brevíssimo panorama sobre as aparições do personagem na literatura anglófona, e o artigo *"The Military Legacy of Richard the Lionheart: Constructed Heroism and Selective Memory in Modern English Historiography"* (2015), de John D. Hosler, um apanhado bibliográfico que ressalta as transformações na forma como Ricardo I é tratado na historiografia britânica entre os séculos XIX e XX.

"Ao longo do século XIX, historiadores britânicos confirmaram a reputação lendária de Ricardo como o general medieval por excelência"[12] (ROSLER, 2015, p. 2). Para Rosler, estes autores chegam, em sua maioria, a duas conclusões de relativo consenso: " [Ricardo] era um governante negligente e predominantemente ausente da Inglaterra, mas 2) ele alcançou sucesso espetacular na guerra, que era, afinal de contas, seu principal interesse"[13] (ROSLER, 2015, p. 2).

Dentre esses autores, podemos citar o poeta escocês William Edmonstoune Aytoun, autor do livro *"The Life and Times of Richard I"* (1840), que afirma que "Como guerreiro, Ricardo certamente tem o direito de se classificar entre os mais ilustres dos tempos antigos ou modernos"[14] (1840, p. 347). Sua vida – continua o autor – fora acompanhada por "uma série deslumbrante

12 No original: "Over the course of the long nineteenth century, British historians confirmed Richard's legendary reputation as the quintessential medieval general"

13 No original: "he was a neglectful and mostly absent ruler of England, but 2) he attained spectacular success in war, which was, after all, his primary interest."

14 No original: "As a warrior Richard is certainly entitled to rank amongst the most distinguished of ancient or of modern times. "

de sucessos esplêndidos, como nunca antes um rei ou chefe chegou a atingir."[15] (1840, p. 347)

David Hume também traz opinião semelhante, em seu famoso livro *"History of England"* (1754 – 1751), que tivera grande importância na historiografia oitocentista

> A parte mais brilhante da personalidade deste príncipe são seus talentos militares. Nenhum homem, naquela idade romântica, carregava tamanha coragem pessoal e intrepidez, e essa qualidade garantiu-lhe o título de *coeur de lion. E*le amava apaixonadamente a glória, principalmente a glória militar, e como sua conduta no campo não era inferior a seu valor, ele parece ter possuído todo talento necessário para adquirir isto.[16]

O mesmo se pode dizer de William Stubbs, em seu *"Constitutional History of England"* (1880), e de George P. R. James, em *"History of the Life of Richard Coeur de Lion"*, obra de quatro volumes produzida entre 1841 e 1854. Ao fim do oitocentos, a reputação positiva de Ricardo I como líder militar se intensifica, como mostra a seguinte passagem do livro *"England under de Angevin Kings"* (1887), de Kate Norgate: "Tanto de um ponto de vista militar, quanto político e moral, Ricardo é o único entre os líderes do exército crusado que sai da provação não apenas com sua imagem imaculada, mas brilhando com o dobro de splendor".24 (NORGATE, 1969, p. 318)

Já no século XX, muitos destes autores são revisados e a historiografia sobre Ricardo I torna-se mais crítica com relação a suas qualidades como rei e administrador. Em 1963, Richardson e Sayles lançam o artigo *"The Governance of Medieval England from the Conquest to Magna Carta",* e pavimentam caminho para uma abordagem mais cética e menos idealista do monarca plantageneta. Em resposta a tal visão, John Gillingham lança *"Richard the Lionheart"* (1978), obra em que tenta desconstruir tanto o idealismo romântico quanto o criticismo excessivo que fora lançado sobre Ricardo I no século XX. Para Gillingham, Ricardo não era um mau rei, tampouco um mal administrador. Suas virtudes militares e seu pioneirismo em mesclar realeza e cavalaria colocariam Ricardo I em um patamar destacado entre os líderes políticos do século XII. O fato de ter priorizado seus territórios franceses em detrimento dos britânicos não seria uma incompetência administrativa para Gillingham,

15 No original: "a dazzling a train of splendid successes as ever fell to the lot of king or chieftain to achieve "

16 No original: "The most shining part of this prince's character are his military talents. No man, even in that romantic age, carried personal courage and intrepidity to a greater height" and this quality gained him the appellation of the lionhearted, coeur de lion. He passionately loved glory, chiefly military glory" and as his conduct in the field was not inferior to his valour, he seems to have possessed every talent necessary for acquiring it". Fonte: < https://ebooks.adelaide.edu.au/h/hume/david/history-of-england/chapter10.html > . Acessado em 30/10/2019.

mas um indício de que o monarca conhecia estratégias de longo prazo, pois suas terras no oeste da França – o "coração" de seu reino – corriam maiores riscos de invasões e rebeliões.

Ao fim da década de 1990, Jean Flori publica o livro *"Richard Coeur de Lion: Le Roi Chevalier"* (1999), que, basicamente, confirma muitas das afirmações de Gillingham, ao mesmo tempo em que lança um olhar aprofundado sobre como Ricardo I teria construído a imagem pública de um rei cavaleiro, inspirada fortemente no mito arturiano. O livro de Flori é divido em duas partes: uma abordando Ricardo como sujeito histórico e a outra voltada ao mito e à imagem público do rei. O historiador francês não avança mais do que o século XII em sua empreitada e faz apenas menções breves sobre o herói nacional que viria a surgir na imaginação britânica do século XIV em diante.

Hipóteses Possíveis

Penso na existência de pelo menos três vias de explicação para a popularidade de Ricardo I no século XIX: 1) a redescoberta de arquivos e manuscritos medievais; 2) o contexto cultural e ideológico; e 3) a influência de Walter Scott no campo literário.

Para que Ricardo ressurgisse com força no imaginário britânico oitocentista, Scott e seus contemporâneos precisaram de documentos históricos, fontes que servissem de base para a (re)construção de uma imagem moderna do herói medieval. Em dada medida, este processo já vinha sendo feito desde o século XVIII, com a publicação de *"Reliquies of Ancient English Poetry"* (1775), de Thomas Percy. Trata-se de uma grande compilação de baladas folclóricas, poemas, romances e canções populares inglesas, retiradas em grande parte do manuscrito medieval *Percy Folio* (MS. 27879). Apesar de não tratar em nenhum momento do personagem Ricardo Coração de Leão, Percy pavimentara o caminho para que a literatura medieval inglesa adquirisse status de prestígio nos círculos intelectuais da Grã-Bretanha.

Algumas décadas mais tarde, George Ellis e Henry Weber se voltam aos romances métricos em inglês médio, lançando os compêndios *"Specimens of Early English Medieval Romances"* (1805) e *"Metrical Romances of the Thirteenth, Fourteenth and Fifteenth Centuries"* (1810), respectivamente. Ambas as coletâneas trazem o romance medieval "*Coer de Lyon"*, que fora utilizado por Scott tanto em *"Ivanhoe"* (1819) quanto em *"The Talisman"* (1825). Na introdução deste último, Scott chega a mencionar (SCOTT, 1832, p. 3) explicitamente a versão adaptada de George Ellis, citando diretamente o autor. Suponho, portanto, que se o resgate documental realizado por George Ellis

e Henry Weber tivera influência em Scott – especialmente nas obras em que Ricardo I está presente – é possível que ele tenha desempenhado papel substancial em outras narrativas que tratam deste mesmo personagem.

A segunda hipótese que atribuo para o sucesso de Ricardo I no oitocentos está relacionada ao mito-político, à carga ideológica nacionalista que foi imposta à figura do rei inglês no século XIV e que sobreviveu, passando por inúmeras metamorfoses, no imaginário moderno. Mitos políticos são ambivalentes por natureza. São narrativas que partilham das mesmas estruturas psicológicas dos mitos religiosos, mas fundamentadas e aplicadas a ideologias contemporâneas. O mito-político – assim como o mito religioso – não serve a apenas um propósito; ele pode ser moldado e utilizado por diferentes grupos sociais e servir a diferentes finalidades – mesmo que de maneira contraditória.

No livro *"The Victorian Frame of Mind, 1830 – 1870"* (1957), Walter Houghton afirma que a devoção ao herói fora um fenômeno importante da cultura inglesa entre 1830 e 1870. Para ele, em nenhuma outra época da história houve incentivo tão grande para que as virtudes dos grandes heróis do passado fossem imitadas e louvadas com tanto afã. "Contos de cavaleiros medievais e heróis lendários, gregos e romanos, celtas e nórdicos, foram amplamente lidos - em novas edições de [autores como] Malory e Froissart, na poesia de Tennyson, Arnold e os pré-rafaelitas."[17] (1957, p. 305). Logo, as aventuras do rei cavaleiro, com seus excessos, excentricidades, personalidade forte e carismática, gosto pela literatura e pela poesia, deviam gerar fascínio não apenas pelo sentimento patriótico que evocavam nas pessoas do oitocentos, mas, também, por que essas características condiziam com o ideal e a sensibilidade do romantismo – ainda vivos nas primeiras décadas da Era Vitoriana.

Ressalto isto, pois outros monarcas medievais, como Alfredo de Wessex, Guilherme I, Eduardo I, Eduardo III e Henrique V, por exemplo, não são representados em tantos poemas, romances, sonetos e pinturas quanto Ricardo Coração de Leão. Mesmo que eles fossem tão bons – ou até melhores – "candidatos" ao cargo simbólico de herói nacional, havia algo na cultura britânica oitocentista que tornava Ricardo I mais atrativo e interessante para as pessoas daquela época, se comparado a seus antecessores e sucessores que ocuparam o trono inglês. Assim como o mito-político, o fenômeno que chamo de *ricardomania* não obedece a critérios puramente racionais, pois tão

17 No original: "Tales of medieval knights and legendary heroes, Greek and Roman, Celtic and Norse, were widely read—in new editions of Malory and Froissart, in the poetry of Tennyson, Arnold and the Pre-Raphaelites"

controversa quanto a "anglicidade" do herói é a sua popularidade no século XIX, que não pode ser explicado sem levarmos em conta os componentes dramáticos e emocionais que permeiam as representações de tal personagem nesta época. Em outras palavras, a ambivalência e a maleabilidade do mito que permitiram que o monarca atingisse tamanha estima, sendo, ao mesmo tempo, a personificação da nação em toda a sua glória e um herói digno dos romances de cavalaria.

Já a terceira hipótese diz respeito ao papel que Walter Scott desempenhara nesse processo. Penso que suas novelas – primeiramente *"Ivanhoe"* e depois *"The Talisman"* (1825), que também narra acontecimentos da vida de Ricardo I – tiveram impacto significativo para que o personagem se tornasse mais presente na cultura britânica. Chego a tal conjectura pelo sucesso das obras, que foram reimpressas e adaptadas inúmeras vezes nos anos seguintes. Percebo em paralelo que as aparições do rei cavaleiro nas artes e na literatura são mais recorrentes após o lançamento de *"Ivanhoe"*, o que fortalece meu prognóstico de que haja ligação forte entre ambos os fatos.

BIBLIOGRAFIA

AYTOUN, William Edmundstoune. *The Life and Times of Richard I.* London: Bradbury and Evans Printers, 1840.

FLORI, Jean. *Ricardo Corazón de León.* Barcelona: Edhasa, 2003.

GEARY, Patrick. *O Mito das Nações: A Invenção do Nacionalismo.* São Paulo: Conrad, 2005

GILLINGHAM, John. *Richard the Lionheart.* New York: Times Books, 1978.

GIRARDEWT, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987

HORSWELL, Mike. *The Rise and Fall of British Crusader Medievalism, c. 1825 – 1945.* New York: Routledge, 2018.

HOSLER, John. *The Military Legacy of Richard the Lionheart: Constructed Heroism and Selective Memory in Modern English Historiography***.** *IN:* Annual Meeting of the Society for Military History, 82., 2015, Montgomery. < http://www.academia.edu/11995644/The_Military_Legacy_of_Richard_the_Lionheart >.

HOUGHTON, Walter. *The Victorian Frame of Mind, 1830 – 1870.* Yale: Yale University Press, 1957.

HUME, David, *The History of England.* Disponível em: < https://ebooks.adelaide.edu.au/h/hume/david/history-of-england/chapter10.html > . Acessado em 27/01/2019.

JAMES, George Payne Rainsford. *History of the Life of Richard Coeur de Lion.* London: Blatch and Lampert, 1841 – 1854.

MATHEW, David. *Medievalism: A Critical Review*. Sufolk: Boydell & Brewer, 2015.

NORGATE, Kate. *England Under the Angevin Kings.* New York: Haskell House Publisher, 1969.

RICHARDON, Henry Gerald; SAYLES, George Osborne. *The Governance of Medieval England from the Conquest to Magna Carta.* Edinburgh: Edinburgh University Press, 1963.

RIGNEY, Ann. *The Afterlives of Walter Scott: Memory on the Move.* New York: Oxford University Library, 2012.

RODRIGUES, Gabriel Toneli. As habilidades militares de Ricardo I no *Itinerarium Peregrinorum et Gesta Regis Ricardi* (1217-1222). *Revista Vernáculo.* v. 43, n. ___, p. 130 – 160, 2019

RUNCIMAN, Steven. *A History of the Crusades. Vol III: The Kingdom of Acre and Later Crusades.* New York: Cambridge University Library, 1987.

SCOTT, Walter. *IVANHOE***.** São Paulo: Abril, 1972.

SILVA, Glaydson José da. *História Antiga e Usos do Passado: Um Estudo de Apropriações da Antiguidade sob o Regime de Vichy (1940 – 1944)*. São Paulo: Anna Blume Editora, 2007.

STUBBS, William. *Constitutional History of England.* Wotton under edge: Clarendon, 1880.

QUEM SÃO ESSAS MULHERES? IDENTIDADE, GÊNERO E REPRESENTATIVIDADE: UM ENSAIO SOBRE AS SENADORAS BRASILEIRAS (MANDATO 2019-2027) E OS TRUNFOS DE LEGITIMIDADE ACIONADOS NAS CLASSES DIRIGENTES*

Milena Rosa Araújo Ogawa**

INTRODUÇÃO

Pretendo discutir neste trabalho as atribuições das funções sociais e políticas e os recursos de capitais detidos pelas senadoras eleitas em 2018, mandato 2019-2027, para problematizar os possíveis acionamentos de trunfos de legitimidade. Assim, estruturei esta pesquisa a partir de uma introdução da problemática e uma análise da campanha eleitoral de 2018 no âmbito senatorial e, em seguida, um estudo de gênero na política a partir do estudo das classes dirigentes e de identidade. Na terceira parte, apresento uma abordagem sobre alguns recursos que as senadoras detêm e se elas poderiam ter

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Agradeço a contribuição dos Prof. Drs. Carolina Kesser Barcellos Dias, Edgar de Ávila Gandra, Ícaro Engler e Loredana Ribeiro por todas as discussões ao longo do semestre (2019-1) que formaram as estruturas para reflexão deste trabalho. Ressalto que todas as informações aqui presentes são fruto de escolhas bibliográficas e teóricas pessoais, de minha inteira responsabilidade, e constantemente em construção.

** Doutoranda (bolsista CAPES), Mestra e Bacharela em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Especialista em Direitos Humanos e Cidadania e Licenciada em História pela Universidade Federal do Pampa. Bacharelanda em Antropologia pela UFPel. Membra discente do Laboratório de Estudos Sobre a Cerâmica Antiga (LECA-UFPel), do Grupo de Pesquisa CNPq Práticas Mortuárias no Mediterrâneo Antigo (TAPHOS-USP) e do Polo Interdisciplinar de Estudos do Medievo e da Antiguidade (POIEMA-UFPel). E-mail: ogawa_milena@hotmail.com.br

acionado esses trunfos de legitimidade na última eleição. Ao final, apresento uma reflexão crítica sobre gênero, política e identidade no contexto brasileiro no ano de 2019.

A História, até a década de 1970, vem sendo narrada a partir da visão de homens-cis, brancos e burgueses. Essas versões de narrativas não ocorreram apenas na escrita historiográfica; isto ainda é reflexo da sociedade e das escolhas para construção da organização do status quo. Neste trabalho, emprego uma metodologia que parte do campo da História das Mulheres que, a partir de muita luta[1] ressignifica o apagamento das mulheres como agente político-estrutural da sociedade.

Atualmente, o Senado é composto por 13 mulheres[2], sendo 6 com mandatos de 2015-2023, a saber: Kátia Abreu (Partido Democrático Trabalhista, PDT-TO), Maria do Carmo Alves (Democratas, DEM-SE), Mailza Gomes (Partido Progressista, PP-AC), Renilde Bulhões (Partido Republicano da Ordem Social, PROS-Al), Rose de Freitas (Podemos-ES) e Simone Tebet (Movimento Democrático Brasileiro, MDB-MS), e 7 com mandatos de 2019-2027, respectivamente, Daniella Ribeiro (PP-PB), Eliziane Gama (Partido Popular Socialista, PPS-MA), juíza Selma Arruda (Partido Social Liberal, PSL-MT), Leila Barros (Partido Socialista Brasileiro, PSB-DF), Mara Gabrilli (Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB-SP), Soraya Thronicke (PSL-MS) e Zenaide Maia (Partido Humanista da Solidariedade, PHS-RN). Neste estudo, analisarei apenas a última categoria, mandato 2019-2027.

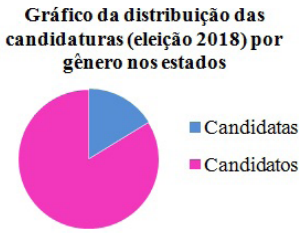
Nas eleições de 2018, foram registradas 353 candidaturas na esfera senatorial[3]; nessa corrida eleitoral, apenas 58 (16,25%) eram mulheres (Figura 1). Essa realidade deve estar alinhada ao contexto social e político brasileiro, pois, no ano de 2017, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sancionou, através da lei 13.487/2017, a obrigatoriedade do repasse de 30% dos recursos financeiros dos partidos às campanhas de mulheres, à criação de um Fundo Especial de Financiamento de Campanhas (FEFC) e à proporcionalidade da propaganda eleitoral obrigatória gratuita para as candidatas. Cabe ressaltar que apenas 7 senadoras foram eleitas, representando 12,96% do Senado, ou seja, nem a metade da meta foi atingida (Figura 2).

1 Conferir Martha Farah et al. (2018) para produção acadêmica feminista brasileira.

2 Durante o trabalho, utilizarei a expressão mulheres para corpos biologicamente femininos e/ou feminilizados.

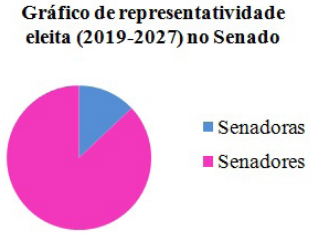
3 Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/01/31/bancada-feminina -no-senado-diminui-em-2019> acesso em 01.07.2019

Figura 1: gráfico da distribuição das candidaturas



Fonte: dados retirados do portal do TSE

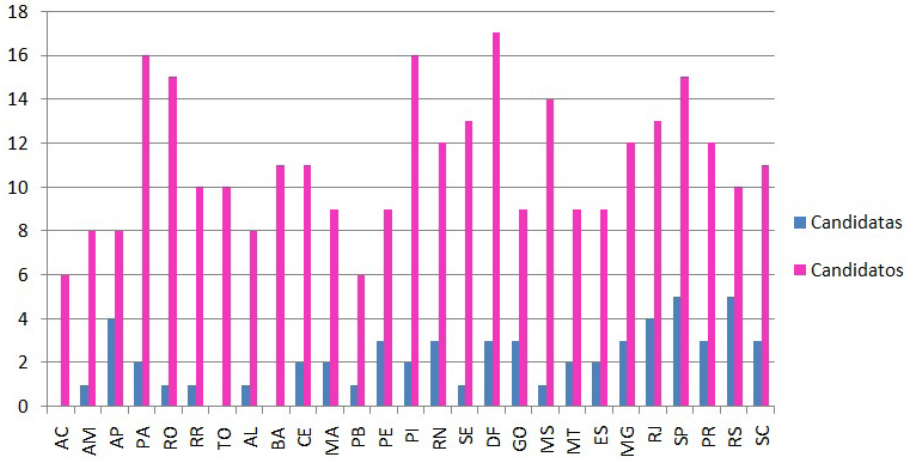
Figura 2: gráfico do resultado das eleições



Fonte: dados retirados do portal do TSE

Outros dados que devem ser mencionados são que, dos 26 estados e Distrito Federal, 20 não elegeram mulher (Figura 3), ou seja, proporcionalmente, apenas 25,92% dos estados do território nacional são representados pelo menos por uma mulher. Em 3 dos estados brasileiros, não houve proposta de candidatura de mulheres e, apenas na eleição de 2018, Distrito Federal e Paraíba conseguiram eleger a primeira senadora (mandato 2019-2023).

Figura 3: Gráfico da relação de candidaturas de gêneros por estado



Fonte: dados retirados do portal do TSE

Cabe relembrar que as eleições do Senado são peculiares em vários critérios: são eleitas/os três senadoras/es por estado, isto é, não há uma proporcionalidade de representantes pelo contingente populacional e sim pelo estado. Os mandatos são de 8 anos e a votação ocorre a cada 4 anos, junto com as

eleições para presidenta/e, governadoras/es e deputadas/os. A votação segue o seguinte modelo: no primeiro ciclo, é escolhido 1/3 da bancada por estado (1 representante) e, posteriormente, os 2/3 complementares.

Segundo esses dados, questionamos: a luta pela igualdade em carreiras profissionais políticas – sem mencionar tantas outras esferas – foi alcançada no Brasil?

IDENTIDADE E GÊNERO NA POLÍTICA A PARTIR DAS CLASSES DIRIGENTES E DOS RECURSOS PARA ACIONAR TRUNFOS DE LEGITIMAÇÃO DO PODER

Uma das propostas para a construção desse ensaio surgiu após a leitura de Monique Saint-Martin (2008), em seu artigo "Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França". A socióloga aborda as elites administrativas, econômicas e dirigentes, e os princípios e estratégias de legitimação dos grupos dirigentes franceses. Partindo da inquietação da pesquisadora sobre as estratégias para ingresso na vida pública e observando os modos de seleção – hereditária, antiguidade, cooptação, eleição e concurso – bem como os números relacionais discrepantes entre mulheres e homens com acesso a determinados bairros, profissões, consumos, lazeres e aos cargos, busquei observar os princípios de seleção e legitimidade nas eleições para o Senado ocorridas em 2018.

Este ensaio está imerso no âmbito brasileiro e cabe evidenciar algumas informações: somos um país ocidentalizado, economicamente neoliberal e politicamente apresentado como uma democracia representativa subdividida em 3 poderes: executivo, legislativo e judiciário. Toda essa geopolítica de poder é organizacional, tendo impacto nas categorias oficiais que regulam corpos, afetos, pessoas e relações (VIANNA; LOWEKRON, 2017).

A partir dessa realidade sociopolítica e econômica, a categoria de análise aqui discutida são as agentes senatoriais com mandato 2019-2027. Todas elas ocupam um campo de poder, o Senado Federal, e para suas campanhas eleitorais acionaram recursos para obtenção de alguns trunfos de poder – justificativa para alcançar finalidades estabelecidas para a comunidade política – como o carisma, a evocação da tradição familiar-política, a experiência acadêmica e/ou até mesmo afirmarem-se como uma escolha racional de representatividade

de um grupo[4]. Diferentes trunfos de ordem familiar, econômica, cultural e social poderiam ser acionados separados e/ou em conjunto.

Configurando essas mulheres como parte de uma elite política, é preciso alocar essa pesquisa no âmbito do estudo das classes dirigentes, isto é, devem ser levadas em consideração as questões interseccionais de ordem econômica, política, social, religiosa e cultural. Tal abordagem pode ser observada por hábitos, gostos de consumo, cargos que ocupam, acesso a diferentes bens, tendo ou não potencial de uso (BOURDIEU, 1989). Essas posições sofrem disputas para a sua legitimação, bem como constituem-se como escolhas racionais e irracionais de regras para construção desses grupos dirigentes (WEBBER, 1968). Assim, uma questão fundamental é compreender identidade como um mecanismo de auto reconhecimento, pois o

> (...) sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLAK, 1992, p. 5).

A partir dessa visão de auto-reconhecimento no e pelo outro, é possível correlacionar identidade e gênero como um recurso para se obter trunfos de legitimação, uma vez que ser mulher pode "implicar predisposições e constrangimentos, mas também outras possibilidades de formas de apresentação, potencialmente distintas daquelas acessíveis e credíveis ao público masculino" (ALTMANN, 2019, p. 12).

O estudo das elites teve início com homens burgueses europeus, nascidos no século XIX, fixando categorias analíticas rígidas e capitalistas, discorrendo sobre os grupos que exerciam poder na esfera pública. Gaetano Mosca (1966) bipolariza os grupos entre dirigidos e dirigentes; Vilfredo Pareto (1966), na perspectiva da dominação e dominados, e Robert Michels (1966), em critérios de superioridade, sejam eles material, moral, educacional, intelectual ou de herança para que se ocupem os cargos diretivos. Max Webber (1968), mesmo oriundo das mesmas credenciais dos autores já mencionados, volta sua atenção para a formação do Estado moderno e o uso da força, e também pontua a relação que os grupos dirigentes utilizam para permanecerem no poder.

4 Segundo Cristina Altmann (2019), os processos de legitimação "envolvem contextos periféricos (...), uma gama complexa e heterogênea de bases sociais de recursos herdados e adquiridos por parte dos agentes individuais e coletivos ao longo de seus percursos mediante um trabalho ativo de construção e de atualização" (p. 11).

Junto a essas perspectivas de grupos dirigentes que exercem poder e utilizam forças para se perpetuar, pretendo, a partir da ideia de Pierre Bourdieu (1989) de capitais acionados, tentar dialogar com a ideia de processo, isto é, a maneira como as elites acionam diferentes acessos, os capitais (econômico, cultural, social e simbólico) que sempre estarão em disputa para manutenção no poder, continuando uma estrutura patriarcal, branca e racista.

Ao longo da pesquisa procurei utilizar uma perspectiva feminista e decolonial do saber, isto é, que não parta de uma leitura hegemônica, que seria como aponta Carla Rodrigues, [essa] "colonização dos saberes, que nos colocariam numa condição de dependência em relação à produção intelectual internacional" (2019, p. 3).

Como constatado, a presença numérica das mulheres no Senado é reduzida em números absolutos. Rosângela Schulz e Maria Moritz (2015), em suas pesquisas sobre as deputadas estaduais eleitas no Rio Grande do Sul em 2010, utilizaram três variáveis para o estudo de gênero na política: "a) recursos políticos, b) recursos sociais e c) recursos econômicos. A primeira leva em consideração a trajetória política e/ou as redes de contatos das candidatas; a segunda aborda os indicadores sócio demográficos e, por fim, os recursos financeiros de campanha" (p. 372). Essas perspectivas nos ajudam a pensar como além das candidatas necessitarem vencer a "barreira" gênero, devem conter todos esses recursos e/ou a maioria deles.

Como aponta Donna Haraway, "todas as fronteiras internas-externas do conhecimento são teorizadas como movimentos de poder" (1995, p. 9), de modo que ao pensar na categoria mulheres na política torna-se possível problematizar se as senadoras eleitas representam todas as mulheres brasileiras. Partindo do contexto em que a maioria das mulheres ganha menos que os homens, ainda que possuam uma carga superior de trabalho em relação a estes, é plausível pensar que pelo menos as senadoras, ao contarem com os recursos econômicos (como veremos na seção 3), já estão inclusas em uma pequena minoria que possui "dinheiro, tempo livre e redes de contato" (SCHULZ; MORITZ, 2015, p. 376-377).

Ainda na perspectiva de que os representantes do povo perante o Estado podem "moldar a ação pública" (MELLO; MARQUES, 2018, p. 5) e influenciar diretamente as diretrizes na/da Constituição, é mister também lembrar que a linguagem, como afirma Monique Wittig (2005), é um campo político de jogos e redes de poderes, pois

> O Estado, assim como outras instituições (família, escola, mundo do trabalho), seria responsável por realizar ou perpetuar operações de diferenciação (BOURDIEU, 2007) entre mulheres e homens definindo ou limitando seus papéis sociais e seu conjunto de direitos, ao mesmo tempo em que atuaria no reconhecimento das mulheres enquanto destinatárias de direitos específicos ligados à sua condição feminina. Longe de analisar o Estado como uma instituição monolítica, avaliamos que o jogo político envolve atores e agendas dinâmicas em disputa, resultando um processo de concomitantes conquistas e resistências a partir da perspectiva da luta por igualdade de gênero. No caminho já indicado por Laclau e Mouffe (1987), entendemos que o resultado da luta política (inclusive no Estado) não tem resultado preestabelecido, visto que a disputa pela hegemonia é constantemente redefinida de modo contingencial. Nossa tese central é que o Estado, cujas ações envolvem uma diversidade de atores e estratégias, muitas vezes contraditórias entre si quando reconhece as mulheres como público de determinadas políticas, pauta sua atuação em dois sentidos: contribui para reforçar papéis e 'lugares' entendidos como femininos; ou reage às demandas das mulheres quando elas compõem (ou passam a compor) parte significativa do público atendido por essas políticas. Ou seja, há variação na atuação estatal, dada a complexidade da sua dimensão de operação e a diversidade de agentes buscando construir suas agendas. Estes diferentes sentidos seriam configurados pela natureza do tratamento dada a dimensão de gênero na elaboração das políticas, variando, principalmente, entre três cenários: i) predominância de estereótipos sobre demandas, papéis e interesses atribuídos às mulheres; ii) ausência da transversalidade de gênero durante as discussões de desenho das políticas; ou iii) tentativas de abarcar de maneira mais ampla e transversal demandas às vivências femininas (MELLO, MARQUES, 2018, p. 11-12).

Portanto, enquanto o Estado não garante a equidade política entre os gêneros com políticas públicas[5] de inclusão, continuamos com o cenário em que homens possuem mais espaço e são escolhidos como – em muitos casos – únicos representantes possíveis, e é atribuída às mulheres uma base *sine qua non* de sujeitas desprovidas/incapacitadas para a política, o que leva à legitimação da existência de papéis determinados biologicamente. Mais ainda, a inércia do Estado continua legitimando distorções do passado baseado em um presente androcêntrico.

UM ESTUDO SOBRE A COMPOSIÇÃO SENATORIAL DAS MULHERES: MANDATO 2019-2027.

Até o momento, busquei exemplificar o que seriam os trunfos de legitimidade e a correlação da política e o gênero enquanto categorias de análise. Coaduno com Simone de Beauvoir que "os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições; e ainda hoje, embora sua condição esteja

5 Normas para "orientar, definir, restringir ou incentivar comportamentos" (MELLO; MARQUES, 2018, p. 10).

evoluindo, a mulher arca com um pesado *handicap*" (BEAUVOIR, 1970, p. 14).

Assim, ao abordar os dados da ocupação das mulheres no Senado (12,96% de representatividade), também proponho pensar: quem são essas mulheres que conseguiram chegar a esse patamar? Elas, assim como os homens, acionam capitais para estarem estabelecidas. É nítido observar, através dos levantamentos, uma homogeneidade das características, com raras dispersões, do "esperado para as mulheres-cis brancas e burguesas" em nossa sociedade androcêntrica, racista e homofóbica e que, mesmo com políticas de cotas, tem o acesso limitado, como apontam Rosângela Schulz e Maria Moritz (2015).

Um consenso que permeia todas as análises é que as cotas são necessárias, mas somente elas não são suficientes para reverter a situação de desvantagem das mulheres na esfera política, em geral, e na arena parlamentar, em específico. Além da adoção dessa norma, deve-se levar em consideração se ela é cumprida ou não, e que sanções estão previstas para este caso. Mesmo com avaliação positiva sobre a implementação das cotas, ainda não há trabalhos que comprovem uma correlação direta entre maior oferta e resultado positivo, ou seja, se mais candidatas concorrendo resultará necessariamente em mais mulheres eleitas (SCHULZ; MORITZ, 2015, p.373). Outro desdobramento importante é pensar se são fornecidas ou retiradas condições de permanência dessas parlamentares para darem continuidade nesse ambiente masculino (ALTMANN, 2019, p. 11).

Nesse momento, apresento o perfil de cada senadora eleita em 2018 a partir dos seguintes critérios: nome de filiação, nome completo, idade, estado civil, autodeclaração de etnia, partido político, estado, data de sua filiação no partido, grau de instrução, ocupação anterior, parentes na política, patrimônio declarado, proposições efetuadas, pronunciamentos, relatorias, comissões e cargos políticos já ocupados.

Daniella Ribeiro (nome de filiação), Daniella Velloso Borges Ribeiro (nome completo), 47 anos (idade), casada (estado civil), branca (autodeclaração de etnia), PP (partido político), Paraíba (estado), 12/07/1999 (data de sua filiação no partido), superior completo (grau de instrução), pedagoga (ocupação anterior), filha de ex-deputado e prefeita com irmão deputado (parentes na política), R$ 138.407,47 (patrimônio declarado), 12 (proposições efetuadas), 7 (pronunciamentos), 42 (relatorias), 47 (comissões) e vereadora em 2008, deputada estadual em 2010 e 2014 e senadora em 2018 (cargos já ocupados).

Eliziane Gama (nome de filiação), Eliziane Pereira Gama Melo (nome completo), 42 anos (idade), casada (estado civil), parda (autodeclaração de etnia), PPS (partido político), Maranhão (estado), 2015 (data de sua filiação no partido), superior completo (grau de instrução), jornalista (ocupação anterior), filha de pastor e missionária (parentes na política), R$ 690.000,00 (patrimônio declarado), 40 (proposições efetuadas), 47 (pronunciamentos), 14 (relatorias), 54 (comissões) e deputada estadual em 2010, deputada federal 2014 e senadora em 2018 (cargos já ocupados).

Juíza Selma Arruda (nome de filiação), Selma Rosane Santos Arruda (nome completo), 56 anos (idade), casada (estado civil), branca (autodeclaração de etnia), PSL (partido político), Mato Grosso (estado), abril de 2018 (data de sua filiação no partido), superior completo (grau de instrução), juíza aposentada (ocupação anterior), família sem aproximações políticas (parentes na política), R$ 1.427.163,13 (patrimônio declarado), 15 (proposições efetuadas), 8 (pronunciamentos), 49 (relatorias), 41 (comissões) e Tribunal de Justiça do estado de Mato Grosso (TJMT) (cargos já ocupados).

Leila Barros (nome de filiação), Leila Gomes de Barros Rêgo (nome completo), 48 anos (idade), casada (estado civil), branca (autodeclaração de etnia), PSB (partido político), Distrito Federal (estado), 2018 (data de sua filiação no partido), superior incompleto (grau de instrução), atleta profissional (ocupação anterior), família sem aproximações políticas (parentes na política), R$ 606.529,23 (patrimônio declarado), 44 (proposições efetuadas), 21 (pronunciamentos), 72 (relatorias), 21 (comissões) e Secretária de Lazer de 2015-2018 e senadora em 2018 (cargos já ocupados).

Mara Gabrilli (nome de filiação), Mara Cristina Gabrilli (nome completo), 52 anos (idade), solteira (estado civil), branca (autodeclaração de etnia), PSDB (partido político), São Paulo (estado), 2018 (data de sua filiação no partido), superior completo (grau de instrução), publicitária e psicóloga (ocupação anterior), família sem aproximações políticas, entrada na política após ficar tetraplégica (parentes na política), R$ 432.142,48 (patrimônio declarado), 51 (proposições efetuadas), nenhum (pronunciamentos), deputada federal 2014 e senadora em 2018 (cargos já ocupados).

Soraya Thronicke (nome de filiação), Soraya Vieira Thronicke (nome completo), 46 anos (idade), solteira (estado civil), branca (autodeclaração de etnia), PSL (partido político), Mato Grosso do Sul (estado), abril de 2018 (data de sua filiação no partido), superior completo (grau de instrução), advogada (ocupação anterior), família sem aproximações políticas (parentes na

política), R$ 10.000.000,00 (patrimônio declarado), 45 (proposições efetuadas), 14 (pronunciamentos), 33 (relatorias), 38 (comissões) e senadora em 2018 (cargos já ocupados).

Zenaide Maia (nome de filiação), Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos (nome completo), 65 anos (idade), solteira (estado civil), branca (autodeclaração de etnia), PHS (partido político), Rio Grande do Norte (estado), 2018 (data de sua filiação no partido), superior completo (grau de instrução), médica (ocupação anterior), seu marido foi ex-prefeito de São Gonçalo do Amarante e seu irmão, deputado federal (parentes na política), R$ 2.026.287,67 (patrimônio declarado), 19 (proposições efetuadas), 30 (pronunciamentos), 23 (relatorias), 49 (comissões) deputada federal em 2014 e senadora em 2018 (cargos já ocupados).

Partindo do pressuposto de que as/os representantes do Estado regulam ou não determinadas ações através da gestão pública e que as senadoras escolhidas pelo sufrágio - por mais que se apresentem categorias multicausais para serem eleitas - possuem um fenótipo e acessos a capitais parecidos, questionamos: por que tão poucas mulheres acessam esses cargos de poder e por que são tão homogêneas? A partir dos critérios elencados, busco acionar o que Donna Haraway (1995) fala sobre projeto de ciência:

> As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas artes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm (HARAWAY, 1995, p. 15).

Dentre os critérios utilizados, a margem de *outsiders*[6] é de um a dois sétimos em todas as categorias - faixa etária, estado civil, escolaridade, profissão anterior e atividades no Senado – configurando uma porcentagem similar de equiparidade entre elas. A respeito da idade, a média é 50,85 anos, sendo a mais nova com 42 e a mais velha com 65 anos. Sobre o estado civil, 6 são casadas e 1 solteira. No critério autodeclaração, com exceção de uma mulher que se declara parda, seis se autodeclararam brancas. A filiação nos partidos e o envolvimento em cargos políticos em todos os casos estão entre os últimos 5-10 anos. O grau de escolaridade, em 6 dos casos, possuem superior completo, há uma *outsider* que não concluiu. A renda total declarada é R$ 5.330.529,98, sendo a média R$ 761.504,28. Com relação à atuação política

6 Considero outsiders, neste contexto de pesquisa, aquelas mulheres que não pertencem ao padrão hegemônico das senadoras, isto é, aquelas que não se autodeclararam brancas, casadas e com ensino superior completo.

em pronunciamentos, proposições e participação em comissões, todas apresentam equilíbrio, assim como parentes políticos e religiosos, com exceção de dois sétimos.

A pesquisa está em fase inicial (levantamento de dados) e pretendo, ao decorrer das análises, alcançar maior escopo para correlacionar quais capitais de ordem econômica, social e política foram acionados nas campanhas. Como afirmam Rosângela Schulz e Maria Moritz (2015), a pequena participação das mulheres não é só um problema brasileiro, e sim global, assim como o avanço em representantes políticas mulheres ainda é muito baixo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de mapear os números representativos das mulheres no Senado na eleição de 2018, abordar alguns dos critérios que elas poderiam ter acionado como estratégias para colocarem-se como candidatas "ideais" e, por último, apresentar os dados pesquisados em fontes do portal do Senado e do Tribunal Superior Eleitoral, promoveu as seguintes reflexões:

É perceptível que as senadoras possuíam capitais para acionarem trunfos de legitimidade, e poderiam tê-los acionado. Tais candidatas foram eleitas em sua quase totalidade, apresentando as seguintes características: branca, cis, com poder aquisitivo considerável e com capital cultural acadêmico legitimado por diplomas. Dessa maneira, cabe a indagação: elas conseguirão representar todas as mulheres nas questões legislativas em seus mandatos?

No Brasil, vivemos em uma democracia representativa, porém a população - em suas categorias diversas - está inclusa nos poderes executivo, legislativo e judiciário? Pretendo avançar a pesquisa para fazer um exame de correlação com os homens, tendo a hipótese de que a maioria dos parlamentares é branco, heterossexual, cis e com alto poder aquisitivo.

Precisamos relembrar que, todos os dias, nossos úteros permanecem tutelados pelo Estado, que é gerido majoritariamente por homens, pela Igreja e, até mesmo, pela medicina, com médicos e médicas que nos invadem e opinam em nossas escolhas; que as tecnologias anticonceptivas são muito mais invasivas para mulheres do que para homens; que as medidas protetivas e o amparo legal em caso de violência são negligenciadas. Todas essas opressões, para muitas mulheres, são opressões entrecruzadas e sem qualquer perspectiva de mudança.

Cabe também pensar: quais mulheres queremos como representantes? Seriam apenas mais corpos femininos/feminilizados nos postos de poder? Do que adiantaria ter uma mulher homofóbica e racista como ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos? É necessário alterar o olhar, observar as propostas; essas mulheres, realmente, estão dedicadas a defender políticas públicas para as mulheres?

Não parto de uma visão romântica de que as leis para equiparação serão concedidas, pelo contrário, tenho pleno conhecimento que todas as conquistas foram consequência de muita luta dos movimentos sociais para alterar a estrutura do status quo, tornando-a mais diversa.

Dessa maneira, sabendo que o acesso a esses cargos de poder é bastante fechado, cabe questionar: é de interesse das elites legislar sobre as políticas públicas para equidade de gênero, etnia, classe e afetividade?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

5.1 FONTES, SENADO FEDERAL:

FONTE BANCADA FEMININA NO SENADO: Disponível em: <https://www12. senado.leg.br/noticias/materias/2019/01/31/bancada-feminina-no-senado-diminui-em-2019> acesso em 01.07.2019

FONTE – FUNDO ELEITORAL: Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/05/24/pauta-feminina-comemorou-destinacao-de-recursos-do-fundo-eleitoral-para-candidatas> acesso em 26.07.2019

Fonte sobre patrimônio declarado: Disponível em: < http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/ > acesso em 26.07.2019.

5.2 BIBLIOGRAFIA ESPECIALIZADA

ALTMANN, Cristina. *A política no "feminino": diversificação dos recursos sociais de entrada e das carreiras de mulheres com passagem pela Câmara de Deputados (1950-2015).* 2019. 168f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo:* Fatos e mitos. 4. ed.. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BOURDIEU, Pierre. Les Pouvoirs et leur reproduction In: *La Noblesse d'État.* Paris: Minuit, p. 373-427, 1989.

BOURDIEU, Pierre. A representação política, elementos para uma teoria do campo político. In: *O Poder Simbólico.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 163-202, 1998.

FARAH, Marta Ferreira Santos et al. Gênero e política pública: panorama da produção acadêmica no Brasil (1983-2015). *Cadernos EBAPE. BR,* v. 16, n. 3, p. 428-443, 2018.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu,* Campinas-SP, v.5, p.7-41, 1995.

MELLO, Jaime; MARQUES, Danusa. *Elementos para uma tipologia de gênero da atuação estatal:* visões do Estado sobre as mulheres e políticas públicas no Brasil. Texto para Discussão (IPEA), 2018.

MICHELS, Robert. A lei de ferro da oligarquia. In: *Sociologia Política I.* Rio de Janeiro: Zahar, p. 89-104, 1966.

MOSCA, Gaetano. A Classe dirigente. In: *Sociologia Política I.* Rio de Janeiro: Zahar, p. 51-69, 1966.

PARETO, Vilfredo. As elites e o uso da força na sociedade. In: *Sociologia Política I.* Rio de Janeiro: Zahar, p. 70-88, 1966.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RODRIGUES, CARLA. Breve história crítica dos feminismos no Brasil. *Revista Serrote*, n. 30, s/p., fev 2019.

SAINT-MARTIN, Monique. Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França. São Cristóvão: *TOMO,* nº 13, p. 43-73, jul/dez. 2008.

SCHULZ, Rosângela; MORITZ, Maria Lúcia. Mulheres vitoriosas na política: estudo comparativo entre as candidaturas ao cargo de deputado estadual no RS em 2010. *Sociologias* (UFRGS. Impresso), v. 17, p. 370-402, 2015.

VIANNA, Adriana; LOWEKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. *Cadernos Pagu* (51), 2017, s/p.

WEBBER, Max. A política como vocação. In: *Ciência e Política:* duas vocações. São Paulo: Editora Cultrix, p. 55-79; 81-91, 1968.

WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual.* Trad. Javier Sáez e Paco Vidarte. Madri:Egales, 2005.

ILDA LOPES X ILDA CARVALHO: A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE UMA OPERÁRIA FABRIL (1944-1948)

Taiane Mendes Taborda*

No dia 28 de junho de 1948, a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense ingressou na Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Pelotas com um processo para instaurar um inquérito para apuração de falta grave com intuito de rescindir o contrato de trabalho da operária Ilda Lopes, trabalhadora que gozava de estabilidade[1]. A acusação que pesava sobre ela era de abandono de emprego[2], dada a sua prolongada ausência do trabalho sem prestar qualquer aviso ou esclarecimento, tendo ela comparecido pela última vez ao serviço no dia 28 de fevereiro de 1948. Na audiência realizada no dia 28 de junho de 1948, a operária compareceu após a lavratura da decisão e foi considerada

* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, na área de concentração em Fronteiras e Identidades. Interessa-se pelos seguintes temas: mundos do trabalho, história das mulheres, estudos de gênero. E-mail para contato: taianemt@gmail.com

1 Através da Lei 62/1935, a chamada "estabilidade decenal" previa a proibição da demissão do empregado que contasse com mais de dez anos de serviço na mesma empresa, salvo se ficasse comprovada uma falta grave ou motivo de força maior. A partir do ano de 1935, a lei começou a atingir um número maior de empregados, pois passou a ser aplicável aos empregados da indústria e do comércio. Posteriormente, o artigo 492 da Consolidação das Leis do Trabalho passou a reger o tema. Disponível em: <https://arpsadv.jusbrasil.com.br/artigos/283142461/direito-do--trabalho-estabilidade-decenal>. Acesso em: 10 out. 2019.

2 O artigo 482, alínea b, da Consolidação das Leis do Trabalho prevê a demissão por justa causa em caso de abandono de emprego. Embora a lei não estabeleça um número exato de faltas para caracterizar o abandono, a jurisprudência e a doutrina do Direito foram construindo um entendimento de que a partir de 30 dias consecutivos de ausência o empregado pode ser desligado por justa causa, porém deve ser comprovada também a **intenção deliberada** e consciente de não mais retornar ao emprego por parte dele. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10709394/artigo-482-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de1943?ref=serp-featured>. Acesso em: 15 set. 2019.

"revel e confessa", presumindo-se verdadeiras as alegações dos representantes da fábrica, uma vez que não fora apresentada defesa. Ao recorrer da decisão da Junta, o advogado Antônio Ferreira Martins[1], em defesa de Ilda, alegou que o abandono do emprego não se caracterizava unicamente pela ausência da trabalhadora em um número determinado de dias, devendo-se levar em consideração também a intenção da empregada e as circunstâncias que motivaram a ausência do serviço, ou seja, pelos atos por ela praticados e resultantes da sua vontade.

A justificativa apresentada pela operária, através de seu defensor, esclarecia o motivo de força maior que a fizera faltar: uma filha doente há aproximadamente três meses, conforme comprovava o atestado médico anexado ao processo. Ilda, deste modo, poderia ser acusada de cometer uma falta, mas não grave, uma vez que seu primeiro papel social deveria ser o de mãe, alegou a sua defesa, desdobrando-a em identidades múltiplas, fragmentadas e por vezes contraditórias, de acordo com (HALL, 2019).

O processo apresentado tem o intuito de analisar, de forma indiciária, o conceito de identidade junto a outros dois dissídios que circundaram uma mulher comum, anônima, tecelã da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, no interior do estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 1944 e 1948. O recorte temporal envolve a datação dos três processos judiciais encontrados sobre a operária no Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas – Prof. Beatriz Ana Loner (NDH-UFPel), cujo foco são os mundos dos trabalhadores, tendo em vista os seus três acervos principais: o da Delegacia Regional do Trabalho; os documentos relativos à Laneira Brasileira S/A, importante empresa do comércio de lãs da cidade que teve falência em 2003; e o acervo de processos trabalhistas de Pelotas e região com mais de 100 mil processos que abarcam os anos de 1941 até 1995[2], dos quais cerca de 1825 têm relação com a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense. A riqueza dos dados dispostos nos processos reflete as questões sociais que envolviam as trabalhadoras e trabalhadores e suas caminhadas de lutas e resistências, justificando, assim, a relevância destas abordagens (GILL; ROCHA, 2015).

1 Conforme o estudo de MARTINS (2016, p. 15) sobre a atuação do advogado entre os anos de 1941 e 1945, sabe-se que ele era o profissional mais requerido pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores do período, atuando em 47, 51% dos 543 pleitos por ela analisados. Nos três processos investigados neste artigo, ele foi o defensor de Ilda Lopes.

2 Dados retirados do livro intitulado "À beira da extinção: memórias de trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer", organizado por Lorena Gill e Micaele Scheer, publicado pela Editora da UFPel, no ano de 2015, resultado de um projeto de pesquisa sobre as mudanças no mundo do trabalho empreendida pelos pesquisadores do NDH-UFPel.

A investigação dos processos respalda-se na metodologia de análise documental a partir do procedimento aventado por CELLARD (2008), o qual conceitua o documento como "todo texto escrito, manuscrito ou impresso registrado em papel", cuja observação deve partir de uma análise preliminar obedecendo cinco elementos para uma interpretação coesa da fonte: o contexto, o autor ou os autores, a autenticidade e a confiabilidade do documento, a natureza, os conceitos-chave com a lógica interna do texto.

Depois desse levantamento cuidadoso, é o momento de reunir todas as partes à luz do quadro teórico e da problemática inicial, desconstruindo e reconstruindo os dados pesquisados. Assim, a narrativa construída a partir do documento é o resultado de uma história que "organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações", segundo (FOUCAULT, 1969, p. 244).

Logo, seguindo os passos metodológicos supracitados, surge a identificação dos pleitos como sendo de natureza jurídica, uma documentação oficial e que, portanto, desfruta de maior confiabilidade e credibilidade. No entanto, são palavras de homens que constroem o documento: de juízes, de advogados, de escrivães, com suas visões carregadas de valores dicotômicos sobre o masculino e o feminino. Embora não deixassem de ser atuantes nas contendas, mostrando a sua capacidade de articulação como grupo social, as mulheres que entravam no tribunal enfrentavam uma esfera de superioridade masculinizada, como reclamantes, reclamadas ou testemunhas, mas raramente como juízas, advogadas, ou empregadoras, por exemplo[3]. O poder de argumentação e decisão estava na mão dos homens, assim como "a história da participação das mulheres nas lutas sociais da época é sempre registrada sob um prisma masculino, o que certamente nos faz perder outros momentos desta atuação que escapam à lógica de ação política predominante" (RAGO, 2014, p. 98). O acesso às profissões intelectualizadas se dava na esfera de um discurso naturalista que colocava "aos homens, o cérebro [...], a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos" (PERROT, 2017, p.186).

Logo, com o propósito de reconhecer a identidade da mulher operária advinda da caracterização discursiva na narrativa jurídica, analisa-se a lógica

3 De acordo com o quadro quantitativo da Ordem dos Advogados do Brasil, atualmente o número total de advogados no Brasil chega a 1.167.512, dos quais 577.510 são mulheres. Disponível em: <https://www.oab.org.br/institucionalconselhofederal/quadroadvogados>. Acesso em: 30 out. 2019.

interna do texto, ou seja, um estudo qualitativo da argumentação, das expressões que revelam o lugar social da mulher operária.

PELOTAS NO CONTEXTO INDUSTRIAL

O alvorecer do século XX encontrava uma cidade que se modernizava e urbanizava através da implementação de recursos como esgoto, água encanada, bondes, luz elétrica e telefone, além da consolidação de expressivos espaços de lazer como o Clube Caixeral, o Clube Comercial, o Teatro Guarani, a Praça da República, o Esporte Clube Pelotas, o Grêmio Esportivo Brasil, o Cinema Ponto Chic, o Politheama e o Coliseu. Igualmente evidente era a valorização do desenvolvimento intelectual materializado na Bibliotheca Pública, na Livraria Universal, na Livraria Americana, nas faculdades de Direito, Farmácia e Odontologia. O Hotel Aliança e o Hotel Brasil davam mostras de uma cidade com infraestrutura para receber visitantes. A "Princesa do Sul" contava com os serviços de empresas que se destacavam como a "Força e Luz" e a "Companhia Melhoramento e Resistência", essa considerada um dos melhores serviços de telefonia do país (TABORDA, 2012).

Além dos referidos espaços de lazer e desenvolvimento cultural, outro importante indício da estabilidade econômica em que Pelotas se encontrava no início do século XX era o Banco Pelotense, advindo do empreendedorismo local. MAGALHÃES (2010) aborda a relevância dessa instituição financeira, fundada em 1906 e liquidada em 1931, destacando que a mesma chegou a possuir 70 agências e atuar em cinco estados do país. De acordo com o autor "em 1920 era considerado o maior banco do Rio Grande do Sul e o terceiro do Brasil" (MAGALHÃES, 2010, p. 26).

A pesquisa de LONER (2016) sobre a construção da classe operária em Pelotas e Rio Grande possibilita caracterizar o modelo socioeconômico da cidade nas primeiras décadas do século XX, momento em que a Companhia foi fundada. A autora aponta o complexo gado-arroz como base econômica da região, destacando, também, como alternativa para o aproveitamento da terra, a produção de frutas e legumes para a produção de conservas artesanais, como pessegadas e passas, bem disseminadas no mercado nacional e que conseguiram manter-se consolidadas durante boa parte do século. A autora sustenta que Pelotas manteve sua taxa de crescimento no início do século XX, superando municípios como Juiz de Fora, Campinas e Santos em renda, ocupando o 8º lugar em rendas municipais em 1920.

A partir disso, outros elementos importantes que constituem tal modernização estão relacionados à chegada de novas indústrias, bem como a criação de uma viação férrea e as propostas para a ampliação do porto da cidade. Como não havia um zoneamento rígido, essas fábricas estabeleceram-se em diferentes regiões, sendo a zona portuária a que mais atraiu as empresas de maior importância econômica e com maior número de trabalhadoras e de trabalhadores.

Neste contexto, percebe-se a importância do porto de Pelotas para o transporte de pessoas e produtos. As obras de desobstrução da foz do São Gonçalo[4] viabilizaram o fluxo de navios de maior calado, facilitando o escoamento da produção industrial e tornando as regiões da várzea e do porto convidativas para a instalação de empresas. Conforme ESSINGER (2009), foi a partir do ano de 1870 que essa expansão começou a se concretizar, com a abertura de novas ruas na direção leste e, em 1873, a inauguração da linha de bondes por tração animal potencializou a ligação entre o porto e a cidade. Mais tarde, em 1920, outras melhorias foram implementadas pela intendência com vistas a incentivar a ocupação da área como a construção do Mercado Regional do Porto em 1922 e a reconstrução e adaptação de um prédio para a Escola Municipal Carlos Laquintini, além do alargamento da rua Benjamin Constant em 1927 (ESSINGER, 2009).

Dentre as fábricas de maior vulto pode-se citar a Cervejaria Ritter, fundada em 1870, e a Cervejaria Sul Rio-grandense, de 1889; do ramo têxtil, a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense de 1908 e a Fábrica de Chapéus Pelotense de 1881; advindo da pecuária, a Companhia Frigorífico Rio Grande, fundada em 1917 com capital nacional, mas posteriormente vendido para ingleses, tornando-se Frigorífico Anglo de Pelotas em 1943.

A partir da década de 1930 aconteceu uma significativa mudança do cenário político e econômico brasileiro. A configuração dos Estados como "ilhas econômicas" que mais se articulavam com mercados externos do que com o mercado nacional foi substituída depois da revolução de 1930 pela unificação da economia nacional e propiciou a expansão da produção industrial do país. A política intervencionista de Getúlio Vargas "eliminou os impostos interestaduais que protegiam os mercados regionais, ao mesmo tempo em que dedicou amplos investimentos na construção de rodovias federais que conectaram os principais centros industrializados da época" (BRITTO, 2011, p.63). Tal po-

4 Sobre o assunto, assim descreve Anjos (2000): "Em 1876, dia 11 de fevereiro, pelas 11 horas da manhã, em meio a grande júbilo da população e, é claro, em especial dos charqueadores e comerciantes, chegava ao porto de Pelotas o palhabote americano 'Tampico', possuindo um calado de '11 e meio palmos'. (ANJOS, 2000, p.44)

lítica resultou numa competição desigual entre o sudeste (mais precisamente São Paulo, que era beneficiado por massivos investimentos governamentais) e as demais regiões.

> Deste modo, a economia nacional assumiu neste período a configuração centro-periferia, onde a região sudeste configurava o centro do poder, da produção, da urbanização e do consumo nacional, enquanto as regiões sul e nordeste do Brasil configuravam-se como periferia, regiões fornecedoras de matéria-prima e mão de obra para a indústria paulista. (BRITTO, 2011, p.64)

A crise instaurada levou à readequação econômica pelotense, já abordada aqui por meio do estudo de LONER (2016), concentrando os investimentos na indústria da alimentação com destaque para as conservas e a agricultura do arroz. SOARES (2002) salienta, entretanto, que houve um aumento do número de indústrias na cidade de Pelotas entre os anos de 1940 e 1954. Em 1950, o total de fábricas era de 413, empregando 6.271 trabalhadores e, quatro anos depois, subia para 572 indústrias e 6.519 trabalhadores. Dentre os setores que se destacavam estava a

> indústria de alimentos (63,1%), seguido pela indústria química e farmacêutica (11,9%), e os setores de produção de papel, os curtumes, a indústria têxtil e a indústria de materiais de construção (todos com menos de cinco por cento do valor da produção industrial. (SOARES, 2002, p. 239).

Mesmo em um cenário economicamente desfavorável, a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense manteve-se em atividade até o ano de 1974, quando fechou as portas definitivamente.

A FÁBRICA NO CONTEXTO PELOTENSE

O prédio em que funcionou a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense segue em pé. Hoje abriga a sede da fábrica de cerveja Original Bier e em sua fachada ainda sustenta a possível explicação para a sua fundação em 15 de setembro de 1908: encher com algodão os navios que voltavam vazios do nordeste depois de descarregar o charque por aquelas terras. A placa em vidro traz outras informações importantes dos áureos tempos de sua construção:

> [...] o projeto, bem como os materiais aqui utilizados, desde a estrutura de ferro, telhas, vidros, acabamentos, foram todos importados da Inglaterra, principal articuladora

> da Revolução Industrial. As máquinas vieram da cidade de "Manchester", da firma "Brooks & Doxey".

A Companhia, portanto, surgiu suntuosa. De acordo com as informações de um encarte especial do Projeto Pelotas Memória[5], seus incorporadores, os Srs. Alberto Roberto Rosa e Plotino Amaro Duarte, deram início às atividades da fábrica em 2 de maio de 1910 e a primeira folha de pagamento já contabilizava oito contos, quinhentos e setenta e sete mil réis e cinquenta réis para 208 funcionários. No mesmo texto aparecem informações técnicas como a construção de uma área de 36.518 m² quando as necessidades iniciais eram de apenas 9.984 m², prevendo, assim, o futuro crescimento. A narrativa exaltava ainda a trajetória gloriosa da instituição, destacando o investimento, no ano de 1955, em máquinas importadas da Alemanha Ocidental, da França e dos Estados Unidos, além de explicar sucintamente que as atividades da fábrica se dividiam em fiação, tecelagem, tinturaria automática, peluciamento e alvejamento.

Produzindo tecidos de algodão variados, lenços, guardanapos e panos de mesa até brins, riscados e pelúcias, a companhia abastecia tanto o mercado nacional quanto o internacional (BRITTO, 2011). Já nos anos que se seguiram ao início das suas atividades, a crise rondava a empresa de acordo com os números de sua produção, os quais foram analisados por (ESSINGER, 2009, p. 69) "no primeiro semestre do ano de 1911 a produção foi inferior a 1.000.000 metros de tecido, número considerado baixo, mas justificado devido a fase inicial dos trabalhos". Embora em outros anos o resultado tenha sido positivo compensando perdas, a trajetória da empresa foi marcada por altos e baixos em termos financeiros.

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930, "inaugura-se um novo tempo na história dos direitos do trabalho no Brasil. O maior indicador do fato é a criação, pelo Governo Provisório, ainda em novembro de 1930, de um Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio" (GOMES, 2002, p. 23), com sua política de controle sobre a classe trabalhadora através de um "pacto trabalhista" que acarretou mudanças nas relações de trabalho. De acordo com ESSINGER (2009), no relatório anual de 1932, os diretores da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense já demonstravam preocupação com a política varguista e atrelavam a redução e encarecimento da produção à jornada de trabalho de oito horas na indústria.

5 Disponível em: <https://www.ebah.com.br/content/ABAAAe9SEAH/pelotas-memorias-cia-fiacaotecidos>. Acesso em: 08 jan. 2019.

Os anos de 1940, particularmente importantes neste estudo, trouxeram a fixação de valores do salário mínimo, a criação da Justiça do Trabalho (JT) e a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT que "reunia e sistematizava toda a legislação até então elaborada no campo do Direito do Trabalho, passando a ser nomeada como a 'bíblia do trabalhador'" (GOMES, 2002, p. 39). Neste contexto, apropriando-se da letra da lei, as operárias e os operários da fábrica arriscavam reivindicações por meio da JT. De acordo com o levantamento realizado pelo NDH – UFPel, a década contabilizou para a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, pelo menos 30 processos trabalhistas. Nos anos que se seguiram, os números cresceram vertiginosamente: na década de 1950 foram 317 pleitos, na década de 1960 subiu para 1139 e na década de 1970 o número foi de 339 processos, queda relacionada possivelmente ao seu fechamento em 1974.

Com o propósito de melhor captar as matizes identitárias das tecelãs fabris afixadas no cenário descrito, dentre a vasta documentação processual disponível no acervo do NDH-UFPel, estudou-se a tabela com a caracterização básica dos primeiros pleitos contra a fábrica e optou-se por seguir o rastro de uma operária que ingressara três vezes na JCJ de Pelotas contra a Companhia, a tecelã Ilda Lopes.

ILDA LOPES: A OPERÁRIA

No primeiro embate judicial de Ilda contra a sua empregadora, a operária contava com 23 anos e era ainda solteira, de acordo com os dados da petição inicial. A leitura do documento permite inferir que ela ingressou no mercado de trabalho ainda criança, pois já contava com a estabilidade advinda dos 10 anos de trabalho. Logo, antes de ser mulher, Ilda foi operária. As informações da sua carteira profissional, verificada como prova, indicavam o ingresso na fábrica em 10 de novembro de 1932, o que leva a uma idade de 11 anos para início da vida laboral formal, fato que se encaixa no panorama brasileiro da época, levando-se em consideração que a indústria, em larga expansão, alistou "um número significativo de crianças e mulheres em diferentes setores. Na fiação e tecelagem (algodão, seda, juta e lã), mulheres e meninas eram cerca de 70% do total da mão de obra empregada." (BORELLI; MATOS, 2012, p. 128). Na Companhia Fiação e Tecidos Pelotense não era diferente. O universo de trabalho contava muito mais com os braços femininos do que com

os masculinos, embora estes ocupassem os cargos mais elevados, como os de mestres e contramestres[6].

Neste universo de trabalho preeminentemente feminino, o caso de Ilda Lopes se torna particularmente interessante para dialogar sobre as diversas identidades que atravessavam o cotidiano das operárias entre o lar e a fábrica. Debruçar-se sobre os vestígios de sua história a partir de suas querelas judiciais, ainda que não nos traga a realidade exata de todas as mulheres que se alocavam na mesma estrutura, pode contribuir sintomaticamente para um entendimento de como esses papéis sociais se configuravam no dia a dia. Sobre o paradigma indiciário, diz GINZBURG (2016):

> Poderíamos comparar os fios que compõem esta pesquisa aos fios de um tapete. Chegamos a este ponto, vemo-los a compor-se numa trama densa e homogênea. A coerência do desenho é verificável percorrendo o tapete com os olhos em várias direções (GINZBURG, 2016, p. 170).

Logo, uma abordagem que parte do micro segue pequenos sinais que podem ajudar a compor quadros maiores de análise. Pressupõe-se que o estudo do minucioso, de uma realidade ínfima pode levar a descobertas de eventos maiores.

Seguindo as pistas de Ilda, o primeiro embate judicial com a fábrica de tecidos se deu porque ela foi suspensa pelo chefe da fiação por seis dias como penalidade por ter faltado um dia e meio. Depois de cumprir a suspensão, no retorno, foi surpreendida com uma nova suspensão, agora por tempo indeterminado. No petitório inicial, declarava depender de seu salário e que "não podia ficar constantemente à mercê do capricho e do arbítrio do chefe de sua seção" (Processo 185/44, fl. 2). Dessa forma a suspensão a que fora imposta equivalia a uma demissão e pleiteava a reintegração, uma vez que era trabalhadora estável.

No desenrolar da audiência, que aconteceu em apenas um mês da petição inicial, o advogado da reclamada, Alcides Mendonça Lima, sustentou que a operária não era nada assídua ao serviço, tendo trabalhado apenas 1.375 horas das 2000 horas e quinze minutos registrados pela Companhia no ano de 1943. Expôs, também, que até março de 1944 a fábrica tinha trabalhado 69 dias, dos quais Ilda tinha faltado 41. Ela havia se afastado da fábrica em 09 de

6 Conforme o levantamento feito por ESSINGER (2009), a partir do Livro de Registro dos Sócios do Sindicato de Empregados das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Pelotas, dos 777 operários registrados na companhia, 511 eram mulheres e nenhuma possuía o cargo de chefia. O censo nacional de 1920 identificava 30.070 mulheres na indústria, um total de 33,7% de participação feminina, sendo 51% atuante no setor têxtil e de confecção (BORELLI; MATOS, 2012).

novembro de 1943 e retornado com um atestado médico em 01 de fevereiro de 1944, sendo que o documento apresentado lhe dava alta em 12 de janeiro de 1944, ficando o restante dos dias sem justificativa. De 15 de fevereiro até 02 de março, novamente Ilda estivera ausente do trabalho, sendo advertida pelo contramestre geral no seu regresso em função das constantes ausências. Diante da reprimenda, a operária alegou diversas dificuldades na vida, de ordem financeira, ao que o contramestre respondeu que se agravariam com suas faltas, uma vez que perdia 12 cruzeiros por dia, além de que, como as suas máquinas não podiam ficar paradas, as suas companheiras eram sobrecarregadas com serviço duplo. A própria defesa da companhia deixava claro que, verdadeiramente, a produção não era prejudicada, já que se explorava outras operárias para darem conta das máquinas paradas e o valor do dia não era pago para a trabalhadora faltosa.

Apesar da advertência de seus superiores, Ilda continuou faltando. No mesmo mês de março, no dia 13 trabalhara metade do dia e no dia 17, meia manhã, tendo reaparecido na fábrica apenas no dia 21 quando foi suspensa, acompanhada de sua irmã, Diva Lopes, que igualmente acumulava faltas. Como a suspensão era de três dias, as irmãs deveriam se apresentar no dia 24 de março, mas somente Diva havia comparecido. Ilda reaparecera na fábrica no dia 28 de março e foi impedida de trabalhar, sendo orientada a comparecer no escritório para explicar ao chefe da seção as suas contínuas ausências. Diante da recusa da trabalhadora, o contramestre Almerindo Neves lhe avisou que sem as devidas explicações ficaria caracterizado o abandono de emprego, suspendendo-a por tempo indeterminado.

Aqui vai se desenhando a mulher operária, cercada de dificuldades que a faziam abdicar do valor diário de sua produção, mantendo-a afastada do ambiente de trabalho. Dentre as características de Ilda deslindadas até aqui, a de operária que necessitava do esforço de seu trabalho desde a infância e que enfrentava no seu dia a dia muitos obstáculos, percebe-se a mulher que enfrenta os superiores, desacata uma ordem do contramestre e busca o auxílio da Justiça do Trabalho em uma ação individual.

Acerca desta questão, GOMES e SILVA (2013) salientam que as fontes judiciais têm se tornado cada vez mais importantes na percepção de que os "de baixo" não são apenas sujeitos passivos controlados pelas estruturas políticas com o objetivo de dominação de classe, mas como "atores ativos que interpelam as instituições normativas, tornando-se sujeitos do próprio orde-

namento jurídico da sociedade, tanto por meio de suas reivindicações como de seus embates na arena da Justiça" (GOMES; SILVA, 2013, p. 26).

De fato, o procedimento correto da fábrica para demitir a operária estável seria abrir um inquérito administrativo para apuração de falta grave, o abandono de emprego. O ato de suspensão "até segunda ordem" configurava um estratagema da empresa para demissão sem pagar qualquer direito às trabalhadoras e aos trabalhadores. Sobre o assunto, o estudo de NEGRO e SOUZA (2013) aponta que:

> A acusação de "falta grave", que resultava na demissão sumária ou na abertura de uma queixa trabalhista, certas vezes consistia em estratégia de um empregador desejoso de se livrar de empregados malquerentes, notadamente aqueles na eminência de alcançar estabilidade, ou os estáveis que contrariavam normas disciplinares e a autoridade patronal, ou ainda aqueles que perdiam a confiança neles depositada pelo empregador (NEGRO; SOUZA, 2013, p. 135).

A imagem da trabalhadora passiva, submissa e ingênua em relação aos seus direitos ganha uma nova forma com a reação de Ilda. Há um deslocamento de indivíduo neste caso, o quadro de características que se supõe fixo e estável apresenta alterações na relação entre o sujeito e a sociedade. Sobre esta perspectiva, diz HALL (2019):

> A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somo confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com as quais poderíamos nos identificar a cada uma delas – ao menos temporariamente (HALL, 2019, p.12).

Ilda, portanto, mostrava-se o "outro", o avesso da "boa trabalhadora", a operária insubordinada que, além de faltar, ainda enfrentava os seus superiores e discutia na justiça os seus direitos. Esses símbolos de representação do que não ser enquanto "boa trabalhadora" sugerem que a identidade "não é o oposto da diferença: a identidade *depende* da diferença. Nas relações sociais, essas formas de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de *sistemas classificatórios*" (WOODWARD, 2014, p. 40). Conforme HALL (2019), entretanto, embora suas ações estivessem se constituindo na antítese da boa trabalhadora, sua caracterização não era fixa. A identidade apresenta-se fluida, cambiante, sem uma rigidez dicotômica. A comprovação disto é vislumbrada na fala da própria Ilda durante a audiência quando perguntada pelo advogado da fábrica se não era verdade que durante

o ano de 1943 apenas tinha trabalhado 171 dias e sete horas, ao que ela respondeu que sim em função de ter cuidado da mãe doente, a qual veio a falecer. Eis que surge a Ilda cuidadora, a filha diligente que desbanca a operária insubordinada.

ILDA LOPES: A MULHER

Com base na justificativa apresentada, a acusação de abandono de emprego por parte da reclamada já não se sustentava. A resposta de Ilda encaixava-se na falta por motivo de força maior, mesmo que a sua mãe tivesse falecido em 02 de março de 1943 e que ela continuasse a faltar posteriormente, fato do qual ela não se recordava, conforme a sua resposta. Com a palavra, Ilda:

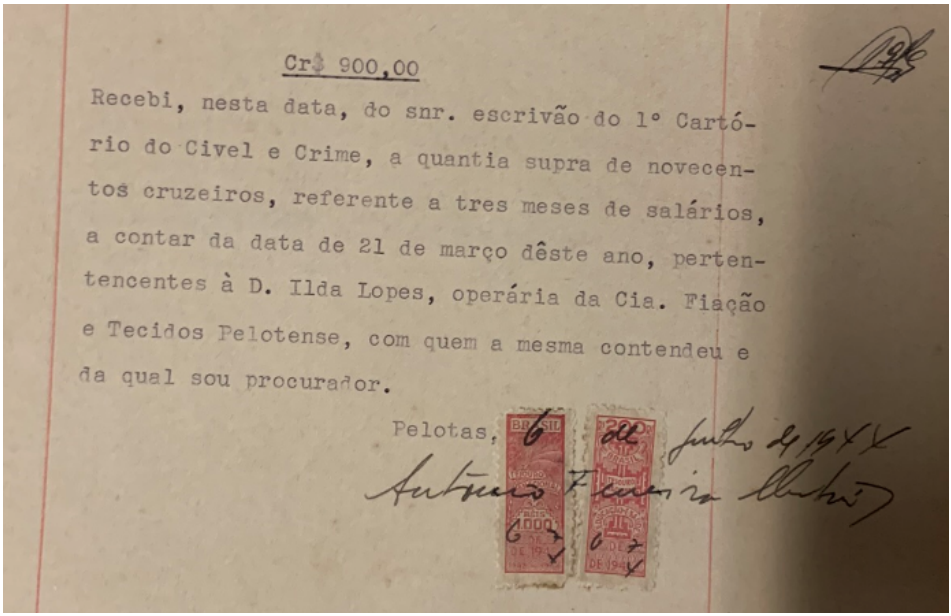
> [...] que não se lembra de ter faltado ao trabalho nos diversos períodos e dias indicados na pergunta; que é exato ter trabalhado os dois meios dias nela individualizados, que as suas faltas ao serviço foram por motivo de força maior, doença etc., quando por acaso tenha ocorrido, que é exato não haver atendido ao chamado que lhe fizera do Escritório porque o chefe era bruto, tendo sido suspensa. (Processo 185/44, fl. 6)

A alternância de papéis sociais vai compondo Ilda Lopes. A criança que desde cedo conheceu a realidade da pobreza que a obrigava a trabalhar, dando espaço a mulher que continuava a enfrentar dificuldades, sobretudo financeiras, mas que mesmo assim afrontava a decisão dos superiores e tinha noção de como se posicionar para o embate, procurando os meios judiciais. E, posteriormente, a filha cuidadosa. A mulher que voltava aos seus papéis mais primitivos de zelo, de doação, de devoção, "o modelo de mulher que auxilia, [...] mulher que cuida e consola [...]" (PERROT, 2005, p. 252), ainda que isso a prejudique. Logo entende-se que as identidades vão se construindo em contextos, sendo constantemente negociadas.

A alegação de defesa do advogado de Ilda baseou-se na falta do cumprimento da formalidade essencial para a demissão por justa causa de trabalhadores, o inquérito administrativo para apuração de falta grave. Era fato também que a reclamante, se faltava ao serviço, além de justificar, não percebia o salário pois era diarista e, desse modo, não se beneficiava em nada faltando. A fábrica negou a conciliação, ainda insistindo no abandono de emprego de forma deliberada.

A sentença, publicada em 26 de junho de 1944, pelo juiz José Alsina Lemos, considerava que a fábrica tinha infringido a lei, julgava procedente a

reclamação e condenava a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense a reintegrar Ilda, além de pagar a indenização devida e as custas do processo, conforme mostra a imagem do recibo abaixo.



Cr$ 900,00

Recebi, nesta data, do snr. escrivão do 1º Cartório do Civel e Crime, a quantia supra de novecentos cruzeiros, referente a tres meses de salários, a contar da data de 21 de março dêste ano, pertentencentes à D. Ilda Lopes, operária da Cia. Fiação e Tecidos Pelotense, com quem a mesma contendeu e da qual sou procurador.

Pelotas, julho de 1944

(Processo 185/44, fl. 19)
Fonte: Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas – Profa. Beatriz Ana Loner

A vitória na batalha judicial rendera a Ilda mais quatro anos de trabalho na companhia. No entanto, a empregada e os empregadores se encontraram novamente na JCJ em 1945. A petição inicial de 2 de maio de 1945 agregava mais um desdobramento identitário da operária: o de esposa. Descrita como "casada" e com endereço diferente da documentação processual do ano anterior quando havia requerido a sua reintegração depois de uma suspensão injusta, desta vez ela buscava uma licença de saúde que a fábrica não havia pago. A mulher Ilda era agora a esposa.

ILDA LOPES: A ESPOSA

Em um ano a vida mudou para Ilda Lopes, que passou a se chamar Ilda Ferreira Carvalho. O seu estado civil era outro, a sua residência era outra, mas a sua função e a sua remuneração permaneceram as mesmas. Recebia

cento e setenta cruzeiros quinzenalmente de acordo com a sua função por tarefa, o que equivalia aproximadamente aos doze cruzeiros diários relatados no processo anterior. O processo contava com um atestado anexado como prova de uma moléstia que a impediu de trabalhar e era assinado pelo doutor Cássio Braga, médico do centro de saúde local. O documento bastante vago, atestava apenas que a operária estava restabelecida e em condições de trabalhar, sem fazer menção à doença especificamente. Sabe-se, entretanto, que a enfermidade que fragilizou Ilda foi suficientemente forte para afastá-la do trabalho do dia 2 de abril até o dia 29 de maio do ano de 1945, quando o médico assinou o atestado.

A contenda não avançou. A reivindicação da trabalhadora[7] solicitava o pagamento dos primeiros 15 dias em que esteve ausente da fábrica, porém a audiência marcada para o dia 01 de dezembro de 1945 não se realizou em virtude do Fórum estar fechado para o serviço eleitoral. Posteriormente, por motivo de organização da secretaria, os autos estiveram parados até 2 de fevereiro de 1946 e a audiência foi novamente marcada para o dia 27 de maio de 1946.

Antes que a audiência se realizasse, no entanto, os representantes da companhia pediram o arquivamento do processo, uma vez que já tinha sido pago o valor pleiteado em 29 de setembro de 1945, conforme recibo apresentado por eles. O que se percebe com o desenrolar deste processo é que houve uma negociação entre Ilda e os seus empregadores na própria fábrica, na qual a operária aceitou receber um valor inferior ao que ela havia solicitado. Dos cento e setenta e cinco cruzeiros pedidos, ela recebeu cento e cinquenta e dois cruzeiros e quarenta centavos, ou seja, um valor menor, mas imediato. Sobre esse assunto, SPERANZA (2013, p. 54) observa que aceitar "um acordo poderia significar 'dinheiro na mão' em contraponto à tramitação incerta e lenta de um processo judicial". Levando-se em consideração o tempo em que o processo esteve paralisado, compreende-se que apelar para a JT era algo bastante duvidoso, que dependeria de muitas variantes até a efetivação da conquista e o aceno de um ganho imediato ganhava força neste cenário. De acordo com SILVA (2013):

7 A petição baseava-se no Decreto nº 6.905 de 1944, especificamente o Art. 2, que determinava que "durante os quinze primeiros dias do afastamento do serviço, por motivo de enfermidade, cabe ao empregador, qualquer que seja a categoria econômica, o encargo de pagar ao empregado enfermo dois terços do salário a que o mesmo faria jus nesse período". Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6905-26-setembro--1944-416316-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 out. 2019.

> Contudo, entre as leis e os direitos – termos muitas vezes usados erroneamente como sinônimos – abria-se um vasto campo de incertezas na Justiça. Há muita indeterminação quando uma luta judicial tem início. Seu desfecho é incerto. Se muitas das regras do jogo são fixas, o mesmo não se pode dizer das diversas maneiras de jogar com elas (SILVA, 2013, p. 212).

Ainda assim, Ilda depositava na Justiça do Trabalho a sua confiança, entendendo-a como alternativa possível. Dubiamente, entretanto, a JT constituía-se como instrumento também para os empregadores. Retoma-se a partir daqui o processo apresentado no início desta escrita, o último que envolveu a operária e a fábrica.

Igualmente percebendo a JT como caminho, a companhia ingressou com um inquérito administrativo para apuração de falta grave, por abandono de emprego, contra Ilda. Como a operária era estável, havia o procedimento legal para a demissão por intermédio da justiça, evitando a prática dos empregadores de dispensar sumariamente sua força de trabalho e, por outro lado, dando maior suporte aos trabalhadores para ingressar na justiça e reivindicar direitos contra os patrões.

ILDA LOPES: A MÃE

A "falta grave" da tecelã, no entanto, era cuidar da filha doente. Aciona-se neste instante a identidade materna de Ilda Lopes, além da operária, mulher e esposa. Acerca da questão, HALL (2019) sustenta que:

> [...] a medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com as quais poderíamos nos identificar a cada uma delas – ao menos temporariamente (HALL, 2019, p. 12).

No jogo das identidades, Ilda mesclava a trabalhadora com a esposa e a mãe, gerando conflitos inevitáveis uma vez que as exigências de uma afetavam diretamente as das outras e possuíam aspectos contraditórios, "para ser um 'bom pai' ou uma 'boa mãe', devemos estar disponíveis para os nossos filhos, satisfazendo as suas necessidades, mas nosso empregador também pode exigir nosso total comprometimento" (WOODWARD, 2014, p. 32).

O papel social de mãe conciliado com o de trabalhadora, é um panorama particularmente difícil ainda hoje. A fábrica não contava com creche mesmo diante de um contingente massivamente feminino em seus quadros funcio-

nais. Restava a elas relegarem os filhos ao cuidado de terceiros ou conseguir com os superiores licenças não remuneradas para o cuidado deles diante de situações extremas. O próprio juiz da JCJ de Pelotas, Mozart Russomano, reconhecia a complexidade da conjuntura. SILVA (2014), em seu estudo sobre as trabalhadoras da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, ao refletir sobre os comentários do juiz acerca da CLT, destaca que "Mozart Russomano, defendia a existência de uma legislação específica às trabalhadoras e o amparo destas, como o auxílio maternidade e a criação de creches" (SILVA, 2014, p. 39).

Embora o juiz partilhasse da ideia de que a contratação de mulheres era um problema para os patrões em função de suas atribuições em relação a questão reprodutiva, como por exemplo, as ausências constantes.

Entre a operária e a mãe, falou mais alto a maternidade e Ilda ausentou-se por três meses de seu trabalho de tecelã. O argumento central do seu advogado de defesa era que a falta não havia sido deliberada, por vontade própria, não caracterizando o abandono. O discurso estava carregado de valores sobre o que deveria se esperar de uma mulher que era mãe, o que definia o papel social principal da mulher:

> [...] a recorrente pode justificar, agora, essa ausência motivada, exclusivamente, pelo fato de ter uma filha doente a mais ou menos três meses, conforme se comprovado pelo atestado médico junto. Poderia a requerida alegar que a doença de filho não escusa, não justifica. Mas, a verdade é que uma mãe pode ir doente, quase morrendo, trabalhar na fábrica, o que ela não fará se o doente for um filho. Esta a realidade que a lei não pode contrariar e que se a lei contrariar, cabe aos tribunais interpretá-la de modo tal que não seja a lei uma iniquidade capaz de atentar contra os sentimentos mais sagrados de uma mulher. (Processo 200/48, fl. 8)

Assim, tentando convencer o juiz com a máxima de que existem sentimentos sagrados para a mulher, como o amor aos filhos, o advogado tenta reverter a sentença desfavorável para Ilda na primeira audiência em que não compareceu a tempo de defender-se. A ideia de mãe-sacrifício que suporta o trabalho mesmo doente, mas não suporta deixar os filhos doentes sem cuidados faz parte de um amplo espectro que abarca o papel materno, cujas expressões de identificação são frequentemente doação, cuidados, dedicação, abdicação de interesses pessoais. Logo, o trabalho vinha na contramão desta tarefa maior, o cuidado com a família. O trabalho feminino costumava a ser visto como algo incidental e temporário, ou seja, servia como situação transitória no sustento da casa, da infância até o casamento, pois no período repro-

dutivo cabia à mulher a missão de cuidado e educação dos filhos, conforme a reflexão de PINSKY (2012):

> Mesmo com a maior aprovação social da 'mulher que trabalha', essa figura continuava hierarquicamente inferior à da 'boa esposa', mãe e 'dona de casa ideal'. Para muitos, casamento e trabalho são incompatíveis, não só porque o envolvimento profissional prejudica a dedicação a casa e à família, mas também porque 'os homens não gostam de mulheres independentes'. *Emprego* é para as *solteiras; carreira*, para as '*solteironas'* (PINSKY, 2012, p. 508).

A autora atenta para a identidade da mulher que pode se dedicar para o trabalho fora do lar: a que não é casada, a que não tem filhos. No momento em que o seu estado civil se altera, suas atribuições sociais também se modificam, pois "a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpretado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida" (HALL, 2019, p. 16). Não obstante, vale destacar que, mesmo com o discurso forte de apelo à permanência feminina no lar, muitas mulheres permaneciam no mercado de trabalho depois de serem esposas e mães. Devido às suas parcas condições financeiras, suas famílias precisavam da renda gerada por elas. Ao problematizar a questão, SCHMIDT (2013) pondera:

> O desenvolvimento da sociedade urbano-industrial e a entrada cada vez mais massiva das mulheres na força de trabalho, no Brasil como em outros países, trouxeram perturbações a essa enunciação. Afinal, como seria possível conciliar o emprego feminino com a necessidade de ligar estreitamente as mulheres a seus deveres familiares, entre os quais se destacavam a maternidade e o cuidado com os filhos (SCHMIDT, 2013, p. 183).

Uma vez que o ingresso e a permanência das mulheres no mercado de trabalho era um panorama cada vez mais consolidado, era preciso desenvolver estratégias para abrandar a contradição que envolvia essa situação. SCHMIDT (2013) destaca a importância da legislação para manter as mulheres em atividades assalariadas que fossem extensões de seus papéis familiares, afastando-as de afazeres perigosos ou inadequados. A CLT "regulava as condições de trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais, entre proteção e restrição" (SCHMIDT, 2013, p. 185). Tais normas protetivas, principalmente as que envolviam os benefícios da maternidade, tornavam desvantajoso para os empresários o emprego de mulheres, dificultando a elas o acesso ao trabalho formal. De acordo com o autor:

> O que podemos dizer é que havia uma forte tensão entre as posições de sujeito "mulher trabalhadora" e "mulher mãe" em uma série de discursos, inclusive judiciais, que circulavam na sociedade ocidental capitalista em geral, na brasileira, em particular [...] (SCHMIDT, 2013, p. 186).

O processo da fábrica contra Ilda evidencia as tensões que circundavam empregadores e empregadas quando o assunto envolvia o universo maternal. Apesar da defesa de Ilda enfatizar fortemente a sua identidade de mãe e justificar a sua ausência com um papel social que era mais importante do que o de trabalhadora, a fábrica sustentou que, legalmente, não era autorizado o afastamento da trabalhadora para cuidar de qualquer pessoa da família sem aviso ou pedido de licença. O advogado da companhia salientava ainda que o documento que tinha por objetivo provar a necessidade de ausência da operária ao serviço, o atestado médico apresentado, era impreciso quanto à gravidade da doença, apenas indicando que Ilda possuía uma filha doente a mais ou menos três meses, como se o fato de um período tão grande de enfermidade por si só já não atestasse gravidade. Sendo assim, não era possível reconhecer direito ao que a trabalhadora requeria. Diante dos fatos, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª região confirmou a decisão da JCJ.

Sem desistir do intento, Ilda, através do seu advogado, recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho. Com conteúdo carregado do que é atribuído socialmente às mulheres, a defesa tenta sensibilizar os homens que julgariam a contenda:

> A recorrente colocou as suas obrigações de mãe acima das suas obrigações de operária. Nem podia deixar de ser assim. Os patrões, quando não perdem a sua qualidade de homens, devem admitir que tal aconteça, principalmente quando esses fatos são tão comuns (a falta grave por si mesma equivale a um fato excepcional), especialmente quando, como no caso, a maioria da fábrica é composta de mulheres. Entender o contrário não importa apenas em desconhecer a definição legal de falta grave, mas ainda pretender que sejam violados direitos e obrigações inerentes à própria natureza humana. (Processo 200/48, fl. 38)

De acordo com o advogado de Ilda, as obrigações de mãe eram inerentes a uma natureza humana, da qual não se podia fugir. Encerradas em um determinismo biológico, a mulher estava fadada a desempenhar as funções maternais, mesmo aquelas que estivessem inseridas no mercado de trabalho. A alegação sustentava ser justo que os empregadores não lhe pagassem o salário referente aos dias de ausência, mas não a punir com o castigo máximo que um trabalhador poderia receber, a demissão.

Todo o esforço argumentativo de Antônio Ferreira Martins, o advogado de Ilda, no entanto, não foi suficiente para conquistar uma resposta positiva do Tribunal Superior do Trabalho. Depois de alguns anos tramitando na justiça, por unanimidade de votos, em 18 de abril de 1952, os juízes decidiram não tomar conhecimento do recurso. O que pesou na decisão dos ministros foi a letra da lei e o interesse do universo produtivo e não do reprodutivo. Por mais que o apelo ao papel social das mulheres como mães fizesse parte de suas vidas desde sempre, não servia frente ao capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das relações de trabalho e das possibilidades de luta e mobilização fora do âmbito dos movimentos sindicais e grevistas é viabilizada pela análise da documentação da Justiça do Trabalho e tem ganhado força nas perspectivas de interesse dos mundos do trabalho. Através da investigação documental de embates judiciais percebe-se como as trabalhadoras e os trabalhadores se organizavam para pleitear direitos frente aos seus patrões.

Neste universo de contestações, a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, importante empresa fabril da cidade de Pelotas, em atividade durante boa parte do século XX, constituiu-se palco de muitas batalhas jurídicas, evidenciadas pelo número aproximado de 1825 processos sob a guarda do NDH-UFPel.

Um olhar atento sobre os meandros que cercavam as querelas revela detalhes de aspectos cotidianos que circundavam as trabalhadoras e os trabalhadores fabris na sua construção identitária. A micro-história e suas possibilidades de abordagens partindo de indícios em escalas menores para entender sintomaticamente o funcionamento de estruturas maiores permite a concentração da narrativa em uma operária envolvida em três dissídios contra a fábrica.

Ilda Lopes, a operária observada de lupa nesta investigação, vai configurando o seu lugar no universo fabril atravessada por identidades cambiantes e, por vezes, contraditórias. O seu ingresso na fábrica ainda criança é determinante para revelar a sua condição social e definir a constituição da identidade "operária" antes mesmo da identidade "mulher". As informações constantes nos autos indicam 16 anos de trabalho na companhia, tempo que lhe rendeu a estabilidade necessária para encorajar algumas atitudes de enfrentamento com os seus superiores, como reivindicar direitos por via judicial ou negar-se a ir até o escritório da empresa para ser suspensa por faltas. As dificuldades que a cercavam marcaram a sua vida laboral e estão expostas através do andamento

dos pleitos entre ela e a companhia, como a necessidade financeira de trabalhar desde a infância, o falecimento da mãe, a doença da própria operária e o posterior adoecimento da filha, que lhe rendeu a demissão por abandono de emprego.

A documentação descortina a circulação de Ilda entre as diferentes identidades que vão se constituindo diante de panoramas diversos: a criança operária, a mulher contestadora e cuidadora, a esposa e a mãe. Fosse o seu nome Ilda Lopes ou Ilda Carvalho, ela continuou a passar por provações, a sua vida continuou no mesmo ritmo, com o mesmo salário e as mesmas exigências em torno de papéis sociais, por vezes divergentes. O seu trabalho como tecelã de uma fábrica têxtil não lhe oferecia possibilidades de crescimento profissional, valorização ou aumento salarial, tampouco lhe oferecia o apoio em momentos mais sensíveis como os casos que envolviam enfermidades.

Para os diretores da Companhia valia a ordem do capital, ou seja, a produção máxima independente das questões que envolviam o cotidiano de sua mão de obra feminina. Por mais que os apelos discursivos da sociedade ligassem as mulheres ao seu papel maternal, de cuidados e doação à família e aos filhos, quando o mercado estava em jogo, o que valia era a hora trabalhada e a produção. Para a Justiça do Trabalho, o que contava era a letra da lei, que colocava os aspectos da produção acima dos da reprodução, apesar da legislação protetiva do trabalho feminino.

Por conta disso, muitas mulheres entravam no mercado de trabalho de forma transitória: trabalhavam desde a infância até a maternidade, quando as demandas da ordem do capital divergiam das demandas de mãe, retornando ao trabalho fora do lar, em alguns casos, depois de certa idade dos filhos.

Não se sabe que rumos Ilda tomou na vida ao ser demitida da fábrica depois da ausência prolongada para cuidar da filha doente. Porém, sabe-se que, no desempenho dos seus papéis sociais, ela foi capaz de se mobilizar e tomar posições desafiantes tanto quanto era capaz de suportar o trabalho extenuante como operária ou o fardo das imposições identitárias que pesam sobre as mulheres relativas à maternidade e ao casamento.

FONTES DOCUMENTAIS

Acervo da Justiça do Trabalho/NDH-UFPel. Processo 185/44. Reclamante: Ilda Lopes

Acervo da Justiça do Trabalho/NDH-UFPel. Processo 176/45. Reclamante: Ilda Lopes

Acervo da Justiça do Trabalho/NDH-UFPel. Processo 200/48. Reclamante: Companhia Fiação e Tecidos Pelotense

MAGALHÃES, Nelson Nobre. Revista Pelotas Memória. Encarte especial de 1992. Disponível em: <https://www.ebah.com.br/content/ABAAAe9SEAH/pelotas-memorias-cia-fiacao-tecidos>. Acesso em: 27 ago. 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e Modernização:* a cidade de Pelotas no último quartel do Século XIX. Pelotas: UFPel, 2000.

BRAGA, Camila Martins. A trajetória de um advogado em defesa dos trabalhadores: Antônio Ferreira Martins. In: XXII Congresso de Iniciação Científica - UFPel, 2013, Pelotas. *Anais eletrônicos do XXII Congresso de Iniciação Científica* - UFPel, 2013. Disponível em: <http://cti.ufpel.edu.br/cic/arquivos/2013/CH_02009.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

BRITTO, Natalia Daniela. *Industrialização e desindustrialização do espaço urbano na cidade de Pelotas (RS).* Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2011.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. *A pesquisa qualitativa:* enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

ESSINGER, Cíntia Vieira. *Entre a fábrica e a rua:* a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense e a criação de um espaço operário, Bairro da Várzea, Pelotas, RS (1953 -1974). Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber.* -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GILL, Lorena; SCHEER, Micaele. *À beira da Extinção:* memórias de trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer. Pelotas: Editora da UFPel, 2015.

GILL, Lorena; ROCHA, Lóren. *O Acervo da Justiça do Trabalho em Pelotas (RS) e as possibilidades de se pensar sobre a história e a saúde.* Revista Memória em Rede, volume 7, número 12, 2015, p. 1-15.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais:* morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed. 2016.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *1948 - Cidadania e direitos do trabalho.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GOMES, Ângela Maria de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. *A justiça do trabalho e sua história:* os direitos dos trabalhadores no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12a. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe:* operários de Pelotas e Rio Grande. 2ª. ed. - Pelotas: Ed. UFPel, 2016.

MAGALHÃES, Mário Osório. *Pelotas: Toda a prosa:* Segundo Volume (1874 –1925). Pelotas: Editora Armazém Literário, 2002.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil.* São Paulo: Editora Contexto, 2012, p. 126-147.

NEGRO, Antonio Luigi; SOUZA, Edinaldo Antonio Oliveira. Que "fosse procurar os seus direitos" – Justiça do Trabalho e poder disciplinar na Bahia: insubordinação operária, autoridade patronal e mediação judicial (1943-1948). In: GOMES, Ângela de Castro e SILVA, Fernando Teixeira da. *A justiça do trabalho e sua história:* os direitos dos trabalhadores no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 123-156.

PERROT, Michele. *As mulheres ou os silêncios da história.* Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil.* São Paulo: Editora Contexto, 2012, p. 469-512.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar:* a utopia da cidade disciplinar, Brasil 19801930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SCHMIDT, Benito Bisso. A sapateira insubordinada e a mãe extremosa: disciplina fabril, táticas de gênero e luta por direitos em um processo trabalhista (Novo Hamburgo – RS, 1958-1961). In: GOMES, Ângela de Castro e SILVA, Fernando Teixeira da. *A justiça do trabalho e sua história:* os direitos dos trabalhadores no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 157-199.

SILVA, Eduarda Borges da. *Nós na trama: os pleitos judiciais das operárias da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense* **(1944-1954)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História), Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2014.

SILVA, Fernando Teixeira da. Entre o acordo e o acórdão: a justiça do trabalho paulista na antevéspera do golpe de 1964. In: GOMES, Ângela de Castro e SILVA, Fernando Teixeira da. *A justiça do trabalho e sua história*: os direitos dos trabalhadores no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 203-261.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. *Del proyecto urbano a la producción del espacio:* morfología urbana de la ciudad de Pelotas, Brasil (1812-2000). Tese de Doutorado, Universidade de Barcelona, 2002.

SPERANZA, Clarice. Nos termos das conciliações: os acordos entre mineiros de carvão do Rio Grande do Sul e seus patrões na justiça do trabalho entre 1946 e 1954. In: GOMES, Ângela de Castro e SILVA, Fernando Teixeira da. *A justiça do trabalho e sua história:* os direitos dos trabalhadores no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 51-81.

TABORDA, Taiane Mendes. Senhorinhas perfeitas: a representação de mulher ideal através das páginas da revista Illustração Pelotense entre os anos de 1919 e 1922. *Dissertação* (Mestrado em História). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz (org.). *Identidade e diferença***.** A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 15ª ed. 2019, p. 7-72.

REFLEXÕES SOBRE FRONTEIRAS E IDENTIDADES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO ENTRE OS ESTIVADORES, PORTUÁRIOS E ARRUMADORES NO PORTO DE RIO GRANDE/RS

Thiago Cedrez da Silva*
Elvis Silveira Simões**
Edgar Ávila Gandra***

A cidade de Rio Grande é uma das mais antigas do Rio Grande do Sul. Localizada no extremo sul do Brasil, teve sua formação enquanto Vila do Rio Grande de São Pedro, no século XVIII, até seu reconhecimento como cidade em 1935. Sendo assim, em razão de sua localização geográfica, possui o único porto oceânico do estado.

Segundo a historiografia que se ocupa da temática, o viver e florescer desta urbe estão ligados de forma indissociável a seu porto desde sua origem. Em outras palavras, podemos inferir que a tessitura social da cidade está intimamente ligada à trajetória e às transformações do porto. Isto ocorre, em certa medida, por conta de sua característica geográfica, uma vez que, por possuir uma ligação direta com o oceano, favoreceu o desenvolvimento de uma cidade portuária. Nesse sentido, evidenciamos que Rio Grande/RS já nasce enquanto uma cidade portuária, e a conjuntura socioeconômica de finais do século XIX e ao longo do XX vieram a estreitar estes laços, principalmente

* Doutorando em História UFPel. Pós Graduando em Psicologia e Coaching na Faculdade Metropolitana/SP. Professor FATEC SENAC Pelotas/RS.

** Doutorando em História UFPel (Bolsista Capes)

*** Professor Adjunto da Universidade Federal de Pelotas atuando no Departamento de História e no Programa de Pós-Graduação em História da UFPel. Pesquisador do CITEM da Universidade do Porto-PT.

com as reformas e reelaboração de seu Porto, e a posterior estatização do porto pelo governo do estado.

A presença do Porto marca a suas "interlandes" portuárias propiciando a emergência de indústrias e, por conseguinte, tornando a cidade um polo atrativo de mão de obra. Neste quadro, a relação capitalista e de trabalho, típicas da primeira metade do século passado, se intensifica criando um palco para disputas reivindicativas por melhorias nas condições de vida e trabalho do emergente operariado riograndino. Frente a isso, temos presente o nosso objeto de análise: as categorias de trabalhadores da estiva, de capatazia e os arrumadores.

Como o leque de categorias presentes na atividade produtiva portuária é abrangente, em específico pela contínua complexificação do trabalho nesse locus, elencamos como foco de interpretação três categorias chave no processo produtivo e inter-relacional.

Tendo em vista essas categorias, objetivamos através da escrita deste estudo, compreender os aspectos de identidades e fronteiras presentes nas relações cotidianas de trabalho, bem como nas suas especificidades enquanto grupos que dividem o mesmo espaço de atuação no ambiente portuário. Para esta reflexão, será feita na primeira parte deste texto uma discussão teórica cujo arcabouço está pautado nas relações entre nosso objeto de pesquisa com os conceitos de Identidade, Fronteira e Experiência histórica. Posteriormente, evidenciaremos, brevemente, os principais aspectos identitários e fronteiriços existentes nas relações de trabalho entre estas categorias.

APONTAMENTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE OS CONCEITOS EM TELA

Nossa principal fonte de pesquisa será as entrevistas que realizamos com ex-trabalhadores das diferentes categorias que serão analisadas. A forma de coleta destas entrevistas foi realizada através do método de História Oral, uma vez que ela nos permitirá compreender suas relações e motivações cotidianas a partir de suas vivências, e assim dar sentido aos acontecimentos históricos estudados.

A abordagem desta perspectiva busca dar voz e tornar os sujeitos, que normalmente são negligenciados pela documentação oficial, como protagonistas dos acontecimentos históricos por eles vivenciados. Conforme Vangelista (2001), a utilização das memórias pessoais, por essa metodologia, privilegia

reconstituir e descrever o meio social, oportunizando novos olhares diante da construção do saber histórico. Sobre o porto, isso é imperativo na medida em que são trabalhadores braçais, geralmente com baixo nível de instrução, mas com uma experiência que perpassa saberes de ofício e políticos nada vulgares.

Todavia, ao utilizarmos as memórias dos entrevistados, precisamos levar em conta que a "memória" é um fenômeno complexo que precisa ser discutido em suas múltiplas facetas, mais ainda neste ambiente onde as categorias de trabalhadores, no trato e labor conjunto, não só vivenciam certo tipo de resistência, mas também situações que induzem aproximação. Nesse sentido, o antropólogo Joel Candau (2012) ao discutir a relação entre memória e identidade, afirma que esta pode ser pensada dentro de uma categoria temporal, já a memória seria tridimensional, no aspecto passado, presente e futuro. Para o autor, uma memória do passado estaria ligada às lembranças de experiências vividas. Já a memória do presente, seria aquela memória da ação, "absorvida num presente evanescente". Por fim, a memória do futuro, pode ser compreendida como a de "espera, no sentido de projetos, resoluções, das promessas, das esperanças e dos engajamentos em direção ao futuro." (2012, p. 60). Um diálogo possível com o autor também é que estes trabalhadores viam, na sindicalização e no trabalho no porto, uma possibilidade concreta de ascensão social e profissional.

Para o autor, a memória, embora possa estar relacionada ao coletivo, é um fenômeno individual. No entanto, embora não sendo a memória coletiva uma capacidade de memória, como afirma Candau, enquanto fenômeno de interação social dentro de um grupo ou segmento, cujas lembranças individuais convergem em diversos pontos constituindo uma base comum, ela é um elemento fundamental para a construção ou (re)afirmação de uma identidade e o estabelecimento de suas fronteiras. Conforme Kathryn Woodward (2014, p. 13), a identidade de um determinado grupo é relacional, ou seja, constitui-se a partir da relação e da diferença relativa a outras identidades, ela se vincula a aspectos e condições sociais e materiais. No nosso objeto de estudo, a autora contribui para pensarmos sobre o que de fato os diferenciava, visto que em alguns momentos tinham funções laborais que os aproximavam. Mesmo assim, havia um saber de ofício característico de sua profissão que permitia uma organização distinta e respeito mútuo.

Neste sentido, outro conceito-chave que utilizamos, com a finalidade de qualificar o olhar para as fontes, é o de identidade. Este conceito vem levantando muitas questões em diversos campos das ciências humanas e conta

com diferentes "olhares" a seu respeito. Optamos por apenas destacar a relação entre o conceito em tela com os demais propostos nesta pesquisa.

Candau (2012) discute em profundidade a relação entre memória e identidade. Sua pesquisa e fundamentação sobre a maneira em que passamos de formas individuais a formas coletivas de memória e identidade permite perceber claramente que a memória possui uma ligação indissolúvel com a identidade. Esta ligação ocorreria pelo fato de que a memória é, em sua concepção, "uma reconstrução atualizada constantemente do passado." (CANDAU, 2012, p. 10). Ao afirmar que memória e identidade andam juntas, Candau ainda conclui que "ao mesmo que a primeira nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjuga, se nutrem uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa." (CANDAU, 2012, p. 16).

Candau neste momento permite refletir no aspecto fronteiriço sobre a memória destas categorias em apreço. Afinal, apesar de todas as categorias de trabalhadores aqui em foco se entenderem como portuários, as fronteiras do ofício avançavam além de suas atividades, a saber: nas tradições, nos ganhos e em uma hierarquização simbólica das categorias.

Sendo assim, podemos entender a identidade como um caráter delimitador de si próprio, uma maneira do indivíduo se perceber como o mesmo ao longo do tempo. Desta identidade pessoal ou de grupo, fruto das relações sociais, passa-se para uma identidade cultural, que seria a partilha de uma essência entre diferentes indivíduos. Logo, o mesmo ambiente portuário carregava como marca esses espaços e delimitações.

Nesta perspectiva, ampliamos o debate com Stuart Hall (2006), em que o autor compreende que existe um processo de transformação: "somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós) dentre as quais parece possível fazer uma escolha" (HALL, 2006, p.75). O "Ser Estivador", "Ser Portuário" ou "Ser Arrumador", nesta perspectiva, pode partir de uma escolha e identificação pessoal, assim como pode emergir de uma identificação coletiva, fruto de sistemas simbólicos de representação, frações de uma classe trabalhadora. Kathryn Woodward (2014) chama a atenção para o fato de relacionar a identidade com a diferença, pois ambos se complementam. Sendo assim, a identidade é marcada pela diferença. Neste caso, "a identidade adquire sentido por meio da linguagem e dos sistemas pelos quais são representadas" (SILVA, 2014, p. 8). No caso em tela, é perceptível isso no seu próprio linguajar, na sua própria vestimenta e dife-

renciados hábitos permitem a construção destes elementos de identidade e diferença. A historiadora Isabel Bilhão (2008) contribui para nossa reflexão quando afirma que "a partir da relação, convivência ou conflito com outras identidades que interagem em sua construção, contribuindo para uma constante e recíproca transformação e reelaboração" (BILHÃO, 2008, p. 21). Logo nos auxilia para entendermos a identidade que perpassa o "Ser Estivador", "Ser Portuário" ou "Ser Arrumador".

Nossa discussão permite perceber as fronteiras, uma vez que ela é um espaço que delimita estas proximidades e afastamentos. Segundo Flávio Silveira (2005)

> [...] existe de maneira a permitir ou barrar o trânsito de coisas e ideias ao longo de sua superfície, de sua linha divisória, é porque existe uma polaridade, quiçá, uma ambiguidade, que faz com que o interior e o exterior, o fora e o dentro existam somente como manifestações da diferença que, ao longo da linha demarcatória da fronteira, pode apresentar pontos de contato que se relacionam a uma maior ou menor proximidade entre tais níveis. (SILVEIRA, 2005, p.18-19)

Todavia, a fronteira enquanto um espaço simbólico que delimita não deve ser compreendida como algo rígido e estanque, mas, sim, com fluidez, composta por contradições, que permitem permutas e múltiplas zonas de interação entre categorias em estudo:

> pontos de contato em que a troca pode ser favorável para ambos os lados da mesma; pontos de contato em que a "hibridização" seja possível formando uma espécie de "terceiro incluído"; em que o fluxo seja vantajoso apenas para um dos lados com uma nítida desvantagem para o outro, ou ainda, pontos em que surjam focos de tensão e conflito que podem estar marcados por tipos de intolerâncias que obstruam qualquer possibilidade de fluxo favorável entre as partes. (SILVEIRA, 2005, p. 19)

A própria questão do ser portuário na cidade do Rio Grande, permite esse aspecto relacional, na medida em que temos portuários públicos e avulsos, o que dialoga com esse perfil híbrido identitário das categorias de trabalhadores do porto.

Desta forma, se há uma proximidade entre memória e identidade, esta última fronteira também não é diferente. Se fronteira pode ser compreendida através de demarcações simbólicas e materiais, que aproximam ou afastam, isto se estabelece num ambiente relacional, no qual o processo de identificação ou não é fundamental. Indivíduos se veem pertencentes a determinados grupos compreendendo os elementos simbólicos e materiais que os constituem e negando outros, dos quais entendem como não pertencentes. Con-

tudo, a negação não pressupõe uma cisão que impede um ambiente de interações, relações e consequentemente de trocas. Visto que, em vários casos, os trabalhadores conviviam em espaços mútuos de trabalho ou sociais na urbe riograndina.

Tomando como exemplo nossas categorias de análise, podemos observar que as funções entre estivadores e capatazia se diferem, uma vez que a estiva trabalha a bordo e os outros em solo. Todavia, há um ambiente relacional na medida em que o estivador depende da capatazia para carregar o navio. Na relação entre capatazia e arrumador, outro ambiente pode ser observado, pois ambos têm como função o trabalho no chão do porto. Todavia, suas diferenças e relações se estabelecem na medida em que os portuários de capatazia são a força efetiva do porto, sendo os arrumadores, a suplementar.

Neste sentido, se por um lado aqueles têm por direito a prioridade e selecionar as melhores cargas, em época de grande fluxo de mercadorias, também dependem de um trabalho em conjunto com os suplementares para efetivar os serviços. Os arrumadores constituem um grupo que trabalhava tanto dentro do porto como no comércio/indústria na cidade, além de destacar que embora fossem suplementares dos portuários, alguns trabalhadores também atuavam na estiva – embora não através de seu respectivo sindicato. Temos aqui um ótimo exemplo de constituição de identidade e de fronteiras relacionais e fluidas.

Nesse prisma, os arrumadores transcendiam o limite de espaço de trabalho no porto e tinham a vinculação de trabalho ligado em ambos setores produtivos, diferentes das outras categorias em análise. Isto ocorria tanto pela legislação que gerou esta característica, como pela precariedade nos ganhos que obtinham ao trabalhar no porto, uma vez que os doqueiros possuíam a prioridade na seleção da escala de serviço e os que possibilitavam atuação com as cargas com melhores taxas de remuneração e funções de trabalho. Por outro lado, para podermos refletir com mais consistência sobre a identidade dessas categorias riograndinas, é necessário também atentarmos para a experiência desses sujeitos históricos. Tendo em vista que partiremos da análise da memória de pessoas que vivenciaram o período a ser estudado. Para tal fim, o conceito de experiência histórica discutido por Edward Palmer Thompson (1981) será de suma importância, já que "compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de aconte-

cimento." (THOMPSON, 1981, p. 15). Para o autor, a experiência nasceria espontaneamente no social e não surgiria sem o pensamento, e neste caso:

> [...] surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. Se tivermos de empregar a (difícil) noção de que o ser social determina a consciência social, como iremos supor que isto se dá? Certamente não iremos supor que o "ser" está aqui, como uma materialidade grosseira da qual toda idealidade foi abstraída, e que a "consciência" (como idealidade abstrata) estivesse ali. Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem o pensamento. [...] ocorrem mudanças no ser social que dão origem à experiência modificada; e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. (THOMPSON, 1981, p. 16)

O autor nos permite o diálogo em referencias as múltiplas facetas do trabalho no porto e a consequente consciência de grupo daí advinda. E. P. Thompson, nas obras *A Formação da Classe Operária Inglesa* e *As Peculiaridades dos Ingleses*, traz uma crítica a alguns campos acadêmicos – em sua maioria marxistas, e com mesmas perspectivas de base conceitual que nosso autor em tela – no qual estes últimos dissertam seu entendimento sobre a maneira "ideal" de atitude de classe que os trabalhadores deveriam ter para serem sujeitos conscientes diante das lutas por direitos e melhorias. Esses intelectuais[1], criticados por Thompson, compreendem a classe como sendo algo estático, um processo acabado, e que deveriam adquirir formas preestabelecidas. Esse tipo de "olhar", reduz a importância das experiências e vivências dos trabalhadores nos diferentes contextos históricos e em seu processo de luta contínua, em meio ao *fazer-se*[2] da classe obreira.

Tendo presente essas questões, ao criticar essa forma fechada de interpretação, Thompson formula um novo conceito que difere desta concepção. Para o autor, a classe "não pode ser nem 'verdadeira' nem 'falsa'. É simplesmente o que é" (THOMPSON, 2001, p. 280). Além disso, Thompson define que:

1 Entre os quais citamos Perry Anderson e Tom Nairn. A crítica a esses autores é formalizada no livro *As Peculiaridades dos Ingleses.* Acrescenta-se ainda que, para RABELO (1992), Thompson em sua nova interpretação sobre a classe operária, estaria fazendo uma recusa ao racionalismo economicista da Economia Política Clássica.

2 Nas palavras do autor "(...) fazer-se, porque é um estudo sobre um processo ativo, que se deve tanto a ação humana como aos condicionamentos. A classe operária tal como sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se." (THOMPSON, 1987, p 09).

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (THOMPSON, 2011, p. 10).

Para Thompson, a classe constitui-se em uma "relação"[3] e não em uma "coisa"[4]. Sua formação ocorre tanto no aspecto cultural como no econômico. E esta relação entre os sujeitos históricos que, mesmo estando imersos nas relações de produção com sua cultura e expectativas ancoradas em um tempo passado, na interação com seus pares e com o meio social, criam novas formas culturais. Sendo que estes podem surgir a partir de inúmeros fatores, dentre os quais: as tradições políticas, os costumes de trabalho, a formação religiosa, a divulgação de ideias através de textos de diferentes pensadores, a legislação ou o combate a ela. No nosso objeto de pesquisa, estes aspectos que os aproximavam eram presentes em momentos de luta por direitos que superavam, em alguma medida, as diferenças étnicas, salariais e de grupos.

Para Thompson, "[a] classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final esta é a única definição." (2001, p. 12) e pode ocasionar, segundo Edgar Gandra (1999), uma "aprendizagem complexa" entre aqueles que, no devir histórico, se comprometem e agem em prol da classe. Outro pesquisador que vai ao encontro da perspectiva teórica de Thompson é Adam Przerworski (1989). Engajado na contribuição para uma superação do determinismo da alocação de classes pelas relações de produção, Przerworski reflete sobre a noção de classe colocando a luta de classes no centro de sua análise. Trata da sua formação na perspectiva de um processo permanente e não restringindo a somente uma ou duas classes da sociedade, mas sim há um parâmetro mais abrangente, levando em consideração a contextualização histórica.

3 Beatriz Loner (2001) ao discutir o conceito de classe, na perspectiva de Thompson, entende que a noção relacional da existência de classe perpassaria: uma relação com outras classes, no qual nenhuma classe surge sozinha, mas sim a partir de determinadas relações de produção; Em uma relação com outros dentro da mesma classe, no qual esta seria um conjunto de pessoas, podendo reunir grupos diferenciados, profissões variadas, unidos por experiências e um modo de vida em comum; E por fim, seria também uma relação histórica, pois uma classe se forma a partir de suas próprias vivências, modo de vida e trabalho. (LONER, 2001, pg. 29)

4 Outra crítica que Thompson faz a textos marxistas contemporâneos que consideram a classe como sendo estática e preestabelecida.

Para o autor, a classe nasce no processo de luta em prol de seus direitos ou de elementos comuns, ou seja, a classe acontece na oposição, no embate de interesses econômicos e sociais. E nesse caso, seria desse processo de lutar por algo em comum que nasceria a consciência[5] classista dos trabalhadores. Portanto, a consciência consistiria do que fica das experiências reivindicativas, dentro das relações de produção em que esses sujeitos históricos estão inseridos. Segundo o mesmo:

> O modo correto de compreender a formação das classes é percebendo-as formadas no decorrer das lutas-estruturadas pelas condições objetivas (econômicas, politicas, ideológicas) as quais moldam práticas de movimentos que procuram organizar os operários em classe. (PRZEWORSKI, 1989, p. 89)

Przeworski afirma que as classes não surgem das relações sociais, mas sim de "efeitos de práticas", onde o objeto é a "organização, desorganização e reorganização das classes". Neste caso, as relações sociais tornam-se objetivas na medida em que há processos de construção de classes. No entanto, compreendemos que a teoria, como o autor pressupõe, não se encaixa plenamente no nosso objeto de estudo, em destaque na relação dos doqueiros e estivadores com os arrumadores. O que, neste caso, se restringiria ao sentido de que nas relações sociais estruturariam as lutas que têm com seu efeito gerador a formação de classe (PRZEWORSKI, 1989, p. 93).

Este posicionamento sobre as relações sociais e formação de classe diz respeito a toda sociedade. Principalmente se, partindo dessa concepção, pensarmos que não seria possível estudar a classe trabalhadora desvinculada do grupo social em que está inserida e nem compreender a construção da própria sociedade, sem ao menos estudar as classes operárias em seu seio como sendo efeitos das lutas e de um permanente embate político-ideológico.

Deste modo, as concepções de Thompson e Przeworski são importantes para estudar as relações presentes no mundo do trabalho. Pois, ao chamar a atenção, tanto para as ações dos sujeitos através da consciência e experiência histórica, quanto para a estrutura política, econômica e ideológica em que estão inseridos, podemos compreender um cenário mais próximo da realidade, sem engessar ou emoldurar os acontecimentos a partir de concepções preestabelecidas. E por isso, ao levarmos em consideração as experiências his-

5 Sobre a questão da consciência de classe, Beatriz Loner (2001) nos elucida claramente sua compreensão sobre este conceito nos seguintes termos: "a consciência de classe esta vinculada ao conjunto de experiências que vivencia, à práxis que desenvolve, às ideias que cria/apropria num eterno fazer transformador (instituinte da própria sociedade). [...] A noção de consciência nasce a partir do seu fazer, de sua elaboração de experiência, das ideias e da própria cultura burguesa, pela qual a classe retoma instrumentos e conteúdos já existentes, mas conferindo-lhe novos resultados" (LONER, 2001, p. 35-36).

tóricas desses estivadores, estaremos dando "voz" a pessoas comuns que fazem parte de uma história mais abrangente do Brasil. Estudar classe nos permite visualizar os elementos constituidores de uma fronteira, tanto na relação entre os grupos de trabalho como na própria constituição da classe em si. Logo, perpassando fronteiras e identidades em construção e em disputa.

BREVE CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CATEGORIAS EM ANÁLISE NO PORTO DE RIO GRANDE

Passadas as considerações teórico-metodológicas, iremos, neste tópico, apresentar breves considerações do surgimento e desenvolvimento destas categorias em foco, no porto de Rio Grande. Em seguida, será feita uma análise sobre os pontos que aproximam e os que distanciam em seus aspectos identitários.

No que tange a estiva, esta atividade de carregar e organizar cargas nos porões de navios e embarcações é de certo antiga. Desde o surgimento das primeiras embarcações, temos a presença de pessoas que se incumbiam dessa função. No Brasil, no entanto, os serviços da estiva de embarcações só foram definidos categoricamente em 1943, através da Consolidação das Leis do Trabalho, no decreto-lei n° 5.452, de 1° de maio do referido ano[6]. Anterior a este momento, o obreiro podia exercer tanto a função de capatazia, ou seja, trabalhar carregando mercadorias dos armazéns portuários ao cais, quanto da estiva a bordo do navio, arrumando as cargas no porão.

Em geral, as categorias que predominam nas operações portuárias, desde sua regulamentação, são os estivadores, trabalhadores de capatazia, conferentes e consertadores de carga e descarga e arrumadores[7]. Mas, basicamente, o serviço de estiva, segundo o já referido decreto-lei, compreende o:

> [...] trabalho braçal de manipulação das mercadorias, para sua movimentação ou descarga ou carregamento, ou para sua arrumação, para o transporte aquático, ou manejo de guindastes de bordo, e a cautelosa direção das operações que estes realizam, bem como a abertura e fechamento de escotilhas da embarcação principal e embarcações auxiliares e a cobertura de embarcações auxiliares. (decreto-lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, Art.255. CLT in: REIS, 1973, p. 125).

6 Cf. Art. 257 da CLT, que estabelece o seguinte: "a mão de obra na estiva das embarcações [...] só poderá ser executado por operários estivadores ou por trabalhadores em estiva de minérios nos portos onde os houver especializados, de preferencia sindicalizados, devidamente matriculados nas Capitanias dos portos ou Agências".

7 Dentre as categorias citadas, cabe mencionar que os Arrumadores se diferenciam quanto ao período de regulamentação, uma vez que esta ocorreu em 1954.

Os obreiros que compõem o contexto portuário estão imersos em uma logística de trabalho interligada onde uma categoria depende da outra. Logo, no final do século XIX, em Rio Grande/RS, surgiram as organizações de estivadores, que eram primeiramente associadas à Sociedade União Operária[8] (SUO) do Rio Grande. Esta organização de perfil corporativo tinha como objetivo criar condições de amparo e sobrevivência para seus associados, que vivenciavam um cotidiano de trabalho precário marcado por longas jornadas, pouca segurança no ambiente de trabalho e vigilância constante por parte da guarda portuária.

Contudo essa situação se modifica, na medida em que a própria categoria se organiza e ganha força. Assim, diante de tais questões e anseios, organizou-se, no dia 7 de outubro de 1931, o Sindicato dos Operários da Estiva para a luta pelos seus direitos e pela distribuição equitativa de serviço. Esta entidade tinha o papel de organizar o sistema de captação de mão de obra, fazendo a intermediação entre trabalhador e empregador.

Quanto ao trabalho nos serviços de capatazia, até a segunda metade do século XX, não existia um Sindicato representativo dos doqueiros no porto de Rio Grande. O que havia eram servidores avulsos prestando serviços neste setor, e que posteriormente se organizaram em uma Associação Civil, que logo após tornou-se e Associação Profissional (1959). Damos destaque a esta questão, na medida em que Gandra (1999) nos apresenta, a partir de seus entrevistados, que até mesmo esta Associação Civil tinha dificuldade de ser reconhecida pelo governo, e que possuía poucos trabalhadores vinculados à mesma (GANDRA, 1999, p. 46-47). A fundação do sindicato veio a ocorrer em 2 de abril de 1960, a partir da organização e atuação de um grupo de trabalhadores que reivindicavam melhores condições de trabalho e de prioridade no controle do processo de prestação de serviços de capatazia, isso por que, conforme Antonio Nailem Espíndola[9]:

8 Fundada em 24/12/1893, e fechada pela ditadura em 1964. Segundo Beatriz Loner (1999), em inícios de 1936, começou-se a organizar a União Sindical, tendo a participação de Carlos Santos, Deputado Classista e do inspetor do MTIC, Jacuy Magalhães (Evolução 2/2/1936). Criada em 20 de fevereiro com os sindicatos: dos Carpinteiros, Estiva, Conferentes, Práticos, Maquinistas e Motoristas, Padeiro, Porto e Barra, Fiação e Tecelagem, Charuteiros, Magarefes, Gráficos, Comércio e SUO. (Evolução 80/3/1936). Ela Congregava mais sindicatos do Porto que outras centrais, mas não conseguiu manter um funcionamento regular, existindo apenas intermitentemente. Um dos motivos mais evidentes dessa fraqueza organizativa foi o aumento do nível de repressão, depois da revolta da ANL. Em janeiro de 1937, fez-se nova tentativa de reorganização da União Sindical, pelos 18 sindicatos mais organizados (Evolução 10/1/1937), iniciando-se um trabalho um pouco menos intermitente, mas truncado pela decretação do Estado Novo.

9 Entrevista realizada por Elvis Silveira Simões e Edgar Ávila Gandra, com o ex-trabalhador portuário e estivador Antônio Nailem Espíndola, em 27 de setembro de 2017.

> Nós começamos a nos revoltar, porque era assim, no Porto, eles pegavam de manhã, pegavam tudo quanto era serviço bom, aonde não tinham que fazer esforço físico, e mandavam os peixinhos pra lá. Os peixinhos deles. O pessoal que pertencia a UDN, que pertencia àquela coisa toda. Era os políticos. Aquilo era uma politicagem, naquele Porto ali, era uma coisa incrível. Aí o quê que acontecia? Nos começamos a nos reunir. O Dinarte foi o cabeça. Dizia ela: vamos fazer o seguinte, vamos criar uma associação, aí, na época que a Associação tava quebrada, tinha ali o prédio e tudo, mas tava quebrada..

Após a fundação da Associação Profissional e posteriormente a do sindicato, mesmo diante da dificuldade de mobilizar os trabalhadores e das dificuldades apresentadas pela administração portuária, os doqueiros conseguiram neste período, por exemplo, a conquista do recebimento da taxa de produção, da organização da jornada de trabalho e de um acordo que estabelecia a administração do DEPREC a fazer uso prioritariamente da mão de obra dos sindicalizados.

Diante desta aquisição de direito sobre a exclusividade na contratação de serviço dos doqueiros, podemos destacar um grupo que também participou da disputa pela prioridade da prestação de serviços no espaço portuário: os arrumadores.

Esta categoria é nacionalmente reconhecida em 1954, quando a Lei 2.196, de 1º de abril, delineou a fundamentação legal que embasou as prerrogativas da categoria de nosso estudo. É possível observar que anteriormente a 1954, ainda que a partir da intervenção estatal e da promulgação da CLT, momento o qual o trabalho avulso passou a ser regulamentado dentro da dinâmica de atividades no porto, não havia concessão sobre quais sindicatos prestariam serviços de suplência a capatazia no Porto Organizado. É somente com a aprovação da referida Lei que o trabalho avulso passa a dispor de um sindicato específico que organize essa demanda de trabalho. Abaixo podemos perceber a definição abordada pelo Ministério do Trabalho e Emprego sobre os arrumadores no Brasil:

> Quando não possuíam empregados em número suficiente, as administrações dos portos complementavam os serviços de capatazia com a utilização de trabalhadores avulsos da categoria denominada "arrumadores" (avulsos que atuavam fora dos portos executando movimentação de mercadorias nos armazéns gerais), mediante contrato celebrado com o respectivo Sindicato. *Esses eram a "força supletiva" dos empregados de docas* ou da administração do porto. Muitas vezes, esses mesmos avulsos *continuavam realizando serviços fora dos portos, nos armazéns gerais*. [Grifo nosso] (MTE, 2001, p.21).

Tornando-se oficialmente a força supletiva do porto, conforme nos diz Reis (1973), passaram os arrumadores a ter exclusividade no gerenciamento da mão de obra suplementar, não existindo qualquer outra categoria de trabalho avulso no porto (REIS, 1973, p. 165). E ao mesmo tempo em que se tornaram oficialmente a força suplementar, segundo Falcão (2009, p. 217), também passaram a ter preferência na prestação de serviço nos portos não organizados.

Quando temos como foco o surgimento desta categoria em Rio Grande, sua construção é difícil de ser compreendida. Todavia podemos observar, conforme a matéria publicada no jornal Rio Grande, em 6 de junho de 1960, que este município foi "Reconhecido pelo Ministério do Trabalho, Industria e Comércio em 5 de março de 1955, de conformidade com o Decreto 1402 de 5 de julho de 1939." (RIO GRANDE, 06/06/1960, p. 5). Portanto, evidenciamos que a data de 1955, a qual também está contida na Carta Sindical, faz parte da trajetória da categoria de luta por direito e reconhecimento de sua atuação frente a um ambiente de concorrência de mão de obra e posicionamento de mercado[10]. Todavia, salientamos que eles não possuíam a Carta propriamente dita, neste período. A história de fundação desta categoria se entrelaça, por vezes, a dos portuários, principalmente quanto ao seu reconhecimento sindical oficial pelo Estado. Isto ocorre segundo a memória dos arrumadores, os quais citam que sua carta sindical teria sido vendida aos portuários, e assim estes conseguiram fundar seu sindicato primeiramente[11].

Por fim, concluímos que o dia 16 de março de 1955 é reconhecido pelo Sindatacap e pelos ex-trabalhadores arrumadores como a data de fundação de seu Sindicato. No entanto, seu reconhecimento estatal só se efetivou oficialmente em 1962, com a assinatura da Carta Sindical. Portanto, temos o período em que os próprios trabalhadores já se reconheciam enquanto uma organização no direito de tornarem-se Sindicato dos Arrumadores de Rio Grande, principalmente por terem uma Lei em 54 que dava respaldo a tal intento, frente a uma legislação que só os foi reconhecer posteriormente.

10 Portuário e arrumadores, no porto de Rio Grande, disputaram o espaço de prioridade de prestação de serviços na capatazia e arrumação de cargas nos armazéns.

11 Esta discussão, com relação à Carta Sindical, foi amplamente discutida na dissertação de mestrado "No centro e a margem: a trajetória histórica dos trabalhadores arrumadores de Rio Grande, entre as décadas de 1950/60". A referencia completa consta no final deste artigo.

RELAÇÕES DE FRONTEIRAS E IDENTIDADE NO CAIS PORTUÁRIO

Feitas as considerações a respeito do surgimento das categorias em Rio Grande, nesta etapa do trabalho, buscaremos discutir os aspectos que dizem respeito às relações de trabalho e presença no porto que, no nosso entendimento, apresentam elementos tanto de formação identitária quanto de fronteiras.

No cotidiano de trabalho, os estivadores nas longas jornadas de labuta a bordo dos navios, devido ao fator recebimento por produção, aumentavam o ritmo de trabalho em cargas que proporcionassem ganhos vantajosos à categoria. Também em outros momentos, quando não havia recebimento financeiro por produção nas cargas, buscavam alongar o tempo de embarque para ganhar horas extras. Entretanto, isso gerava uma tensão com os trabalhadores portuários e possivelmente com os arrumadores, que estavam no cais carregando e descarregando as cargas, visto não terem os mesmos padrões de remuneração. Tal situação acarretava uma relativa oposição e desavença entre dois segmentos de trabalhadores em determinados momentos, como é possível perceber na fala do estivador Cristóbal Moraes[12]:

> [...] o trabalho da noite antes da meia noite, a estiva sempre foi por produção, então trabalhava, quatro mais quatro, mais duas [horas]. Nós ganhávamos [por] produção, se nós não tivesse produzindo bem né... pra nós sempre foi o objetivo nosso ganha produção, só que na época, por isso a diferença existia [entre estivadores e portuários], embora dentro do próprio segmento, os portuários ao chegar à meia noite ganhavam a diária do outro dia, do dia seguinte, então quando chegava onze e meia por aí as cargas que deveriam ser [...] de terra que faz parte dos portuários, empregados do Porto propriamente dito, eles começaram a diminuir a velocidade de carga pra justamente ultrapassar a meia noite, ou seja, o dia seguinte, pra ganhar a diária do dia seguinte! Com isso havia uma discordância conosco, porque nós passávamos a ganhar menos pela produção, diminuía a produção consequentemente, nós ganhávamos menos, então tinham essas divergências aí, são pequenas, mas justamente pela legislação diferenciada.

No entendimento do trabalhador doqueiro José dos Santos Leal[13], as divergências entre portuários e estivadores, ocorriam essencialmente pela ques-

12 Cristóbal S. Moraes é membro do Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Carvão e Mineral do Rio Grande, Pelotas e São José do Norte. Trabalha nesta entidade desde a década de 1950 e atualmente exerce a função de secretário. Entrevista realizada pelo autor, em 14 de agosto de 2012.

13 Trabalhador portuário aposentado. Foi presidente do sindicato dos trabalhadores portuários do Rio Grande em meados da década de 1960. Entrevista realizada pelo autor no dia 25 de junho de 2013. Grifo do autor.

tão financeira, visto que os estivadores percebiam um rendimento superior ao das demais categorias. E isso gerava tensões e rivalidades entre as categorias. Segundo nosso depoente:

> O problema era entre o sindicato da estiva e o sindicato do porto, não as direções gerais [do sindicato da estiva e o portuário], o trabalhador. Lá porque um dependia do outro pra falar e desenvolver. E o que acontecia, quando tinha uma carga que era vantajosa pra os dois, aquilo [trabalho] ia rápido. E geralmente isso acontecia com o porto, a gente trabalhava num ritmo normal, quando dava produção que a gente ia ganhar mais, daí o cara trabalhava, e o outro não trabalhava normal. Ai, eles queriam que o portuário corresse ou vice-versa, isso é coisa de trabalhador, mas era uma coisa que não era pra existir entre o trabalhador, não era pra existir. [...] é aí que davam as divergências, e eram as divergências visando dinheiro, o diabo do dinheiro.[14]

É perceptível um aspecto fronteiriço na relação de trabalho entre essas duas categorias em um mesmo espaço de labuta. Isso ocorre devido à relação de interdependência no processo de produção de carga e descarga dado à existência de modelos de remuneração diferentes. Visto que o portuário recebia um salário que era independente da prestação de serviço. Já no caso dos estivadores, enquanto trabalhador avulso sazonal, este dependia exclusivamente da prestação de serviço para recebimento da diária.

Desta rememoração, destacamos que ora nos relatam que as divergências ocorriam entre as entidades sindicais e não entre os trabalhadores no dia-a-dia. E em outros momentos, o contrário. Contudo, a questão financeira torna-se um fator preponderante nas divergências entre esses trabalhadores, pois os estivadores ganhavam por produção diariamente, e os portuários, por salário mais uma taxa de produção. À vista disso, é possível perceber, na memória acima, que "ser estivador", nesta época, era poder usufruir de um status diante dos outros, o que gerava ressentimentos, tendo em vista que ambos exerciam funções complementares e seus ganhos eram diferentes.

Salientamos mais uma vez que estas relações não eram apenas um fenômeno do porto local, no porto de Santos também ocorriam divergências desta ordem, conforme lemos em Ingrid Sarti (1981), em seu livro *O porto Vermelho*. Além disso, ressaltamos que esse tipo de disputa era comum na rotina de trabalho do porto, além de rusgas por diversas outras questões que envolviam o mundo do trabalho e aspectos privados, dentre os quais podemos destacar aspectos relacionados ao ambiente masculino, como brigas de bar, disputas de futebol, prostitutas, etc.

14 Entrevista realizada por Edgar Gandra em 25 de fevereiro de 1997. Grifo do autor.

Além dos saberes técnicos da profissão entre as duas categorias, outro fator que pode ser elencado como fronteiriço e diferenciador entre o trabalhador da estiva e do cais é a vestimenta. Era comum, entre os estivadores, o uso de calça jeans azul escura e luvas de couro. Essas luvas, quando não necessárias, eram postas no bolso de trás das calças. E assim permaneciam, com este perfil de vestimenta, tanto no porto quanto em seus arredores, como, por exemplo, em boates e armazéns de venda de mercadorias.

Sobre estes detalhes mencionados acima, o portuário de capatazia aposentado Ari Castro[15] nos relata sobre a relação da categoria com os estivadores neste período:

> Os estivadores naquele período de 58 [1958] eles estavam numa alta, numa boa, tinha um poder. Tinha muito cara estivador que era o capataz, estavam tudo por cima mesmo. Tinha um tal de Paulo Larram, ele falava direto com o Getúlio [Vargas], era famoso por isso, ele falava direto com o presidente Getúlio [Vargas]. Era diferente, eles na época ganhavam bem, tinha aquelas calças de brim coringa, aí eles usavam botina, os estivador, botina, calça de brim coringa e iam lá pro porto. Aquilo ali era moda e os portuários, o provisório da estiva que imitavam muito os estivadores botavam uma calça de brim coringa, nem era jeans que chamavam, era brim coringa mesmo e botina, que era a botina de estivador e botava as mãos no bolso e aquilo ali era moda para as boates, para esses negócios aí, isso aí aconteceu muito. [...] pegava às onze horas até a meia noite, e iam para as boates, beber, tinha muita boate ali perto do porto. Era isso aí, na época tinha liberdade, tinha rigorismo e liberdade. O próprio trabalhador fazia a liberdade.

Sobre esse aspecto de exaltação dos estivadores da sua categoria, é esclarecedor a fala de José Leal:

> [...] logo que fizemos o sindicato era curto o dinheiro, tinha uns, mais pela ignorância da própria pessoa, que a estiva ganhava mais que o porto. O cara que chegava onde tinha portuário, antigamente, se usava uma luva, era uma luva comprada, luva de trabalho, e esse cara não bebe água, só bebe cerveja.

É perceptível nos relatos acima, o estereótipo de "estivador fanfarrão", que torra seus ganhos em boates e bebidas. No entanto, Oliveira (2000) evidencia em sua pesquisa que havia uma preocupação constante e acentuada com o sustento de suas famílias, em especial com aquisição do "arroz, feijão e açúcar". E neste aspecto, suas esposas tinham um papel fundamental no que

15 Entrevista realizada por Thiago Cedrez da Silva e Edgar Gandra, no dia 28 de janeiro de 2014, na sede da Associação dos Trabalhadores Portuários Aposentados de Rio Grande/RS.

tangia à administração das finanças. Isto porque as flutuações do salário do trabalhador do porto tinham um óbvio impacto no orçamento da família[16]:

> As esposas, pelo seu envolvimento e conhecimento de aspectos característicos do ofício e do sistema de trabalho do estivador, demonstram um poder de compreensão muito grande. Elas assumiam, na medida em que aprendiam a lidar com o ganho irregular de seus maridos, na prática, a 'chefia da casa', executando o papel de 'Ministro das Finanças das famílias'. (OLIVEIRA, 2000, p. 84)

No ambiente portuário, muitas vezes, a ajuda financeira entre os companheiros de ternos[17] era comum, já que a escala era por rodízio, e assim os mesmos trabalhadores se encontravam inúmeras vezes ao longo das jornadas de trabalho. Esse cenário de camaradagem entre os trabalhadores ocorria com os arrumadores também em algumas ocasiões. Quando havia a necessidade numerosa de trabalhadores para suprir o serviço de carga e descarga de navios, os arrumadores entravam como força supletiva da estiva e dos portuários.

Além disso, quando havia baixa produção e movimentação no porto, as categorias se uniam, mesmo com suas diferenças, para reivindicar seus direitos. Talvez não tenha havido uma união harmônica entre os três sindicatos, mas os trabalhadores apoiavam os eventos paredistas em prol das pautas reivindicativas. Fica perceptível isso quando analisamos o jornal local no período em que relatou-se baixa movimentação no porto e atrasos de salários.

Durante nossa pesquisa no jornal Rio Grande, nos deparamos com diversas reclamatórias de não recebimento da devida remuneração, as quais também atingiam trabalhadores aposentados. No dia 23 de abril de 1960, é publicada uma matéria titulada "Portuários Aposentados Reclamam Contra o Atraso no Pagamento de Seus Proventos". Através dessa, pudemos perceber que os atrasos poderiam durar longos períodos, e se repetir mês após mês, atingindo todas as categorias. No dia 19 de maio de 1960, o referido jornal retoma a questão através da matéria "Funcionários do DEPREC Ainda Não Receberam o Mês de Abril":

> Funcionários do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais ainda não receberam os vencimentos referentes ao mês de abril. O descontentamento no meio portuário é considerável, pois já se tornou regra esse atraso constante no pagamento dos vencimentos. Alegam os funcionários que tal situação vem se agravando o que lhe acarreta grandes prejuízos. Também os funcionários aposentados do Departamento encontram-se em atraso. (RIO GRANDE, 23/04/1960, p. 8)

16 Conforme GITHAY, Maria Lucia Caíra, 1992, p. 121-122.

17 Equipes de trabalho para carregamento e arrumação de cargas nos porões dos navios.

No dia 14 de junho, do referido ano, observamos uma nova matéria abordando a questão da não regularização dos pagamentos dos trabalhadores, do mês de maio. Essa reportagem ia além de uma reclamação, mas era uma ameaça de paralisação dos serviços realizados pelos guindasteiros. O chefe da autarquia, prontamente, responde indicando que aqueles que entrassem em greve seriam punidos.

> Apesar das promessas da administração e direção do DEPREC, ainda não foi normalizado o pagamento dos funcionários dessa autarquia. Ainda ontem os guindasteiros do porto da capital ameaçaram paralisar os serviços caso não seja pago, imediatamente, o vencimento do mês de maio. Tão logo soube da ameaça a direção do Departamento tomou todas as precauções para evitar esse surto grevista e o chefe da autarquia disse que os faltosos seriam punidos. Por outro lado, a alta direção do DEPREC adiantou que o pagamento do mês de maio, em atraso, seria processado a partir do dia 17, sexta-feira próxima. (RIO GRANDE, 14/06/1960, p. 1)

Evidenciamos, entretanto, que esta incerteza da movimentação portuária, quanto à obtenção de serviços, ocorreu em diferentes portos brasileiros, seja no caso supracitado, assim como o abordado por Fernando Teixeira da Silva (2003), o Porto de Santos, ou com no Porto de Porto Alegre, referido por Gandra (2009). A luta por direitos, neste sentido, transcende o aspecto local e ganha proporções nacionais e internacionais na medida em que as referidas categorias faziam parte de federações.

Como abordamos acima, o Jornal nos apresenta um cenário de dificuldades financeiras e de relações com a administração local do porto. Tudo isso leva os trabalhadores e suas representações sindicais a extrapolarem suas diferenças e fronteiras para se unirem em prol dos trabalhadores. Ou seja, em tempos de crise, as fronteiras podem tanto se aproximarem como se distanciarem a depender do que está em jogo.

CONCLUSÃO

Encerrando este trabalho, convém apresentar de pronto três perspectivas, que no nosso entender, são importantes para a compreensão do mesmo. Primeiro, a complexidade de analisar fronteira e identidade fora de um espaço recortado. Segundo, o rico mosaico que o porto de Rio Grande permite tanto simbólica como de organização dos trabalhadores que vivenciam o ambiente portuário. E terceiro, não menos significativo, a reflexão que o historiador

precisa abarcar em seu trabalho para uma compreensão mais ampla e profícua da relação entre os trabalhadores brasileiros.

Assim, podemos perceber que a dinâmica de trabalho portuária é complexa, pois devemos ter clareza que ela envolve todo um sistema econômico, relações sociais e de trabalho, os quais estão circunscritos nesta dinâmica. O porto, portanto, é um espaço físico e simbólico que agrupa um mosaico multifacetário de possibilidades de visões e questionamentos, a exemplo de: fronteiras físicas e simbólicas, lutas operárias, repressão, sociabilidade, etc. Neste cenário, temos consciência da presença de que, na relação com o outro e com o ambiente em si, forma-se estruturas tangíveis e intangíveis que caracterizam fronteiras e identidades.

Através de nossa metodologia, a História Oral, conseguimos constituir nossas fontes. E sendo elas originárias das memórias e vivências de nossos entrevistados, compreendemos, naquilo que nos propomos analisar, como eles deram sentido a suas experiências no ambiente de trabalho dividindo os seus espaços com diferentes categorias. Assim, ao articular os conceitos expostos, percebemos que é possível aprofundar discussões sobre as relações que aproximavam e diferenciavam nosso objeto de estudo.

Compreendemos, que os diferentes grupos possuíam especificidades de trabalho, bem como traçaram trajetórias constitutivas independentes, dando origem e sentido para cada categoria. Todavia, apesar de suas diferenças, também compreendemos que o ambiente portuário é uma zona importante de influência mútua, interação e de constituição relacionais de identidades intercruzadas que demonstram fronteiras simbólicas permeáveis. Seja pela efetivação dos serviços, ou por aquisição de novos, assim como por lutas por melhorias de salários e condições de trabalho, permitindo, desta maneira, que as diferentes categorias em vários momentos se unissem em prol de um objetivo em comum.

Neste sentido consideramos que a compreensão da existência de uma fronteira enquanto um espaço simbólico que a delimita, de fato, não se apresentou como algo rígido e estanque, mas, como já mencionado, é fluido. Portanto ela é uma zona fluida e complexa, composta por contradições, que permite permutas e múltiplos pontos de contato. Principalmente, se olharmos pela ótica de que os agentes históricos podem ser considerados produtos e produtores das relações que constroem as próprias fronteiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BILHÃO, Isabel Aparecida. *Identidade e trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898 a 1920).* Londrina: EDUEL, 2008.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade.* São Paulo: Contexto, 2012.

GANDRA, Edgar Ávila. *O cais da Resistência: a trajetória do sindicato dos trabalhadores nos serviços portuários de Rio Grande no período de 1959 a 1969.* Cruz Alta: UNICRUZ, 1999.

_____. *O porto dos Direitos: a trajetória do sindicato nos serviços Portuários de Porto Alegre no período de 1959 a 1969.* Porto Alegre: Ed. Universitária/UFPel, 2009.

GITAHY, Maria Lucia. Ventos do mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* Tradução: Tomaz Tadeu Silva, Guaracira Lopes Louro/. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

PRZEROWORSKI, Adam. *Capitalismo e social democracia.* São Paulo: Cia das Letras, 1989.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade.* 6ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____**.** *Miséria da teoria ou um planetário de erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: CIA. Das Letras, 1998.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis: Vozes, 2014.

FONTES ORAIS

Antônio Nailem Espíndola- Entrevista realizada por Elvis Silveira Simões e Edgar Ávila Gandra, com o ex-trabalhador portuário e estivador Antônio Nailem Espíndola, em 27 de setembro de 2017.

Ari Castro- Entrevista realizada por Thiago Cedrez da Silva e Edgar Gandra, no dia 28 de janeiro de 2014, na sede da Associação dos Trabalhadores Portuários Aposentados de Rio Grande/RS.

José dos Santos Leal- Trabalhador portuário aposentado. Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Portuários do Rio Grande em meados da década de 1960. Entrevista realizada pelo autor no dia 25 de junho de 2013.

Cristóbal Moraes- Membro do Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Carvão e Mineral do Rio Grande, Pelotas e São José do Norte. Trabalha nesta entidade desde a década de 1950 e atualmente exerce a função de secretário. Entrevista realizada pelo autor, em 14 de agosto de 2012.

FONTES JORNALÍSTICAS:

- Jornal Rio Grande

AUTORES E AUTORAS

AMANDA NUNES MOREIRA

Amanda Nunes Moreira possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí (2005). Especialista em Orientação Educacional pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai – URI campus Santo Ângelo (2010); e em Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM (2010). Mestre em Ensino de História pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG (2016). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. Atua como professora, da rede pública e privada, na cidade de Pelotas/RS. E-mail: amanda.nunes.moreira@gmail.com

AMURABI PEREIRA DE OLIVEIRA

Possui Licenciatura Plena (2007) e Mestrado (2008) em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande, Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2011), com estágio pós-doutoral em Didática das Ciências Sociais pela Universidade Autônoma de Barcelona (2019-2020) com bolsa Professor Visitante no Exterior Junior da CAPES. Atualmente é professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina, onde foi sub-chefe (2015-2017) e chefe (2017-2019). Atua nos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, em Educação e Interdisciplinar em Ciências Humanas. Pesquisador do CNPq desde 2016 (bolsista PQ nível 2). Foi professor do IF

Sertão PE, IFPE, UFAL e professor visitante na Universidade Nacional do Litoral (Argentina), na Universidade da República (Uruguai), na Universidade de Hradec Králové (República Tcheca) e na Universidade Autônoma de Barcelona (Espanha). Integrou o conselho superior da FAPEAL representando a área de ciências humanas (2014), integrou a câmara de pesquisa da UFSC e foi coordenador de pesquisa do CFH (2017-2019), atualmente é coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação (2020-2022) e integrante da câmara de pós-graduação da UFSC (2020-2022). Líder do grupos de pesquisa NEJUC (Núcleo de Estudos em Educação e Juventudes Contemporâneas) e pesquisador do NUER (Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas). Associado Efetivo da ABA (onde foi membro do comitê de educação, ciência e tecnologia) e da SBS (onde foi membro do comitê de ensino), foi ainda presidente da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS). Coordenou o GT de ensino de sociologia da SBS (2019), ensino de antropologia da RBA (2014, 2016, 2018), ensino de ciências sociais da ANPOCS (2020/2021), dentre outros. Membro dos comitês editoriais/científicos das revistas: Práxis Educacional, Revista Contemporânea de Educação, Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais, Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais, Café com Sociologia. Atua principalmente nos seguintes temas: Sociologia e Antropologia da Educação, Ensino de Ciências Sociais (Sociologia e Antropologia), História das Ciências Sociais, Formação de Professores de Ciências Sociais, Religiosidades, Nova Era.

DANIEL BARBIER

Doutorando em História na Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, linha de pesquisa Instituições de Memória e Gestão de Acervos e graduado em História (Licenciatura) pela mesma Universidade. Coordena o Fórum dos Conselhos de Pelotas, preside o Conselho Municipal de Cultura de Pelotas (CONCULT), integra a Conselho Municipal dos Direitos e Cidadania LGBT de Pelotas, a Associação Amigos do Theatro Sete de Abril (AMASETE), a Comissão de Organização da Semana e da Parada da Diversidade de Pelotas e a equipe do Programa Berrooo 104.5 FM, da Radiocom. É colaborador do movimento Emancipa Educação Popular. Integrou a Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas (IHGPEL) e o Sistema Municipal de Museus de Pelotas. Atuou profissionalmente na Bibliotheca Pública Pelotense de 2009 a 2019. Tem

experiência na área de História, com ênfase em história do tempo presente, memória e identidade, patrimônio cultural, museus e instituições de memória, movimentos sociais, direitos humanos e teoria queer.

DÁRIO MILECH NETO

Dário Milech Neto é historiador. Nasceu em Arroio Grande (RS) e estudou na Universidade Federal de Pelotas, onde cursou a graduação em História nas modalidades de licenciatura e bacharelado, assim como a pós-graduação (mestrado). Pesquisa temas ligados à fronteira, alteridade e banditismo na região platina. Atualmente é doutorando em História na UFPel.

EDGAR ÁVILA GANDRA

Graduado em História pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (1995), Mestre em História Ibero-Americana pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1998) e Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004). Atualmente é Professor Associado II da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) atuando no Departamento de História, no Programa de Pós Graduação em História -PPGH e no Curso de Educação do Campo. Também Lecionou no MBA em Gestão de Pessoas -UNICENTRO-PR. Tem experiência de pesquisa em temáticas sobre História do Trabalho. História Portuária e Movimentos sociais. Foi bolsista do Programa de Estágio Sênior Capes no Exterior na Universidade do Porto-PT. Professor colaborador do CITCEM-Universidade do Porto-PT.

ELISIANE MEDEIROS CHAVES

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (1996). Graduação em História (bacharelado) pela Universidade Federal de Pelotas (2015). Graduação em Formação Pedagógica em História pela UNOPAR (2019). Mestrado em História pela Universidade Federal de Pelotas (2018). Atualmente é doutoranda em História pela Universidade Federal de Pelotas, atuando em temáticas de violência, gênero, História das mulheres, História oral, feminismos, masculinidades e sistemas de Justiça. E-mail para contato: elisianemchaves@hotmail.com

ELVIS SILVEIRA SIMÕES

Possui Mestrado em História pela Universidade Federal de Pelotas e é doutorando no Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas.

FÁBIO VERGARA CERQUEIRA

Professor Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas. Bolsista Produtividade CNPq em Arqueologia. Pesquisador Visitante na Universidade de Heidelberg - Instituto de Arqueologia Clássica. Bolsista Fundação Humboldt/Alemanha - modalidade Pesquisador Experiente - Arqueologia Clássica (2014-2017) e integrante da diretoria do Clube Humboldt do Brasil. Graduou-se no curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1989) e concluiu doutorado em Antropologia Social, com concentração em Arqueologia Clássica, pela Universidade de São Paulo (2001). . Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da UFPel (2015-2017). Leciona nos cursos de História Licenciatura e Bacharelado, Antropologia/Arqueologia Bacharelado. Entre 2006 e 2009, professor do Mestrado em Ciências Sociais. Desde 2007, professor permanente do Programa de Doutorado e Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, e, desde 2009, do Mestrado em História. Nesta universidade, foi diretor do Instituto de Ciências Humanas por dois mandatos (2002-2010), coordenador do Curso de História (2000-2002), coordenador do Laboratório de Antropologia e Arqueologia (2001-2012) e do Museu Etnográfico da Colônia Maciel (desde 2006), integrando ainda a coordenação do Laboratório de Estudos da Cerâmica Antiga (desde 2011) e do Circuito de Museus Étnicos (desde 2008). Foi Presidente (2001-2003) e Vice-Presidente (2004-2005) da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, tendo sido Presidente do V Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (SBEC), realizado em 2003. Foi coordenador nacional do GT de História Antiga da Associação Nacional de História (ANPUH) entre 2007 e 2008. Integra os conselhos editoriais dos seguintes periódicos: Dimensões. Revista de História (UFES); Metis (UCS); Cadernos do LEPAARQ. Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio (UFPEL); Justiça & História (Tribunal de Justiça do RS); Memória em Rede (UFPel); Patrimônio e Memória (UNESP); Plêthos (UFF); Romanitas (UFES) e Classica. Revista da SBEC. Experiência na área de História, ênfase em Arqueologia Histórica e Arqueologia Clássica, atuando principalmente nos seguintes temas: música, arqueologia, antiguidade clássica, história antiga e iconografia. Dedica-se ainda às áreas de Memória Social e Patrimônio Cultural, bem como à gestão museológica. Pesquisou junto a instituições estrangeiras, tais como Centre Jean Bérard / École française de Rome - Nápoles e École française d'Athènes.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018) e à Cátedra Infante Dom Henrique/ Portugal (2019). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de cento e cinquenta livros.

JUSSEMAR WEISS GONÇALVES

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1985) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2001). Realizou no ano de 2008, Pós-Doutorado na FACED - UFRGS. Atualmente é professor associado II doutor -pós-doutor no Instituto Ciências Humanas e da Informação (ICHI) da Universidade Federal do Rio Grande(FURG). Líder do Grupo de pesquisa Cultura e Política no Mundo Antigo o qual tem como linhas de pesquisa: Tragédia grega e Gênero e Sexo no Mundo Antigo. Tem experiência na área: EDUCAÇÃO: ênfase em Escola, Espaço Público Educação pública e popular, pobreza e educação, hist. da educação, ensino de história; HISTÓRIA ANTIGA: A criação da história, tragédia e política, democracia, cidadania, Hist. de Atenas; RELAÇÕES DE GÊNERO E PESQUISA HISTÓRICA: ênfase em História Antiga - Tragédia Grega e relações de gênero. HISTÓRIA SOCIAL DO PAMPA: Gauchos e Gaúchos, Literatura, História, Identidades, Territorialidades,Pampa, Trabalho,Pobreza,Iconografia,ambiente,Relações Políticas.

LEONARDO DA SILVA MARTINELLI

Possui graduação em História (licenciatura) pela Universidade de Passo Fundo (2016) e Mestrado em História pela mesma instituição (2019). Atualmente é Doutorando em História na Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisador do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/ UFSC). Também integra a Rede de Historiadores e Historiadoras LGBTQI+. Desenvolve pesquisa sobre as representações das homossexualidades na imprensa brasileira. Tem interesse nos seguintes temas: homossexualidades, gênero, identidades, sociabilidades, representações, ditadura civil-militar e imprensa.

LUIZ HENRIQUE TORRES
Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras – História da Literatura (FURG). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou 86 livros.

MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA
Doutor em História da Literatura pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Também é bacharel em História (2008), Especialista em História do Rio Grande do Sul (2010) e Mestre em História (2014), todos pela FURG. Foi professor substituto no Instituto de Ciências Humanas e da Informação na FURG, atuando nos cursos de História, Arquivologia e Biblioteconomia, e professor na Universidade Aberta do Brasil. Atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Pelotas e editor na Editora Casaletras, de Porto Alegre, tendo editado mais de 250 obras. Possui mais de 20 livros publicados entre autoria, coautoria e organização. Tem experiência e interesses nas áreas de a) História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: história do Rio Grande do Sul, Revolução Federalista, História Política, memória e historiografia sul-riograndense e, b) na Literatura: crônica (gênero e tipologia), história da imprensa literária, e história da literatura sul-rio-grandense, guerra e literatura.

MARCIA TAVARES CHICO
Licenciada em Letras Português-Inglês e Literaturas, Mestra em Literatura Comparada pela Universidade Federal de Pelotas. Pós-graduanda (especialização) em Histórias em Quadrinhos pela Faculdades Est. Doutoranda em História pela Universidade Federal de Pelotas. Possui interesse em estudos sobre cultura visual, gênero, histórias em quadrinhos, cultura pop e literatura.

MARIA CLARA HALLAL
Doutoranda (bolsista CAPES) e Mestra (financiamento CAPES) (2014) em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Bacharela em História pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) (2010). Especialista em Literatura Brasileira (2018) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É pesquisadora do Laboratório de Política e Imagem (LAPI – UFPEL). Tem interesse em estudos sobre cultura visual, cidades, gênero e processos migratórios.

MAURICIO DA CUNHA ALBUQUERQUE

Mauricio Albuquerque é doutorando do PPGH (Programa de Pós-Graduação em História) da UFPEL; mestre e bacharel em História pela mesma instituição. Bolsista financiado pela CAPES. Membro do LECA-POIEMA (Laboratório de Estudos sobre Cerâmica Antiga/Polo Interdisciplinar de Estudos do Medievo e da Antiguidade), membro do LIPEEM (Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em Entretenimento e Mídias) e integrante do projeto "Releituras do medievo: A recepção da Idade Média (Mittelalterrezeption) do século XIX ao XXI", coordenado pela Profª Drª Daniele Gallindo Gonçalves Silva. Tem interesse em temas como Antiguidade Tardia, História da Inglaterra (período medieval e vitoriano) e Estudos em Mídias e Cultura Pop, com especial ênfase nos estudos de recepção, representações, usos do passado, (neo)medievalismo, imaginário social, e demais fenômenos de reconstituição e revivalismo histórico. Para além destes tópicos, também possui interesse nos Arthurian Studies (Estudos Arturianos) e na literatura britânica medieval (Ex: Beowulf, Geoffrey of Monmouth, Chaucer, Sir Gawain and the Green Knight, Le Morte d'Arthur, entre outros autores e obras) e suas apropriações/adaptações na longa duração Produziu no mestrado a dissertação "Por Trás da Capa e da Espada: O Neomedievalismo em Príncipe Valente, de Hal Foster (1939 - 1940)", voltada a explorar a recepção do medievo nas histórias em quadrinhos estadunidenses entre os anos 1930 e 1940. Atualmente, no doutorado, pesquisa o rei medieval Ricardo Coração de Leão e suas representações na literatura oitocentista, focando em elementos como o mito do rei cavaleiro e a construção do herói nacional inglês.

MILENA ROSA ARAÚJO OGAWA

Doutoranda (bolsista CAPES), Mestra (2017) e Bacharela (2018) em História pela Universidade Federal de Pelotas, Especialista em Direitos Humanos e Cidadania (2015) e Licenciada em História (2014) pela Universidade Federal do Pampa - Campus Jaguarão. Bacharelanda em Antropologia, linha de formação em Arqueologia pela Universidade Federal de Pelotas.
Professora de História do Curso Popular Pré-Vestibular UP - Capão do Leão/RS (Universidade Federal do Rio Grande- FURG) e pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga (LECA-UFPel), do Grupo de Pesquisa em Práticas Mortuárias no Mediterrâneo Antigo, CNPq (TAPHOS-USP) e do Polo Interdisciplinar de Estudos do Medievo e da Antiguidade (POIEMA-UFPel). Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2471296250383217

TAIANE MENDES TABORDA

Possui graduação em História Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Pelotas - UFPEL (2006), Especialização em Gestão Escolar pela Universidade Castelo Branco (2008) e Mestrado em História pela Universidade Federal de Pelotas (2012) na área de concentração em Fronteiras e Identidades. Atualmente é Doutoranda em História pelo PPGH - UFPEL e professora de Ensino Médio no Colégio Gonzaga, Pelotas, RS. Interessa-se pelos seguintes temas: mundos do trabalho, história das mulheres, estudos de gênero. E-mail para contato: taianemt@gmail.com

THIAGO CEDREZ DA SILVA

Doutorando em História (UFPel). Mestre em História pelo PPGH/UFPel (2016). Possui graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas (2013). Pós-graduado em Psicologia e Coaching pela Faculdade Metropolitana-SP (2020). Formação complementar em Coaching de Orientação Vocacional, Carreira e Mentoring (2015). Formando em Psicanálise Clínica pelo Instituto Universe LTDA. Tem experiência em pesquisas na área de: História; História Social; História do Trabalho Portuário; Ensino de História; Coaching e Liderança e Gestão de Pessoas. Atualmente faz parte do quadro de professores convidados do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Tecnologia Senac-Pelotas.

O livro que você tem em mãos é fruto de um projeto antigo, de pensar as questões identiárias e de fronteira em um espaço social, cultural, econômico e político tão diverso como é o Rio Grande do Sul, de maneira abrangente. Em um estado fronteiriço por excelência, as marcas deste contato com o "outro" - o além-fronteiras, o estrangeiro, e até nossos irmãos e irmãs - fornece um manancial muito rico para ser explorado em suas mais diversas possibilidades, sobretudo as identitárias. Assim, convidamos pesquisadores de diferentes áreas e ramos dentro das ciências humanas e sociais para pensarem essas construções de fronteiras e identidades, não apenas em seus aspectos físicos/geográficos, mas como zonas de limite, seja contato, barreira, ponte, negação ou interação, e apresentarem seus estudos para formarmos esse mosaico que se segue.

Para fins de organização temática, dividimos este livro em duas partes: a primeira, denominada "fronteiras e identidades no espaço platino e sul-rio-grandense", constitui-se de capítulos de pesquisadores convidados, com produção relevante em suas áreas, e que dialogam com a temática proposta. Na segunda parte, "identidades e fronteiras: as múltiplas faces" apresentamos uma síntese de discussões de doutorandos do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Pelotas, no Rio Grande do Sul, gestados durante a disciplina "Fronteiras e identidades" ao longo de 2019, que também é a área de concentração do Programa (e objeto deste livro), ou seja, em total sintonia com nosso objetivo. As duas partes, sem distinção, enriquecem a proposta da presente obra e abordam os conceitos de identidades e fronteiras.

COLEÇÃO ACADÊMICA

CASALETRAS
casaletras.com

ISBN: 978-85-9491-056-1